— U. F. R. J. —
BIBLIOTECA
— I P P U R —

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

Projeto:

Modernidade, Comunicação e Cultura:

A Nova Face do Poder Metropolitano

(CNPq)

Período: 03/90 a 03/92

Proc. nº 300543/89-1

Resp. Ana Clara Torres Ribeiro

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

ÍNDICE

(I) - Apresentação

(II) - Orientações adotadas para a análise das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC)

(III) - Planejamento Urbano: Elementos de Análise

(IV) - Participação Social e Metrópole

(V) - Comunicação, Metrópole e Cultura

I. APRESENTAÇÃO

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
I P P U R

APRESENTAÇÃO

Este relatório registra produção científica decorrente do desenvolvimento do projeto "Modernidade, Comunicação e Cultura: A Nova Face do Poder Metropolitano", realizada com apoio do CNPq (Proc. nº 300543/89-1), no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Tal produção foi objeto de divulgação sistemática, ao longo do período de vigência da Bolsa, através: da participação em Congressos Científicos; da introdução da Disciplina "Cultura e Processos Espaciais" no Programa de Mestrado oferecido pelo IPPUR/UFRJ e, da publicação de artigos em coletâneas e revistas acadêmicas.

Estas oportunidades e iniciativas têm propiciado, ainda, a incorporação de Bolsistas de Aperfeiçoamento (CNPq) em temas ainda escassamente tratados pela pesquisa metropolitana referida ao país. A incorporação desses Bolsistas significa, de fato, a concretização de reais sondagens complementares do núcleo problemático, mais amplo, do projeto de investigação. Exemplifica-se a realização, bem sucedida, destas verdadeiras sondagens, os relatórios periodicamente encaminhados ao CNPq (Proc. nº 822270-87-0).

Tendo assumido o núcleo problemático da pesquisa e, em direção ao aprofundamento da análise dos impactos sociais das chamadas NTIC (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) na vida quotidiana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - os Bolsistas

de Aperfeiçoamento, vinculados ao projeto, dedicaram-se aos seguintes recortes temáticos:

- Ivy Schipper (geógrafo) - "Elementos Econômicos e Espaciais do Processo de Instalação da Telefonia Móvel"

- Silzane de Almeida Carneiro (socióloga) - "O Acesso Social a Equipamentos Urbanos de Uso Coletivo (onde estão os telefones públicos?)"

- Carlos Henrique Torres do Carmo (geógrafo) - "Distribuição Espacial das Redes de Telefonia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro"

Cabe acrescentar que Flávio Mattos de Oliveira e Regina Celi Pereira, ambos geógrafos, dedicaram-se - durante o seu período de vinculação direta ao projeto - à organização geral dos levantamentos empíricos e bibliográficos realizados para a pesquisa, como atestam os dois dossiers enviados ao CNPq.

Os referidos dossiers têm propiciado o acesso, de alunos e pesquisadores interessados, ao acervo decorrente do desenvolvimento do projeto. Além disto, Regina Celi Pereira, atualmente aluna do Mestrado do IPPUR/UFRJ, inicia, neste momento, a elaboração de seu projeto de tese sobre o Pólo de Cine e Vídeo do Rio de Janeiro, em relação direta com o campo de questionamentos iniciado pela pesquisa: "Modernidade, Comunicação e Cultura: A Nova Face do Poder Metropolitano". Na mesma direção, deve ser feita referência,neste momento, ao projeto de tese, defendido em março

deste ano, pela geógrafa Cátia Antônia da Silva: "Cultura e Cidade: O mercado de filmes em videocassetes e suas articulações com o espaço urbano" que significa desdobramento, extremamente positivo, da disciplina "Cultura e Processos Espaciais" (compartilhada com a Profª Tamara Egler no 1º semestre de 1991) e do processo de investigação em andamento no IPPUR/UFRJ.

Convém esclarecer, ainda, que a ênfase dirigida ao sistema de telefonia e à sua extremamente desigual distribuição social e espacial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - vide relatório dos citados Bolsistas de Aperfeiçoamento - decorreu de decisões assumidas após a defesa da Tese de Doutorado "Rio-Metrópole: A Produção Social da Imagem Urbana" (novembro de 1988 - FFLCH/USP).

Através do mapeamento teórico-conceitual e empírico permitido pela realização da referida tese ficou evidenciada, com clareza, a necessidade de contrapor os desafios representados pelas denominadas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) aos determinantes sociais, culturais e materiais historicamente inscritos na vida metropolitana.

Este contraponto propiciava a redução dos riscos representados por interpretações excessivamente lineares dos processos de difusão das novas tecnologias e, permitia o esclarecimento de virtuais rupturas do tecido social e cultural decorrentes de introduções técnicas vinculadas aos sistemas contemporâneos de comunicação.

Assim, se as citadas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) permitem a redução de antigas e historicamente concluídas barreiras socio-espaciais, bastando referir, nesta direção, a extensão atual da rede de radioteledifusão, também necessitam ser consideradas em sua face de recodificadoras das profundas desigualdades sociais que conformam a realidade metropolitana.

Neste cenário, tantas vezes submetido aos termos generalizantes do intenso debate atual Modernidade/pós-Modernidade, convém procurar identificar, com rigor, atores e interesses, além de limites à difusão de inovações representados por pressupostos técnicos (infra-estruturas) - desigualmente presentes na materialidade metropolitana - que tendem a transformar as novas tecnologias em mecanismos propiciadores da agudização de antigas exclusões econômicas, sociais e culturais.

II. ORIENTAÇÃO ADOTADAS PARA A ANÁLISE DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (NTIC)

II. ORIENTAÇÃO ADOTADAS PARA A ANÁLISE DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (NTIC)

As opções anteriormente assinaladas definiram os contornos das interações analíticas desejadas para a reflexão dos efeitos sócio-espaciais e culturais das NTIC. Tratava-se, sobretudo, da manutenção de veios condutores da produção científica, anteriormente utilizados em práticas de pesquisa e ensino. As inovações, neste encaminhamento, não construíram, necessariamente, a exigência de radicais rupturas com eixos temáticos organizadores da investigação sobre a vida metropolitana no país. Ao contrário, a análise sociológica considerada adequada impunha a sua subordinação crítica a linhas orientadoras, bem definidas, da pesquisa urbana.

Nesta direção, a decomposição da temática mais abrangente do projeto "Modernidade, Comunicação e Cultura: A Nova Face do Poder Metropolitano" ocorreu através da organização dos seguintes planos analíticos: comunicação-sociedade (reprodução social); comunicação-território (hegemonia e desigualdade); comunicação-cultura (inovação e subordinação).

Tais planos analíticos estimularam a incorporação, ao estudo almejado das NTIC, de elementos contemporâneos de processos já intensa e competentemente articulados à análise histórica do país. Exemplificam estes processos: urbanização; metropolização; planejamento; exclusão e integração social.

Por outro lado, esta incorporação permitiu a compreensão de que algumas novas noções deveriam ser integradas à análise pretendida, sob o estímulo dos desafios de fato representados pelas NTIC. Entre estas noções podem ser citadas as de espetáculo urbano - referida à recriação quotidiana da vida metropolitana - e a de promoção cultural - referida aos processos de gestão empresarial e política de elementos selecionados da vida coletiva (comportamentos, hábitos e contextos espaciais.

Além destas reações, convém registrar o remetimento pretendido pela análise realizada, a contribuições conceituais amplas formuladas por Milton Santos (Instituto de Geografia/USP): involução metropolitana e meio técnico-científico. Estas noções permitem a compreensão de novos papéis e desafios que desenham a face contemporânea do enigma metropolitano, potencialmente revisto através das inovações técnicas que atingem a organização quotidiana da vida social.

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

III. PLANEJAMENTO URBANO: ELEMENTOS DE ANÁLISE

III. PLANEJAMENTO URBANO: ELEMENTOS DE ANÁLISE

O tratamento pretendido dos desafios representados pela difusão das NTIC na realidade metropolitana do país impôs o não abandono da temática do planejamento e, especialmente, do planejamento urbano. Trata-se do reconhecimento da influência hoje exercida por novos elementos técnicos e político-culturais que constrastam a tendência à valorização analítica exclusiva da escala local e que impõem o retorno a temas clássicos da reflexão dirigida às metrópoles: área de influência; posição na rede urbana; domínio.

De fato, as denominadas NTIC encontram-se posicionadas, de forma privilegiada, entre a face quotidiana da vida intra-metropolitana e escalas mais amplas da realidade social; expressando tanto desiguais dinamismos econômicos das metrópoles quanto à direção de exigências - hoje cada vez mais intensas - de sua adequação a determinações advindas de processos de globalização e mundialização.

Este nível de compreensão estimulou a realização de esforços continuados junto à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), pela continuidade do enfrentamento dos temas da urbanização e da metropolização, principalmente frente às intensas mudanças ocorridas ao longo da década de 80. Exemplifica a realização de tal esforço a coletânea de textos Metropolização e Rede Urbana (perspectivas dos anos 90) (IPPUR/ANPUR/CNPq), organizada em colaboração com a Profª Denise Pinheiro Macahdo (FAU/USP) - sumário a seguir e, exemplar em anexo. A continuidade destes investimentos pode ser reconhecida,

ainda, na organizaçàò e na elaboração do relatório final das sessões que trataram do tema no IV Encontro Nacional da ANPUR (Salvador - maio 1991).

A abordagem das NTIC na linha de interpretação desejada para o projeto "Modernidade, Comunicação e Cultura: A Noa Face do Poder Metropolitano" não exige, apenas, a consideração de macro-processos estruturais que definem as funções a serem potencialmente exercidas pelos espaços metropolitanos; mas, ainda, o reconhecimento de fatores conjunturais que explicam e expõem interesses e decisões políticas e econômicas.

Neste sentido, o debate travado em torno dos Planos Diretores, nos últimos anos, tem propiciado tanto a afirmação de novas concepções da questão do planejamento urbano quanto o diagnóstico da ainda reduzida consideração analítica e prática dos efeitos sociais e espaciais das NTIC e, dos fenômenos amplos da circulação urbana; circulação que hoje exige a inclusão do tratamento dos fatores econômicos e técnicos que organizam a difusão de: informações, mensagens, idéias e imagens. A preocupação com os determinantes contemporâneos da acessibilidade em contextos metropolitanos encontra-se no texto anexo: "A Reforma e o Plano" algumas indicações gerais", publicado em Grazia de Grazia (orga.) - Plano Diretor (Instrumento de Reforma Urbana, Rio de Janeiro, FASE, 1990).

Nesta mesma direção, a manutenção de centralidade atribuída às questões atuais do planejamento urbano propiciou a orientação das seguintes teses de Mestrado defendidas no período de vigência

da Bolsa:

. Eduardo Guimarães de Carvalho - "Direito e Necessidade - A Questão Fundiária e a Justiça no Rio de Janeiro" (agosto, 1990)

. Lia Bergman - "Planejamento, Reflexões sobre um Tema em Baixa" (dezembro, 1990)

. Ângela Maria Gordilho Souza - (co-orientação com a Profª Maria de Azevedo Brandão - UFBA) - "Invasões e Intervenções Públicas. Uma Política de Atribuição Espacial em Salvador (1946/1989) (agosto, 1990).

O entendimento de que as questões específicas do planejamento urbano não podem ser plena e adequadamente compreendidas sem referência aos condicionantes, mais abrangentes, da conjuntura econômica e política do país ao longo dos anos 80, gerou a preocupação com a retomada do tema da pobreza urbana que encontra expressão - na produção realizada no período de vigência da Bolsa - no texto, redigido com a socióloga Cláudia Tavares Ribeiro (IPPUR/UFRJ), "As Abordagens da Pobreza Urbana: Formulações e Práticas (dos anos 60 aos anos 80)", em anexo a este item do relatório. Neste texto são revisitadas as orientações teórico-conceituais que buscaram apreender e analisar os determinantes estruturais da pobreza urbana nas décadas de 60 e 70 e, introduzidos novos determinantes da exclusão social emergidos nos anos 80.

O aprofundamento da análise conjuntural através do tratamento específico dos elos entre planejamento econômico e organização do território do país pode ser complementado através da orientação da tese de Mestrado (defendida em janeiro de 1992) de Sônia Vasconcellos: "Espaço no Poder - Poder no Espaço: Uma Análise do Planejamento durante o Governo Figueiredo".

Desta maneira, a elaboração de textos diretamente voltados para as NTIC (item V deste Relatório) não esteve isolada do acompanhamento continuado de processos que dão forma e conteúdo analítico às intensas mudanças ocorridas na vida metropolitana em decorrência da introdução e da difusão de inovações técnicas.

Obs: exemplar em anexo a este relatório

promoção: IPPUR/ANPUR/CNPq

SEMINÁRIO

METROPOLIZAÇÃO E REDE URBANA

perspectivas dos anos 90

COLETÂNEA DE TEXTOS

organizadoras
ANA CLARA TORRES RIBEIRO • DENISE B. PINHEIRO MACHADO

edição: IPPUR/UFRJ

setembro 1990

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diretor:
Carlos B. Vainer

Coordenador de Documentação e Divulgação:
Hermes Magalhães Tavares

Organização e Revisão:
Ana Clara Torres Ribeiro
Denise B. Pinheiro Machado

Digitação e Diagramação:
Andréa Gopfert Garcia
Patrícia Maria Miguez Glasser

Capa:
Denise B. Pinheiro Machado

(Coord.) RIBEIRO, Ana Clara Torres, MACHADO, Denise B. Pinheiro
Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90 --
Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1990
263 p., 21 cm.
Inclui bibliografia.

1. Urbanização 2. Metropolização 3. Planejamento Urbano e Regional

I. Título

Promoção:
IPPUR/ANPUR/CNPq

Edição:
IPPUR/UFRJ

Apoio:
FUJB

Impressão:
Gráfica UFRJ
Rio de Janeiro, maio/1991

SUMÁRIO

PÁG

APRESENTAÇÃO
Ana Clara Torres Ribeiro e Denise B. Pinheiro Machado 06

PROGRAMA DO SEMINÁRIO 10

OS ANOS 90 URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E O DESAFIO DAS METRÓPOLES 11

INVOLUÇÃO METROPOLITANA E ECONOMIA SEGMENTADA O CASO DE SÃO PAULO
Milton Santos 12

NA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA, AINDA O PREDOMÍNIO DA METRÓPOLE
Wrana Maria Panizzi 46

A METROPOLIZAÇÃO COMO UMA DAS FORMAS DE URBANIZAÇÃO
Celso Lamparelli 55

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS PLANEJAMENTO, URBANIZAÇÃO E SITUAÇÃO SOCIAL 60

PERSPECTIVAS PARA AS METRÓPOLES REGIONAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE MIGRAÇÕES E LACUNAS DE TRABALHO NOS ANOS 90
Aldo Paviani 61

MIGRAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO NO CENTRO-OESTE 1980
Antonio Jardim 75

PADRÃO METROPOLITANO E RELAÇÕES SOCIAIS
Lena Lavinas 110

PLANEJAMENTO, URBANIZAÇÃO E SITUAÇÃO SOCIAL - UMA PAUTA DE COLOCAÇÕES PARA O DEBATE
Fany Davidovich 128

TENDÊNCIAS ECONÔMICAS PLANEJAMENTO, SOCIEDADE URBANA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 146

DIACRONIA EM TRÊS ESCALAS
Cláudio Egler 147

MODERNIZAÇÃO E REDE URBANA TENDÊNCIAS DAS TRANSFORMAÇÕES NO SUDESTE BRASILEIRO NA DÉCADA DE 70
Rainer Randolph 161

TENDÊNCIAS NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA SE PENSAR OS ANOS NOVENTA
Rosélia Piquet ... 206

PLANEJAMENTO, SOCIEDADE URBANA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
UMA PAUTA DE COLOCAÇÕES PARA DEBATE
Lia Osório ... 226

SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES ... 243

TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E IMPLICAÇÕES ESPACIAIS - UMA SÍNTESE
Marcus André B C Melo ... 244

CONTRIBUIÇÃO À SÍNTESE
Regina Silvia Pacheco ... 252

SOBRE RECOMENDAÇÕES E SÍNTESE
Maria Flora Gonçalves ... 258

O IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ completa agora 20 anos de atividades em ensino, pesquisa e extensão na área de Planejamento Urbano e Regional. Em comemoração a esta data vários eventos e realizações estão sendo levados a efeito.

A presente coletânea de textos soma-se ao conjunto de iniciativas que o IPPUR vem promovendo para os festejos de seus 20 anos.

A Coordenação de Documentação e Divulgação, tendo como principal propósito divulgar a produção científica deste Instituto, congratula-se com a publicação dos resultados do Seminário "Metropolização e Rede Urbana: perspectivas dos anos 90", que contou com a participação de estudiosos dos fenômenos metropolitanos oriundos de vários centros de pesquisa do País.

Coordenador de Documentação e Divulgação do IPPUR

APRESENTAÇÃO

A presente coletânea reúne os textos apresentados no Seminário: Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90", realizado nos dias 4 e 5 de setembro de 1990 na UFRJ. Este evento foi organizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro; promovido pela ANPUR e IPPUR/UFRJ e apoiado pelo CNPq.

O Seminário - assistido por significativo número de professores, pesquisadores, técnicos e estudantes - teve por objetivo básico apreender os desafios que se apresentam para o planejamento na próxima década, tendo em vista não apenas as profundas mudanças institucionais em curso como, também, as transformações ocorridas, e projetadas, na urbanização brasileira.

O enfrentamento deste desafio, durante o Seminário, foi realizado com base em diversos aportes disciplinares através de análises dos processos de mudança do quadro urbano do País em sua face econômica e técnica e, em sua face sócio-demográfica.

Na mesa de abertura do Seminário, "Os Anos 90: Urbanização Brasileira e o Desafio das Metrópoles", foi inicialmente apresentada contribuição teórica e empírica relativa aos fenômenos de involução metropolitana. Esta contribuição demonstrou o teor e a radicalidade dos processos de exclusão social nos espaços metropolitanos e, ainda, a necessidade de que a pesquisa urbana considere as variáveis técnicas e psico-culturais que caracterizam a moderniza-

ção do País. Posteriormente foram expostos elementos e indicadores estatísticos da desigual constituição histórica dos espaços metropolitanos brasileiros; resgatando a temática intra-urbana e os desafios à administração pública

Nos debates desta mesa foi questionado o conceito de involução metropolitana e, postulada a necessidade de desenvolvimento do conceito de espaço social, especialmente frente aos processos de sociabilidade perversa que marcam as relações entre as classes nos espaços metropolitanos. Ainda foi assinalada a urgência que deve ser atribuida à superação teórica de referenciais conceituais - tais como a dicotomia urbano x rural e o próprio conceito corrente de cidade - que não permitem a compreensão dos novos complexos urbanos que expressam a face contemporânea da urbanização brasileira.

Na segunda sessão, "Tendências Demográficas: Planejamento, Urbanização e Situação Social", foram apresentadas análises dirigidas à observação detida de fenômenos sociais e culturais emergentes na rede urbana brasileira. Neste sentido, foram expostos os termos do desafio jurídico-político oriundo da necessidade de afirmação administrativa, no cenário do País, das metrópoles regionais, principalmente frente à atual externalidade do seu comando. Elementos estatísticos complementaram este quadro, na medida em que permitiram o exame do desafio representado pelos níveis de exclusão social que já atingem os espaços considerados novos como as capitais do centro-oeste.

O agudo dinamismo destes processos foi ainda enfatizado através da indicação de mudanças qualitativas que alcançam, hoje, a hierarquia dos centros urbanos e que explicam a possibilidade de apagamento relativo de capitais regionais historicamente relevantes. Acentuou-se, por fim, a generalização, ao nível do território do País, de fenômenos culturais e comportamentos sociais antes estreitamente associados à vivência metropolitana questionando, desta forma, o conceito de metropolização

Nos debates desta sessão, foi enfatizada a intensa diferenciação interna da rede urbana brasileira e apresentado o desafio representado pelas regiões metropolitanas, hoje deslocadas da centralidade que lhes foi atribuida pelo planejamento autoritário Estas regiões, apresentando tendências à fragmentação, constituiriam, atualmente, laboratórios privilegiados para o desvendamento de novos formatos político-administrativos e de novas formas de governo

Na terceira sessão, "Tendências Econômicas: Planejamento, Sociedade Urbana e Inovação Tecnológica", foram apresentadas comunicações que trataram o desafio teórico, conceitual e político representado pelas inovações tecnológicas, dada a ausência de formas de controle social e de real apropriação cultural destas inovações.

Nesta direção, foram propostas as várias escalas em que os fenômenos novos devem ser apreendidos e analisados; demonstrando a natureza dos desafios políticos presentes em cada escala e caracterizando historicamente o papel exercido pelo Estado. Através da recuperação de aportes teóricos clássicos, foram introduzidos ele-

mentos de demonstração da insuficiência de tais aportes para a apreensão da heterogeneidade social, reduzida pelo conceito de escala territorial.

Foram apresentados ainda nesta sessão, os Desafios político-econômicos constituídos pelos grandes projetos e seus impactos territoriais, inclusive urbanos; desafios estes analisados face à proposta liberal do novo governo e face à inadequação de processos de contestação que não consideram o papel a ser exercido pelo Estado no controle da exclusão social produzida por tais projetos.

Por fim, com base em experiência administrativa, foram expostos propostas e impasses da gestão urbana na próxima década. Nesta exposição considerou-se a necessidade de que seja valorizada a cidade real, a sua identidade social e histórica; e, assim, que sejam reconhecidas as especificidades locais, frente às imposições representadas pelas questões comuns da aglomeração metropolitana.

Nos debates desta sessão, foram apresentados os termos do desafio contemporâneo decorrente da incongruência do pensamento crítico que, preocupado com o planejamento, não valoriza a necessidade de elaboração de propostas positivas para a ação do Estado. Estas propostas, no entanto, enfrentariam hoje os níveis de segregação econômica e política vigentes nos espaços urbano-metropolitanos e o novo patamar tecnológico que transforma o processo de industrialização do País, e as suas articulações territoriais privilegiadas.

Considera-se que os artigos ora publicados constituem relevante contribuição à indispensável atualização das análises dirigidas aos processos de urbanização e metropolização do País. Estas análises, conforme indicação do Seminário, deverão estar calcadas em conceitos dinâmicos e amplos referenciais empíricos assim como em posturas teóricas que contemplem a real dimensão social e política dos desafios da próxima década.

As organizadoras.

Rio de Janeiro, maio de 1991.

PLANO DIRETOR

INSTRUMENTO DE REFORMA URBANA

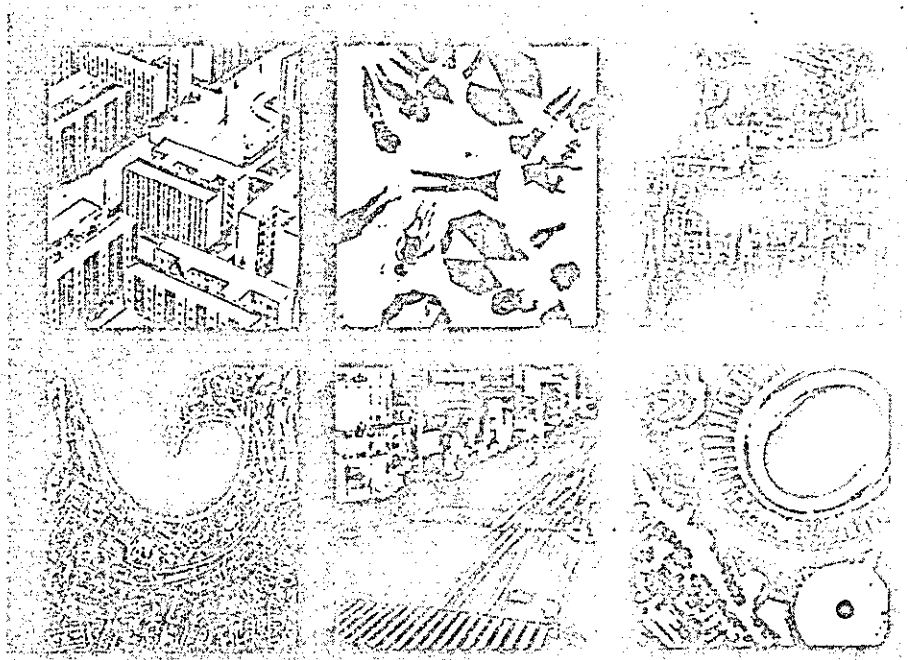
Grazia De Grazia (Org.)

Autores

Adauto Lucio Cardoso • Ana Clara Torres Ribeiro • Franklin Dias Coelho • Gonçalo Guimarães • Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro • Marcos Thadeu Abicalil • Nadia Somekh • Raquel Rolnik

A cidade que temos e a cidade que queremos poderá ser objeto de discussão e de conquistas se as organizações da sociedade civil participarem ativamente do Plano Diretor em elaboração em todos os municípios acima de 20.000 habitantes. A função social da propriedade e a participação popular são os componentes constitucionais que dão uma nova configuração ao Plano Diretor. É uma oportunidade para os cidadãos se apropriarem do Plano Diretor, transformando-o num instrumento de Reforma Urbana conquistando o direito à cidade.
Essa coletânea destina-se a todos aqueles que se preocupam com a questão urbana, como assessores, lideranças e quadros de movimentos, arquitetos, engenheiros, urbanistas, secretarias municipais e no meio acadêmico as áreas de ciências sociais, arquitetura, engenharia, geografia, planejamento urbano.

FASE



PLANO DIRETOR

Instrumento de Reforma Urbana

Grazia De Grazia (Org.)

Adauto Lucio Cardoso
Ana Clara Torres Ribeiro
Franklin Dias Coelho
Gonçalo Guimarães
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Marcos Thadeu Abicalil
Nadia Somekh
Raquel Rolnik

©1990, FASE – Federação de Órgãos
para Assistência Social e Educacional
Rua Bento Lisboa, 58 – Catete
22221 – Rio de Janeiro – RJ
Brasil
Tel.: (021) 285-2998

Coordenação do projeto editorial
João Ricardo W. Dornelles

Capa
Marcelo Riani

Editoração eletrônica
Interface 2000 Ltda.

Revisão
João Luiz Pacheco
Inácio Dorado

SUMÁRIO

Introdução
Grazia De Grazia 9

A reforma e o plano: algumas indicações gerais
Ana Clara Torres Ribeiro 13
- Observações iniciais: limites 13
- Da reforma ao plano 15
- Uma leitura possível da cidade 18
- Dirigir o quê ou quem? 20
- O projeto e suas limitações 22
- Notas 24

Perfil do Plano Diretor da Prefeitura do Município de São Paulo
Raquel Rolnik; Nádia Somekh e Equipe do Plano Diretor 26
- Sobre a efetividade dos planos diretores 26
- Um novo Plano Diretor 27

Plano Diretor como instrumento de luta da Reforma Urbana
Franklin Dias Coelho 33
- Apresentação 33
- Política urbana, poder local e a nova concepção da democracia 35
- A reversão do modelo urbano e os instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários 36
- Reforma Urbana, pactos territoriais e as armadilhas dos planos diretores 38
- Gestão democrática e a reorganização institucional 41

Plano Diretor do Município de Angra dos Reis: Análise da Constituição e proposta para o município
Gonçalo Guimarães e Marcos Thadeu Abicalil 43
- Apresentação 43
- A Constituição Federal Brasileira de 1988 44
- A emenda popular da Reforma Urbana 45
- Processo de elaboração do texto constitucional 46
- O Plano Diretor 48
- A Constituição do Estado do Rio de Janeiro 49
- Angra dos Reis 52
- Plano Diretor e gestão democrática 56
- Instrumentos 60
- Concluindo 62
- Notas 64
- Anexo 65

Plano Diretor e gestão democrática da cidade
Luiz César de Queiroz Ribeiro e Adauto Lucio Cardoso 70
- Introdução 70
- Planejamento e planejadores: modelos e críticas 71
- Planejamento politizado: concepção e princípios 74
- Planejamento politizado: condições e objetivos 78
- Gestão política do solo urbano: o zoneamento 80
- Instrumentos complementares 84
- Conclusão 86
- Notas 87

II Fórum Nacional sobre Reforma Urbana:
Carta de Princípios Sobre o Plano Diretor
- Princípios básicos 89

Mecanismos e instrumentos específicos da Reforma Urbana
- Regularização fundiária 94
- Participação 95

A RUA

A rua é um rio de passos e de vozes,
um rio terrível que me vai levando,
mas estou só, como se está na infância...
ou quando a morte vai se aproximando...

No ar, agora, que distante aroma?
Decerto eu sem saber pensei em ti...
E um vôo de andorinha na distância
é a minha saudade que eu te mando.

Mas tudo, nesse turnultuoso rio,
não fica nunca ao fundo da lembrança
como no seio azul de uma redoma...

Tudo se afasta dessa correnteza
onde uma flor, às vezes, fica presa
e um claro riso sobre as águas dança!

Mario Quintana
80 anos de Poesia, Editora Globo, Rio de Janeiro, 1987

A reforma e o plano: algumas indicações gerais

Ana Clara Torres Ribeiro *

Observações iniciais: limites

O texto apresentado a seguir procura reunir algumas idéias e reflexões que podem ter a sua oportunidade de registro perdida face à multiplicidade e à heterogeneidade de práticas sociais e políticas envolvidas na questão da Reforma Urbana.

Consideramos Reforma Urbana, neste texto, o conjunto de processos sociais e institucionais que, expressando ideais de justiça social no espaço urbano, adquiriram visibilidade pública, no país, a partir dos momentos que antecederam a instalação da Assembléia Nacional Constituinte[1]. Assim, o enfoque adotado privilegia alguns momentos relevantes do chamado Movimento Nacional pela Reforma Urbana, em detrimento de outros ângulos, igualmente importantes, da questão. Entre estes ângulos podemos citar aqueles que expressam, mais diretamente, avanços da prática social e do pensamento crítico nas áreas do direito e do urbanismo.

---

* Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, e professora adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (Ippur).

No entanto, não temos por objetivo resgatar a recente história desse movimento, e sim, estimular, a partir desta história, a recordação de alguns princípios que possam colaborar para a ampliação da participação social e política no processo atual de elaboração dos planos diretores urbanos *.

Enfatizamos que esta recordação de princípios não possui qualquer intenção doutrinária. Pensamos que – ao contrário do que a referência a princípios poderia sugerir – a questão da Reforma Urbana exija a análise cuidadosa dos limites impostos pela atual conjuntura econômica e política. Entre estes limites devemos salientar, sobretudo, o recuo dos investimentos públicos nos espaços urbano-metropolitanos e as dificuldades inerentes à manutenção da adesão social ao já longo e árido processo de reconstrução da ordem democrática do país, onde podemos incluir a elaboração das Leis Orgânicas Municipais e, de forma menos clara, a elaboração dos planos diretores urbanos.

Como limites marcantes da conjuntura lembramos, também, as profundas mudanças em curso a nível do governo federal, onde somam-se a perda de relevância do planejamento territorial, a pressão pela privatização de empresas públicas de prestação de serviços urbanos e a ausência de propostas para o enfrentamento da situação social.

Podemos dizer, portanto, que o quadro atual encontra-se marcado por profundas incertezas e pela perda de referenciais que permitam o adequado diagnóstico projetivo de tendências, o que dificulta, ainda mais, a reflexão deste momento no qual o ideário da Reforma Urbana deveria inscrever-se em propostas imediatas, capazes de exprimir a participação social no planejamento urbano.

Por outro lado, convém enfatizar a nossa crença de que o ideário da Reforma Urbana impõe o respeito às possibilidades reais que apresenta cada localidade, à sua história e, mais, às fases concretas dos processos de organização social.

Observamos, ainda, que a Reforma Urbana talvez expresse o mais complexo processo de articulação entre instituições e entre formatos de mobilização social e representação política apresentada, sob a forma de emenda popular à Assembléia Nacional Constituinte. Esta

* Apesar da referência realizada ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana, as idéias expressas neste texto são de responsabilidade exclusivamente pessoal.

complexidade pode ser reconhecida tanto nos diversos tipos de instituição reunidos por ocasião da elaboração e da defesa da emenda (comunitárias, de assessoria, profissionais, acadêmicas) quanto na ausência de entidades de âmbito nacional que representem, formalmente, amplos segmentos da extraordinária multiplicidade de movimentos sociais urbanos surgida, no país, a partir sobretudo de meados da década de 70.

Devemos, por fim, acentuar o fato do ideário da Reforma Urbana encontrar-se menos presente na consciência política do país, do que as idéias centrais relativas a outras questões sociais, o que introduz barreiras adicionais – além daquelas que têm na própria complexidade do quadro urbano – ao processo de reconhecimento de princípios que correspondam, plena e satisfatoriamente, à prática efetiva de forças sociais definidas.

Da Reforma ao Plano

A emenda popular pela Reforma Urbana apoiou-se na idéia básica da função social da cidade. Portanto, posicionou-se claramente contra a permanente e exclusiva satisfação daqueles interesses que – espaldados na ausência de participação política durante o período autoritário – foram responsáveis pelo nível atual de exclusão social nas cidades brasileiras.

Neste sentido, assumiu posição contrária à absoluta hegemonia exercida, até hoje, pela propriedade privada do solo urbano; aos múltiplos processos de privatização dos equipamentos coletivos, dos serviços públicos e da infra-estrutura urbana; ao recuo da esfera pública no direcionamento do crescimento urbano; aos processos de repressão à luta desenvolvida pela população para o alcance de condições de sobrevivência no espaço urbano; aos processos de especulação com a terra urbana e à falta de visibilidade nas políticas urbanas.

Desta forma, foram delineados os parâmetros gerais para a formulação de um modelo mais igualitário de vida urbana, calcado na compreensão da cidade como produto histórico e fruto do trabalho coletivo.

A emenda popular apresentou, ainda, um conjunto de instrumentos jurídicos capaz de apoiar a concretização desta compreensão por administrações democráticas e os mecanismos institucionais pelos

quais deveria ocorrer a participação social na proposição de leis e no controle dos investimentos no espaço urbano.

A extrema complexidade do processo de organização do Movimento Nacional pela Reforma Urbana ajuda a compreender, pelo menos em parte, as dificuldades encontradas pelas instituições proponentes da emenda no acompanhamento contínuo do trabalho constituinte. Outros fatores que ajudam a explicar as dificuldades ocorridas neste acompanhamento talvez possam ser localizados na inserção recente, referida antes, do ideário da Reforma Urbana na consciência política do país, o que trouxe limites ao envolvimento, na defesa das propostas contidas na emenda, de parlamentares pertencentes a partidos políticos progressistas. Porém, outros fatores não devem ser esquecidos tais como os que decorreram da própria composição conservadora da Assembléia e aqueles originados na ação dos *lobbies*.

Desta forma, os resultados alcançados na nova Constituição do país expressaram tanto avanços no reconhecimento político da questão urbana quanto limitações decorrentes deste conjunto de processos. Assim, o capítulo destinado à Política Urbana reconheceu o alcance da função social da cidade como competência municipal a ser realizada através do Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, para cidades com mais de vinte mil habitantes; vinculando, aos termos do plano, a utilização de instrumentos que podem possibilitar a relativa subordinação da propriedade do solo urbano às necessidades coletivas. As penalidades às quais encontra-se submetido o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado e não utilizado atingem, de forma sucessiva, até a desapropriação por títulos da dívida pública. Porém, não há referência a instrumentos de controle direto do capital imobiliário, considerando-se a sua dinâmica específica.

Observamos, assim, que o Plano Diretor adquire extraordinária primazia frente a outras formas possíveis de intervenção planejada nos espaços urbanos. Além disto, fora de suas determinações, a propriedade privada encontra-se protegida pela exigência de prévia e justa indenização em dinheiro[2].

O detalhamento da exigência constitucional de planos diretores urbanos ocorre, hoje, no projeto de Lei Complementar de Desenvolvimento Urbano, federal, e nas determinações estabelecidas nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais. Assim, a sua implementação encontra-se agora submetida, também, aos resultados

políticos alcançados na definição das normas de exercício destes outros níveis de poder. Neste sentido, os resultados apresentados são profundamente diversos, como não poderiam deixar de ser, face à variação das realidades locais e às suas diferentes histórias políticas[3].

Desta maneira, o atual quadro político-administrativo representa a existência de desafios novos para a penetração, na sociedade brasileira, do ideário da Reforma Urbana. Estes novos desafios podem ser rapidamente resumidos na difícil multiplicação de frentes possíveis de atuação das entidades envolvidas com a reforma, dadas as demandas vindas dos processos estaduais e municipais em curso. Esta multiplicação de espaços de atuação pode colaborar, pelo menos a curto prazo, para a acentuação do processo de desagregação do movimento em decorrência, inclusive, da sua emergência ter estado historicamente vinculada ao processo constituinte.

De outro ângulo de observação, cabe enfatizar que a exigência constitucional de planos diretores urbanos atinge um espectro extremamente heterogêneo de realidades locais – de pequenas sedes municipais, dispersas no território do país, aos complexos municípios-núcleo das regiões metropolitanas. Trata-se, portanto, de uma exigência que tendencialmente estimula a homogeneização pelo pensamento técnico, das profundas diferenças existentes na rede urbana brasileira.

A existência deste risco pode ser claramente identificada na pequena renovação ocorrida, até o momento, no pensamento técnico do urbanismo, o que traz dificuldades à adesão política a novos processos de planejamento do espaço urbano que correspondam, de forma imediata e socialmente compreensível, ao ideário da Reforma Urbana. Além disso, dado a origem do movimento ter estado vinculada ao processo de reorganização político-institucional do país, os principais instrumentos da reforma encontram-se expressos em leis e em suas aplicações potenciais e, não, em projetos imediatamente inscritos no ordenamento global dos espaços urbanos.

Esta observação pode ser complementada pela inclusão do fato de a tradição brasileira de planos diretores ter sido amplamente sistematizada durante o período autoritário quando imperaram os ideais de modernização dos espaços urbanos; de controle do então chamado caos urbano e de racionalização das administrações municipais pela neutralização da esfera política local. Esta tradição, acreditamos, difi-

cilmente poderá ser rompida, de forma significativa, naquelas realidades urbanas em que exista pequena autonomia política e técnica da esfera local. Nestes casos, poderá ocorrer ampla aceitação de pressões externas que orientem a adesão a diretrizes gerais pouco sensíveis às histórias locais e ao papel econômico e político desempenhado por cada localidade.

No entanto, a mesma dificuldade talvez possa ser identificada em grandes municípios, onde a magnitude e a complexidade do aparelho de planejamento apresentem obstáculos à emergência do pensamento inovador e à aceitação da participação social nos processos de formulação e de acompanhamento da execução dos planos diretores.

Uma leitura possível da cidade

O processo de difusão, a nível do país, do ideário da Reforma Urbana inscreveu a possibilidade de que, em localidades portadoras de avanços democráticos reais, ocorra a construção gradual – pelas tendências presentes nos processos de participação social e de representação política – de uma vida urbana mais humana e, portanto, capaz de expressar no espaço valores sociais que contemplem, prioritariamente, as necessidades coletivas.

Corresponde a esta possibilidade tanto a adequação do espaço urbano às exigências sociais quanto a adoção de uma ótica basicamente redistributivista, isto é, comprometida com a redução dos patamares atuais de desigualdade social verificados nas cidades brasileiras.

Conforme referência anterior, as estratégias espaciais coerentes com a implementação destes valores não se encontram previamente definidas. Como exemplo, podemos citar o fato de que investimentos públicos em áreas periféricas, potencialmente associados ao ideário da igualdade social, possam corresponder à atuação de mecanismos econômicos e políticos que acentuem a segregação social. Da mesma forma, a implantação de equipamentos coletivos nestas áreas pode não expressar, na prática social quotidiana, a redução de barreiras culturais existentes em determinados marcos urbanos.

Assim, a análise das conseqüências globais das políticas urbanas – para a qual podem oferecer indispensável colaboração os quadros técnicos sensibilizados pelos ideais da reforma – depende da identificação da aguda conexão entre processos sociais e espaciais que caracteriza a cidade.

Por outro lado, se a própria natureza da Reforma Urbana impede a defesa de modelos de cidade que ignorem as características econômicas, políticas e culturais das realidades locais, acreditamos ser coerente neste momento, com estes mesmos ideais, a divulgação de projetos para a totalidade de cada marco urbano que permitam a expressão das experiências acumuladas nas lutas urbanas.

Pensamos que a noção de acessibilidade constitua uma noção político-espacial nuclear para a formulação de projetos deste tipo, isto é, que permitam a identificação de caminhos concretos da participação social nos processos de elaboração e de controle da execução dos planos diretores urbanos[4]. Neste sentido, esta noção ao mesmo tempo que pode orientar a denúncia de processos de exclusão social, encontra-se potencialmente ligada, também, à defesa do acesso social à terra urbana e aos investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos coletivos. Assim, em termos gerais, trata-se de projetar, no espaço, as possibilidades reais de ampliação do acesso social à cidade, isto é, a forma material de sua apropriação ou reapropriação pelas coletividades de cada lugar.

Esta sugestão, cuja complexidade não pretendemos aqui minimizar, traz, como conseqüência imediata, a possibilidade de alocação dos instrumentos jurídicos a parcelas definidas da terra urbana, como forma, inclusive, de alcance do compromisso de órgãos públicos sujeitos às descontinuidades políticas entre sucessivos governos municipais.

Assim, por exemplo, investimentos em infra-estrutura que atinjam grandes extensões do marco urbano podem colaborar para a minimização dos efeitos de processos especulativos com o solo urbano que, calcados na excepcionalidade e em diferenças entre áreas, geram a redução do acesso à terra urbana dos segmentos sociais de menor renda. Da mesma forma, investimentos que facilitem e ampliem as condições de circulação coletiva na cidade podem contribuir, indiretamente, para que seja ampliado o acesso social aos equipamentos urbanos.

Além disso, a noção de acessibilidade colabora para que não seja omitida, na discussão do Plano Diretor, a questão – de importância crescente face ao empobrecimento das populações urbanas – da exclusão social das áreas equipadas e dos lugares centrais; lugares estes

onde a vida urbana ocorre de forma culturalmente mais rica e estimulante e onde as oportunidades sociais – de emprego, educação, saúde e lazer – tendem a estar concentradas. Portanto, o acesso social à cidade pressupõe tanto a habitação quanto os outros elementos econômicos e sociais da vida urbana[5].

Dirigir o quê ou quem?

A aceitação político-ideológica do direito à cidade[6], em concordância com o item anterior, conduz à necessidade de reconhecimento das diversas formas de vida coletiva que integram o espaço urbano. Este reconhecimento significa que projetos que visem à intervenção em áreas de conquista popular – favelas, ocupações coletivas, locais de vida social que signifiquem a recusa aos valores dominantes ou a resistência a estereótipos e preconceitos – estejam efetivamente submetidos ao controle imediato e contínuo da população envolvida[7].

Neste sentido, cabe a definição, com prioridade, não só das áreas que constituem patrimônio público e das áreas de interesse social, como também daquelas sobre as quais os princípios gerais de racionalização do uso do solo não serão exercidos; apoiando-se, desta forma, a manutenção do conteúdo cultural variável de cada lugar e, ainda, as precárias estratégias de sobrevivência desenvolvidas pela população na busca de um abrigo e, de alguma forma, de acesso à renda urbana. Podemos acrescentar, nesta direção, que se trata, basicamente, por um lado, de ampliar a face pública da cidade – sendo evitados os processos que privatizam os espaços de uso coletivo – e, de outro, de aceitar que as metas a serem inscritas nos planos diretores devem partir, de maneira clara e sem falsas utopias, do real diagnóstico do nível de pobreza que caracteriza o quotidiano da maior parte da população urbana brasileira.

Cabe acrescentar que este posicionamento tem por finalidade distinguir, na busca de coerência com o ideário da Reforma Urbana, entre aquelas formas de ordenamento e controle que procuram impedir abusos decorrentes da propriedade individual e/ou empresarial do solo urbano daquelas formas que possam implicar em acréscimo de perda para as parcelas da população submetidas a processos de exclusão e segregação sociais.

A visão geral da cidade, a sua concepção mais abrangente, encon-

tra-se submetida, portanto, ao reconhecimento, inclusive projetivo, das desigualdades sociais existentes; apresentando, com o indispensável apoio técnico, alternativas concretas para a sua redução. Desta forma, o coletivo – noção fundamental para a concepção progressista de cidade, de vida urbana – encontra-se presente em dois níveis de realidade. No primeiro, acentua-se a visão pública, ou seja, a necessidade da intervenção das administrações eleitas nos processos urbanos. E, no segundo, inscreve-se não apenas a necessidade de reconhecimento da representação coletiva dos interesses populares; mas, também, a indispensável articulação do primeiro nível à superação dos patamares atuais de desigualdade social.

Acreditamos que estes dois níveis de apreensão da realidade urbana sejam indispensáveis, permitindo a sua articulação, que os projetos político-administrativos para os espaços urbanos evitem tanto o idealismo, de cunho espacialista, que omite a realidade social como o tipo de realismo que não possibilita a apreensão mais ampla da cidade e que, portanto, não estimula a identificação de mecanismos e processos que geram, inclusive, a própria segregação social.

Além disso, esta proposta de apreensão do espaço urbano busca estimular, em seu formato, o reconhecimento de que a cidade é lugar de conflito cuja natureza varia a cada localidade em decorrência de diferentes composições sociais, interesses organizados e inscrição histórica do marco urbano na região em que se situa e nos momentos econômicos do país.

Assim, os planos diretores não deveriam ser compreendidos como instrumentos de amortecimento das contradições sociais que caracterizam a vida urbana – através das suas potencialidades de instrumento de ordenamento e controle do uso do solo – mas como possíveis contratos sociais, ou melhor, contratos urbanos, cuja duração estará subordinada à dinâmica da vida política.

Naturalmente, esta afirmação não implica em que os planos sejam compreendidos como instrumentos fluidos, plásticos, o que retiraria o seu caráter de orientador da administração pública e de possível instrumento estimulador das reivindicações sociais. Aliás, esta plasticidade dos planos diretores encontra-se descartada pela própria resistência à transformação representada pela materialidade urbana, pelo espaço construído.

Por outro lado, a noção de contrato implica na existência de fóruns

e canais institucionalizados de negociação que correspondam à possibilidade de manifestação política dos interesses em jogo na disputa do espaço da cidade e dos recursos urbanos. Acreditamos que a inexistência desta abertura institucionalizada à negociação dos planos ou, pelo menos, dos seus princípios gerais, possa gerar a impossibilidade da participação popular e o estímulo à ação de *lobbies* empresariais ou de segmentos privilegiados da população junto a setores da administração ou, de forma indireta, pelos processos de comunicação que constroem a opinião pública.

O projeto e suas limitações

Apesar da referência constante neste texto ao ideário da Reforma Urbana reconhecemos, com o apoio de vários analistas[8], as dificuldades presentes na elaboração de projetos políticos para a vida urbana que contem, efetivamente, com ampla participação social e que sustentem a compreensão, apresentada antes, de Plano Diretor como contrato social ou contrato urbano. Cabe esclarecer que esta compreensão implica, em seu sentido pleno, na negociação entre forças sociais com projetos e interesses distintos e, até mesmo, contraditórios.

No país, a visão mais geral da cidade tem sido sistematicamente negada ao habitante, da mesma forma que o debate da qualidade da vida urbana[9]. Neste sentido, a abrangência do Plano Diretor – estabelecido para a totalidade da área urbana, para sua área de expansão ou para o território do município – constitui uma oportunidade e um desafio. O uso da oportunidade, dependente das condições políticas locais, implica, por um lado, na existência, acima referida, de fóruns e canais institucionalizados de negociação e, de outro, na definição de princípios articulados a processos concretos de uso do espaço urbano que possam ser amplamente veiculados, estimulando a participação organizada e o envolvimento da população urbana em geral. Naturalmente, o tamanho da cidade e a sua complexidade; a presença ou ausência de forças sociais organizadas; a existência ou não de acesso às informações e aos meios e recursos de comunicação definirão, para cada localidade, diversas possibilidades reais de uso desta oportunidade.

O desafio, por outro lado, encontra-se colocado não apenas no

alcance das condições anteriormente referidas; mas, também, na superação de bloqueios que têm origem: no pensamento técnico sobre o espaço urbano; na falta de tradição, no país, de debate democrático das regras de convívio; na ausência de um conhecimento, acumulado pela população, sobre as características mais gerais do espaço em que vive; nas dificuldades implícitas no envolvimento de segmentos sociais marginalizados na discussão de projetos cujos resultados não possam ser identificados de forma imediata. Quanto a este último aspecto – e em respeito às formas de organização das reivindicações urbanas que se apóiam incisivamente em questões imediatas e localizadas – acrescentamos que surge como sendo especialmente relevante o debate descentralizado do Plano Diretor. Porém, acreditamos ser igualmente relevante a elaboração de princípios, de sínteses, que permitam, através de extensa veiculação, o envolvimento, mesmo que passivo, da população em geral, potencialmente atingida pelas determinações dos planos diretores.

Por fim, gostaríamos de esclarecer que o texto procurou apenas registrar algumas reflexões face à determinação constitucional que impôs a elaboração de planos diretores urbanos. O afastamento inicial desta exigência das demandas populares abriu, com relação à questão urbana, um campo novo de processos sociais e políticos em curso, cujos resultados não podem ser previstos.

Procuramos, no entanto, esclarecer algumas preocupações, ao mesmo tempo em que procuramos distinguir o momento atual – já fruto de múltiplos processos de politização da vida urbana – daquele em que foi sistematizada de maneira mais ampla, no país, a prática dos planos diretores. Neste sentido, torna-se indispensável a atualização política e técnica deste instrumento para que, com os planos, não ocorram recuos nas conquistas sociais ou, ainda, o seu engavetamento, o que os transformaria em caros objetos burocráticos sem utilidade social. Aliás, este tem sido o destino, no país, de muitos planos, o que, hoje, seria ainda mais grave dada a penúria financeira em que se encontram municípios atingidos pela exigência constitucional e a não contrapartida esperável, do esforço e dos recursos empregados nos planos, em termos de projetos de investimento das outras instâncias de governo. No entanto, a Constituição não detalha o conteúdo dos planos, o que deixa em aberto a possibilidade da sua reinvenção[10].

Notas

[1]A observação relativa ao caráter recente do ideário da Reforma Urbana não implica em desvalorização de processos políticos anteriores, tais como os representados por aqueles que, no período que antecedeu o golpe de 64, inscreveram o urbano entre os objetos das Reformas de Base.

[2]São consideradas punições sucessivas: parcelamento ou edificação compulsórios e imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.

Como outro instrumento deve ser referido o usucapião urbano para áreas até 250m, acionável pelo ocupante por mais de cinco anos ininterruptos e sem oposição: existindo a proibição de sua aplicação em imóveis públicos.

[3]Durante o II Fórum Nacional pela Reforma Urbana, ocorrido em São Paulo (1989), a mesa que realizou a avaliação das Constituintes estaduais permitiu a ampla constatação desta variação nos resultados alcançados. No entanto, desconhecemos a existência de balanços mais sistemáticos.

[4]A noção de acessibilidade tem sido desenvolvida nas pesquisas geográficas do espaço urbano. Citamos, com exemplo, a tese de mestrado de Leila Dias Carvalho – "Uma Interpretação Geográfica do acesso a Recursos Sociais: a Saúde em Copacabana", defendida em 1980 no Instituto de Geociências da UFRJ. .

[5]Esta reflexão – assim como a que constitui o próximo item deste texto encontra-se amplamente apoiada em trabalho coletivo ocorrido por ocasião do II Fórum Nacional pela Reforma Urbana.

[6]A emergência no Brasil de uma cultura política calcada em direitos sociais, direitos coletivos, tem sido identificada e analisada por diversos autores. Citamos como exemplos:
– Eder Sader – *Quando Novos Personagens Entravam em Cena (Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980)*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.
– Paulo Krischke – *Movimentos Sociais e Transição Política: Contribuições da Democracia de Base in* Ilse Scherer-Warren e Paulo Krischke (orgs) – *Uma Revolução no Cotidiano? (Os Novos Movimentos Sociais na América Latina)*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

[7]Os movimentos populares com origem na reivindicação por habitação são exemplos de resistência a políticas sociais que fujam ao controle da população envolvida.

[8]Citamos entre outros analistas:
– Túlio Vigevani – *Movimentos Sociais na Transição Brasileira: A Dificuldade de Elaboração do Projeto in* Lua Nova (Revista de Cultura Política), CEDEC, São Paulo, julho, n. 17, 1989.

– José Luís Cosaggio – *Pesquisa Urbana e Projeto Popular in* Espaço e Debates, n. 26, Ano IX, 1989, NERU, São Paulo.

[9]Consultar, para as dificuldades inerentes à recuperação, pela sociedade, do controle político do território, o livro de Milton Santos: *O Espaço do Cidadão*, São Paulo, Ed. Nobel, 1987.

[10]Consultar, para a importância dos quadros técnicos na elaboração dos planos diretores, o texto de Tamara Tânia Cohen Egler – "Planos Diretores e Política Fundiária da Habitação", IPPUR/UFRJ, 1990, mimeo.

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
I P P U R

Convênio: IPPUR/MAS

As Abordagens da Pobreza Urbana: Formulações e Práticas (dos anos 60 aos anos 80)

Resps.: Ana Clara Torres Ribeiro
Cláudia Tavares Ribeiro

índice

I. Introdução 1

II. Posicionamento face ao tema: a linha analítica adotada 2

II.1. Limites conceituais 5

II.2. Limites dos modelos 9

II.3. Caminhos para a construção de propostas 12

II.4. "Infiltrando" categorias e processos 14

II.4.1. O processo de urbanização 14

II.4.2. O processo de conformação do mercado de trabalho 21

II.5. O mercado de trabalho urbano: articulação e desagregação 24

III. Elementos do Pensamento Teórico-Técnico sobre a Pobreza Urbana 30

III.1. A emergência do tema: os anos 60 30

III.2. Crescimento econômico e a reprodução da exclusão. Os anos 70 34

III.3. A percepção de limites. Os anos 80. 37

IV. Contribuição para a reconstrução do tema da pobreza urbana 40

V. Referências Biliográficas 41

I. Introdução

As mudanças nos processos de expansão e consolidação da rede urbana brasileira, decorrentes da modernização econômica e técnica do país, encontram-se relacionadas ao surgimento de formas particulares de pobreza. A assimetria entre a distribuição da população e a distribuição das atividades econômicas mais dinâmicas no território nacional, promovida pela modernização, está na raiz de certos aspectos da má qualidade de vida urbana - como o subemprego e o emprego em setores de baixa produtividade, como as precárias condições de transporte, habitação, saneamento, saúde e educação -, que geram o estado de insuficiência de bem estar sócio-econômico de uma determinada parcela da população das cidades.

Até meados da década de 50, a existência dessa parcela da população urbana vivendo em estado de insuficiência de bem estar sócio-econômico não constituiu objeto de grandes preocupações do poder público. O contingente de "pobres urbanos" ainda estava se constituindo, e concentrava-se nas áreas urbanas em metropolização, de número bastante reduzido, se tomamos como referência o quadro urbano nacional. Cabe lembrar que até 1950, o país era marcadamente rural.

A partir desse período, e principalmente da década de 60, essa situação se modificou, com o poder público não apenas reconhecendo tal existência como, mais ainda, formulando propostas no sentido de seu enfrentamento.

Mas em que pese a formulação de diversas propostas, que conformaram políticas urbanas, políticas de desconcentração industrial e "políticas sociais", a pobreza urbana não apenas acentuou-se nas áreas metropolitanas, como difundiu-se por todo o sistema urbano brasileiro, apresentando-se, hoje, em níveis excepcionalmente elevados. Este fato demonstra a real dimensão das barreiras existentes ao resgate da dívida social no país.

Assim, apresentar elementos para a reconstrução da problemática da pobreza urbana e, conseqüentemente, para a busca de alternativas que contribuam, de fato, para a sua redução, constitui objetivo desse trabalho. Nesse sentido, resgatar-se-á e analisar-se-à diversas abordagens adotadas na avaliação e compreensão da pobreza urbana e, ainda, elementos do pensamento teórico-técnico, no período compreendido entre 1960 e 1980.

Acredita-se que nessas abordagens existiram (e existem) elementos positivos para a orientação do processo de definição de políticas sociais no contexto urbano.

II. Posicionamento face ao tema: a linha analítica adotada

A análise da pobreza urbana, como tema geral, impõe a articulação de determinantes advindos do processo de urbanização do país à falta de condições e de qualidade de vida de parcelas - mais ou menos amplas - da população.

No entanto, pode-se observar, na produção referida ao tema, uma forte tendência à não realização dessa articulação. Essa tendência é perceptível: pela não consideração de concepções voltadas para a superação da pobreza nas políticas urbanas, isto é, nas políticas voltadas para a organização e o controle do espaço urbano; e pela ruptura entre as intervenções dirigidas ao quadro social e as propostas concretas de transformação da materialidade urbana.

Esses fatos transformam a pobreza urbana em um campo de preocupações, conceituais e práticas, extremamente abrangente, que traduz-se, fundamentalmente, em um elenco heterogêneo de preocupações e atos referidos a um segmento social cambiante, o "pobre urbano", reduzido freqüentemente ao habitante pobre das grandes cidades e, principalmente das metrópoles, onde os contrastes entre formas de vida possuem maior visibilidade social e política (RIBEIRO & BARBOSA, 1987; ELIAS, 1990).

De fato, a pobreza urbana é enfrentada por políticas compensatórias, ou seja, por políticas que não consideram os determinantes mais amplos que interferem em sua conformação; por políticas que se dirigem, idealmente, à relativização dos efeitos sociais negativos produzidos pela urbanização e reproduzidos pela materialidade urbana, e não as suas causas.

Esta crítica inicial à produção referida ao tema da pobreza urbana pode ser realizada, ainda de forma mais ampla, quando se observa o fenômeno da urbanização genérica do país. Acredita-se que a não articulação dos determinantes advindos do processo de urbanização à pobreza urbana seja responsável pela não

consideração rigorosa das situações diferenciadas da pobreza e, portanto, das diversas formas como ocorrem, efetivamente, um conjunto de ações diárias, cotidianas, que organizam a vida coletiva nas cidades do país.

Encontramo-nos, portanto, face a níveis diferenciados de determinação da chamada pobreza urbana, correspondentes a fenômenos de escalas diversas. Pensamos que esta referência seja relevante por permitir melhor caracterização do âmbito, intensamente restrito, em que, com frequência, é formulada a produção teórico-técnica referida ao tema. Analisada enquanto resultante, e não a partir dos seus determinantes, a pobreza urbana surge como campo de referências para o desenvolvimento de ações necessariamente limitadas, em sua formulação e conseqüências práticas.

Em contraste, pensamos que a correta consideração dos seus determinantes possibilite a constituição da base indispensável para o delineamento de um conjunto múltiplo e complexo de intervenções possíveis e, ainda, para a interpretação de formas concretas de organização social, resultantes da experiência historicamente acumulada da situação de pobreza. Acreditamos que estas formas constituam, muitas vezes, o único lugar adequado para a afirmação de expectativas de mudanças, socialmente apropriáveis, no quadro social da vida coletiva nos espaços urbanos do país.

II.1. Limites conceituais

Nesta direção, apontamos para os limites existentes nas formulações teórico-técnicas referidas à pobreza urbana, que encontram-se realizadas, de forma privilegiada, nas intervenções desenvolvidas por aquelas instituições especializadas no atendimento ao "pobre urbano". Essas análises tendem a reproduzir os termos do deslocamento analítico citado no início desta parte do relatório - isto é, a não consideração das interfaces de fato existentes entre a conformação dos marcos urbanos, da vida urbana do país, e a pobreza - e, ainda, a desconsiderar o acúmulo histórico representado pela experiência da "vivência na e da pobreza".

De fato, a análise exclusivamente institucional corresponde, tendencialmente, à desconsideração: das formas particulares da pobreza relacionadas aos diversos momentos da urbanização brasileira; da multiplicidade de estratégias de sobrevivência acionadas pela população urbana dada a magnitude de suas carências; dos vínculos existentes entre os conflitos sociais, as pressões sociais e a ação institucional realmente implementada.

Essas observações não visam contribuir, em nenhum sentido, para a redução da relevância do tratamento institucionalizado da situação social; mas, sim, apontar com nitidez para o fato de que a "vivência na e da pobreza", no país, significa, sobretudo, a experiência do não-atendimento e, portanto, a efetivação de formas auto-desenvolvidas de sobrevivência (por ex: invasões

urbanas; recursos alternativos de atendimento em caso de doença; escolas particulares "informais" nas áreas carentes de atenção pública) (RIBEIRO, 1980).

Não considerar este universo de fenômenos, seria ignorar a leitura que a própria sociedade realiza das instituições dirigidas, formalmente, ao seu atendimento e, ignorar a existência de processos sociais concretos que podem contribuir para a potencialização da intervenção pública.

Mas não são apenas as análises calcadas nas intervenções das instituições especializadas no atendimento do "pobre urbano" que apresentam limites. Algumas análises dirigidas à reconstrução histórica da urbanização brasileira também os apresentam, uma vez que nem sempre consideram parâmetros que permitam a compreensão da dinâmica social. Assim, o reconhecimento, pela reflexão, do caráter permanente - estrutural - da pobreza urbana nos espaços urbanos do país, não diminui a necessidade de que seja também considerado, com extrema atenção e sensibilidade, o fato de que a "situação vivida" de pobreza, nas grandes cidades, constitui, sobretudo, a emergência de universos sociais - mais ou menos consolidados - com alta intensidade dinâmica e, ainda, com extraordinária capacidade de desdobramento real em práticas e manifestações sociais heterogêneas (por ex.: dos saques e quebra-

quebras que marcaram a cena das grandes metrópoles brasileiras na década de 70 à cristalização da moradia nas ruas) (SILVA, 1983).

Essa intensidade da dinâmica social, portanto, aponta para as limitações presentes em diagnósticos realizados com base em indicadores estáticos que, ao expressarem a permanência da

situação de pobreza da população urbana brasileira, não permitem, simultaneamente, a compreensão das práticas sociais extremamente mutantes, incorporadas em um mesmo nível (quantificado) de qualidade de vida.

A desconsideração da natureza e da intensidade deste nível de mudança pode corresponder, de fato, à desconsideração de formas de integração social - inclusive institucionais - eventualmente relevantes para a implementação de intervenções substantivas na situação social.

Cabe assinalar que a adoção de óticas segmentadoras da situação social - deslocadas do ritmo e do reconhecimento da direção das práticas sociais possíveis em cada momento e lugar - tem correspondido, muitas vezes, à realização de análises e intervenções que transformam tais práticas em "problemas sociais", orientando definições institucionais que tendem a reproduzir e a cristalizar artificialmente, a situação social expressiva de carências.

Tal mecanismo histórico de cristalização/ institucionalização de óticas segmentadoras da situação social, constatado nas intervenções (governamentais e não-governamentais) nas práticas implementadas pelos setores populares no país, permite-nos fazer referência, ainda, às limitações presentes numa terceira linha de análise, extremamente usual, da chamada pobreza urbana. Trata-se do que poderia ser rapidamente indicado através da citação daqueles estudos que segmentam as formas de "vivência social na e da pobreza", mediante seu enfoque psico-social. Este enfoque realiza o recorte da pobreza em tipos sociais estanques

e limitados (por ex: favelados, desempregado, biscateiros), muitas vezes sem verificar sua correlação positiva com processos relevantes de organização social e com redes ativas de solidariedade.

Esta forma, tantas vezes já institucionalizada e rotinizada, de diagnosticar e interferir no universo de práticas sociais que caracteriza a pobreza urbana, freqüentemente, exige - por parte da própria população inserida em situações de carência - esforços sociais e culturais acrescidos na busca de adequação às práticas de atendimento (VALLADARES, 1978). A intervenção institucional tende a se inserir, assim, na situação social real, mais como "oportunidade excepcional" a ser agilmente aproveitada - em decorrência do seu afastamento da plena dinâmica concreta da vida social - do que em referência cultural efetivamente orientadora da vida coletiva nos espaços urbanos e, portanto, em parâmetro seguro para o desenvolvimento de processos de integração social.

Além disto, conforme referência anterior, a própria conformação da ação das instituições de atendimento - reforçadora de tipos sociais estigmatizadores - fraciona e, portanto, frequentemente não incorpora, redes de relações sociais que movimentam o cotidiano urbano-metropolitano, deixando de estimular, desta maneira, seja a realização de intervenções concretas em significativos elementos materiais do quadro de vida, seja o uso da capacidade de multiplicação de investimentos representada pelas formas espontâneas e extremamente ativas de organização social, decorrentes da "vivência na e da pobreza". Ao contrário, com freqüencia tais ações, afastadas da vida social

cotidiana, contribuem, mesmo que de forma não desejada, para a redução de potencialidades que encontram-se presentes na vida coletiva.

Estas observações, evidentemente, não desconhecem esforços extremamente sérios dirigidos à superação de carências, calcados, inclusive, em lutas reais voltadas para a ruptura de situações sociais estigmatizadoras. Desejamos alertar, apenas, para as limitações em que, de fato, encontram-se inseridas ações sociais que, rotinizadas e distanciadas das formas ágeis de organização de coletivos ativos - efetivamente existentes em situações de pobreza - contribuem para a cristalização de mecanismos de segregação e, mesmo, de guetificação sociais.

Além disto, estas observações visam salientar o fato de que as instituições, já historicamente constituídas, de atendimento à pobreza urbana, poderiam, virtualmente, ampliar seu espectro de ação, caso organizassem seu campo de intervenção em consonância com o formato e a direção dos processos que, de fato, constroem social e culturalmente os segmentos com relação aos quais exercem sua atuação.

II.2. Limites dos modelos

Assim, depreende-se do exposto até o momento que a intensa dinâmica social da vivência "na e da pobreza" indica, com clareza, a necessidade de que sejam realizados cortes analíticos

que superem (ou pelo menos apontem) limites presentes em visões excessivamente genéricas das carências sociais nos espaços urbanos. Referimo-nos, sobretudo, à adoção ágil de modelos analíticos que mais estimulam a realização de comparações - entre países, regiões ou metrópoles (FOURQUET & MURARD, 1978) - do que o conhecimento intrínseco de determinantes imediatos, inclusive locais e institucionais, das oportunidades sociais e, portanto, o possível esclarecimento de práticas e situações sociais cotidianas que também são responsáveis pela reprodução de mecanismos de segregação e de exclusão social e cultural.

Por outro lado, sem reduzir a relevância dos diagnósticos amplos - capazes de permitirem a definição de metas políticas e econômicas de longo alcance e, portanto, de orientarem efetivamente transformações da estrutura social - acreditamos que a urgência presente no quadro de vida das cidades brasileiras imponha a percepção articulada de determinantes histórico-estruturais a mudanças conjunturais.

A apreensão da direção social dessas mudanças, mais próximas da dinâmica social cotidiana, pode orientar a percepção de tendências (reversíveis?) atuantes na organização social; tendências essas que efetivamente contribuem para o agravamento imediato do quadro de vida (por ex.: o desenvolvimento de práticas econômicas e institucionais que acentuam a exploração do trabalho que se realiza nas ruas das grandes cidades brasileiras) (RIBEIRO & ELIAS, 1986).

Nesta última direção, pensamos que a vivência social "na e da pobreza" comporte, sobretudo, a ocorrência de mecanismos

econômicos e culturais que contribuem para a redução do tempo dos projetos sociais e para a ênfase no espaço da vida cotidiana. Tal redução da vida social ao "aqui e agora" - expressão da experiência acumulada pelos setores populares - conduz à necessidade de que políticas mobilizadoras de energias sociais sejam traçadas também com base naquelas percepções sociais que efetivamente conduzem a ação coletiva face aos desafios da vida cotidiana.

A compreensão dos processos sociais que constroem essa percepção coletiva - orientadora de comportamentos e de reivindicações sociais - exige o recurso à reconstrução histórica da urbanização brasileira. Dessa história resultaram condicionantes materiais e culturais que - sedimentados ou confrontados - constituem parte significativa do acervo de leituras e experiências sociais que conformam, hoje, o universo da pobreza especificamente urbana.

Nesta direção, a análise de mudanças conjunturais na conformação da pobreza urbana necessita ser realizada com base tanto na identificação dos processos sociais, econômicos e espaciais que constituíram as sucessivas fases da urbanização do país - presentes de maneira mais ou menos completa e intensa, em cada lugar - quanto naquelas interpretações teórico-técnicas que sistematizaram elementos sociais e culturais da vivência social "na e da pobreza" nos espaços urbanos do país.

II.3. Caminhos para a construção de propostas

As limitações apontadas antes, presentes em múltiplas tentativas de construção de modelos para a análise da pobreza urbana, indicam ser particularmente indispensável a adoção de uma perspectiva histórica que possa orientar a seleção de processos concretos, significativos, articulados às condições de vida e às tendências ao empobrecimento das populações das cidades e, sobretudo, das grandes cidades do país.

Evidentemente esta seleção de processos concretos enfrenta, de início, a própria complexidade atual da vivência "na e da pobreza" referida, de forma rápida, no item anterior deste relatório. No entanto, pensamos que a identificação de processos concretos - responsáveis pela produção e pela reprodução ampliada da pobreza - possa ser realizada, de maneira consistente, através do acionamento, na análise histórica, de duas categorias básicas: urbanização e mercado de trabalho.

Estas categorias, em consonância com a sua elaboração por amplas parcelas do pensamento social referido ao país - possuem, em si mesmas, o poder de atribuir dinamismo e densidade à análise; dinamismo e intensidade esses considerados indispensáveis ao desvendamento de tendências atuais nas formas de organização da vida coletiva nos espaços urbano-metropolitanos do país.

Em realidade, trata-se, sobretudo, de reunir e articular o poder explicativo inerente a cada uma dessas categorias, já que,

através do seu acionamento, estaremos, sobretudo, observando, com especial atenção, as suas interações com a qualidade de vida da população urbana.

O padrão da urbanização brasileira encontra-se profundamente vinculado à constituição histórica do mercado de trabalho, enquanto expressão das formas de organização das atividades produtivas; e, da mesma forma, este mercado - cada vez com maior força - encontra-se, em sua manifestação imediata, articulado às condições materiais e às relações sociais e culturais construídas ao longo do processo de urbanização do país.

Assim, não nos encontramos frente a categorias independentes entre si, mas, ao contrário, frente à categorias que, ao serem observadas em suas mútuas relações, estimulam a constatação dos vínculos existentes entre contextos bastante delimitados da vivência "na e da pobreza" e, processos mais amplos, determinantes da fisionomia social, cultural e espacial desses contextos.

Desta maneira, as categorias urbanização e mercado de trabalho são apropriadas, nesse relatório, com a intenção explícita de obter orientação para a articulação desejada, referida em seu início, entre quadros de análises "particulares" e "gerais", freqüentemente utilizados, de forma isolada, na compreensão da pobreza urbana.

Esta preocupação encontra apoio em questões formuladas por José Luís Coraggio (1989;26) com relação a tendências atuais da pesquisa urbana:

> "Hoje se diz que naquela época (anos 60) a pesquisa urbana, como todas as pesquisas sociais, se baseava em generalidades, abstrações (...) Porém, (a) alternativa (atual) é falsa, porque não é certo que o reconhecimento do particular nos permite chegar ao menos a uma apreensão mais cabal do concreto. Pode ser muito mais abstrata uma coleção de casos do que uma elaboração formal que pretenda captar essências da totalidade social".

II.4. Infiltrando categorias e processos

II.4.1. O processo de urbanização

Para fins desse relatório, entendemos por urbanização, a manifestação histórica concreta, organizada no espaço, de um processo de desenvolvimento e mudança social que tem nas cidades sua expressão particular (GONÇALVES, 1989). Esse processo, segundo diversos autores que trabalham com o tema (SINGER, 1973; OLIVEIRA, 1982), é o processo que se inicia com o desenvolvimento da industrialização.

Assim, podemos dizer que a urbanização iniciou-se no Brasil, no final do século passado, com a constituição de um parque industrial de bens de consumo não duráveis nas cidades que constituíam centros regionais da economia agro-exportadora, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo (SINGER, 1973).

Esse processo de industrialização, incipiente, intensificou-se a partir da Revolução de 30 e, particularmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, quando condições internas e externas

favoráveis a expansão e diversificação do setor industrial no país, levaram o Estado brasileiro a adotar, em 1956, um modelo de crescimento econômico, de modernização acelerada, cuja principal base produtiva era a indústria; adoção esta que promoveu, em um primeiro momento, a metropolização dos centros regionais anteriormente mencionados, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, e, em um segundo momento, o reforço da metropolização, a urbanização de outros núcleos urbanos do sistema de cidades brasileiro e de algumas áreas ditas de "fronteira".

Os programas e projetos implantados entre 1956 e 60, no sentido de promover a industrialização do país, concentraram-se em setores industriais de pouco peso na estrutura anterior e nos quais operavam grandes empresas estrangeiras, tais sejam: material de transporte, material elétrico e metal-mecânica. Estes setores, que apresentam complementaridade técnica e econômica, sendo sensíveis às "economias de aglomeração", possuem alta associação geográfica e, portanto, tendem a localizar-se onde já existe um mínimo de "economias externas" de que possam usufruir e dispor (PIQUET, 1986). Como o eixo urbano Rio-São Paulo, apresentava economias externas em maior escala do que outras partes do território nacional, foi principalmente nesse espaço que tais setores se localizaram.

A concentração dos programas e projetos implantados entre 56-60 em setores de pouco peso na estrutura anterior, no entanto, não impediu que o setor de produção de bens de consumo não duráveis passasse por modificações significativas. Este setor, no qual operavam empresas nacionais a nível regional, teve a

demanda de seus produtos ampliada - dado o intenso crescimento urbano e a elevação do salário real urbano entre 1954 e 1959 -, atraindo empresas estrangeiras modernas, que passaram a atuar no mercado, aumentando a concorrência, e, com isto, produzindo a necessidade de modernização das empresas nacionais que antes dominavam esse mercado. A impossibilidade de algumas empresas nacionais, de âmbito regional, de atenderem esse mercado e as novas exigências da modernização resultaram no seu desaparecimento; e, assim, o setor de produção de bens de consumo não duráveis ficou ainda mais concentrado no eixo urbano Rio-São Paulo.

Cabe assinalar, que essa passagem da economia brasileira à etapa da industrialização não ocorreu sem a participação direta do Estado no setor produtivo. Este garantiu a expansão da infra-estrutura e o suprimento dos insumos básicos indispensáveis para o desenvolvimento da indústria, concentrando seus investimentos em infra-estrutura econômica também no eixo urbano Rio-São Paulo e, com isto, reforçando a industrialização e a urbanização polarizadas.

Tal concentração espacial de investimentos implicou a dissolução ou a transformação de áreas rurais estagnadas ou decadentes. Esta dissolução, por sua vez, provocou fortes fluxos migratórios em direção às cidades e, sobretudo às grandes cidades do país, aumentando significativamente sua população.

As atividades industriais mais modernas e mais dinâmicas, no entanto, não permitiram a incorporação de um grande número de trabalhadores ao processo produtivo, seja porque essas atividades

desenvolviam-se com um número relativamente pequeno de empregos, seja porque exigiam experiência e qualificação não compatíveis com a mão-de-obra disponível.

Assim, um grande contingente de população que afluiu às cidades em busca de melhores condições de trabalho e de vida, no período 50-59, foi incorporado ao mercado de trabalho, via ocupações de baixa produtividade e remuneração, isto é, como biscateiros, vendedores ambulantes, empregados domésticos, etc. (DAVIDOVICH, 1986).

Conclui-se, a partir do exposto, que a intensificação da industrialização e a urbanização dos grandes centros urbanos do país, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, no período 56-60, promoveu a concentração da pobreza nos mesmos.

Mas nos primeiros anos da década de 60, com a crise político-institucional, econômica e social que assolava o país (IANNI,1979), houve uma desaceleração do processo de desenvolvimento econômico. Este intensificou-se novamente, a partir do final da década de 60, quando novas diretrizes e objetivos foram definidos no sentido de consolidar e expandir o modelo inaugurado em 1956.

O grupo que assumiu o poder em 1964 encontrou a economia brasileira em depressão . O setor público com a capacidade de endividamento esgotada, ao efetuar cortes de gastos em 62/63, precipitara a queda dos setores de equipamentos elétricos, mecânica e construção civil; os projetos petroquímicos encontravam-se em compasso de espera; os setores produtores de

bens duráveis, em declínio; e os de bens de consumo não duráveis, em crise profunda.

Para promover a sua recuperação, o Estado implantou políticas econômico-financeiras que representavam compromissos assumidos com a estrutura industrial pré-existente, estimulou os setores ligados à construção civil e criou incentivos às exportações (PIQUET, 1986).

A expansão quase explosiva das exportações, possível não apenas pela política de isenções e subvenções fiscais por parte do governo, como também por uma conjuntura internacional favorável, marcada pela expansão do comércio mundial, trouxe recursos do exterior para o país numa medida muito mais ampla do que no passado (SINGER, 1982).

Iniciou-se então uma nova estratégia de desenvolvimento baseada, significativamente, na abertura da economia para fora; estratégia esta que acarretou uma série de transformações no quadro urbano brasileiro. Essa nova estratégia orientou-se não apenas pelas necessidades do mercado interno, como também pelas necessidades do mercado mundial, sendo o seu objetivo maior o de integrar a economia brasileira na divisão internacional do trabalho.

Os vultosos projetos então implantados, relacionados à produção de bens de consumo duráveis, à indústria de bens de capital e de insumos básicos, à exploração de recursos minerais, assim como à agricultura de exportação, promoveram, dentre outros processos, o reforço da metropolização - as áreas metropolitanas ainda representam o locus principal da indústria

do país; o desenvolvimento de algumas cidades interioranas, convertidas em principais pontos de apoio da expansão agrícola; e o desenvolvimento da base urbana de áreas de baixa densidade demográfica e econômica, como apoio logístico da exploração agromineral (DAVIDOVICH, 1987). Ou seja, a difusão da urbanização pelo país.

O reforço da metropolização deveu-se especialmente: à desconcentração das indústrias para os municípios periféricos e para os municípios do entorno das já institucionalizadas Regiões Metropolitanas brasileiras (por exemplo: Cosigua, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; grande indústria, no anel que circunda a Região Metropolitana de São Paulo; pólo petroquímico, junto a Salvador; Fiat, na Região Metropolitana de Belo Horizonte; Aços Piratini e Refinaria Alberto Pasqualini, na Região Metropolitana de Porto Alegre); à expansão de sedes de firmas transnacionais e da grande empresa nacional, nas maiores metrópoles do país, Rio de Janeiro e São Paulo, assim como de atividades ligadas à circulação do capital e das mercadorias - atividades bancárias, comerciais, de transporte, publicitárias, etc. (DAVIDOVICH, 1987).

O desenvolvimento de algumas cidades interioranas decorreu, principalmente, da intensa especialização e tecnificação do campo, em função da lavoura de exportação:

> "A interiorização do CAI (complexo agro-industrial) (...) acelera o crescimento dos centros urbanos nas áreas de expansão mais dinâmica, que passam a concentrar uma oferta mais diversificada de serviços, notadamente aqueles ligados à modernização do setor agrícola e ao consumo das classes médias que a amplitude de intervenção do Estado faz brotar nas regiões mais distantes" (LAVINAS, 1987).

Por sua vez, a base urbana de áreas de baixa densidade demográfica e econômica desenvolveu-se, fundamentalmente, a partir da implantação de grandes projetos de exploração agromineral, que, abrindo novas obras, atraiu grandes massas urbanas, pela expectativa de emprego que as obras induzem (PIQUET, 1990).

Mas a expansão da indústria, das sedes de firmas transnacionais, das sedes da grande empresa nacional, e das atividades ligadas à circulação do capital e da mercadoria, nas regiões metropolitanas brasileiras; das novas relações entre agricultura e indústria, no interior do país; e dos empreendimentos voltados para a exploração de recursos minerais, em áreas de baixa densidade econômica e demográfica, também não permitiram a incorporação de parcela significativa da população ao processo produtivo, às atividades gerenciais, administrativas e ao grande comércio.

Assim, apesar do emprego na indústria, no sistema financeiro, no sistema de transportes, na publicidade, etc. ter crescido nas regiões metropolitanas, as ocupações de baixa produtividade e remuneração e o desemprego proliferaram em proporção muito mais elevada; apesar do setor industrial e do grande comércio terem se desenvolvido nas cidades do interior, cujo crescimento foi dinamizado pela modernização da agricultura, pequenos produtores, pequenos comerciantes e posseiros que trabalhavam nessas cidades tiveram suas atividades prejudicadas e foram expulsos para a periferia; apesar das oportunidades de emprego terem aumentado nas áreas nas quais foram implantados

grandes projetos de exploração mineral, esta aumento não foi em proporção suficiente para absorver a massa de trabalhadores que se deslocou para as mesmas.

Em síntese, se a urbanização difundiu-se pelo país, o mesmo pode se dizer em relação à pobreza urbana.

II.4.2. O processo de conformação do mercado de trabalho

Compreendemos, através da categoria mercado de trabalho, a emergência e efetiva extensão social das relações assalariadas no país. Nesse sentido, a categoria indica o surgimento de um complexo conjunto - relativamente novo dependendo da área geográfica e do segmento social observados - de relações sociais cujos vínculos, diretos e indiretos, com a qualidade de vida da população urbano-metropolitana, ultrapassa, intensamente, a interpretação mais imediata da realidade social permitida pelo uso corrente da categoria. Este uso corrente pode ser reconhecido na seguinte definição:

> "A expressão (mercado de trabalho) constitui uma descrição metafórica da relação entre a oferta e a procura de mão-de-obra em âmbito restrito ou global" (FGV/MEC-FAE, 1986).

Em sentido inverso ao permitido por essa definição, pensamos que a categoria possibilita o alcance de um nível de compreensão abrangente e dinâmico da história do país. De fato, a análise do mercado de trabalho pode apoiar a apreensão tanto da profundidade

dos processos de mudança social quanto, também, de seus limites (relações assalariadas parciais, transitórias, incompletas, instáveis, para-legais). Nas palavras de Florestan Fernandes (1977:180):

> "(...) o tipo de capitalismo instituído na América Latina, que floresceu graças à modernização do arcaico, atinge a era da industrialização em grande escala e da exposrtação de produtos industrializados, explorando com intensidade a arcaização do moderno".

Este processo de arcaízação do moderno, para o autor citado, configura a efetiva natureza social e cultural das relações assalariadas no país e, de forma mais ampla, no contexto latino-americano. É ainda este processo - nas diversas fases de sua construção - que tensiona e tipifica, de maneira abrangente, a modernização da sociedade e, especificamente, da vida urbana.

Outros autores referiram-se a esta particular configuração histórica através do diagnóstio amplo "modernização sem modernismo" (Canclini, 1989).

No entanto, ainda com apoio na análise de Florestan Fernandes, podemos afirmar que esta específica manifestação do(s) processo(s) de modernização, calcada em limites à extensão e plena consolidação das relações assalariadas, não impediu que o mercado de trabalho servisse de parâmetro institucional para a organização social. Tal parâmetro manifesta-se nas funções ordenadoras e estratificadoras exercidas a partir da sua emergência e da sua afirmação históricas:

> "Todos os que passam pelo mercado se classificam positivamente "dentro da ordem"; os que não passam pelo mercado, classificam-se negativamente, marginalizando-se

como "condenados do sistema" (ou suas vítimas necessárias)"(1077;198).

> "(...) o "progresso" (econômico, cultural e politico) não elimina distinções e barreiras sociais alarmantes, consolida-as ou as renova sob novas aparências" (1977:200,201).

A conformação histórica - social e cultural- do mercado de trabalho no país transformou as regras, ainda que apenas potenciais, desse mercado em elemento generalizado da normatização das relações sociais, mesmo face às desigualdades espaciais do processo de industrialização e face à escassez de oportunidades sociais, mais ou menos intensa nas diversas conjunturas econômicas e politicas nos diferentes espaços regionais e locais.

Assim, consolida-se a institucionalização da organização social através do trabalho assalariado, sem que sua realização concreta ocorra na forma "moderna", plena e dinâmica, isto é, como campo ampliado de realização das expectativas e dos investimentos sociais.

Esta profunda dissintonia atinge, de maneira extremamente aguda, a vida urbana onde o acesso aos recursos de subsistência encontra-se mediatizado- de forma crescente - pelas relações monetarizadas. Nas palavras de Francisco de Oliveira (1972:52):

> "(...) não somente na medida que o tempo passa, mas a medida que a urbanização avança, a medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo de reprodução da FT (força de trabalho) urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos, isto é, o custo de reprodução da FT também se mercantiliza e industrializa".

Desta maneira, a evolução e a extensão crescente da urbanização expressa a ocorrência de mudanças intensas na face

social das relações assalariadas no país, já que nesta face estão presentes desigualdades sociais no acesso a condições de vida nas cidades.

Por outro lado, a forma como estas condições são instaladas e geridas - empresarialmente ou pelos organismos públicos - atinge, diretamente, tanto o desenho do mercado de trabalho quanto o conteúdo social do salário.

A urbanização e o mercado geram, permanentemente, novas necessidades sociais. Assim, o "corte urbano" na análise do mercado de trabalho, em suas conseqüências diretas para a qualidade de vida, permite a consideração de relações extremamente fortes entre a organização espacial e econômica da sociedade e o perfil social e cultural da pobreza urbana.

II.5. O mercado de trabalho urbano: articulação e desagregação

As caraterísticas históricas do processo de urbanização e as diferenças regionais e locais do seu ritmo correspondem, com clareza, a limites, antes assinalados, na incorporação social pelo mercado de trabalho, plenamente constituído, do país (nível de incorporação da população e acesso, pelo salário, às condições de vida urbana).

Assim, esses limites podem ser reconhecidos na fisionomia das cidades, marcada pelo desenvolvimento de estratégias de sobrevivência - não ou parcialmente monetarizadas - no contexto

urbano (por ex: invasões; lutas por dotações públicas; trabalho realizado fora de estabelecimentos; "gatos" de toda ordem para o uso das redes de servicos).

E, ainda, esses limites podem ser reconhecidos na busca permanente, realizada pela população, de constituição de elos de trabalho entre a "vivência na e da pobreza" e as formas mais ativas e permanentes de cooperação urbana, isto é, aquelas formas que, nas suas integrações financeiras e de produtos e serviços, constituem a frente organicamente ativa e dominante da economia urbana. É nesta frente que continuamente surgem novas oportunidades sociais, produzindo o afastamento ou a subordinação de formas tradicionais de vivência "na e da pobreza".

É este cenário de relações espaciais, econômicas e sociais que Francisco de Oliveira (1972:29) articula, diretamente, ao padrão da urbanização e aos seus vínculos com a modernização do país:

> "Em poucas palavras, o fenômeno que existe não é o de uma "inchação" do Terciário. O tamanho deste, numa economia como a brasileira do ponto de vista de sua participação no emprego total, é uma questão estritamente ligada à acumulação urbano-industrial".

Nesta mesma direção, outra linha de análise, utilizada na apreensão dessas tendências que, ao se cindirem e articularem, caracterizam de forma ampla e profunda a vida coletiva nas cidades brasileiras, é proposta por Milton Santos (1979:36,37), através da observação do que denomina os dois circuitos da economia urbana.

Apesar da extensão da citação desse autor, feita a seguir, pensamos ser pertinente a sua realização dada a sua relevância para a rápida apreensão do quadro urbano de vida em suas ligações diretas com a construção histórica do mercado de trabalho:

> "As atividades do circuito superior usufruem direta ou indiretamente da ajuda governamental, enquanto as atividades do circuito inferior não dispõem desse apoio e freqüentemente são mesmo perseguidas, como no caso dos vendedores ambulantes em numerosas cidades.
> (...) O funcionamento do circuito superior está baseado nas necessidades de uma produção "capital intensivo" local ou exógena. O consumo, ligado ao poder de compra, é seletivo, mas as firmas do circuito superior dispõem de meios de publicidade suficientes para criar novos gostos e para atrair a clientela, ou seja, elas impõem a demanda. O circuito inferior, ao contrário, apóia-se no consumo; ele resulta da demanda, mesmo que esta esteja deformada pelo efeito-demonstração(...).
> Uma outra diferença essencial entre os dois circuitos decorre do fato de o circuito inferior encontrar sua integração localmente, enquanto que no circuito superior, as atividades realizadas localmente vão se integrar numa outra cidade de nível superior, no país ou no exterior".

Esta proposta dirigida à compreensão das formas de organização - segregadas e/ou parcialmente complementares - da economia urbana, envolvendo diferentes escalas e ritmos das atividades econômicas, orienta a análise do acesso socialmente desigual à renda urbana. Trata-se da parcialidade do mercado de trabalho urbano moderno e, ainda, dos seus limites na emissão de impulsos à cooperação urbana plena.

As cidades - enquanto desigual acumulo de tempos históricos- reúnem e exprimem diferentes tempos internos (SANTOS,1985) que correspondem, de fato, à adição das exclusões pretéritas às exclusões sociais contemporâneas.

A descrição analítica das conseqüências sociais desses processos implica na identificação de perdas sociais decorrentes: do trabalho virtual, não realizado; da restrição à paralegalidade do trabalho realizado no circuito inferior da economia urbana; dos processos de desenraizamento e quetificação com origem nos limites existentes à cooperação urbana; nas rupturas - sem substituição em nível socialmente mais justo - do aprendizado social e cultural envolvido na vivência "da e na pobreza".

Ainda através do recurso à análise, antes citada, de Florestan Fernandes torna-se possível a apresentação dos traços amplos da síntese social do processo de modernização econômica do país:

> "(...) os novos surtos de rápido crescimento econômico renovam e fortalecem desigualdades econômicas, sociais e políticas que são incompatíveis com a ordenação em classes sociais (via a consolidação regular e socialmente extensa do mercado de trabalho). Incapaz de realizar uma revolução urbana - como foi incapaz de realizar uma revolução agrícola - o capitalismo em questão fez com que a história social do campo se reproduza na evolução das grandes metrópoles e das cidades."(1977:180).

Com esta rápida síntese dos elementos básicos que conformam os múltiplos papéis desempenhados pelas regras formais do mercado de trabalho urbano no país, gostaríamos de destacar os seguintes pontos para a intervenção no universo da pobreza das cidades brasileiras:

- a não incorporação às oportunidades formais do mercado de trabalho urbano de amplas parcelas da população constitui a base de fatos responsáveis por múltiplas carências sociais;

- esta não inclusão não impede que a sociedade esteja organizada - em suas regras explícitas fundamentais - através do pressuposto de que ter uma posição assegurada no mercado formal de trabalho constitui obrigação individual ou meta orientadora da formação das novas gerações;

- a urbanização, como amplo e complexo processo social e cultural, impõe a ruptura de formas anteriores de vida coletiva e, expressa exigências crescentes de acesso aos fluxos de renda;

- os patamares atuais de exclusão social implicam na existência de sobreposições e articulações entre formas atuais e pretéritas de não incorporação da população urbana às oportunidades formais do mercado de trabalho;

- o grau de urbanização atingido pela sociedade brasileira implica na afirmação de que se as cidades expressam a pobreza, também constituem o lugar privilegiado para o seu enfrentamento;

- a fisionomia social e espacial das cidades expressa, neste sentido, as múltiplas estratégias desenvolvidas por segmentos excluídos da sociedade brasileira na busca de condições de sobrevivência;

- esta mesma fisionomia também contém o resultado de sucessivos processos de exclusão; constituindo, assim, a intervenção na materialidade urbana, uma possibilidade real para políticas que visem a redução dos atuais patamamres de exclusão social;

- a origem histórica , e a conseqüente já longa consolidação de processos de exclusão social face às regras formais do mercado de trabalho urbano, permite o reconhecimento da relevância das

estratégias desenvolvidas pela população para o acesso à renda urbana;

- a observação de que as políticas sociais muitas vezes não encontram-se apoiadas na plena consideração do acúmulo cultural representado pela experiência da vivência "na e da pobreza" gera a recomendação de que este acúmulo seja plenamente incorporado na definição das referidas políticas;

- esta recomendação encontra apoio na observação de que a não consideração deste acúmulo pode significar, de fato, a redução da potencialidade contida por caminhos já percorridos pela população e, portanto, a conseqüente redução dos possíveis efeitos sociais positivos das políticas públicas;

- o universo de relações e práticas sociais constituído pelo trabalho que não se realiza segundo as regras formais do mercado, constitui um dos núcleos básicos daquelas políticas que visem, de fato, colaborar para a redução dos patamares vigentes de pobreza nas cidades brasileiras;

- a pobreza hoje constitui uma realidade marcante da rede urbana do país; ultrapassando, assim, a imagem corrente da sua manifestação apenas nas metrópoles. Nesta direção, a valorização da questão do trabalho exige a compreensão do papel exercido por cada lugar na economia do país; estando as possibilidades de intervenção adequada, portanto, vinculadas estreitamente à qualidade dessa compreensão.

Por fim, cabe acentuar que as categorias urbanização e mercado de trabalho foram assumidas como nortes orientadores da reflexão latino-americana e brasileira relativa à pobreza. Neste

sentido, a recuperação, ainda que breve, desta reflexão pode trazer elementos relevantes para a reconstrução do tema da pobreza urbana neste texto.

III. Elementos do pensamento teórico-técnico sobre a pobreza urbana

O acionamento, neste texto, de elementos do pensamento teórico-técnico sobre a pobreza urbana, desenvolvido a partir dos anos 60, tem por principal objetivo propiciar a superação de limites, antes indicados, em conceitos e modelos. Acredita-se, neste sentido, que tais limites decorram, em grande parte, da inadequada especialização - ocorrida sobretudo nos últimos anos - de um campo de estudos sobre a pobreza, tendencialmente desvinculado de interpretações mais amplas da realidade social. Por outro lado, tal especialização parece corresponder ao significativo processo de isolamento das chamadas políticas sociais no âmbito das políticas públicas.

III.1. A emergência de um tema : os anos 60

As fases da modernização econômica do país - sobretudo aquelas que ocorrem a partir dos anos 50 - definiram novas

características sociais do quadro de vida urbano-metropolitano. Na fisionomia da sociedade urbana encontra-se expressa a intensidade dos processos combinados de mercantilização do trabalho e de monetarização do acesso às condições de vida.

As expectativas de plena absorção "moderna" da população urbana nas oportunidades de emprego e renda são, no entretanto, intensamente contrarrestadas por fatores decorrentes do próprio processo de industrialização. Neste sentido, talvez possa ser dito que, a partir da década de 60, observa-se o aprofundamento do confronto entre a froma como a pbreza pode ser vivenciada - em suas lutas e instabilidades - e a organização da sociedade propiciada pelas regras formais do mercado de trabalho.

Em consonância com esta última formulação da questão da pobreza urbana, acreditamos que o item anterior permitiu esclarecer a linha de análise adotada neste texto. Não se trata, neste momento, de reeditar dicotomias analíticas já suficientemente criticadas (IANNI, 1963:88); mas, de reconhecer características de situações sociais amplamente compartilhadas que, para o texto, encontram-se indicadas pelas categorias urbanização e mercado de trabalho.

No entretanto, convém recordar que - ao nível do pensamento teórico-técnico - o confronto acima mencionado encontra-se, com frequência, descrito, na literatura referida à América Latina e particularmente ao quadro urbano brasileiro dos anos 60, através da indicação da conformação de crescentes massas marginais, originadas da ausência de equilíbrio entre o ritmo da urbanização e o ritmo da industrialização. Assim, a observação analítica

predominante nesta década assinala, com intensidade, os limites dos processos de modernização social decorrentes da industrialização e da urbanização do país.

Desta maneira, o quadro social que emerge da urbanização brasileira, não permite mais, para uma parte significativa dos analistas do período, a manutenção da expectativa, comum nos anos 50, de que, nas cidades, se afirmassem as condições de uma sociedade moderna; sociedade esta em que, esperava-se, os conflitos - organizados e institucionalizados - permitiriam a plena expressão do conflito de interesses em projetos para o país (BRANDÃO LOPES, 1970).

Ao contrário, o passado estruturalmente estreito, decorrente da base econômica agro-exportadora, torna a ser reconhecido na face mais moderna da sociedade brasileira, nos próprios núcleos concentradores do processo de industrialização. Nestes núcleos, assim como em outras áreas urbanas importantes, encontra-se reproduzida e ampliada, de forma ainda mais intensa, a influência de determinantes (estruturais) da marginalização social.

Em consonância com o pensamento que se afirma na análise do contexto latino-americano, na década de 60, a reflexão referida ao país, realizada sobretudo na década seguinte, assinala a reprodução - nos espaços urbano-metropolitanos - de processos estruturais responsáveis pela exclusão social (KOWARICK, 1973). Ao nível do pensamento latino-americano, Aníbal Quijano (1978:37) - com acentuada influência na interpretação da realidade brasileira - propôs as bases da orientação conceitual voltada para a leitura estrutural do quadro social que se consolidava:

> "(...) a estrutura geral da sociedade, que contem ambos aspectos (uma estrutura econômico-social dominante e uma esfera, em ampliação, de marginalidade social), move-se, asim, em duas tendências radicalmente contraditórias: a tendência de desenvolvimento de uma determinada estrutura dominante dentro da sociedade e a tendência de desenvolvimento de vastos setores populacionais não incorporados, nos setores institucionais básicos, a esa estrutura dominante.
> Não se trata, tecnicamente, de uma possível dualidade da estrutura. Longe disso, uma tendência é correlativa, necessariamente, da outra. Se uma existe, é porque existe a outra, porém as duas não podem desenvolver-se senão conflitivamente porque envolvem interesses sociais radicalmente conflitivos".

Esta linha de interpretação da realidade social, postulada a partir dos anos 60, integra elementos da estrutura produtiva - onde se reconhece o caráter limitado da industrialização no que se refere, especificamente, à criação abrangente de novos empregos - ao diagnóstico do afastamento entre a dinâmica demográfica e as necessidade, em termos de força de trabalho, da indústria dinâmica orientada por investimentos externos.

Esta última direção analítica encontra-se proposta por José Num (1979), que analisa, para o contexto latino-americano, a produção de população excedente pela própria dinâmica da indústria moderna e, ainda, o caráter não funcional - para o polo moderno da economia - de amplas parcelas dessa população, até mesmo para a compreensão dos salários da força de trabalho incorporada.

Essas vertentes analíticas procuraram estabelecer parâmetros orientadores da compreensão estrutural, abrangente, das situações específicas de carência que se multiplicavam e, portanto, ganhavam visibilidade, durante os anos 60, nos contextos urbano-metropolitanos.

Procuraram essas vertentes, sobretudo, ultrapassar os termos da compreensão, então predominante, das favelas e de outros assentamentos urbanos similares; compreensão essa também extendida à avaliação das formas de trabalho desenvolvidas pelas populações marginalizadas pelo processo de modernização. Nesta compreensão corrente - orientadora de intervenções públicas - predominavam análises de cunho psico-social que procuravam, com freqüência, no comportamento e na cultura das populações marginalizadas, elementos impeditivos à sua plena integração à sociedade urbano-industrial.

III.2. Crescimento econômico e reprodução da exclusão. Os anos 70.

Ao longo dos anos 70, as práticas e as condições de vida das populações empobrecidas e excluídas dos contextos urbano-metropolitanos foram incisivamente apreendidas através do remetimento amplo à orientação fornecida pelos conceitos de dependência - das economias latino-americanas - e marginalidade social.

No entanto, surgem, também nessa década, formulações críticas a essa orientação, que procuram tanto o aprofundamento da origem histórica dos processos sociais de marginalização de segmentos da população das grandes cidades do país - através, inclusive, da análise histórica da conformação da rede urbana

brasileira -, quanto, também, o conhecimento da real dinâmica da economia urbana. Nesta última face pode ser reconhecida a insatisfação, que afirma-se no período, com a diretriz fornecida pela análise estrutural apresentada no item anterior desse texto, como exemplifica Paul Singer (1973;88):

> "(...) entre o 'núcleo hegemônico' e o 'setor marginal' interpõe-se todo um conjunto de atividades, que por não estarem monopolisticamente organizadas não pertencem ao núcleo hegemônico e por não sofrerem perda de significação etc. tampouco são marginalizadas. Deste modo, vê-se que a visão dicotômica (...) não corresponde à realidade bem mais complexa da América Latina".

Nesta direção, pode ser dito que o pensamento teórico-técnico da década de 70 caracteriza-se pela busca de detalhamento das relações econômicas e sociais intra-urbanas. Assim, ao mesmo tempo que o grande tema da qualidade de vida encontra-se amplamente utilizado como norte orientador da análise crítica do quadro social das áreas urbano-metropolitanas, afirma-se a necessidade de conhecimento das chamadas estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelas populações marginalizadas. Como o pobre urbano sobrevive?

As referências às estratégias de sobrevivência, apreendidas através de formas específicas de trabalho, já encontra-se presente nas análises estruturais antes referidas. No entanto, neste período, pode ser observada a tendência à conformação de um campo de estudos especializados voltado para o conhecimento do chamado mercado informal de trabalho.

Assim, em consonância ou em confronto com diretrizes que se afirmam internacional e nacionalmente para a intervenção pública nos contextos urbanos da América Latina (PRADILLA COBOS, 1974), o

especificamente do Brasil, são realizados numerosos estudos dirigidos à análise atenta dos processos informais de trabalho - sem vínculo empregatício e não reconhecidos juridicamente - e das formas de ajuda mútua emergentes na vivência coletiva da pobreza. Exemplificam essa tendência aqueles estudos dirigidos à análise da integração de relações familiares e de vizinhança aos processos de auto-construção (VALLADARES, 1980).

Esses estudos correspondem a: novas diretrizes das políticas públicas que começam a emergir ainda na plena vigência do planejamento centralizado; experiências bem sucedidas de integração da população a formas de planejamento participativo (MOREIRA ALVES, 1980) e, intenções acadêmicas de conhecimento de ações desenvolvidas pelos chamados setores populares.

Neste mesmo período, a pobreza urbana começa a ser compreendida, cada vez com maior intensidade, como expressão da lógica capitalista de funcionamento das cidades, sobretudo das metrópoles. Na busca permanente de organização lucrativa da sociedade e do teritório, decorrente da operação desta lógica, encontra-se a explicação para a direção adotada em intervenções do planejamento setorial, incapazes de satisfazer necessidades sociais, e, para as formas de organização e protesto que emergem, com visibilidade crescente, nas grandes cidades do país (SINGER e CALDEIRA BRANDT, 1981).

III.3. A percepção de limites. Os anos 80.

A breve recuperação de linhas de análise da temática da pobreza urbana, realizada nos itens anteriores, permite a apreensão de transformações ocorridas no tratamento dessa temática. Estas transformações foram decorrentes dos efeitos de conjunturas econômicas e políticas; dos impactos sociais das diretrizes e metodologias adotadas nas intervenções públicas; dos processos sociais que expressam mudanças na experiência social da "vivência na e da pobreza" nos espaços urbano-metropolitanos.

O pensamento teórico-técnico da pobreza urbana nos anos 80 procura incorporar os desafios representados pela recessão econômica e pelos rumos assumidos pelo processo de redemocratização. Na face da recessão pode ser reconhecida a linha de análise que aponta para a redução dos investimentos públicos no urbano e suas conseqüências sociais. Esta linha acompanha também, ao longo da década, o processo de desarticulação da estrutura de planejamento que, nos anos 70, estabeleceu as diretrizes da política urbana e as consequentes prioridades de investimento (RIBEIRO, 1990). Nessa direção, portanto, foram realizadas análises que procuraram demonstrar perdas sociais simultâneas ao próprio processo de democratização; processo este que implicou na ampliação das oportunidades de participação social na dotação dos recursos públicos. Alguns autores apontaram, também, para as conseqüências sociais da crise do modelo econômico que teria dado origem, na década de 70, à

concentração de investimentos públicos nas grandes cidades (MELO, 1990).

Por outro lado, na face da redemocratização do país surge, no período, a ênfase analítica nos processos de planejamento participativo; envolvendo desde a análise de mudanças nas formas de atuação adotadas por órgãos da administração pública (BERGMAN, 1990) até a avaliação dos limites e potencialidades de intervenções descentralizadas, realizadas ao nível dos governos locais.

Ainda na face do processo de redemocratização deve ser referido o intenso desenvolvimento de estudos dirigidos à compreensão e à avaliação dos efeitos políticos e culturais dos denominados movimentos sociais urbanos. Surge, de fato, nesta década, a expectativa de que processos de organização da população permitissem a ampliação da visibilidade da administração pública, contribuindo para a emergência de formas mais democráticas de gestão urbana e, para a consequente redução do nível de exclusão social nos espaços urbanos (MOISÉS, 1985).

As análises dirigidas à compreensão dos movimentos sociais procuraram articular a precariedade das condições de vida nas cidades às formas de organização e protesto que surgiram na cena urbana do país. Nesta direção, podemos dizer que os estudos voltados para a análise crítica da qualidade de vida urbana, realizados com intensidade na década de 70, foram desdobrados na década seguinte em estudos dirigidos à identificação e à análise das denominadas contradições urbanas. Estes estudos, portanto,

correlacionaram formas de mobilização social a dados da materialidade urbana.

Devem ser anotadas, ainda, profundas mudanças na linha de estudos voltada para os movimentos sociais urbanos ao longo dos anos 80. Esta linha passa a considerar neste período, cada vez com mais freqüência, as formas sociais e culturais de constituição dos denominados sujeitos sociasis; incluindo desta maneira, no campo da reflexão dos movimentos sociais, os processos de constituição subjetiva e ética das carências (NUNES, 1989). As carências, as condições materiais da pobreza urbana, começam a ser apreendidas, portanto, através de seus vínculos com a formação - efetiva e potencial - de segmentos sociais cultural e politicamente ativos.

Ainda ao longo dos anos 80, em estreita ligação com a recessão econômica e com a complexidade do processo de redemocratização do país, devemos fazer referência à absorção da temática da violência pela produção teórico-técnica preocupada com a pobreza urbana (SILVA, 1991). Amplia-se a presença do diagnóstico de impossibilidade da conquista da cidadania pela população organizada face aos dados do empobrecimento crescente, ao mesmo tempo que afirma-se o reconhecimento, pela análise, de formas crescentes de violência sem correspondência com os parâmetros comportamentais anteriormente apreendidos através dos estudos sobre os movimentos sociais.

IV. Contribuição para a reconstrução do tema da pobreza

A contribuição pretendida por este texto, para a reconstrução do tema da pobreza urbana, encontra-se, em grande parte, expressa em itens anteriores; cabendo, neste momento, apenas a realização de referências mais pontuais à produção teórico-técnica do período 60-80.

Da produção cujo auge ocorre nos anos 60, sugerimos a valorização da relevância então atribuída aos estudos voltados à interpretação abrangente da realidade social brasileira. A atualização desta orientação, ao nosso ver, deveria valorizar de forma particularmente incisiva - frente aos atuais padrões de exclusão social - as várias faces do trabalho urbano. Acredita-se, neste sentido, que nestas várias faces, ou inter-faces, existam numerosas e significativas oportunidades de desenvolvimento de políticas socialmente significativas.

A compreensão da complexidade e do elevado dinamismo do trabalho urbano pode ser amplamente identificada na produção realizada nos anos 70. Desta produção, de fato, devem ser especialmente valorizados aqueles estudos que procuraram reconhecer parâmetros para o acompanhamento crítico da qualidade de vida urbana e, particularmente, aquela linha de estudos que permitiu a análise de estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos segmentos empobrecidos das cidades do país. Esta mesma linha, estimulou o aprofundamento do conhecimento sobre o acúmulo de experiências sociais representado pela vivência "na e da

pobreza". É este acúmulo que, recomendamos com especial ênfase, deve ser levado em consideração na definição de políticas sociais.

Por fim, da produção da última década, gostaríamos de ressaltar, sobretudo, a contribuição representada pela valorização da capacidade de agir/organizar/reivindicar, de fato demonstrada pelos segmentos sociais em situação de pobreza nos contextos urbanos? Acredita-se que o reconhecimento de tal capacidade constitui um dos elementos centrais de um processo concreto de reconstrução do tema da pobreza urbana; reconstrução esta considerada de especial relevância para o enfrentamento, mediante políticas públicas, do atual patamar de exclusão social presente nas cidades brasileiras.

V. Referências Bibliográficas

BRANDÃO LOPES, J. R. - 1970 - Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional.

CANCLINI, N. G. - 1989 - Modernismo sin Modernizacion?. Revista Mexicana de Sociologia, Ano LI, n.3.

CORAGGIO, J. L. - 1989 - Pesquisa Urbana e Projeto Popular. Espaco & Debates, São Paulo, Ano IX, n. 26.

DAVIDOVICH, F. - 1986 - Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 333-371, jul./set.

_____ - 1987 - Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970/1980. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p.7-24, out./dez.

ELIAS, R. - 1990 - Histórico das instituições de serviço social. Relatório de pesquisa. Escola de Serviço Social, UFRJ, mimeo.

FERNANDES,F. - 1977 - Problemas de Conceituação das Classes Sociais na America Latina. In: R. B. ZENTENO (org.) As Classes Sociais na America Latina: problemas de conceituação. Trad. de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro:

FGV/MEC-FAE - 1986 - Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro.

FOURQUET, F. & MURARD, L. - 1978 - Los equipamentos del poder: ciudades, territorios y equipamentos coletivos. Barcelona: Ed. Gustavo Gili.

GONÇALVES, F. - 1989 - Processo de urbanização no Brasil: delimitação de um campo de pesquisa. Espaço & Debates, São Paulo, v. 9, n. 28, p. 67-99.

IANNI, O. - 1979 - Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KOWARICK, L. - 1973 - Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LAVINAS, L. - 1987 - A agro-urbanização da fronteira. In: A urbanização da fronteira. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, p. 92-108. (Série Monográfica n. 5).

MELO, M. A. B. C. - 1990 - Regimes de acumulação, Estado e articulação de interesses na produção do espaço construído: Brasil, 1940-1988). In: VALLADARES, L. & PRETECEILLE, Edmond (orgs.). Reestruturação urbana: tendências e desafios. São Paulo: Nobel/IUPERJ.

MOISÉS, J. A. - 1985 - O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: _____ et al. Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MOREIRA ALVES, M. - 1980 - A força do povo: democracia participativa em Lages. São Paulo: Brasiliense.

NUN, J. - 1978 - Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, Luiz (org.). Populações "marginais". São Paulo: Duas Cidades.

OLIVEIRA, F. - 1972 - A Economia Brasileira: crítica a razão dualista. Estudos CEBRAP, n. 2, out.

_____. - 1982 - O Estado e o Urbano no Brasil. Espaço & Debates, São Paulo, n. 6, p. 36-54, jun./set.

PIQUET, R. - 1986 - Os marcos da intervenção do Estado no urbano. In:_____; MAGALHÃES, H. T. & RIBEIRO, A. C. T. O desenvolvimento urbano em questão; textos didáticos. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/PUR, p. 36-64.

_____.- 1990 - Tendências na ocupação do território; uma contribuição para se pensar os anos 90. Trabalho apresentado no Seminário Metropolização e Rede Urbana: perspectivas dos anos 90. Rio de Janeiro, setembro de 1990. mimeo.

PRADILLA COBOS, E. - 1974 - La política urbana del Estado colombiano. In: CastelLs, Manuel (comp.). Estrutura de clases y política urbana en américa Latina. Buenos Aires: Ed. SIAP.

QUIJANO, A. - 1978 - Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, Luiz (org.). Populações "marginais". São Paulo: Duas Cidades.

RIBEIRO, A. C. - 1980 - O dia a dia na cidade: as incertas do trabalho. Revista Eclesiástica de Base. Petrópolis, 40, Fase. 157, março.

RIBEIRO, A. C. T. & ELIAS, R. - 1986 - A luta pelo lugar - os camelôs no Centro do Rio de Janeiro. Cadernos CEAS, Salvador, n. 103, maio/junho.

RIBEIRO, C. T. - 1990 - Da questão urbana ao poder local: o caso da Barra da Tijuca. Tese de Mestrado, IPPUR/UFRJ.

RIBEIRO, I. & BARBOSA, M. L. - 1987 - Menor e sociedade brasileira - análises/programas institucionais/experiências. São Paulo: Ed. Loyola.

SANTOS, M. - 1979 - O Espaco Dividido: os dois circuitos da Economia Urbana dos paises subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves.

_____. - 1985 - Espaço e Método. São Paulo: Nobel.

SILVA, A. A. - 1983 - Quebra-quebra de trens no subúrbio: uma dimensão política da opressão. Espaço & Debates, São Paulo, n. 10.

SILVA. L. M. A. - 1991 - Violência urbana: representação de uma ordem social. Caxambú, XV Encontro Anual da ANPOCS.

SINGER, P. - 1973 - Economia Politica da Urbanização. São Paulo: Ed.CEBRAP/Brasiliense.

_____ - 1982 - A crise do milagre. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SINGER, P. & CALDEIRA BRANDT, V. (orgs.) - 1981 - São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes/Cebrap.

VALLADARES, L. P. - 1978 - Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (org). - 1980 - Habitação em questão. Rio de Janeiro: Zahar.

IV. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E METRÓPOLE

IV. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E METRÓPOLE

A necessidade de não transformar a reflexão das denominadas NTIC num universo à parte - e, em consequência, falsamente inovador da questão urbana - explica a manutenção do tema do planejamento e, ainda, a preservação, como campo contínuo de trabalho, da área dos movimentos sociais. Realmente, parece existir a tendência, na produção em ciências sociais, à superação ágil de temas e questões; contribuindo para reter o confronto de idéias e a constituição de problemáticas mais abrangentes e articuladas referidas ao país.

Assim, a análise de processos contemporâneos de comunicação e informação tende a ser realizada sem a consideração simultânea dos processos de exclusão social que caracterizam a vida metropolitana - vide o referido tema da pobreza urbana - e, sem o enfrentamento direto da questão da participação social e da afirmação dos denominados novos sujeitos sociais. Esta tendência instala fragmentações temáticas que reduzem a possibilidade de que sejam constituído elos analíticos fortes entre vida coletiva - formatos de representação politica de interesses - incorporações técnicas no quotidiano metropolitano.

A expressão didática desta manutenção de investimentos contínuos na área dos movimentos sociais encontra expressão na oferta anual da disciplina: "Estado e Movimentos Sociais na Cidade" (IPPUR/UFRJ) e na orientação das seguintes Teses de Mestrado defendidas no período de vigência da Bolsa de Pesquisa:

. Cláudia Tavares Ribeiro - "Da Questão Urbana ao Poder Local (O Caso da Barra da Tijuca)" (agosto, 1990)

. Luciana Corrêa do Lago - "O Movimento de Loteamentos do Rio de Janeiro" (agosto, 1990)

Ainda expressa a manutenção de investimentos didáticos na temática dos movimentos sociais a oferta do curso "Crise Econômica e Movimentos Sociais na América Latina", ao Curso de Doutoramento em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais da Universidade de Barcelona (fevereiro, 1991).

De fato, as rápidas sucessões temáticas na área das ciências sociais guardam relação com instabilidades políticas e econômicas e, com barreiras reais à emergência de arenas que possibilitem a participação social na organização da vida coletiva. As transformações econômicas e técnicas em desenvolvimento nas áreas metropolitanas do país - expressas no tema das NTIC - constituem mais desafios aos processos de organização social e política, já que tais transformações interferem, diretamente, na difusão de idéias e na constituição de barreiras ao acesso social aos meios modernos de comunicação.

Neste sentido, as NTIC podem ser compreendidas como mediações instaladas e inscritas entre os micro processos de organização coletiva e, o alcance de visibilidade social e política por reivindicações e conflitos. A necessidade de expressão analítica das mediações modernas - e, portanto dos novos mediadores (assessorias, partidos, igrejas) - encontra-se na origem do texto, em ane-

xo, "Movimentos Sociais: Caminhos para a Defesa de uma Temática ou os Desafios dos Anos 90", publicado em Ciências Sociais Hoje, 1991 São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1991.

As interações entre as profundas mudanças da esfera cultural - ocorridas, no país, a partir do início da década de 70 - e a emergência de formas expressivas de organização e protesto na cena metropolitana contemporâneo, ainda encontram-se tratadas no texto, em anexo "Movimentos, Sujeitos Sociais e Política (elementos para a prática pedagógica)", redigido como subsídio para a atuação desenvolvida pela Equipe Urbana da FASE (nacional).

Desta maneira, o contínuo enfrentamento da temática dos movimentos sociais - antigos e novos sujeitos coletivos - tem estimulado a interpretação de profundas mudanças vinculadas à atualização da esfera cultural no país, e, sobretudo, dos seus elos com processos de organização política e reivindicação social.

Ciências Sociais Hoje 1991

Sociologia Rural
Relações de Gênero
Estruturas Familiares
Movimentos Sociais
Ecologia e Ciência
Biologia e Ciência Política
Identidade e Sexualidade
Empresas Transnacionais
Cultura de Empresas
Políticas Sociais

SUMÁRIO

Apresentação 11

1. Crítica da Sociologia Rural e a Construção de uma outra Sociologia dos Processos Sociais Agrários — José Vicente Tavares dos Santos 13

2. Trajetória da Produção Acadêmica sobre as Relações de Gênero no Grupo de Trabalho Mulher e Política — Lourdes Maria Bandeira e Eleonora M. Oliveira 52

3. Convergências e Divergências nas Estruturas Familiares no Brasil — Elisabete Dória Bilac 70

4. Movimentos Sociais: Caminhos para a Defesa de uma Temática ou os Desafios dos Anos 90 — Ana Clara Torres Ribeiro 95

5. Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva — Sergio de Azevedo & Antonio Augusto Pereira Prates 122

6. Luz e Sombras — Sobrecargas Ecossistêmicas: Ação Social e Cidadania na Região de Campinas, SP — Lúcia da Costa Ferreira 153

7. Impactos da Pesquisa Biológica na Ciência Política Contemporânea — Paulo Freire Vieira 182

8. A Construção Sincrética de uma Identidade — Lísias Nogueira Negrão 208

9. Investimento Externo Direto e Empresas Transnacionais no Brasil: Uma Visão Estratégica e Prospectiva — Reinaldo Gonçalves 231

4

MOVIMENTOS SOCIAIS: CAMINHOS PARA A DEFESA DE UMA TEMÁTICA OU OS DESAFIOS DOS ANOS 90

Ana Clara Torres Ribeiro

1. INTRODUÇÃO: SOBRE OS BALANÇOS INDISPENSÁVEIS

Caracteriza a área de movimentos sociais — enquanto campo de aplicação das Ciências Sociais — a realização de balanços sistemáticos da produção desenvolvida no país (Jacobi, 1980; Cardoso, 1983; Silva e Ribeiro, 1985). Tais balanços têm permitido tanto a avaliação qualitativa desta produção, quanto o reconhecimento, bastante ágil, da emergência de novas abordagens do tema.

Além disso, os balanços parecem corresponder, de forma mais imediata, a necessidades intrínsecas da área, entre as quais destacam-se: o reconhecimento analítico de uma produção caracterizada por sua dispersão em termos institucionais e campos disciplinares; a incorporação de processos e práticas sociais que desafiam as análises já realizadas e aceitas (Silva, 1983; Barreira e Stroh, 1983); a identificação de propostas interpretativas cujas matrizes teóricas são múltiplas; e a integração de linhas de análise com origem na produção internacional.

Devemos considerar, ainda, o fato de que a área de movimentos sociais se encontra profundamente marcada pela instabilidade decorrente tanto da heterogeneidade de processos e formatos organizativos

Trabalho apresentado no Seminário Temático "Democracia, Conflito e Participação na Cidade".

que constituem o seu objeto, quando dos efeitos mais profundos exercidos pelas conjunturas políticas sobre a produção em Ciências Sociais.

Assim, destacamos uma clara tendência atual de deslocamento dos esforços analíticos na área de movimentos sociais no sentido dos processos de institucionalização da esfera política; do campo das políticas públicas; da análise interna dos órgãos de governo; e das potencialidades e limites do poder local na experiência brasileira.

No entanto, as heterogêneas formas sociais que constituem os movimentos permanecem desafiando a análise. Este desafio decorre não apenas do estímulo concreto que representaram para a renovação das Ciências Sociais no país, mas, sobretudo, das esperanças que provocaram de ruptura com a herança autoritária no âmago das relações sociais quotidianas (Krischke, 1987); politização de esferas vitais intocadas, até a década de 70, pelos processos de protesto social; e afirmação política de segmentos das classes populares através da autoconstrução das suas representações políticas.

Dessa forma, a área de movimentos sociais recolheu e expressou — de maneira mais ou menos incisiva — as bases de um projeto mais amplo de conhecimento do país e das suas características socioculturais (Sader e Paoli, 1986), que incluía a extensão da democracia às classes populares, estabelecendo como meta a ruptura com os limites da chamada democracia formal. Esta formulação contemplava, ainda, as possibilidades de renovação dos modelos políticos e, conseqüentemente, de criação de um projeto de horizonte socialista que valorizasse as especificidades culturais do país e que viabilizasse, em sua implementação, a preservação das conquistas democráticas.

Esse ideário, subjacente à área de movimentos sociais, constituiu, por vezes, a sua fraqueza e, em outros momentos, a sua força. A sua contribuição extremamente positiva pode ser reconhecida na articulação entre aportes disciplinares diversos e no resgate de vínculos interpretativos entre processos sociais isolados e, aparentemente, sem grande relevância para a compreensão da sociedade brasileira. Podemos reconhecer, no entanto, fragilidade na pressão excessiva por vezes exercida por esse ideário sobre determinadas práticas sociais, gerando a perda de compreensão dos seus significados intrínsecos e, portanto, a atribuição, a estas práticas, de objetivos externos ao seu curso e intenções.

Diversos balanços da área de movimentos sociais apontaram para os riscos representados pela adoção de perspectivas excessivamente abrangentes ou genéricas na leitura compreensiva dos movimentos sociais, pelo possível abandono — que estas óticas estimulariam — do campo de práticas constitutivo dos próprios movimentos.

O presente texto, que também pretende ser um balanço, usufrui dos resultados alcançados por essas críticas anteriores. No entanto, opta por tratar a área de movimentos sociais em sua relação com o ideário brevemente descrito acima, na medida em que este estimulou os esforços desenvolvidos pelas Ciências Sociais no país. Por outro lado, este ideário guarda estreita relação com as opções analíticas realizadas; os campos disciplinares acionados; a natureza do trabalho teórico concretizado; e, por que não dizer, a possível defesa do tema nos anos 90.

Julgamos, assim, que foram reunidas questões político-teóricas que fundamentam os esforços empregados e, mais, que justificam a realização de um balanço que procure reconstituir o percurso da área através dessas questões. Portanto, este texto busca desenhar o seu perfil mediante o reconhecimento da natureza do desafio teórico que enfrenta, procurando contribuir, especificamente, para a identificação dos limites com os quais se depara hoje em face dos vários percursos de análise já cumpridos e diante da manutenção da pertinência histórica e política do seu ideário.

Convém esclarecermos, por fim, a nossa descrença numa teoria particular de movimentos sociais, realizada ou em estado de formulação. Ao contrário desta perspectiva, temos acompanhado o surgimento de importantes trabalhos de articulação desses fenômenos sociais com interpretações amplas da sociedade e com quadros políticos projetivos.

Apesar do intuito deste texto ser a realização de um balanço da produção realizada no país, torna-se indispensável a referência, ainda que limitada, à bibliografia internacional. A necessidade deste recurso decorre da influência desta na produção referida ao Brasil, e da própria natureza teórica do balanço que pretendemos realizar.

2. O MÉTODO E OS SEUS LIMITES

Esta seção apóia-se em texto anterior que recuperamos agora de forma crítica pelas limitações que apresentava, devido à centralidade atribuída ao método, para a compreensão da natureza do desafio teórico-político da área de movimentos sociais, desafio este que constitui o fio condutor do presente trabalho (Ribeiro, 1989).

A abordagem pelo método das questões da área encontra-se presente em vários autores que acompanharam o processo de renovação

do marxismo e a atualização do seu campo de valores (Scherer-Warren, 1989; Nunes, 1989). São indicativos deste movimento de renovação: a valorização da categoria-processo em face da categoria-estrutura; [1] o reconhecimento dos riscos originados pela imposição teórica de totalidades vazias que excluem ou subordinam os sujeitos das reivindicações sociais retirando-lhes, potencialmente, a consciência do sentido dos seus atos (Kosik, 1976); a identificação dos riscos igualmente presentes na sobrevalorização da essência explicativa dos fenômenos à custa das chamadas aparências que compõem, também elas, parte relevante da realidade social e da situação histórica das classes sociais (Lowy, 1987); a aceitação dos valores sociais e da cultura como elementos básicos à compreensão dos móveis da ação social (Heller, 1972); a valorização da construção da realidade social pela subjetividade, ou seja, a inclusão desta como parte constitutiva essencial da realidade objetiva das relações sociais, das relações entre as classes sociais. [2]

A valorização da noção de processo incorpora, de forma afirmativa, a ação possível, compreendendo a estrutura social como campo limite dos processos sociais virtuais ou em curso. A estrutura, assim, perde o seu poder explicativo global dos fenômenos sociais na medida em que a ruptura de seus limites se encontra franca e diretamente vinculada à pluralidade de processos que dão vida e sentido histórico a uma determinada realidade social.

Esta posição colabora para o detalhamento da referência seguinte, isto é, dos riscos presentes na construção teórica de totalidades vazias. Através da preservação metodológica, no interior do marxismo, da noção de totalidade distinguimos a direção e a intensidade da mudança às quais esta noção esteve submetida. Assim, mantida como indispensável à explicação ou interpretação da realidade social, a noção de totalidade encontra-se, hoje, intrinsecamente vinculada ao tecido social, cultural e político. A totalidade sem correspondência com sujeitos potenciais perde conteúdo interpretativo por deixar vazio o próprio âmago da práxis.

Na mesma direção, ocorre o resgate contemporâneo da dialética essência-aparência. A variedade e a heterogeneidade da vida coletiva tendem a indicar para a área a inadequação de análises de cunho reducionista que omitam o sentido de situações particulares e específicas em nome da necessidade de generalização dos efeitos das práticas sociais. Na chamada aparência encontra-se, assim, um amplo campo de determinações das ações humanas vinculado, diretamente,

à inscrição do ser social numa determinada cultura e universo hierarquizado de valores.

A apreensão analítica da realidade social exige, pela renovação metodológica, a busca permanente do sentido pleno do conceito de relações sociais. Nesta direção, as relações sociais são captadas através da multiplicidade de processos de socialização e controle que constroem a esfera da reprodução social. Compreende-se, desta forma, a valorização realizada, pela área de movimentos sociais, dos processos de resistência na esfera da reprodução, já que estes indicariam o espectro máximo de efeitos dos movimentos propriamente sociais cujos limites de confronto encontram-se constituídos pelos mecanismos culturais e sociais de manutenção de uma dada realidade social.

Cabe salientar que essas indicações de método permanecem como aproximações virtuais da área. Apenas acentuamos a sua freqüência como remetimento — marcadamente subjacente — de múltiplos esforços analíticos de processos particulares.

Convivem na área de movimentos sociais, e no seu ideário, diversas radicalidades. Utilizamos o termo radicalidade por servir melhor à identificação de determinadas antinomias que desenham a área, e por permitir a ênfase nas questões teóricas que constituem o fio condutor deste balanço.

Ainda a partir do método podem ser discernidas direções distintas no conteúdo potencialmente radical do pensamento desenvolvido e/ou difundido no país sobre os movimentos sociais. Tais direções podem ser apreendidas nas dimensões fundamentais tempo e espaço (Coraggio, 1989) quando lidas no próprio processo de construção do objeto, isto é, na organização analítica de um conjunto heterogêneo de fenômenos sociais.

Assim, na dimensão espaço podemos indicar que os estudos se encontram cindidos entre as escalas micro e macro, sem que exista uma diferença rígida nos conceitos utilizados para um ou outro nível de análise e, sem que haja, em princípio, a recusa, pelos analistas, do tipo de interpretação não contemplado num determinado estudo. A área, neste sentido, parece modificar-se permanentemente em busca de uma ótica adequada que permita o ajuste entre possibilidades de análise de origens diversas — e mesmo consideradas antagônicas — nas Ciências Sociais. [3]

Entre o espaço oriundo da lógica capitalista e aquele compreendido como "lugar" — espaço vivenciado, reivindicado e reconstruído pelos movimentos sociais — encontram-se conceitualmente definidos

os amplos limites da área. Numa de suas faces, portanto, pode ser lido o remetimento à totalidade e aos processos de dominação, noutra, a valorização das forças sociais em suas possibilidades reais e imediatas de alcance de visibilidade pública das necessidades coletivas (Guattari, 1985).

Na dimensão tempo, a cisão — e contínua reconstrução analítica — se reproduz, demonstrando a persistência e a coerência de uma busca que, a nosso ver, pode ser lida como constituindo a procura permanente de caminhos para a adequação da tradição das Ciências Sociais ao ideário da área, que, por sua vez, fornece parâmetros mais ou menos estáveis à avaliação das análises realizadas. Esta estabilidade, que não significa ausência de tensões, demonstra a existência de valores comuns compartilhados por autores de origens teóricas diversas.

Constitui elemento básico da área a idéia-motriz da mudança ou da transformação social, da mesma forma que o princípio da resistência a processos de dominação cujo perfil não pode ser considerado unívoco ou consensual. A dimensão tempo encontra-se presente, assim, com conotações diversas. Convivem desde as abordagens mais diretamente vinculadas à reconstrução de periodizações políticas amplas — as marcações das conjunturas políticas (Moisés, 1978; Sader, 1988) — até aquelas relacionadas à redução do tempo para a contagem do dia-a-dia, na qual se encontram inscritos os segmentos sociais excluídos e os processos diretamente vinculados aos hábitos e comportamentos coletivos articulados à esfera da reprodução social. [4]

Estas são indicações gerais que configuram os difíceis contornos da área — em suas constantes transformações — e que propiciam, a partir de uma busca de origem metodológica, uma aproximação mais segura, ainda que apenas indicativa, do seu desafio teórico.

3. ANOTAÇÕES SOBRE A NATUREZA TEÓRICO-POLÍTICA DO DESAFIO APRESENTADO PELA ÁREA DE ESTUDOS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Abstivemo-nos, até o momento, da adoção de uma definição de movimentos sociais. No entanto, esta definição torna-se, agora, necessária. Assim, compreendemos os movimentos como formas de organização e mobilização inscritas, como elos ativos, entre os processos de reprodução social e a esfera política.

Desta maneira, os movimentos sociais possuem, em nossa compreensão, uma dupla e indispensável existência que os articula tanto

aos processos de construção do tecido social, quanto, simultaneamente, ao campo dos conflitos políticos. Através desta definição — da qual reconhecemos o caráter sobretudo descritivo — explicita-se a possibilidade de reconhecimento da longa existência histórica dos movimentos sociais, já que vislumbramos a sua dupla face nas lutas quotidianas do movimento operário; na resistência cultural camponesa; ou, nos processos de luta contra a escravidão e outras múltiplas formas de opressão e exploração social. [5]

No entanto, a natureza do desafio teórico da área torna-se mais nítida quando incorporamos à análise a complexidade das sociedades contemporâneas, caracterizadas pela multiplicidade de esferas vitais (Heller, 1972) ou de níveis e escalas simultâneas de vida (Lefebvre, 1969 b). As mediações que, a nosso ver, os próprios movimentos constroem e expressam — entre o tecido social e a esfera política — tornam-se, portanto, múltiplas e potencialmente inconclusas, sendo os processos revertidos ao tecido social ou absorvidos pela dinâmica específica da política.

Manuel Castells (1973), quando reduzimos o caráter eufórico do seu livro *Luttes Urbaines* — através do reconhecimento das dificuldades presentes nos movimentos sociais que as últimas décadas demonstraram, fartamente, aos analistas —, identifica o cerne da multiplicidade de processos como base do desafio teórico nuclear e permanente da área. Trata-se de obstáculos à reunião sistemática e à atribuição de sentido analítico a processos heterogêneos.

Um dos processos de pressão analítica sobre esse universo heterogêneo pode ser reconhecido na identificação de fatores de continuidade nos movimentos sociais que, em geral, se vinculam à compreensão dos processos de dominação. A não superação destes é correlata, na análise, à permanência e potencial radicalidade dos movimentos. Neste sentido, busca-se a caracterização dos antagonismos que a emergência dos movimentos sociais expressaria. [6]

O princípio de organização da análise encontra-se situado além dos móveis imediatos da ação social, sendo privilegiada a correspondência entre a posição do sujeito [7] e o diagnóstico do estado da sociedade. Este tende a justificar a valorização de determinadas manifestações sociais, já que fornece parâmetros à interpretação da qualidade diferencial dos processos analisados.

Podem ser incluídos, neste padrão de trabalho analítico, autores extremamente diferenciados, já que a leitura do potencial transformação do estado da sociedade não obedece a um único prognós-

tico ou intencionalidade política. Das classes populares — presentes na literatura brasileira como conceito-síntese da base social dos movimentos [8] — à relevância atribuída na literatura internacional aos movimentos feminista e ecológico (Touraine, 1988), podemos identificar processo similar de interpretação teórica calcado na busca de critérios para a superação significativa da multiplicidade e instabilidade que caracterizam o universo de fenômenos estudados.

O segundo processo de pressão teórica, característico da área, pode ser reconhecido no caráter dual dos movimentos sociais, e na sua inserção mobilizadora no tecido social e no nível político da realidade social. A pressão teórica, nas análises voltadas para o tecido social, pesquisa critérios que permitam sistematizar e distinguir experiências de coesão social que demonstrem a vivência não-rotineira de identidades coletivas (Everns, 1984). Nesta direção, o processo de construção dessas identidades constitui tanto o objeto da análise quanto o espaço em que deverão ser reconhecidos os critérios que permitirão distinguir os fenômenos vinculados ao ideário de transformação social daqueles que não apresentam características inovadoras. Tais critérios de diferenciação não são, naturalmente, homogêneos. [9]

A ênfase nesta face — real e substantiva — dos movimentos sociais tem sido criticada pelo abandono da análise da natureza política dos movimentos sociais, na medida em que a passagem para o plano político da realidade social, mesmo que presente na maioria dos textos dirigidos à valorização das identidades a partir do tecido social, não constitui parte intrínseca da observação realizada (Silva, 1989).

Por outro lado, a pressão teórica exercida a partir da análise propriamente política — em que estão claramente sistematizados elementos do ideário de transformação social — procura estabelecer, freqüentemente, critérios que permitam distinguir as mobilizações sociais rotineiras, consideradas expressões da dominação, daquelas que contêm elementos de confronto político. Assim, esse processo de pressão busca reconhecer as possibilidades de ruptura com um passado histórico considerado marcado pela opressão e pela reprodução de mecanismos de subordinação social.

As forças políticas atuantes nos processos de mobilização social; as próprias formas adotadas para a expressão das reivindicações; os canais acionados para o alcance da visibilidade pública de necessidades coletivas; as estratégias implementadas; e os interesses sociais representados constituem parte significativa dos critérios utilizados nesta vertente (Gohn, 1986; Doimo, 1984).

O núcleo do diagnóstico tende a ser deslocado das identidades sociais para a reconstrução histórica dos mecanismos políticos de exclusão social, sendo os valores e as práticas considerados democráticos — expressos por determinados movimentos — uma vez postos em contraste com outras práticas vigentes no nível político da sociedade brasileira. A cultura, nesta vertente do trabalho teórico, surge imediatamente associada ao conceito de cultura política, e os processos propriamente sociais articulados às tensões da esfera política.

A crítica detecta, neste padrão, pouca sensibilidade para o conjunto de percepções sociais que se encontram na própria gênese das mobilizações coletivas. Portanto, dessa perspectiva, a análise teórica calcada exclusivamente no nível político não forneceria critérios suficientes para a compreensão significativa dos movimentos sociais.

Esta parte do texto procurou relacionar aspectos considerados relevantes do desafio teórico da área de movimentos sociais. Cabe salientar, no entanto, que tem sido realizado pela área — para além do que a síntese anterior permite registrar — um esforço contínuo em favor da ruptura de barreiras disciplinares. Acreditamos que este esforço encontre sua justificativa tanto em elementos constitutivos do ideário da área — não exclusivo de qualquer disciplina do social —, quanto em características intrínsecas do seu objeto.

As partes subseqüentes deste balanço encontram-se dirigidas à sistematização — ainda que preliminar e tentativa — das formas através das quais o desafio, ou melhor, o dilema da área, tem sido reconstruído pela produção incorporada e/ou referida ao país. Utilizamos, aqui, o termo dilema por este permitir, após a exposição realizada, a indicação das dificuldades implícitas na seleção do ângulo privilegiado de análise dos movimentos sociais. Acreditamos que as diversas possibilidades existentes para esta seleção sejam responsáveis por parte do tenso diálogo interno da área.

4. A OPÇÃO PELA SOCIEDADE E PELA CULTURA E OS SEUS LIMITES

Conforme indicações anteriores, os estudos sobre movimentos sociais nas complexas sociedades modernas tocam, diretamente, em desafios ou dilemas centrais das Ciências Sociais. Nesta direção, podemos afirmar que uma linha abrangente de leitura das sociedades contemporâneas pode ser reconhecida naquelas análises que enfatizam a emergência de novos princípios de reprodução calcados na evolu-

ção das formas de administração das relações sociais, na ampliação do controle exercido sobre os processos de socialização, na extensão das práticas das grandes organizações ao âmago do quotidiano; na relevância da informação e da cultura para a afirmação dos interesses dominantes (Castells, 1984; Touraine, 1988).

Neste sentido, a esfera de reprodução da vida coletiva perde em especificidade como campo delimitado de práticas sociais e culturais, na medida em que expressa exigências crescentes — tal como historicamente a esfera produtiva — da organização econômica moderna e seus núcleos correlatos de poder. As inovações técnicas, nesta leitura, penetram em profundidade na vida quotidiana, ampliando, em conseqüência, a relevância das formas de resistência coletiva inscritas diretamente no tecido social.

Assim, os processos de resistência são reconhecidamente plurais, já que se encontram virtualmente presentes nas múltiplas faces da reprodução social. Os contornos desses processos — as oposições e antagonismos que expressam — não se encontram prefixados, mas dependem, sobretudo, de articulações construídas pela consciência coletiva, pela cultura, e pelas redes de mecanismos, ainda que transitórios, de identificação social (Laclau, 1986).

Esta linha de interpretação da realidade social elabora a questão da cultura desvinculada, de forma direta, de suas relações com a esfera política. Trata-se da compreensão dos múltiplos caminhos historicamente possíveis de resistência à opressão tendo como origem a imposição de formas e processos de modernização das relações sociais.

No país, os dois níveis de realidade contemplados nesta linha de análise encontram-se presentes na produção sobre movimentos sociais. Num primeiro nível, amplo, localizam-se aquelas análises que valorizam as aproximações e similitudes entre a resistência aos processos de modernização capitalista em curso no país e a de mesma natureza na escala internacional (Scherer-Warren, 1987).

O caráter negativo, ou mesmo diretamente destrutivo, das novas tecnologias e formas contemporâneas de controle da vida coletiva não obedeceriam, neste primeiro nível de análise, fronteiras políticas rígidas, estendendo, portanto, amplamente, seus efeitos através de modelos concentrados de intervenção e ação planejada.

Mesmo que se valorize, neste ângulo de abordagem dos movimentos sociais, a natureza plural dos processos de resistência, estes não possuem um formato ou uma arena privilegiados. Ao contrário,

os cursos de ação possível encontram-se em aberto e na dependência da soma de apoios estratégicos e éticos que expressam o nível de aglutinação social alcançado pelos movimentos.

Da mesma forma, a ruptura potencial com arenas políticas privilegiadas pode ser verificada naqueles estudos voltados para a observação dos processos de resistência desenvolvidos pelas camadas populares excluídas da realidade latino-americana (Everns *et alii*, 1985). Identifica-se, neste último caminho de problematização do quadro social, a saturação popular com relação às políticas públicas e aos formatos correntes da prática política que não permitem a ruptura dos processos de exclusão social. Os mecanismos econômicos e políticos de destruição e desqualificação da vida social estimulariam a emergência de resistências voltadas diretamente para a conquista de formas alternativas de existência coletiva.

Num segundo nível de interpretação da realidade social encontra-se valorizada, em consonância com observações anteriores realizadas neste texto, a construção ou a reconstrução do próprio tecido social, no qual as identidades sociais coletivas — resistentes aos processos de dominação e exclusão — constituiriam, de maneira privilegiada, o campo de observação dos movimentos sociais.

A natureza especificamente social e cultural desses processos de mobilização envolve esta linha de análise no reconhecimento dos princípios de constituição das comunidades modernas — surgidas no âmago das sociedades contemporâneas —, sendo, portanto, valorizada a compreensão dos seus nichos sociais nos espaços complexos.[10]

Coexistem, nesta vertente, princípios de interpretação que permitem tanto o desenvolvimento de abordagens extremamente abrangentes — sem referenciais territoriais e, portanto, políticos precisos —, quanto a adoção de perspectivas que trazem o diagnóstico da fragmentação como tendência da vida coletiva contemporânea.

Esta coexistência constitui elemento relevante do dilema político que representa a contraface ativa da definição que adotamos de movimentos sociais. Assim, podemos dizer que se encontram relativamente pouco tratadas, nesta vertente das análises teóricas e históricas dos movimentos sociais, as mediações entre identidades sociais e políticas e, portanto, os elementos culturais intermediários que permitem a própria politização moderna de processos de socialização. Acreditamos que esses elementos culturais intermediários constituam um campo extremamente relevante de práticas onde manifestam-se forças sociais e tendências políticas.

Por outro lado, na medida em que a análise da sociedade se generaliza ou se detém em microuniversos de práticas sociais são acrescidos — à compreensão dos movimentos sociais contemporâneos — obstáculos teóricos relativos à apreensão da natureza dos conflitos sociais, já que os opositores dos movimentos, assim como os instrumentos concretos de poder que acionam e confrontam, também perdem especificidade.

5. A BUSCA DA TOTALIDADE POLITICAMENTE SIGNIFICATIVA E OS SEUS LIMITES

A vertente de estudos descrita anteriormente contém fortes elementos de abstração conceitual que permitem o alcance de sínteses significativas. No entanto, os mecanismos específicos de poder que articulam política e economia encontram-se significativamente menos contemplados nessas análises das sociedades contemporâneas, o que pode conduzir a impasses na interpretação tanto dos ciclos dos movimentos — sua incisiva variação nas conjunturas políticas —, quanto dos processos de organização da esfera política, que se encontram articulados por mecanismos concretos de politização das identidades sociais.

As análises de movimentos sociais têm procurado de forma sistemática, desde os clássicos da área (Silva e Ribeiro, 1985), o reconhecimento de forças sociais, isto é, de processos de organização social com presença potencialmente ativa na esfera política. As formas e canais de expressão dos novos conflitos na arena política constituem, portanto, um campo de problematização especialmente relevante, onde freqüentemente surgem questões relativas à face moderna do Estado capitalista e ao papel contemporâneo exercido pelo planejamento.

No país, o avanço desta perspectiva teórica de estudos sobre movimentos sociais permitiu, sobretudo a partir de meados da década de 70, a identificação da face política das expressões do protesto popular [11] e a consolidação projetiva do ideário da área.

Por outro lado, o avanço gradual desta vertente de estudos tem colaborado, efetivamente, para o esclarecimento tanto dos elos que unem as práticas autoritárias de exercício do poder à construção do tecido social (Krischke, 1987), quanto da natureza específica das arenas político-administrativas onde também se encontram localizadas as possibilidades, historicamente determinadas, de emergência e afirmação dos movimentos sociais (Bergman, 1990).

Assim, o desdobramento teórico-empírico desta linha de estudos tem conduzido a análise realizada no país ao reconhecimento da capacidade de introdução de mudanças estratégicas e táticas por parte do conjunto de atores participantes de um determinado processo de reivindicação. Da mesma forma, esta abordagem tem sido responsável pela aproximação, tendencialmente crescente, da área de movimentos sociais dos estudos históricos críticos sobre os processos de condução das políticas públicas.

A possibilidade de consolidação deste paradigma encontra-se presente desde os primeiros aportes, teoricamente amplos e consistentes, realizados à área — com intensa penetração no país — por Manuel Castells (1976) e Jean Lojkine (1981).[12] Apesar de reconhecermos que este campo de estudos, aciona hoje, de forma preponderante, outros acervos teórico-conceituais oriundos da renovação do marxismo, consideramos que estes autores inauguraram um percurso substantivo — em constante desdobramento — da análise política dos movimentos sociais.

No trabalho teórico voltado para o esclarecimento de totalidades politicamente significativas são acionadas leituras das sociedades contemporâneas também presentes na vertente teórica descrita na parte anterior deste balanço, isto é, a penetração ampliada dos interesses dominantes na esfera da reprodução social; a relação histórica entre a evolução técnica e a politização dos conflitos em torno dos modos de vida; os processos vinculados à reprodução da força de trabalho; e a maneira como o espaço se transforma em elemento, cada vez mais essencial, à acumulação capitalista e ao uso de mecanismos de controle da vida coletiva. Assim, as políticas públicas — especialmente as políticas setoriais urbanas — surgem, nas construções teóricas iniciais da área, como campo de práticas mediadoras entre as condições de vida, os processos de legitimação política e as reivindicações sociais.

A análise crítica dos modelos políticos tende também a ser mais incisivamente realizada nesta frente de estudos sobre os movimentos sociais, assim como a identificação das dificuldades apresentadas pelos processos de representação política dos interesses expressos pelos movimentos. Da mesma forma, os componentes democráticos do projeto de organização política implícito nos movimentos tendem a ser reconhecidos de maneira mais incisiva nesta vertente, por intermédio da observação dos processos de tomada de decisão, das formas de mobilização social ou, ainda, das pressões exercidas pelos movimentos sobre as instituições políticas tradicionais.

No entanto, devemos observar que a força ou a fragilidade das identidades sociais — que constituem elementos culturais essenciais dos movimentos — detêm, claramente, uma parte menor do esforço de análise desenvolvido pelos pesquisadores posicionados nesta frente de estudos; sendo, portanto, menos freqüente a inclusão, entre os fatores determinantes dos ciclos dos movimentos, daqueles que se encontram articulados com os processos de composição do tecido social. Desta maneira, pode ser indicada nesses estudos a tendência à redução da relevância analítica atribuída à composição de classe dos movimentos e, também, ao conhecimento social acumulado sobre a dinâmica da esfera política pelas experiências sociais de reivindicação coletiva.

Os dilemas e desafios presentes nas duas vertentes de estudos e interpretação dos movimentos sociais anteriormente sintetizados têm sido enfrentados, na produção realizada no país, por meio da valorização dos mediadores nos processos de reivindicação expressos pelos movimentos. Julgamos, portanto, que esta parte da produção mereça referência mais detalhada que possibilite a reflexão de sua posição específica em face das características teórico-políticas da área.

6. SUJEITOS SOCIAIS E MEDIADORES: PRÁTICAS E PROJETOS

A análise realizada nesta parte do balanço apóia-se, de forma ampla, no trabalho inovador de Paulo Krischke (1987) sobre o papel dos mediadores nos movimentos e as mediações como campo de elaboração conceitual das relações entre sociedade e esfera política.

A presença de mediadores nos movimentos sociais — identificada desde os primeiros estudos realizados no país (Boschi e Valladares, 1982) — constitui, recorrentemente, um desafio para a interpretação da composição social das novas formas de organização social e manifestação política emergentes no cenário político do país nos anos 70. Valores tais como: autonomia das mobilizações, relevância do saber popular e da espontaneidade nas manifestações coletivas apareciam como sendo especialmente atingidos pela identificação da importância do papel exercido pelos mediadores (Jacobi, 1989).

Inicialmente reconhecidos pelo conceito de agentes externos, como eventuais elos de apoio ou interlocutores privilegiados, os mediadores — instituições sociais, partidos políticos, entidades profissionais — têm sido teórica e empiricamente incorporados, de forma crescente, à interpretação dos movimentos sociais (Carvalho, 1990).

O principal foco de tensão — na incorporação analítica dos mediadores — ocorre com relação aos agentes e atores políticos, sobretudo representantes de partidos, e com relação àquelas presenças nos movimentos que denotam transformações nas formas de atuação do Estado. Além disso, tensão similar, ainda que mais reduzida, surge também na observação da atuação de elementos pertencentes a segmentos sociais estranhos à base social mobilizada.

A natureza do ideário político, muitas vezes implícito nos estudos e análises dos movimentos sociais, ajuda a explicar a existência de dificuldades, maiores ou menores, na incorporação analítica do papel desempenhado pelos mediadores. Porém, podemos acrescentar que essas incorporações tendem a ser mais agilmente realizadas nas análises que privilegiam a face política dos movimentos sociais, tornando-se mais complexas e difíceis naquelas que enfatizam a sua face social.

Neste sentido, as instituições sociais — como as várias igrejas — que possuem raízes históricas profundas no cerne do tecido social tendem a ter seu papel, no campo das mediações entre sociedade e política, reduzido, na primeira vertente analítica, à sua face política imediata, e, na segunda, ao processo direto de identificação com a vivência das camadas populares, sendo reconstruído, assim, o caminho naturalizado de elaboração das identidades sociais.

Entretanto, de acordo com a definição de movimentos sociais que adotamos neste texto, a mediação ativa entre identidades sociais e identidades políticas constitui a própria especificidade dos movimentos. Os processos de mediação são, assim, parte intrínseca da sua contribuição específica tanto à vida política quanto à transformação da qualidade do tecido social.

Portanto, o avanço teórico ocorrido nas duas vertentes privilegiadas nos estudos dos movimentos sociais apontam, a nosso ver, precisamente, para a necessidade de aprofundamento conceitual e empírico do campo das práticas e valores que constituem as mediações.

Julgamos que essas observações remetem à existência de uma nova forma de pressão teórica — constituída pelo conjunto dos estudos realizados na área — que colabora na delimitação analítica do universo múltiplo e heterogêneo de fenômenos potencialmente considerados movimentos sociais. Tal pressão introduz restrições, para a inclusão no conceito e no campo teórico-político antes delineado, tanto das práticas que não atingem a esfera política, quanto das atividades de representação política afastadas do processo de conformação das identidades sociais e da cultura (Barsted, 1987; Santos, 1987).

Neste sentido, uma possível transitoriedade dos movimentos e dos seus ciclos decorreria do desafio representado pela manutenção de sua fase específica, de elos ativos entre a vida corrente — e a história dos movimentos demonstra a criatividade e o esforço social alocados na constituição destes elos (Barreira, 1985) —, na qual se constrói a leitura da sociedade, e o universo generalizante de normas sociais e confrontos que constitui a esfera política.

Os processos de institucionalização dos movimentos enfrentam as dificuldades decorrentes da natureza específica desses formatos de organização social nas sociedades modernas, sendo que vários estudos demonstraram a inadequação prática tanto de sua instrumentalização política imediata, quanto da omissão — que estimula o corporativismo ou o apagamento de sua relevância no tecido social — da sua face política.

Desta forma, o campo de práticas e valores que constroem as mediações — e o papel específico dos mediadores — conforma uma arena de identidades difíceis, porque inovadoras e mutáveis, constituindo, desta forma, um terreno particular de disputas apoiadas em inscrições institucionais no tecido social ou em conquista de posições e legitimidade no plano político.

Pedro Jacobi (1989) refere-se, diretamente, à relevância do saber detido pelos mediadores — saber técnico e crítico — na constituição de elos ativos entre as demandas sociais e as pressões exercidas na esfera política. Neste sentido, podemos afirmar com base em movimentos sociais analisados por este autor — e em outros exemplos particularmente bem-sucedidos de mobilização social — que estes usufruíram tanto da presença de aportes técnicos, quanto do recurso político a posições reconhecidas, muitas vezes tradicionalmente, nas relações sociais quotidianas.

Nesta direção, os mediadores e, portanto, a ação de mediação, estimulariam a articulação, no processo social e político que constitui os movimentos, tanto de informações que organizam a práxis política — na qual, pensamos, não exerce papel menor a politização de saberes técnicos ocorrida a partir de meados da década de 70 —, [13] quanto de conhecimentos específicos oriundos de vínculos históricos construídos no tecido social.

Na análise política realizada por Eder Sader (1988) — referida à experiência de mobilização da classe trabalhadora em São Paulo, nos anos 70 — são valorizados os fatores históricos responsáveis pela afirmação, na conjuntura, de novas institucionalidades que constroem

as possibilidades de emergência de sujeitos sociais expressivos da experiência de trabalho e da vida coletiva nos bairros periféricos.

As grandes instituições — no caso, a Igreja Católica, os partidos de esquerda e os sindicatos — são repensadas, por sua crise no período, por intermédio de matrizes de valores e conhecimentos que buscam sua inserção renovada no âmago da sociedade. O entrecruzamento dessas matrizes com as condições quotidianas de vida da classe trabalhadora e com os dados mais amplos da conjuntura política condensariam os elementos propiciadores das formas de organização e expressão política que constituem os novos sujeitos sociais.

Na abordagem dos movimentos sociais adotada por este autor encontram-se presentes, portanto, tanto fatores históricos que elaboram as mediações entre sociedade e esfera política, quanto a problemática do sujeito que conforma parte relevante da produção recente realizada no país.

Acreditamos que a problematização do sujeito — no campo de estudos sobre movimentos sociais — se encontra profundamente articulada à natureza do desafio teórico-político da área isto é, à identificação de mediações conceituais entre sociedade e política.

No entanto, antes de nos determos com mais atenção nesta frente contemporânea de estudos sobre movimentos, convém salientarmos o fato de que esta lida com questões relativas à conformação moderna de identidades sociais politicamente ativas. Neste sentido, os movimentos sociais contemporâneos expressam não apenas transformações de papéis tradicionais, mas, também, a construção de processos de reconhecimento e aprendizagem sociais praticamente simultâneos à sua presença no nível político da realidade social. Fazemos esta observação por seu incisivo significado para a compreensão do desafio constituído pela interpretação dos movimentos sociais no país, dada a ocorrência, nas últimas décadas, de profundos processos de desenraizamento social e de transformações nos quadros culturais tradicionais da vida coletiva. [14]

Desse modo, a temática dos sujeitos sociais introduz a área de reflexão dos movimentos num novo patamar de interações disciplinares, interações estas que estimulam e expressam o aprofundamento da compreensão do campo das mediações. Este campo traduz a adoção de uma abordagem mais abstrata do tema imediato dos mediadores, este mais próximo das reconstruções históricas de movimentos sociais específicos.

Selecionamos, para esta parte do balanço da área, os trabalhos já citados, sobre o campo das mediações, de Eder Sader, Edison Nunes e Paulo Krischke.

O campo das mediações, para o primeiro autor, surge reconstruído através de saberes, práticas e da politização das experiências quotidianas. Por outro lado, o remetimento direto da análise à classe trabalhadora colabora para que seja realizada — na temática dos novos sujeitos — a recuperação de elementos estruturais que tendem a permanecer excluídos da identificação das inovações políticas realizadas por contribuições teóricas recentes na área dos movimentos sociais (Touraine, 1989).

Nos trabalhos de Edison Nunes pode ser reconhecido o campo de mediações entre sociedade e política pela superação, que este autor elabora, do recorrente afastamento, na análise dirigida à face política dos movimentos, das condições objetivas de vida da construção da subjetividade.

A compreensão plena das relações sociais que sustentam os movimentos importa, assim, não apenas a denúncia das condições objetivas de vida — a politização da chamada qualidade de vida — ou, ainda, a construção do projeto político que racionalmente seria capaz de possibilitar a sua superação, mas, também, e com especial ênfase, a abertura da análise e da práxis para os processos sociais e culturais que permitam a elaboração subjetiva das carências.

Esta abertura conduziria, por um lado, à compreensão de fatores que explicariam a falta de correspondência entre processos de organização política e o estado do tecido social e, por outro, à identificação da matriz autoritária inscrita naquelas práticas políticas que não reconhecem a legitimidade de carências que se encontram presentes na construção subjetiva de segmentos sociais mobilizados. Essas práticas colaborariam para o agravamento dos processos de exclusão social e cultural e para a desmobilização — ou redução da radicalidade possível — dos movimentos sociais.

As carências enquanto expressões subjetivas das condições objetivas de vida — dotadas, portanto, de intensa força objetiva nas relações sociais — poderiam ser compreendidas como a elaboração, pelo menos potencial, de mediações entre cultura, sociedade e política.

A colaboração efetiva ao tema dos mediadores — introduzida pela inserção da noção de carência na reflexão dos movimentos sociais — pode ser avaliada quando os processos que correspondem à construção subjetiva dos sujeitos sociais são vinculados aos saberes

e práticas que politizam o quotidiano. Articulam-se, assim, à compreensão atualmente realizada pelas Ciências Sociais dos atores políticos, os fatores históricos e culturais que respondem pela construção dos sujeitos sociais. Tais fatores constituem mediações efetivas, processuais, que inscrevem os próprios movimentos como mediações entre quadro social de vida e esfera política.

Paulo Krischke propõe, conforme referência anterior deste balanço, a questão das mediações como campo privilegiado de compreensão dos movimentos sociais: "(...) queremos entender a questão das necessidades como uma instância concreta de mediações" (1989, p. 77). O autor realiza, a partir daí, uma análise crítica dos estudos sobre movimentos, assinalando a presença de versões "objetivistas" ou excessivamente abstratas das necessidades, que não permitem a compreensão da natureza do desafio político e interpretativo representado pela existência histórica das novas formas de mobilização social e política.

Assim, as necessidades, para este autor, corresponderiam a mediações ativas entre sociedade e esfera política, expressando, por um lado, o exercício do poder, a ação do Estado — os mecanismos culturais da legitimidade política —, e, por outro, os microfundamentos da reprodução social, ou seja, as configurações imediatas dos processos de organização social que ampliam e pressionam o universo das necessidades politicamente reconhecidas.

A problematização atual dos sujeitos sociais na área de estudos sobre movimentos sociais encontra outra forma de expressão, relativamente recente, no tema do projeto político. A reflexão acerca da democracia e a sua vinculação à cidadania — temas recorrentes no processo inicial de construção da área — têm sido propostas por meio do desafio representado pela elaboração do projeto, compondo a ruptura com leituras tendencialmente naturalizadas do quotidiano e estimulando o reconhecimento de vínculos entre metas políticas e processos de mudança nas mentalidades coletivas. Por exemplo, pelas palavras de Tullo Vigevani:

> "Os movimentos podem subjetivamente ser portadores destas propostas (de democracia renovada), mas, na ausência da visão do mundo necessária para o eventual estabelecimento desta proposta como hegemônica na sociedade, corre-se o risco de permanecer à parte da política, ou de refluir-se ao corporativismo assembleísta ou de incorrer em experiências que Marx, em contexto totalmente diferente, chamava de utópicas" (1989, p. 101).

Tullo Vigevani reativa, portanto, os conceitos mais amplos da análise política, porém, ao elaborar a questão dos novos sujeitos sociais reinscreve o projeto também como construção de subjetividades ativas. Assim, o próprio diagnóstico político das dificuldades e limites dos movimentos na sociedade brasileira — que se tornam mais evidentes ao longo da década de 80 — direciona a análise no sentido da inclusão de elementos que singularizam esses processos de organização social frente a outros campos da práxis.

Por outro lado, esse último autor sugere que a politização generalizante — descolada de projetos — dos formatos organizativos que constituem os movimentos pode ser interpretada como responsável pela redução de sua presença ativa no nível político da sociedade brasileira, ao que agregaríamos a redução correlata de seu papel como elemento de renovação das relações e das identidades sociais.

Por fim, convém acrescentarmos o fato de que o tema dos novos sujeitos sociais tem transformado, substantivamente, na produção sobre movimentos sociais realizada no país, a difícil interação — presente desde o início da constituição da área — entre movimentos e classes sociais.

Assim, nos movimentos que expressam a mobilização política de identidades sociais com profundo enraizamento histórico, a questão da classe encontra-se, pelo menos tendencialmente, resolvida pela aproximação dos processos vinculados à reprodução da quase totalidade dos elementos constitutivos do modo de vida. No entanto, nos novos movimentos, os violentos processos de desenraizamento cultural e a pluralidade de mecanismos quotidianos de identificação social — que estes mesmos movimentos expressam — impõem que a sua inscrição de classe considere a distribuição desigual das oportunidades sociais e culturais.

Desta forma, os novos sujeitos sociais podem ser compreendidos, também, como expressões culturais e políticas da situação de classe, sendo relativizado o peso imediato de diferentes inscrições ocupacionais no mercado de trabalho, já que as representações da situação de classe permitem o reconhecimento, nos processos de coesão social e mobilização política, de categorias diretamente inscritas no universo cultural e ético. A construção da consciência possível, assim como do projeto político passam a integrar a interpretação da posição dos movimentos na estrutura de classes, demonstrando a fragilidade das interpretações apoiadas apenas na leitura da situação econômica imediata dos segmentos sociais mobilizados.

Esses novos elementos analíticos geram a problematização tanto do diagnóstico interclassista — potencialmente correto apenas para determinadas faces e momentos dos fenômenos analisados —, quanto do diagnóstico classista, calcado exclusivamente em informações relativas à base social dos movimentos. Tais informações são limitadas na medida em que sugerem uma leitura apenas parcial das potencialidades presentes nos movimentos, já que as mediações, ou seja, as articulações entre identidades sociais e políticas, também indicariam a direção de classe dos movimentos em processos que, além de econômicos e políticos, também são sociais e culturais.

7. OS DESAFIOS DOS ANOS 90

Conforme referência inicial, esta recuperação da área partiu do pressuposto de que tanto as análises realizadas no país, quanto as práticas que constituem os movimentos possuem elos de integração — ainda que parciais e implícitos — situados em ideário, ou melhor, ideários que enfrentaram os caminhos da sua afirmação ao longo dos múltiplos processos de reconstrução institucional e mobilização social que marcaram as duas últimas décadas e, portanto, a transição.

No entanto, apesar da difícil avaliação do maior ou menor dinamismo global dos movimentos na sociedade brasileira — dadas as diferenças conceituais presentes nos levantamentos e a heterogeneidade de processos antes assinalada —, a observação da década de 80 parece indicar, em consonância com tendências internacionais, o risco de perda da força inovadora da esfera política, reconhecida pelos analistas, nos movimentos sociais.

As interpretações dos determinantes deste risco tendem a estar acentuadamente apoiadas em leituras imediatas do nível político da realidade brasileira, onde são identificados fatores responsáveis pela desmobilização dos movimentos. São, assim, usuais as afirmações relativas à cooptação e ao populismo, sendo estimulada a leitura da esfera política atual por meio de diagnóstico construído no início do desenvolvimento da área com base em amplas interpretações da história do país.

Por outro lado, são também freqüentes afirmações relativas à multiplicação atual dos canais de pressão política — decorrentes da redemocratização do país — e à conquista de governos por partidos com compromissos populares. Tais processos gerariam a redução do

papel político a ser exercido, especificamente, pelos movimentos sociais.

Pensamos, com base no balanço realizado, que essas interpretações, apesar de corresponderem a facetas do quadro atual, são insuficientes para um diagnóstico mais amplo, sobretudo porque não consideram, suficientemente, a natureza particular dos movimentos sociais.

Nesta direção, verificamos que, evidentemente, mudanças na esfera política exercem influência decisiva nos processos de articulação que constituem os movimentos, não apenas por representarem transformações nos mecanismos institucionais e de representação política de interesses, mas, também, por introduzirem mudanças nas leituras das oportunidades sociais (Souza, 1990; Ribeiro e Elias, 1986).

A interpretação mais abrangente dos movimentos introduz a necessidade de observação do estado da sociedade — dos processos de conformação das identidades sociais e da cultura — e das linhas de atuação de práticas institucionalizadas inscritas no campo das mediações entre sociedade e política.

Neste sentido, a análise exclusivamente formal e institucional da esfera política precisaria ser complementada — em função da maior complexidade atual da sociedade brasileira — pelo reconhecimento, agora indispensável, da face política das instituições sociais — igrejas, redes institucionais de apoio, assessorias profissionais. Este reconhecimento — extremamente difícil nos momentos iniciais da área em decorrência da cisão analítica e política, correlata à conjuntura, entre sociedade civil e Estado — torna-se, hoje, um ângulo de análise essencial para a avaliação dos movimentos e, portanto, para a constituição de projetos que correspondam à vinculação ativa dos movimentos no tecido social.

Desta forma, acreditamos que os movimentos representem, para o futuro, pontos objetivos de observação e avaliação — teórica e prática — do nível de ampliação de componentes democráticos nas relações sociais, pontos estes situados no difícil e instável campo de mediações entre os fatores de renovação da esfera política e os processos de organização social que resistem aos mecanismos culturais de exclusão social.

Talvez possamos afirmar que constitui desafio dos anos 90 a revelação, no estado da sociedade, de fatores renovados de mediação entre identidades sociais e políticas e, ainda, a reflexão e a construção de formatos institucionais que permitam a revitalização dos espaços

políticos e a politização de conflitos que, na ausência desta interface, encontram expressão na violência quotidiana e no decorrente uso de instrumentos de repressão social.

Do ponto de vista das análises sobre os movimentos, podemos afirmar que a área, por sua tradição, apresenta reais oportunidades de contribuição ao processo atual de renovação das Ciências Sociais. No entanto, a extensão dessas oportunidades depende do enfrentamento direto dos seus desafios teóricos e, ainda, da manutenção de esforços contínuos, coletivos, de afirmação da sua legitimidade acadêmica.

A necessidade de desenvolvimento conceitual das mediações entre identidades sociais e políticas corresponde, a nosso ver, à compreensão dos fatores culturais e políticos que dão vitalidade aos movimentos, já que a perda relativa de referência nos processos de mobilização de identidades socialmente reconhecidas surge, em várias análises realizadas (Lavinas, 1989; Leis, 1989), como fator responsável pela redução da presença dos movimentos no espaço político.

Em sentido inverso, ocorre o risco de que os conflitos expressos pelos movimentos sejam reabsorvidos no âmago do tecido social, seja em decorrência de processos de politização generalizante das identidades sociais — sem correspondência com processos concretos de organização e reivindicação —, seja como conseqüência da ação de instituições que reassumem os seus papéis rotineiros na sociedade brasileira, isto é, papéis vinculados à legitimação política do controle social.

NOTAS

1. "A época ultrapassada do continuísmo e do determinismo esclareceu uma noção, a de processo. Ela não coincide com a de determinismo. Um 'processo' pode envolver contradições e casos. O conceito escapa ao determinismo mecânico e, no entanto, ele acentua uma determinação tomada como essencial num movimento dialético" (Lefebvre, 1969a, p. 238).

2. Pode ser constatada, neste sentido, a presença extremamente significativa de Castoriadis (1982) em trabalhos recentes da área.

3. A posição ética articulada ao ideário da área tem originado a incorporação de posturas analíticas com origens diversas. Por vezes, convivem tendências ao relativismo cultural com a busca positiva das determinações estruturais das mobilizações coletivas.

4. O reconhecimento pioneiro da relevância da análise de "dentro" dos movimentos, assim como da importância desta análise para a compreensão dos processos de constituição de identidades coletivas, encontra-se em Durham (1984).

5. Nesta direção, pode ser identificada a influência exercida na área pelos trabalhos de Hobsbawm e Thompson, já que nos movimentos contemporâneos são reconhecidas as marcas da cultura e da quotidianidade que estes autores reconstroem na análise histórica da existência popular. A relevância de Hobsbawm, na constituição temática da área, pode ser apreendida em Pinheiro (1979).

6. As tipologias encontram-se formuladas, com freqüência, tendo como apoio leituras teórico-políticas da inserção estrutural da base social dos movimentos ou, a articulação entre as reivindicações e o seu significado para a coligação de forças dominantes. Nesses remetimentos são encontrados os elementos analíticos da potencial radicalidade dos movimentos (Castells, 1976).

7. Utilizamos este conceito, neste momento, com a intenção de estimular uma ampla referência à Sociologia. Portanto, não nos remetemos, especificamente, à valorização atual dos papéis sociais pelo pensamento crítico. Ver, por exemplo, Laclau (1986).

8. A leitura interpretativa dos movimentos na sua face expressiva do protesto popular, da presença das classes populares na esfera política, caracteriza profundamente o primeiro momento da incorporação pelas Ciências Sociais brasileiras das manifestações sociais que marcaram a década de 70.

9. A análise das identidades sociais mobilizadas torna-se não apenas uma face dos próprios movimentos, mas, também, das Ciências Sociais, pela valorização da memória e das técnicas qualitativas de pesquisa (Durham, 1988; Zaluar, 1985).

10. Dos estudos urbanos emergem, nesta linha, os vínculos entre o pensamento crítico do Urbanismo e Antropologia, vínculos que têm permitido o desenvolvimento de um campo teórico-empírico voltado para a revelação nos espaços metropolitanos de territórios vivos da experiência coletiva.

11. Podemos fazer referência, sobretudo, às interpretações analíticas dos chamados fenômenos de multidão: saques e quebra-quebras. Mas, também podem ser citadas as análises realizadas sobre processos de reivindicação que acionam, especificamente, identidades socialmente reconhecidas. Consultar, deste último ângulo, Fontes (1984).

12. A partir dos clássicos da área no país, Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, deve ser enfatizado o desenvolvimento de linha de análise voltada para a dinâmica da relação movimentos sociais-Estado. Esta linha encontra-se presente na área, de forma pioneira, em Cardoso (1983). Sua continuidade pode ser claramente reconhecida em Jacobi (1989).

13. A nosso ver, tem sido pouco associada ao estudo dos movimentos sociais, a intensa mobilização e politização decorrentes da modernização do mercado de trabalho e o conseqüente assalariamento de categorias profissionais, ocorrido no país a partir de meados da década de 70. Por exemplo: médicos, arquitetos, advogados.

14. Estudos realizados na década de 70 assinalaram as extraordinárias dificuldades enfrentadas, por exemplo, por migrantes recentes nos contextos metropolitanos do país, dificuldades estas oriundas da ausência de referenciais políticos e da escassez de referências culturais (Cardoso *et alii*, 1973).

Bibliografia

BARREIRA, Irlys Alencar. (1985), Drama Representado e Drama de Todo o Dia (Sobre o Teatro nos Movimentos Sociais). Trabalho apresentado no IX Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP, mimeo.

BARREIRA, Irlys Alencar e STROH, Paula Yone. (1983), "O Movimento dos Desempregados nas Ruas: Uma Prática Fora de Tempo e Lugar?!". *Espaço & Debates*, São Paulo, n.º 10.

BARSTED, Leila Linhares. (1987), O Movimento Feminista no Rio de Janeiro: Trajetória, Demandas e Impasses. Monografia para a pesquisa Movimentos Sociais na América Latina, Universidade das Nações Unidas, mimeo.

BERGMAN, Lia. (1990), *Planejamento: Reflexões sobre um Tema em Baixa*. Tese de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, datilo.

BOSCHI, Renato e VALLADARES, Licia. (1982), "Movimentos Associativos de Camadas Populares Urbanas: Análise Comparativa de Seis Casos", in R. Boschi (org.), *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*, Rio de Janeiro, Iuperj/Zahar.

CARDOSO, Fernando Henrique *et alii*. (1975), "Cultura y Participación", in P. Singer (org.), *Urbanización y Recursos Humanos (El Caso de San Pablo)*, Buenos Aires, SIAP.

CARDOSO, Ruth. (1983), "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico", in B. Sorj e M. H. Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense.

CARVALHO, Eduardo Guimarães. (1990), *Direito e Necessidade (A Questão Fundiária e a Justiça no Rio de Janeiro)*. Tese de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, datilo.

CASTELLS, Manuel. (1973), *Luttes Urbaines*. Paris, Maspéro.

———. (1976), *La Cuestión Urbana*. 2.ª edição. Madri, Siglo XXI.

———. (1984), "La Crisis, la Planificación y la Calidad de la Vida: El Manejo de las Nuevas Relaciones Historicas entre Espacio y Sociedad". *Revista Mexicana de Sociologia*, n.º 4.

CASTORIADIS, Cornelius. (1982), *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CORAGGIO, José Luis. (1989), "Pesquisa Urbana e Projeto Popular". *Espaço & Debates*, São Paulo, n.º 26.

DOIMO, Ana Maria. (1984), *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular*. Petrópolis, Vozes.

DURHAM, Eunice. (1984), "Movimentos Sociais: A Construção da Cidadania". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.º 10.

———. (1986), "A Sociedade Vista da Periferia", in L. Kowarick (org.), *As Lutas Sociais e a Cidade (São Paulo: Passado e Presente)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

EVERNS, Tilman. (1984), "Identidade: A Face Oculta dos Movimentos Sociais". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.º 4.

——— *et alii*. (1985), "Movimentos de Bairro e Estado: Lutas na Esfera da Reprodução na América Latina", in J. A. Moisés (org.), *Cidade, Povo e Poder*, Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra.

FONTES, Ângela. (1984), *Gardênia Azul: O Trabalho Feminino na Produção do Espaço Urbano*. Tese de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, datilo.

GOHN, Maria da Glória. (1986), *A Força da Periferia (A Luta das Mulheres por Creche em São Paulo)*. Petrópolis, Vozes.

GUATTARI, Felix. (1985), "Espaço e Poder: A Criação de Territórios na Cidade". *Espaço & Debates*, São Paulo, n.º 16.

HELLER, Agnes. (1972), *O Quotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

JACOBI, Pedro. (1980), "Movimentos Sociais no Brasil". *BIB*, Rio de Janeiro, n.º 9.

———. (1989), *Movimentos Sociais e Políticas Públicas (Demandas por Saneamento e Saúde)*. São Paulo, Cortez.

KOSIK, Karel. (1976), *Dialética do Concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toribio. 4.ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KRISCHKE, Paulo. (1987), "Movimentos Sociais e Transição Política: Contribuições da Democracia de Base", in I. Scherer-Warren e P. Krischke (orgs.), *Uma Revolução no Cotidiano? (Os Novos Movimentos Sociais na América Latina)*, São Paulo, Brasiliense.

———. (1989), "Necesidades y Sujetos Sociales". *Revista Mexicana de Sociologia*, n.º 3.

LACLAU, Ernesto. (1986), "Os Novos Personagens e a Pluralidade do Social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.º 8.

LAVINAS, Lena. (1989), Identidade de Gênero: Um Conceito da Prática. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP, mimeo.

LEFEBVRE, Henri. (1969a), *Introdução à Modernidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

———. (1969b), *O Direito à Cidade*. Tradução de T. C. Neto. São Paulo, Documentos.

LEIS, Hector Ricardo. (1989), "El Movimiento de los Derechos Humanos y el Proceso de Democratización Politica en Argentina", in E. J. Viola, I. Scherer-Warren, P. Krischke (orgs.), *Crise Política, Movimentos Sociais e Cidadania*, Florianópolis, Ed. UFSC.

LOJKINE, Jean. (1981), *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo, Martins Fontes.

LOWY, Michel. (1987), *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchaussen (Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento)*. São Paulo, Busca Vida.

MOISÉS, José Álvaro. (1978), *Classes Populares e Protesto Urbano*. Tese de Doutoramento, Universidade de São Paulo, datilo.

NUNES, Edison. (1989), "Carências Urbanas, Reivindicações Sociais e Valores Democráticos". *Lua Nova*, São Paulo, n.º 17.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). (1979), *O Estado Autoritário e os Movimentos Populares*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

——— e ELIAS, Roseli. (1986), "A Luta pelo Lugar: Os Camelôs no Centro do Rio de Janeiro". *Cadernos do CEAS*, n.º 103.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. (1989), Movimentos Sociais: Questões de Método. Trabalho apresentado no XIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, mimeo.

——— e PAOLI, Maria Célia. (1986), "Sobre 'Classes Populares' no Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de Leitura sobre Acontecimentos Recentes)", in R. Cardoso (org.), *A Aventura Antropológica (Teoria e Pesquisa)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SADER, Eder. (1988), *Quando Novos Personagens Entraram em Cena (Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SANTOS, Joel Rufino. (1987), IPCN e Cacique de Ramos: Dois Exemplos de Movimento Negro na Cidade do Rio de Janeiro. Monografia para a pesquisa Movimentos Sociais na América Latina, Universidade das Nações Unidas, mimeo.

SCHERER-WARREN, Ilse. (1987), "O Caráter dos Novos Movimentos Sociais", in I. Scherer-Warren e P. Krischke (orgs.), *Uma Revolução no Cotidiano? (Os Novos Movimentos Sociais na América Latina)*. São Paulo, Brasiliense.

———. (1989), *Movimentos Sociais (Um Ensaio de Interpretação Sociológica)*. Florianópolis, Ed. UFSC.

SILVA, Ana Amélia. (1985), "Quebra-Quebra de Trens de Subúrbio: Uma Dimensão Política da Opressão". *Espaço & Debates*, São Paulo, n.º 10.

——— e RIBEIRO, Ana Clara Torres. (1985), "Movimentos Sociais: Por Onde Andam Nossas Idéias?", in Anpocs (org.), *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Anpocs/Cortez.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. (1989), "A Alienação do Político no Brasil Urbano — Uma Avaliação do Momento Atual", in E. J. Viola, I. Scherer-Warren e P. Krischke (orgs.), *Crise Política, Movimentos Sociais e Cidadania*, Florianópolis, Ed. UFSC.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. (1990), *Invasões e Intervenções Públicas: Uma Política de Atribuição Espacial em Salvador (1946-1989)*. Tese de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, datilo.

TOURAINE, Alain. (1988), *O Pós-Socialismo*. Tradução de Sonia Goldfelder e Ramon Américo Vasquez. São Paulo, Brasiliense.

———. (1989), "Os Novos Movimentos Sociais. Para Notar Mal-Entendidos". *Lua Nova*, São Paulo, n.º 17.

VIGEVANI, Tullo. (1989), "Movimentos Sociais na Transição Brasileira: A Dificuldade de Elaboração do Projeto". *Lua Nova*, São Paulo, n.º 17.

ZALUAR, Alba. (1985), *A Máquina e a Revolta (As Organizações Populares e o Significado da Pobreza)*. São Paulo, Brasiliense.

MOVIMENTOS, SUJEITOS SOCIAIS E POLITICA

(elementos para a prática pedagógica)

Ana Clara Torres Ribeiro

IPPUR-UFRJ

marco 1991

Este texto foi redigido como subsídio para a atuação da Equipe Urbana da FASE (nacional).

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
I P P U R

Indice

(I)- Elementos para um diálogo sobre movimentos sociais no Brasil de hoje

(II)- Exame de algumas possibilidades

(III)- Sujeitos Sociais, Identidades e Identificações

(IV)- Democracia, Questões Institucionais e Movimentos

(V)- Estado, Movimentos e Sujeitos Coletivos: retirando consequências

(I)- Introdução:elementos para um diálogo sobre movimentos sociais no Brasil de hoje

O objetivo básico deste texto é o debate sobre movimentos sociais.Com este intuito são incorporados conceitos e teses políticas sobre os processos de organização social e manifestação política denominados movimentos sociais e, apontados alguns impasses e limites da atual conjuntura política do país.A reflexão destes impasses e limites sugere a necessidade de que sejam repensados ,mais uma vez, o papel específico dos movimentos sociais e,o seu significado particular face a outras formas de representação coletiva na vida pública.

Assim, o texto assume como diretriz a preocupação explícita com a valorização dos movimentos sociais,hoje mais complexa pela relativa perda da visibilidade política,ou melhor, centralidade antes detida por estes processos.

Afinal,a constituição atual da esfera política pressiona a análise ,de forma muito mais imediata,para os macro elementos organizadores da sociedade brasileira - por exemplo:relações Estado-economia;estrutura partidária;limites da democracia representativa - deixando,para um segundo plano,as formas de organização e manifestação coletivas mais intensamente articuladas às relações sociais quotidianas e aos valores éticos e culturais.

De fato, com relação aos movimentos sociais podemos dizer que tende a repetir-se o rápido abandono, tão comum nas

análises referidas ao país,de certos temas e questões.Da hiper-valorizaçào à atual desvalorizaçào percorremos ,realmente,pouco mais de uma dêtada de história,tempo insuficiente para qualquer enfrentamento conseqüente das grandes questões que foram analiticamente incorporadas,tantas vêzes de forma inconsistente,à pluralidade de práticas denominadas movimentos sociais - da emergência de novos atores políticos aos ideais de socialismo.

Neste sentido,a estranha sensaçào que permanece pode ser pelo menos um pouco iluminada ou através do signo da modernidade que a tudo leva de roldão (1) ou sob o signo mais imediatamente doloroso e difícil da incoerência política e da inconsistência analítica.A opçào por este último caminho exige um sério esforço de revisão crítica do que foi afirmado,anteriormente,com relação aos movimentos e,ainda, a realizaçào de um exercício renovado de reconhecimento de suas potencialidades concretas. Consideramos que este último caminho deva ser percorrido ,mesmo que, no seu percurso,tenhamos que incorporar elementos analíticos do outro caminho,ou seja, da atual frente de debates sobre as características da modernidade brasileira (2).

Vivemos,atualmente,processos múltiplos e complexos,de diversas origens,que ,no entanto, com frequência,surgem confundidos e mesclados numa única e fria sentewnça,aquela que afirma,de forma recorrente e linear,o declínio dos movimentos sociais.

Nesta afirmação generalizada apagam-se fronteiras e barreiras sociais e culturais;perdem-se experiências sociais reais,num grande amálgama de dados e informações,onde o caso

brasileiro acaba sendo equalizado a processos de transição política experimentados por outros países e culturas. Sem querer afirmar, a todo momento e de forma unilateral ,exclusivamente especificidades - principalmente onde existirem amplas influências internacionais - não podemos deixar de assinalar o fato de que faltam análises globais que permitam um balanço sério e consequente de ascenso,auge e declínio (irreversível?) dos movimentos.

Constituem obstáculos a este balanço tanto à falta de informações como, ainda de forma mais insistente e difícil,a ausência de quadros analíticos consistentes que sirvam de grade compreensiva da própria multiplicidade do real indicada através do conceito de movimento social. Aliás esta é,realmente, a principal dificuldade. A qual campo concreto de fenômenos sociais,culturais e políticos encontra-se referida a frequente constatação de auge e declínio dos movimentos ? Quais leituras políticas orientam o diagnóstico?A que partes - especialmente privilegiadas - da sociedade e do território encontram-se referidas as análises?E,ainda, a que tipos de manifestação e participação sociais na cena pública?

Estas parecem ser perguntas irrelevantes face às dificuldades da atual conjuntura política.No entanto, apontam para características fundamentais dos movimentos sociais,para a sua instabilidade,multiplicidade e capacidade de mutação. Tais características decorrem dos vínculos não lineares dos movimentos sociais com expectativas e oportunidades geradas pelas conjunturas políticas e com o que pode ser denominado o "estado

da sociedade",isto é,a compreensão coletiva das relações sociais quotidianas onde atuam valores sociais, estereótipos, preconceitos e esperanças de transformação da situação de vida (3).

Articulando essas características às perguntas acima formuladas pode ser observado que os discursos sobre movimentos sociais muitas vezes não constroem um diálogo efetivo,já que as falas parecem iluminar faces diferentes de um poliedro cujo núcleo,obscuro e enigmático,não chega a ser atingido.

Neste núcleo intocado,no entanto,são mantidas expectativas e práticas sociais ou esperanças mais profundas tangenciadas por conceitos fundamentais,tais como: classes sociais;identidades sociais;consciência coletiva. Através destes conceitos o poliedro tende a tornar a interessar,impedindo que o discurso justifique,de forma rápida,o abandono e a indiferença.No entanto, se a aplicação destes conceitos evita,por algum tempo,o imobilismo e o recuo no confronto de idéias,não torna automático o esclarecimento de dúvidas.

Parte das dificuldades advém da multiplicidade e da diversidade dos movimentos e, parte tem origem no que foi denominado grade de interpretação,por vezes utilizável apenas para incluir ou excluir fenômenos.Neste caso,a idéia básica de movim transforma- se em adjetivo utilizado como instrumento rígido na separação de processos considerados legítimos e, logo,positivos daqueles considerados ilegítimos.

Aliás,o reconhecimento de obstáculos na definição de grades satisfatórias pode ser realizado através do fato de que estas mudaram rapidamente, desde o início da década,dos elementos

estruturais e diretamente politicos - como demonstra o desenvolvimento da idéia de contradições urbanas - para elementos super-estruturais ,onde surge a ênfase atual na cultura,na subjetividade e nos valores(4).

Esta mudança expressa não apenas esforços reais e bem realizados de valorizacão dos movimentos,especialmente relevantes pelas caracteristicas excludentes e segregadoras da sociedade brasileira, como,também, dificuldades no alcance de princípios estáveis de análise.Os movimentos parecem ofecerer resis seja à sua inscrição imediata em expectativas politicas rigidas seja a análises que não respeitem os seus vinculos com fatos genéricos da conjuntura politica.

Por outro lado,esta mudança corresponde,ainda, à compreensão de que os dados estruturais - onde encontra-se mais firmemente consolidada a análise das classes sociais - não parecem ser suficientes para a interpretação plena de fenômenos como os movimentos sociais,calcados na necessidade de inclusão atenta dos móveis e estímulos para a ação (reivindicação ou protesto)(5).

O próprio desenvolvimento do conceito de classes populares demonstra este fato,já que a sua defesa tem se apoiado,com maior ênfase,no necessário reconhecimento da cultura popular do que na análise concreta de processos de exploração - criação e circulação de valor - que constitui exigência básica de uma análise de classes. Neste sentido,cabe a observação de que as noções utilizadas na interpretação dos movimentos sociais tem sido,com mais frequência,as noções de dominação,opressão ou

espoliação do que ,exatamente,a noção de exploração(6).

Assim,através destas noções tem sido identificado o terreno comum de movimentos com bases sociais diferenciadas e diversas origens políticas e institucionais - movimento urbano, negro, feminista - e ,tem sido realizado o reconhecimento da relevância específica das chamadas culturas políticas expressivas de valores , direitos de cidadania e articulações institucionais (7).Além disto,o uso dessas noções tem contribuído para reduzir a predominância de tendências economicistas na compreensão dos movimentos e dos seus ciclos de vida e,a consolidação de análises políticas exclusivamente formais.

Estas noções correspondem não apenas aos termos concretamente mobilizadores de determinadas culturas políticas - presentes numa pluralidade de movimentos sociais concretos e,desta maneira, dificilmente espontâneas (8)- mas ,também,à valorização atual dos chamados sujeitos sociais.

O objetivo destas rápidas indicações foi chamar a atenção para os usos contemporâneos de determinadas idéias políticas clássicas que significam desafios pedagógicos reais. Porém,estas indicações ainda alertam para a resistencia,oferecida pelo real, a tentativas de simplificação do campo de fenômenos sociais e políticos indicado pelo conceito de movimento social.

A marca fundamental desse campo talvez possa ser reconhecida,realmente, na valorização indispensável da ação,do "estar em movimento". Esta valorização não significa, no entanto, que o consenso com relação à natureza dos movimentos seja

necessariamente atingido, já que a idéia de ação também envolve um campo heterogêneo de práticas e ideários políticos: da identificação do valor político da "fala do oprimido", do "estar presente" na cena pública, até a atuação na construção institucional da democracia. Entre estes extremos pode ser dito que torna a oscilar o fundo obscuro do poliedro , imagem antes referida e pelo menos aparentemente adequada para a descrição rápida dos desafios apresentados pelo campo múltiplo e tensionado de processos indicado pela idéia de movimento social.

As dificuldades reais existentes na apreensão compreensiva deste campo podem estimular o uso adjetivado da conceito de movimento, já citado; e, sobretudo, o seu uso substantivado, isto é, naturalizado. Este último risco manifesta-se na tendência à mescla - sem questionamentos e, portanto, numa interpretação linear - de processos que encontram-se em estágios diferenciados e cuja essência não pode ser indicada, de forma segura, através da idéia de movimento social se esta idéia envolver, concretamente, a ação coletiva.

Assim, na referência naturalizada a movimentos, tão frequente, encontram-se misturados, muitas vezes, formatos institucionais esvaziados; ações que limitam-se à rotina e à complementariedade de intervenções públicas; representações políticas que perderam a correspondência com movimentos sociais e, processos realmente ativos de organização e mobilização sociais.

Estas observações indicam a necessidade de uma grade bem posicionada que oriente tanto a seleção de um campo

consistente de fenômenos - evitando os usos adjetivado ou naturalizado do conceito de movimento social - quanto a adoção de uma atitude que reconheça o carater particular, único, de cada processo; sem anular,no entanto, os seus vínculos com traços mais amplos:das conjunturas políticas;das culturas políticas;da qualidade imediata das relações sociais quotidianas; do patamar crescente de necessidades sociais.

Uma orientação deste tipo - capaz de dar sustentação a análises mais atentas da situação social e a práticas que estimulem a afirmação de movimentos - não pode ser excessivamente rígida e nem evasiva com relação a diferenças entre processos;diferenças estas que podem indicar potencialidades políticas e sociais diversas. De fato, uma orientação rígida provavelmente não guardaria correspondência com a flexibilidade das práticas articulatórias (8) que acionam a cadeia vitalizadora de processos indicada pela idéia de movimento.

(II)-<u>Exame de Uma Possibilidade</u>

As análises sobre movimentos sociais realizadas no país tenderam,num primeiro momento,a enfatizar o esclarecimento de contradições sociais e de processos de segregação e exclusão.

Neste sentido, por exemplo,as leituras das grandes cidades, das metrópoles, apontaram para a subordinação da vida

coletiva aos interesses da chamada especulação imobiliária e, para os mecanismos que permitiam a apropriação privada dos investimentos públicos.

Na mesma direção, foram aprofundados o papel da mulher na economia e os processos de descriminação racial responsáveis pela exclusão das oportunidades de emprego e renda, abertas de forma seletiva pela modernização autoritária da sociedade brasileira nos anos 70 (9).Assim,os moveis econômicos fundadores da ação coletiva foram valorizados na análise dos movimentos,através da análise das contradições sociais agudizadas pelo amplo processo de modernização excludente do país.

Por outro lado,as expectativas geradas pelos movimentos sociais concentraram-se em seus impactos imediatos na esfera política e, na presença crescente de setores populares em confronto com governos incapazes de diálogo e de dirigirem a sua atuação para a satisfação de necessidades coletivas.

A mudança de conjuntura -ocorrida ao longo dos anos 80 -explica, pelo menos parcialmente ,a ênfase atual em novas interpretações dos movimentos sociais. São desenvolvidos estudos sobre as relações entre movimentos e Estado onde a instância pública não aparece mais como um bloco monolítico;mas, também, como lugar de contradições (10) e de formas modernas de ação (11).E são realizadas análises sobre a face cultural e social dos movimentos(12).

Com base na valorização da questão cultural tem sido possível o reconhecimento dos esforços desenvolvidos por certos movimentos no resgate da dignidade de camadas sociais desenraizadas e violentadas pelos processos de modernização e

exclusão.Trata-se do reconhecimento

exclusão. Trata-se do reconhecimento, nos processos de organização e manifestação, de elementos culturais e éticos capazes de forjar identidades construídas com base em valores compartilhados, recuperados e preservados conscientemente por determinados grupos sociais(13).

Em realidade, as diversas interpretações dos movimentos podem corresponder tanto a processos distintos com intervenções de culturas políticas diferenciadas - por exemplo, da visão mais clássica de partidos de esquerda aos ideais da Igreja progressista (14)- quanto a diferentes linhas interpretativas dos movimentos e do seu papel histórico em sociedades excludentes como a brasileira(15).

E esta possibilidade de que sejam confundidas influências reais de culturas políticas com princípios gerais de compreensão e análise que, tantas vêzes, impede que sejam alcançadas condições de diálogo; trazendo, como consequência, dificuldades na integração compreensiva de casos concretos a fatores mais gerais do momento político.

No caso brasileiro, a distinção consequente entre estas duas possibilidades torna-se ainda mais difícil, o que não reduz a necessidade de que a sua realização seja procurada. Este maior nível de dificuldade origina-se das características mais marcantes do complexo processo político vivido pelo país ao longo dos anos 80. Este processo não apenas modificou expectativas sociais como produziu, também, alterações em orientações político-partidárias com influência nos movimentos e, transformações na penetração cultural de instituições sociais.

A valorização atual da democracia e da cultura,assim como do tema dos sujeitos sociais e atores políticos,expressa tanto o alcance de melhores possibilidades de compreensão dos movimentos sociais - onde insere-se a absorção, temporalmente defasada no país,de esforços de renovação do marxismo-quanto mudanças na conjuntura política que reorientaram práticas sociais e geraram a revisão de expectativas quanto às potencialidades radicais,estruturais,dos movimentos.

Com estas anotações observa-se que os ideários de um período tem profunda influência na percepção dos movimentos,em decorrência,inclusive, de sua natureza plural, instável e pouco adequada às simplificações. Aliás, a rápida voragem de idéias e expectativas parece marcar, em profundidade, a sociedade brasileira. A resistência a esta voragem não significa caminhar,de forma socialmente pouco útil e prática, contra a corrente;mas, sim, tentar separar processos irreversíveis de superação de experiências políticas de processos de excessivo amoldamento a leituras circunstanciais da realidade social do país e "ideologização " ágil do papel dos movimentos.Esta produção ideológica rápida possui,face aos movimentos,maior nível de gravidade pelo fato de que nestes processos parece existir,realmente, um certo nível possível de "invenção" da sociedade(16),onde as idéias de um período repercutem como estímulos ou desestímulos à ação. Este ponto será aprofudado a seguir.

As reflexões anteriores,que procuraram esclarecer, pelo menos um pouco, o fundo obscuro do poliedro,parecem indicar um certo grau de mutação no nível político-cultural da sociedade

brasileira, expresso através dos chamados novos movimentos sociais.Esta mutação expressaria diferenças face aos movimentos sociais clássicos isto é,representativos de contradições estruturais ou da ação partidária direta e clara.

Alguns analistas identificaram nos processos estudados novas contradições;outros,novos ideários políticos e, outros ainda,novos valores culturais relacionados a práticas similares no plano internacional.

A interrogação sobre o novo - nos processos de reivindicação e mobilização que afirmam-se a partir de meados da década de 70 - foi respondida seja através da crise de instituições historicamente inseridas no tecido social e no nivel político do país,como realiza Eder Sader (17), seja através da emergência de práticas que significariam a possibilidade de superação de processos tradicionais de cooptação e manipulação política dos setores populares.

Efetivamente, certos elementos de identidades sociais historicamente oprimidas e culturalmente desvalorizadas foram objeto de novos processos de organização e expressão política - como demonstram as identidades do negro,de mulher,do homossexual - sendo construídos,assim,caminhos que permitem reconhecer possibilidades de mudança existentes no próprio âmago do tecido social quotidiano.

Os exemplos citados,evidentemente,não significam processos espontâneos de politização de questões sociais e culturais;mas, sim, a ressonância viável no país de amplos fenômenos internacionais de afirmação de novos

valores:influências intelectuais e ações institucionais.

Neste sentido,correspondem,mesmo que de maneira indireta e específica,a características da modernidade brasileira,ou melhor, a um certo nível de mutação e autonomia relativa da esfera cultural frente às determinações estruturais imediatas.

Outros exemplos significativos de processos de articulação de correntes de pensamento,práticas e valores podem ser dados pela referência a movimentos de cunho ambientalista - em suas diversas manifestações institucionais - e pela emergência de um nível mais ativo de valorização de práticas preservacionistas de bens culturais e naturais.

Estes exemplos são expressivos de ações possíveis na esfera cultural,realizadas através do formato de movimentos sociais específicos; dos meios de comunicação ou de outros movimentos com objetivos imediatos diversos. Esta difusão de valores pode ser observada na presença do tema da preservação da natureza e do patrimônio histórico em movimentos de bairro e da inscrição da questão da mulher em movimentos sindicais(18).

Por outro lado,através destes exemplos,pode ser enfatizada,também,a intensidade da transformação histórica que se traduz em novas possibilidades de intervenção política no tecido social,o que corresponde a desenraizamentos sociais e quebra de referenciais culturais tradicionais e,portanto,consequente abertura deste tecido a influências plurais,heterodoxas e não-lineares.

Nesta direção, os novos movimentos poderiam ser

rapidamente sintetizados através da sua definição como elos ativos posicionados entre a sociedade e a política,isto é, entre a sociedade,o quotidiano das relações sociais(representações,valores e práticas) e a esfera da realidade social onde são debatidos direitos e ações gerais.

Com esta definição pretende-se valorizar o fato de que os movimentos sociais possuem uma dupla natureza,calcada no social - como demonstra a ação referida a papéis,valores e identidades - e na política,como manifesta a sua face pública,reivindicativa, de protesto e mobilização.

Esta dupla face dos movimentos corresponde ao fundo obscuro do poliedro,de onde surgem questões relativas à presença intensa nos movimentos de instituições com ampla e histórica presença no tecido social,cultural e ético (Igrejas);à tensão entre movimentos e política,onde surgem mudanças em ações partidárias em decorrência de processos de constituição de coletivos resistentes à sua incorporação literal à vida política; à integração entre a difusão de valores referidos a determinadas identidades sociais e a difusão de ideários para a organização política do país.Esta última questão pode ser exemplificada através da extensão alcançada,em determinada época,pela noção de cidadania e, pela ação de apoio à formação de movimentos realizada por entidades e instituições que não mantém correspondência com delimitações formais do universo político nacional e local(19).

Face à esta natureza específica dos movimentos sociais afirmações correntes quanto ao seu carater classista ou

interclassista perdem muito de sua consistencia analítica,principalmente porque,em geral, não colaboram para o alcance de respostas às questões acima referidas e às seguintes perguntas sugeridas,de forma significativa,pelo presente momento político do país:Que novos valores culturais poderiam permitir o estímulo à superação das atuais tendências à fragmentação do tecido social?Quais são os processos socialmente úteis previstos na absorção dos movimentos nos limites da formalidade democrática?Quais são as possibilidades de evolução positiva das tensões entre o modelo de democracia representativa e os valores sociais e culturais que permitem a constituição de movimentos sociais?(20).

A linha de análise apresentada acima demonstra seus limites explicativos mais agudos quando os movimentos considerados são aqueles expressivos da situação de miséria e exclusão social vivida por amplas camadas populares ou,aqueles que sintetizam,de forma mais evidente e direta,a reação social imediata à injustiça,à fome,ao desemprego e à incompetência administrativa,tais como os saques e quebra-quebras,também incluídos,por alguns analistas,entre os movimentos sociais.

Para este conjunto de movimentos cujo remetimento de classe é mais evidente - mesmo que exija uma amplitude pouco usual para o conceito - os determinantes do quadro de vida têm um peso específico inquestionavel.No entretanto, mesmo em situações-limite,estes determinantes não parecem ser suficientes para uma explicação plena dos movimentos na medida em que não justificam,de forma automática,os seus ciclos e nem a sua presença,maior ou menor, em fases conjunturais que transformam a

interpretação coletiva das oportunidades sociais.

Assim,sem reduzir,de nenhuma forma o poder de determinaçao das condições objetivas de vida,cabe acrescentar,na busca de compreensão dos movimentos - principalmente para a reflexão de cunho pedagógico - a relevância da influência exercida por representações sociais do quadro político;pela moralidade coletiva e pelas chamadas culturas políticas cuja penetração nas relações sociais quotidianas constitui parte relevante da vivência de classe.

Desta maneira,a qualidade do tecido social - relações,práticas, hábitos - permanece com a sua importância analítica específica,o que viabiliza a ênfase na necessidade de diagnóstico claro dos valores que constroem a identidade,por exemplo,do morador,do habitante,do usuário.Identidades que manifestam-se,ou não,no formato organizativo e politicamente ativo de movimento.

A vitalidade dos movimentos pode ser,de fato, objeto de diagnóstico mais nítido pela capacidade demonstrada por processos de organização e mobilização de renovar,ou não, valores e prática vigentes no quotidiano e expressar demandas na esfera específica da vida política;pressionando os limites usuais da vida coletiva e da esfera formalizada da política ,tendente à rotina,à burocratização e ao desconhecimento de necessidades coletivas consideradas ilegais ou culturalmente secundárias (21).

Estas observações com relação aos movimentos sociais visaram explicitar as limitações que apresenta , para a sua compreensão,o discurso que salienta o seu carater a-político e

naturalmente expressivo de carencias sociais imediatas estimulando o desconhecimento da prática necessariamente política dos processos de organização cultural que ocorrem no cerne da sociedade civil.

Estas observações tem também por objetivo salientar a natureza especifica dos movimentos,o que pode apoiar a compreensão da sua resistência ou potencial incompatibilidade com a participação sistemática em instituições da esfera politica,como o exercicio formal do poder ou a ação politico-partidária.Isto não quer dizer,no entanto,que possá ser minimizada a relevância da influência exercida através de órgãos públicos ou de partidos politicos na origem e rumos de processos sociais que manifestam-se como movimentos (21).No entanto,esta influência sofre, correntemente,refrações e transformações decorrentes da natureza específica dos processos em análise,o que imoõe a sua reflexão atenta sobretudo frente à afirmação do seu descenso na atual conjuntura política .

O diagnóstico acima referido inclui,necessariamente,a ação na conjuntura de instituições difusoras de elementos culturais politicamente ativos nos movimentos e, assim, possíveis mudanças de rumo ocorridos nesta ação pelo refluxo de instituições a papéis tradicionais na sociedade ou pela ênfase exclusiva na prática politico-partidária direta.

Cabe enfatizar ainda que para determinados tipos de movimento social,o diagnóstico inclui a análise de influências internacionais - fluxos de financiamento,prioridades regionais,valores- e,sensibilidade com relação a expectativas ampliadas ou reduzidas por efeitos de fases políticas,o

que,frequentemente, implica na necessidade de análise de quadros políticos locais.

(III)-Sujeitos Sociais,Identidades e Identificações

Conforme referência anterior,através do tema dos sujeitos sociais ou dos novos atores políticos,tem sido reconhecida a relevância da questão cultural na compreensão da constituição de coletivos ativos.

Nesta direção, parte significativa do papel dos movimentos pode ser indicada,de forma adequada,por sua capacidade de reverter - ou pelo menos exercer influência tendencialmente transformadora - em representações correntes,tradicionais ou culturalmente excludentes,da realidade social.Deste fato origina-se a importância a ser atribuida ao discurso,à fala,às categorias que constroem identidades sociais e a relevância a ser atribuída à ação pedagógica concretizada através dos movimentos.

Esta ação pedagógica pode realizar-se não apenas na difusão de informações sobre recursos públicos ou práticas políticas mas, também, na transformação de valores responsáveis pela manutenção de processos de segregação e exclusão sociais. Os efeitos desta ação pedagogica não encontram-se necessariamente restritos aos membros ativos de um determinado

movimento:podendo,concretamente,exercer influencia social e cultural muito mais ampla,desde que sejam encontradas formas adequadas de veiculação de valores e elos com elementos relevantes de interpretações coletivas da realidade social.

Os movimentos expressam possibilidades de exercício de influência transformadora sobre processos de constituição de identidades segregadas e socialmente desvalorizadas e, portanto,possibilidades de confronto com a leitura dominante de determinadas situações sociais,como indicam as seguintes categorias: Sem Terra (no lugar de invasores) ; Meninos de Rua (no lugar de pivetes) ; Trabalhadores Desempregados (no lugar de vadios ou bandidos).

Estas categorias indicam a relevância das palavras na interpretação de situações sociais e a existência de formas de confronto diretamente inscritas no nível cultural e ideológico da realidade social do país.Por outro lado, estes exemplos apoiam também a reflexão da potencial influência política, exercida por movimentos sociais, pela inclusão de novas questões nas ações desenvolvidas por partidos e governos.

O objetivo básico destas observações é colaborar,mais uma vez,para que seja desnaturalizada - e,portanto,interrogada - a face culturalmente ativa dos movimentos sociais.De fato, a aproximação analítica linear das identidades construídas,ou reconstruídas,pelos movimentos das identidades que conformam organicamente o tecido social - como exemplo basta citar os "atingidos por barragens" e a identidade camponesa - parece não colaborar para que sejam compreendidos os processos culturais e políticos agilizados pelos movimentos e, portanto,as razões para

a sua instabilidade e possível transitoriedade.

Assim, a tendência à naturalização de fatos culturais pode colaborar para que não sejam compreendidas, com clareza, as potencialidades e os limites das identidades elaboradas por alguns dos novos movimentos sociais, já que estimula apenas a verificação nestes processos daqueles elementos que são similares aos que constroem - através de gerações e de múltiplas influências comportamentais e institucionais - identidades expressivas da estrutura social e da macro-evolução histórica do país.

A influência cultural e política exercida por certos movimentos parece expressar a articulação oportuna de papéis sociais que, ao demonstrarem carências, correspondem a situações sociais concretas individuais, familiares e coletivas mais profundas. A possibilidade de que sejam rompidos os elos entre as relações sociais quotidianas e a vida pública - que constituem os movimentos - decorre não apenas da satisfação de carências traduzidas em papéis mas, também, da distância real entre estes papéis e identidades sociais plenas. Na retenção da passagem de papéis a identidades podem estar presentes, inclusive, fatores vinculados à moralidade e à orientação ética de instituições e entidades atuantes nos movimentos.

Por outro lado, cabe assinalar, com a ênfase correta, o fato de que outras faces (papéis) de identidades sociais plenas podem tornar-se, em determinadas conjunturas, competitivas daquela articulada, em momentos anteriores, no formato de movimentos sociais.

Estas indicações talvez também possam ser utilizadas na busca de compreensão da tendência atual à fragmentação dos movimentos. Pela linha de reflexão anterior que valoriza as relações entre papeis, identidades e movimentos encontram-se reconhecidas razões para a consideração atenta do carater particular, único, de cada movimento, decorrente dos elementos culturais e vivências de cada grupo ou camada social.

A ênfase exclusiva neste angulo de observação dos movimentos pode estimular, no entanto, a afirmação de uma forma de análise absolutamente parcial destes processos na medida em que seriam omitidas culturas políticas - definidoras e estimuladoras de valores - que atuam em diversos processos reais e os efeitos imediatos de fatores culturais gerais compartilhados por diversos segmentos, frações e camadas sociais.

Assim, a análise e a ação pedagógica baseadas nos elementos únicos de cada processo não incorporariam a sintonia manifestada pelos movimentos com fatores culturais e tendências que não obedecem a fronteiras sociais rigidas, principalmente numa sociedade marcada por violentos processos de deslocamento e desenraizamento social e cultural e, por incisiva presença de entidades e instituições que interferem nos processos de comunicação de valores culturais e informações relativas às oportunidades políticas. A omissão desta realidade pode significar, realmente, o desenvolvimento de práticas culturais que criam falsas redomas em torno de grupos e segmentos sociais.

(IV)-Democracia,Questões Institucionais e Movimentos

A análise realizada do campo de elementos sociais e políticos articulado pelos movimentos sugere que estes processos são confrontados ,em suas possibilidades de manifestação histórica,por limitações impostas pela qualidade do tecido social quotidiano e pela pressão exercida pela esfera política.

No entanto, conforme já salientado antes neste texto,a dupla natureza dos movimentos faz com que estes processos sejam particularmente relevantes numa sociedade como a brasileira ,onde existem fortes marcas autoritárias nas relações sociais quotidianas é onde a vida política encontra-se construída,em grande parte, com ausência de participação social e, de pressões efetivas pela satisfação de amplas e urgentes necessidades sociais.Esta interpretação positiva dos movimentos não reduz a necessidade de que sejam considerados,com rigor,os valores veiculados por instituições e culturas políticas e, ainda, a qualidade dos ideais mais amplos para à organização política do país transmitidos,muitas vêzes de forma subjacente,à difusão dos valores novos.

Os movimentos,realmente,enquanto elos ativos entre a sociedade e a política,sofrem pressões em direção à sua absorção nos limites imediatos do quotidiano - como indicam as tendências ao corporativismo ou ao basismo - ou em direção à sua integração em conflitos e disputas de outra natureza,como aqueles com origem na organização institucional da vida política.Estas pressões em

direções opostas podem,efetivamente, destruir as possibilidades de afirmação de movimentos sociais,gerando a sua dissolução em processos rotinizados e vazios.

Nesta direção, ao mesmo tempo que os movimentos dificilmente podem ser compreendidos sem o reconhecimento do papel exercido por instituições sociais e partidos políticos,por outro lado,cabe reconhecer que tambem constituem desafios aos processos que visem a institucionalização de suas práticas e,aos processos de representação política que compõem parte indispensável da formalidade democrática(23).

Estas observações exigem maior nível de detalhamento. Assim,a primeira observação relativa à resistência dos movimentos aos formatos institucionais usuais teve por objetivo estimular a reflexão da distinção entre movimentos e instituições que,por vézes sob a mesma denominação corrente - por exemplo:associação de moradores - expressam processos sociais e políticos diversos .Assim, uma entidade ou instituição social pode estimular,representar ou articular movimentos o que não significa nem a sua simbiose com o grupo social mobilizado e nem que sua atuação oriente-se ,exclusivamente,pelos objetivos vivenciados pelo grupo.

Ainda com o objetivo de observar as tensões entre movimentos e institucionalidade pode ser enfatizado que existem movimentos que se constituem como fenômenos intrinsicamente trasitórios , o que não reduz a sua validade e nem o seu significado para o exercício concreto da experiência política (24).

Por outro lado,a frequente temsão entre movimento e

organização institucionalizada de suas práticas decorre ainda do fato de que a rigidez e a rotina,comuns nas instituições,podem constituir barreiras às práticas de mobilização e articulação que caracterizam os movimentos sociais.

Desta maneira,ao mesmo tempo que as instituições são indispensáveis à própria ocorrência de movimentos organizados com efeitos mais amplos,dificilmente pode-se considerar,sem questionamentos,que os representem de forma estável.

Estas questões relativas às tensões entre movimentos e entidades sociais e políticas nos (e i pelos)movimentos.

Frente às observações anteriores dificilmente são possíveis generalizações consequentes sobre as relações entre movimentos e exercício formal da experiência democrática,principalmente se o desejo de alcançar as grandes tendências não for acompanhado da observação atenta das diferenças entre movimentos.

De fato, alguns movimentos e culturas políticas

dificilmente se adequam a modelos de manifestação e conquista individual de valores e direitos enquanto outros possuem - desde a sua origem - uma face muito mais intrinsicamente vinculada a sistemas formalizados de representação política;apresentando,portanto,menor nível de resistência e maior eficácia no universo político-partidário e nos processos de pressão sobre a prática legislativa.

Realmente, movimentos, por exemplo, que expressam a elaboração de identidades sociais coletivas construídas com base nos valores da igualdade e na consciência da exclusão podem ter seu papel político privilegiado na pressão sobre os limites da ordem democrática e dos direitos admitidos pela cultura dominante; apresentando, no entanto, maiores dificuldades para a sua integração continuada na participação democrática formal.

Em sentido inverso, processos que exprimem reivindicações em torno de papéis sociais (faces politizadas de identidades) ou valores generalizáveis para além de diferenças sociais, inclusive de classe, podem apresentar maior adequação à sua expressão através da representação política formal.

Assim, cabe a exigência de que o diagnóstico do refluxo atual dos movimentos seja acompanhado, pelo menos, da observação das diferenças entre processos e da análise de suas origens. A ausência deste esforço não pode ser substituída, de forma conveniente, por termos gerais, mesmo que estes sejam tão plenos de conteúdo quanto cidadania e democracia.

(V) - Estado, Movimentos e / Sujeitos Coletivos: retirando consequências

As partes anteriores deste texto procuraram oferecer indicações para

movimentos,a partir de elementos que permitissem a reflexão de suas potencialidades e limitações. Esta reflexão foi considerada especialmente relevante por corresponder à necessidade de a sua característica de elo ativo entre sociedade e política já foi suficientemente acentuada antes.

Assim, parece ser especialmente relevante, na reflexão voltada para a prática dos movimentos,o desenvolvimento da noção de cultura política ,na medida em que esta noção envolva tanto informações e análises das possibilidades políticas existentes em cada situação concreta quanto o reconhecimento dos processos sociais e culturais - valores,identificações,identidades - que

conformam efetivamente coletivos ativos.

O desconhecimento da face social e cultural dos movimentos,assim como dos valores veiculados pela cadeia de articulações institucionais,pode corresponder à superficialização da prática pedagógica;não sendo realizada , portanto, a inscrição consistente da informação de carater político nos processos reais e imediatos de mobilização social.

De fato, a possibilidade de mobilização parece estar calcada, em grande parte,em vínculos entre identidades sociais e políticas,principalmente para aqueles processos que correspondem a necessidades e carências sociais bem definidas e que,portanto, não contem, de forma imediata,a capacidade de conquistrar apoios e adesões a partir da generalização de valores.

Para estes movimentos existe o desafio representado pela difícil passagem entre a identidade construída por igualdade de valores e carências [illegible]

reconhecimento de oposições e antagonismos,indispensável à afirmação consistente de projetos no universo das relações políticas.

Neste sentido,a interpretação generalizada de um Estado opositor - correspondente à consciência crítica formada contra a ditadura no país - estimulou a diluição das diferenças entre Estado e governo,reduzindo a manifestação de antagonismos no âmago da sociedade civil e a possibilidade de reconhecimento de interesses conflitantes entre instituições sociais.

Esta redução do universo político parece ter oferecido menores dificuldades ao processo cultural de constituição de

identidades sociais politicamente ativas ,no formato de movimentos,do que o atual momento marcado pela necessidade de definição clara de projetos e pela vivência das ambiguidades do jôgo democrático.

Desta maneira,o debate contemporâneo de projetos políticos junto a movimentos não apenas impõe a distinção entre Estado e governo - inclusive através da identificação das forças sociais representadas na administração pública e de relações de poder na sociedade civil - como,ainda,o uso,mais nítido,de informações relativas à face política de instituições antes reconhecidas apenas pelo seu carater de opositoras ao regime autoritário.

Existem,assim,marcas deste momento que inscrevem novos desafios à constituição de vínculos entre identidades sociais e políticas frente,sobretudo,às pressões e imposições pela participação direta na administração pública ou pelo envolvimento

de grupos nos conflitos entre tendências políticas.

Neste sentido,as diferentes visões políticas com relação ao futuro do país - capazes de orientar a formulação de projetos e estratégias na esfera política - passam, no momento,face aos movimentos, pelo difícl teste de sua integração a valores culturais correspondentes a processos consistentes de mobilização no interior do tecido social.

Assim, certas noções fundantes de visões políticas - tais como classe e Estado - ao mesmo tempo que instruem princípios pedagógicos relevantes,necessitam de sua inscrição em oportunidades políticas reais e em elementos culturais correspondentes à constituição de identidades coletivas

ativas.Por exemplo: a construção de vínculos entre a identidade de morador e a identidade de classe exige a constituição de uma campo concreto de práticas pedagógicas extremamente complexas,dependentes do conhecimento profundo de cada situação particular e dos interesses e valores intervenientes. Esta complexidade tem origem no fato de que a identidade de classe pressupõe a conscientização de fatores estruturais e o respeito à história cultural responsável pela construção de identidades sociais plenas.

Assim, o princípio imediatamente ativo de um determinado grupo pode oferecer resistência a processos mais amplos de articulação cultural e política,isto é,que visem construir identidades profundas.Nesta direção,modelos políticos calcados, por exemplo,em identidades de classe - como é o caso das leituras socialistas da realidade social - enfrentam, hoje,o desafio da sua consolidação através de identidades parciais

(possíveis identificações transitorias).

Por outro lado, talvez possa ser acrescentado,por fim, que dificilmente modelos voltados apenas para a interpretação dos aparelhos de poder e, portanto, sem inscrição correspondente em valores culturais e princípios éticos para a vida coletiva poderão construir culturas políticas que influam nas mediações entre experiências isoladas de mobilização social e processos reais de reorganização política do país.

Bibliografia citada

(1)- BERMAN,M.-Tudo que é Sólido desmancha no Ar (A Aventura da Modernidade),São Paulo,Ed Companhia das Letras,1986.

(2)- ORTIZ,R.-"Advento da Modernidade?" IN Lua Nova.N.20,maio 1990.

(3)- HELLER,A.-O Quotidiano e a História,Rio de Janeiro,Ed.Paz e Terra,1972.

(4)- NUNES,E.-"Carencias Urbanas,Reivindicações Sociais e Valores Democraticos" IN Lua Nova,São Paulo,CEDEC,junho,N.17,1989.

(5)- KRISCHKE,P.-"Necesidades y Sujetos Sociales" IN Revista Mexicana de Sociologia,México,UNAM,Ano LI /N.13,jul.-sep.1989.

(6)- SADER,E. e PAOLI,M.C.- "Sobre Classes Populares no Pensamento Sociologico Brasileiro(Notas de leitura sobre movimentos sociais)" IN Ruth Cardoso (org.)-A Aventura Antropológica (Teoria e Pesquisa) Rio de Janeiro Paz e

Terra,1986.

(7)- SILVA,A.A.- "A Luta pelos Direitos Urbanos em São Paulo.Novas Representações de Cidade e Cidadania",Caxambú(MG).XIV Encontro Anual da ANPOCS.out.1990.

(8)- LACLAU,E.-"Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social" IN Revista Brasileira de Ciências Sociais,São Paulo,ANPOCS,N.8,1986.

(9)- TORRES RIBEIRO,A.C.- "Movimentos Sociais:Velhas e Novas Questões no Rio de Janeiro" IN I.Scherer-Warren e P.Krischke (orgs)-Crise Política,Movimentos Sociais e Cidadania,Florianópolis,Ed.UFSC,1989.

(10)- JACOBI,P.-Movimentos Sociais e Políticas Públicas (Demandas por Saneamento e Saúde).São Paulo,Cortez Ed.,1989.

LAGO,L.C.-O Movimento de Loteamentos do Rio de Janeiro,Tese de Mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ,Rio de Janeiro,1990.

(11)- CARDOSO,R.- "Movimentos Sociais Urbanos:Balanço Crítico" IN B.Sorj e M.H.Tavares de Almeida (orgs)-Sociedade e Política no Brasil Pós-64,São Paulo,Brasiliense,1983.

(12)- SCHERER-WARREN,I.-"O Caráter dos Novos Movimentos Sociais" IN Ilse Scherer-Warren e Paulo Krischke (orgs)-Uma Revolução no Cotidiano? (Os Novos Movimentos Sociais na América Latina),São Paulo.Ed.Brasiliense,1987.

(13)- EVERNS,T.-"Identidade:A Face Oculta dos Movimentos Sociais" IN Novos Estudos,São Paulo,CEBRAP,V.2,N.4,out.1984.

(14)- SCHERER-WARREN,I.-Movimentos Sociais(Um Ensaio de Interpretação Sociológica),Florianópolis,Ed. da UFSC,1989,2 ed.

(15)- KRISCHKE,P.-"Movimentos Sociais e Transição

Política/Contribuições à Democracia de Base" IN I.Scherer-Warren e Paulo Krischke (orgs)-Uma Revolução no Cotidiano? (Os Novos Movimentos Sociais na América Latina)

(16)- CASTORIADIS,C.-A Instituição Imaginária da Sociedade,Rio de Janeiro,Ed.Paz e Terra,1982.

(17)- SADER,E.-Quando Novos Personagens Entraram em Cena (Experiências,Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-80),Rio de Janeiro,Ed.Paz e Terra,1988.

(18)- LAVINAS,L.-"Identidade de Gênero:Um Conceito da Prática",Caxambú(MG),XII Encontro Anual da ANPOCS,1989.

(19)- SCHERER-WARREN,I.-"Movimentos Sociais:Redes e Mediações",Caxambú(MG),XIV Encontro Anual da ANPOCS,out.1990.

(20)- VIGEVANI,T.- "Movimentos Sociais na Transição Brasileira" IN Lua Nova,São Paulo,CEDEC,junho,N.17,1989.

(21)- Ver os trabalhos citados de Edson Nunes e Paulo Krischke.

(22)- BERGMAN,L.- Planejamento:Reflexões sobre um Tema em Baixa,Tese de Mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ,Rio de Janeiro,1990.

(23)- GUIMARÃES,E.- Direito e Necessidade(A Questão Fundiária e a Justiça no Rio de Janeiro),Tese de Mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ,Rio de Janeiro,1990.

(24)- TAVARES,C.-Da Questão Urbana ao Poder Local (O Caso da Barra da Tijuca),Tese de Mestrado apresewntada ao IPPUR/UFRJ,Rio de Janeiro,1990.

V. COMUNICAÇÃO, METRÓPOLE E CULTURA

V. COMUNICAÇÃO, METRÓPOLE E CULTURA

Conforme referência anterior, o tema das NTIC exige a valorização e a atualização de análises já clássicas da realidade metropolitana, principalmente no que se refere à cultura e às formas de organização social e política. Tais processos de valorização e de atualização não podem ocorrer sem remetimentos teórico-metodológicos mais amplos e nem na ausência de inscrições, do tema, no debate contemporâneo Modernidade/Pós-Modernidade, exigido pelo tratamento da esfera cultural.

Nesta direção, o investimento didático impõe a inteligibilidade de possíveis novos temas no âmago da renovação, em curso, de correntes de pensamento e, assim, de leituras e interpretações da vida social. Esta necessidade encontra-se subjacente à organização da disciplina "Metodologia Científica", compartilhada com o Prof. Rainer Randolph (IPPUR/UFRJ) no segundo semestre de 1991. Nesta disciplina, foram tratadas, com especial ênfase, novas orientações analíticas que permitem a valorização da categoria processo e maiores exigências à recuperação contemporânea da categoria totalidade. Tais remetimentos sustentam, analiticamente, o estudo das mediações (processos) entre: sociedade-cultura; lugar-níveis mais abrangentes da realidade social; produção-reprodução social.

Além destas orientações analíticas, as questões trabalhadas na referida disciplina permitiram a renovação parcial da disciplina "Estado e Movimentos Sociais na Cidade" e, a obtenção de elementos metodológicos mais acurados e precisos para a apreensão de

fatores culturais e, para a consideração detida - mas não violada - da esfera local ("lugar"). Estes ganhos traduziram-se nas seguintes Teses de Mestrado, defendidas no período da Bolsa de Pesquisa concedida pelo CNPq:

. Annabela Bluth - "Cristalização Espacial e Identidade Cultural: Uma Abordagem da Herança Urbana (O Saara, na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro" (dezembro 1991) - Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ.

. Cláudia Virgínia Cabral de Souza - "Pelo Espaço do Lugar - Lutas Urbanas numa Cidade Operária (O Caso de Volta Redonda)" (junho 1992).

A linha analítica seguida na orientação dessas duas últimas teses guarda intensa relação teórico-conceitual com questões desvendadas por ocasião da elaboração da Tese de Doutorado, já citada, "Rio-Metrópole: A Produção Social da Imagem Urbana" e, com o teor do projeto de pesquisa: "Modernidade, Comunicação e Cultura: A Nova Face do Poder Metropolitano". Trata-se da valorização do "lugar" enquanto espaço viabilizador da construção da memória; espaço este intensamente transformado, atualmente, pela intervenção das denominadas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC).

O pouco tratamento ainda dado, pela pesquisa urbana realizada no país, aos temas que recuperam as várias faces contemporâneas da questão cultural pode ser constatado na publicação: 1001 Teses sobre o Brasil Urbano. Catálogo Bibliográfico (1940-1989), organiza-

do por Lícia do Prado Valladares, Maria Josefina Gabriel Sant'Anna e Ana Maria Lustosa Caillaux (apoio CNPq/FAPERJ/Finep/FAU-USP), IUPERJ/ANFUR, Rio de Janeiro, 1991.

Cabe acrescentar que a interferência cultural e ideológica que representa o poder específico das NTIC estimula a análise da produção cultural da vida metropolitana, na medida em que os interesses com acesso privilegiado à esta frente técnica alcançam a divulgação de suas questões particulares e a conquista da adesão social à sua própria interpretação de modelos para a vida coletiva. A relação entre estas questões e mudanças ocorridas, e em andamento, na construção da problemática metropolitana encontra-se realizada - por diversos ângulos - nas seguintes Teses de Mestrado em processo de elaboração:

. Gislene de Fátima Ferreira - "Planejamento Urbano e Qualidade de Vida (Curitiba: Mito ou Modelo?)"

. Fernanda Estér Sanchez Garcia - "Curitiba: Imagem e Mito"

. Valdemar F. de Araújo Filho - "Crise e Ideologia na Cidade do Rio de Janeiro"

. Alberto Gomes Silva - "Educação: Planejamento, Movimento e Conjuntura Política"

Este conjunto de Teses expressa a incorporação de temas culturais - intensamente articulados ao debate da Modernidade - às questões relativas ao planejamento da organização da sociedade e

do território.

A renovação das análises do planejamento, a partir da frente de orientações conceituais propiciada pelo debate da Modernidade, viabilizou, ainda, que fosse ministrado no Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA)/Universidade Federal do Pará o Mini-Curso: "Modernidade, Sociedade e Território: uma possibilidade de reflexão", dirigido a alunos e pesquisadores daquele Programa (janeiro 1991).

Desdobramentos analíticos estimulados pela incorporação da temática das NTIC a elementos advindos do debate contemporâneo da Modernidade encontram-se no cerne de textos divulgados no período 1990-1992. Assim, a reflexão da permanente tensão entre barreiras históricas à modernização do país e os impulsos ds inovações técnicas e culturais encontra-se exposta, ainda que preliminarmente, no texto "Tradição e Modernidade: Processos Sociais de Exclusão Política", em anexo a este item, apresentado ao Seminário: "Brasil Pós-80: Novo Estado, Nova Territorialidade" (ANPUR/FAU-USP/NERU/MDU-UFPe).

Da mesma forma, o trabalho "Matéria e Espírito: O poder (des)organizdor dos meios de comunicação" procura contribuir para que, nas análises da Modernidade possível ao país, sejam incluídos os desafios presentès no planejamento indispensável dos processos de comunicação e informação. O enfrentamento destes desafios - na linha analítica sugerida pelo trabalho - implicaria no controle social da gestão modernda da economia e da política, vinculada à extensão alcançada, no território do país, pelas NTIC. Este tex-

to, incluído na parte da produção científica do IPPUR/UFRJ dedicada as Novas Expressões da Desigualdade Social, foi publicado na coletânea Brasil-Território da Desigualdade (Descaminhos da Modernização), organizada por Rosélia Piquet e Ana Clara Torres Ribeiro, Rio de Janeiro, FUJB/Zahar Editor, 1991. O índice desta coletânea e cópia do referido texto encontram-se em anexo à esta parte do Relatório.

Os fatores responsáveis pela instalação e pela expansão das chamadas NTIC no Brasil dificilmente poderiam ser rigorosamente reconhecidos e analisados sem a referência a processos que ultrapassam a escala nacional. Por outro lado, dificilmente os efeitos sociais e espaciais específicos e únicos das NTIC, nas metrópoles brasileiras, se submetem a um padrão analítico que não exija a efetivação de análises comparativas.

É nesta última direção que mantemos com a Profª Susana Finquelievich (do Centro de Estudios Urbanos y Regionales (CEUR - Buenos Aires), já longo intercâmbio acadêmico que tem permitido não apenas a realização de visitas institucionais - vide conjunto de conferências da referida professora no IPPUR/UFRJ (2º semestre 1990) - como, ainda, o desenvolvimento de ensaios que procuram contrapor características contemporâneas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no que refere-se especificamente às NTIC, àquelas observadas na Região Metropolitana de Buenos Aires em conjunturas similares. No âmbito desta interação acadêmico-institucional inscreve-se o texto, em anexo, "Determinantes e Impactos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (Análise Comparativa Brasil-Argentina)", de junho de 1990.

No âmbito deste processo de intercâmbio deve ser referida, também, a publicação do texto "Comunicación, Tecnologia y Sociedad: Nuevas Tendências en Rio de Janeiro" no nº 95 (julio-septiembre de 1991) da Revista Interamericana de Planificación, pp. 178-190. Este número integralmente reservado ao exame dos impactos da NTIC no contexto latino-americano foi organizado pelas pesquisadoras Susana Finquelievich e Elsa Laurelli do citado Centro de Estudios Urbanos y Regionales (CEUR - Buenos Aires).

Cabe acrescentar que este último texto estabelece questões relativas a articulação das denominadas NTIC - renovação ou permanência - a conceitos e planos analíticos, já paradigmáticos, da realidade metropolitana em países marcados por determinantes contemporâneas do capitalismo. Assim, foram debatidos, neste trabalho, os elos entre NTIC e consumo (reprodução social) e, entre NTIC, acessibilidade e equipamentos urbanos de uso coletivo.

Com base nesta já ampla reflexão dos vínculos entre NTIC e a realidade metropolitana do país, tem se tornado possível assumir riscos inerentes à proposição de novos conceitos, complementares ou em ruptura com análises correntes da vida coletiva contemporânea.

A citada proposição de conceitos ou orientações analíticas tem ocorrido em duas direções complementares: - a primeira, dirigida à problematização da participação social em contextos metropolitanos. Neste sentido, tem sido interrogada a relação entre a extensão atual das NTIC - especialmente da rede de radiotelevisão - e os fenômenos de multidão em áreas metropolitanas. Reflete o

desenvolvimento desta linha analítica a publicação do texto, apresentado em anexo, "Comunicação e Metrópole: A questão da participação social" nos Cadernos IPPUR/UERJ, Ano IV, Nº 1, dez. 1990, pp. 35-53.

- a segunda, dirigida à reflexão de mecanismos contemporâneos de gestão de oportunidades econômicas decorrentes da expansão desigual e seletiva das NTIC na realidade metropolitana brasileira. Tais mecanismos impõem a análise de interferências profundamente transformadoras da esfera cultural e dos seus efeitos em práticas culturais tradicionais. Registra o desenvolvimento desta linha analítica a elaboração do texto "O Espetáculo Urbano no Rio de Janeiro: Comunicação e Promoção Cultural", apresentado ao Colóquio Internacional "Grandes Metrópoles d'Afrique et d'Amérique Latine (Equipements Urbains et Pratiques Culturelles)" - Centre de Promotion de la Recherché Scientifique, Université de Toulouse - Le Mirail (Toulouse - França - 27-29/11/91).

Tradição e Modernidade : Processos Sociais de Exclusão Política (resumo)

Ana Clara Torres Ribeiro

IPPUR/UFRJ

CNPq

Seminário: "Brasil Pós-80: Novo Estado, Nova Territorialidade" (28-30 de novembro de 1990) - São Paulo. Realização: ANPUR/FAU-USP/NERU/MDU-UFPe.

A reflexão projetiva exige a adoção de parâmetros para a recuperação analítica de tendências históricas,a menos que postulemos - desde já - a predominância irrecusável, para as próximas décadas, dos fenômenos da fragmentação social e territorial. Neste último caso,a pergunta para o país necessitaria ser transformada através da seleção de fenômenos indicativos da emergência e afirmação de processos de cunho:"autonomista";"regionalista";"localista".Assim, o olhar analítico encontrar-se-ia dirigido, de maneira coerente, para o reconhecimento e a análise de processos concretos - articuladores da sociedade e do território- de dissolução das referências tradicionais à totalidade. Entre estas referências ,devemos considerar os seguintes remetimentos da reflexão em ciências sociais e, da vida coletiva: Estado;Nação;Formação Social;Classes Sociais; Esfera Pública.E,no plano imediato do território:País;Escala Nacional;Metrópole.

Argumentos favoráveis à esta postura têm surgido com frequência crescente;tendo dado origem tanto a ricos processos de renovação em ciências sociais quanto a menos seguros campos de disputa entre correntes de pensamento. Procuremos esclarecer esta afirmação. Assim, se por um lado, podemos identificar, nas ciências sociais realizadas no país, um processo enriquecedor e desafiante de aprofundamento da análise do tecido social, por outro, podemos identificar, também, uma incômoda

convivência - desta tendência louvável - com o abandono de parâmetros gerais que permitam a qualificação de processos específicos,particulares,locais. Este abandono não apenas resulta em dificuldades concretas para a análise mas, ainda, em dificuldades no discernimento de diferenças centrais entre os processos - particulares,locais,específicos,de segmentos sociais - que resultam de conquista social e, portanto, que correspondem a reais ganhos democráticos e, aqueles outros processos que correspondem a desígnos e estratégias dos "donos do poder"(grandes firmas;segmentos privilegiados da sociedade brasileira;frações capitalistas;seomentos tecnoburocráticos;oligarquias tradicionais renovadas no âmago de alianças internacionais).

Acreditamos que,apesar do nosso intuito de esclarecimento,as afirmações anteriores mantenham um determinado nível de hermetismo. Assim, procuremos acrescentar novas dúvidas ou perguntas (mais ou menos implícitas)que conbinem interrogantes ao nível dos processos de conhecimento e da leitura - ainda que meramente sensível - das novas formas de domínio surgidas no país ao término (formal) do processo de redemocratização.

Assim, podemos identificar o forte predomínio,nas ciências sociais brasileiras, do olhar cuidadoso para o lugar privilegiado da participação social "real","possível","legítima". Este olhar - na verdade múltiplo e aberto ao uso heterodoxo de fontes e materiais empíricos - tem sido construído através do diálogo interdisciplinar e, através da sintonia com amplos processos de revisão de cânones científicos e da busca de caminnos para a superação de referenciais políticos pré-

formulados ao processo de conhecimento e pré-formulados aos rumos possíveis da prática social. Neste olhar, ainda, pode ser reconhecida a recusa à formulação (ou adesão) a projetos pré-concebidos de transformação social e,o respeito -extremamente positivo -às reivindicações sociais e à potencial constituição de novos atores políticos expressivos da heterogeneidade social, da complexidade da sociedade brasileira e dos processos de organização dos setores populares.

Este olhar tem sido construído, ainda, pela tendência à revisão "radical" da histórica do país,não apenas através da releitura interpretativa de fatos e marcos reconhecidos pela bibliocratia brasileira mas, também, pela adoção de uma ótica na qual a constituição política da totalidade (Nação,País,Metrópole) tem sido acentuadamente apreendida através de categorias que explicitam - praticamente de forma exclusiva - processos de domínio, exclusão, cooptação, subordinação.

Não desejamos tratar , neste momento, dos limites desta direção de leitura;mas, sim, anotar os difíceis rumos de sua convivência com a natureza dos novos mecanismos de organização da vida política que se delineiam ao longo do processo de redemocratização do país e,que se projetam para os anos 90 a partir do término do período constituinte e da eleição presidencial.

As características destes últimos processos vieram a constituir,de fato, os termos- limite de um novo desafio cuja face enigmática projeta-se para a próxima década e cuja descrição mais imediata talvez possa ser feita não apenas pela

consideração crítica dos rumos assumidos pela administração da transição;mas, também, pela analise, mais cuidadosa, dos processos de dominação e contrôle que informam - modernamente - a gestão politica da sociedade brasileira.

Entatizemos alguns termos do enigma cujo rotulo,mais simples, tem sido obtido através de conceitos onde o "novo" constitui o fio condutor:neo-liberalismo,nova direita.Com o uso generalizado destes conceitos a modernidade brasileira surge capturada nos termos gerais do processo histórico de dominação e exclusão social. No mesmo movimento através do qual as resistencias à este processo surgem contaminadas pelo valor negativo do velho,do tradicional e da potencial impossibilidade de formulação de projetos para o futuro do país.

Anotemos,de forma ainda mais clara, os termos da inversão ,ou melhor, tendencial captura da contestação, acima indicada:

(I)- A construção politica e economica do período autoritário marcou-num patamar de profundidade talvez ainda desconhecido -as formas de organização social e territorial do país e, talvez de maneira,ainda mais incisiva,o seu imaginario politico.

A direção da crítica aos desmandos deste período esteve,de fato, agudamente voltada para as mazelas sociais e econômicas produzidas pela centralização administrativa e pelas decisões,distantes dos mecanismos de contrôle social, oriundas do planejamento técnico-burocrático e autoritário. A perda de adesão social à este modelo possui,assim, uma de suas origens mais marcantes e vivas nos movimentos sociais e formas de organização

política que expressam - de meados da década de setenta a meados da década de 80 - formas de resistência social ao aparato de governo construído durante os governos militares.

Os anseios sociais por respeito às necessidades coletivas dos setores populares e, ainda, os anseios por participação ampla nos destinos políticos do país encontraram, com frequência, os caminhos para a sua visibilidade no espaço público na denúncia do fechamento da esfera da vida política no âmago do aparelho de Estado e,na manifestação da esperança de que novas regras de convivência social viessem a permitir o resgaste da vitalidade cultural - ao nível local - e o renascer da experiência democrática.

Devemos anotar, neste momento, a sintonia entre esta leitura - cada vez mais genérica e mobilizadora de esforços sociais no período refletido - e componentes do ideário democrático formal ,com longa e ambígua trajetória no país, que organiza-se sob a orientação inespecífica,de palavras-síntese do tipo"descentralização"e "participação";palavras estas potencialmente capturáveis por projetos de natureza diversa e intenções antagônicas.

O esforço de organização da sociedade brasileira,ao longo da referida década, foi agudamente acompanhado pela dinâmica particular das disciplinas do social;interessadas sobretudo,neste momento, no desvendamento da riqueza do tecido social esmagado sob o peso das ações planejadas e.sob os efeitos de decisões que desconsideravam,completamente, necessidades locais e diferenças

culturais.

(II) O complexo processo de ruptura da sociedade brasileira com o período autoritário esteve incisivamente marcado por um jogo de forças no qual anota-se,primeiramente, a presença de estratégias políticas que, do bojo do poder ou das suas vizinhanças, apontavam para a conveniência de que determinados níveis de "participação" e "descentralização" fossem administradamente reimplantados na vida política do país. Esta estratégia encontrava as linhas gerais para a sua formulação - e negociação junto ao regime - nos termos, cada vez mais agudos, da crise econômica e, nas formas de organização do protesto que atingiam ,com eficácia crescente,o cerne do aparelho central de governo e partes relevantes dos seus organismos de planejamento. Como exemplos, extremamente significativos,destes processos de organização da contestação podem ser citadas as centrais de trabalhadores criadas no período e, os movimentos-como o dos mutuários do BNH -que atingiram órgãos de planejamento até então preservadas de qualquer tipo de controle social efetivo.

Pensamos não ser inadequado acrescentar,neste sentido, que a real e legítima vontade social dirigida à abertura democrática do país somaram-se intenções de controle do processo de transição, onde determinados níveis de descentralização foram realmente aceitos como inevitáveis e, ainda mais, convenientes. Neste sentido, basta recordar, mesmo que forma rápida , as dificuldades atravessadas pelos primeiros governos estaduais e municipais de oposição eleitos nos anos 80 e - na sua contra-face - a extraordinária adesão social às formas de protesto e reivindicação que expressavam o repúdio ao Estado autoritário

(movimento Diretas já).

Assim, acreditamos que misturaram-se nos rumos transformadores da vida política do país reais processos de conquista democrática e intenções de preservação - conservação modernizadora - de áreas centrais de poder. Desta maneira, os resultados mais imediatos (e numericamente grandiosos) de manifestações coletivas ocorridas ao longo dos 80 retinham,no seu campo interno, o convívio - claramente "não dito " pela relevância atribuída a estratégias imediatas de diversos matizes -de forças políticas de natureza diversa.E,de fato, este aparente patamar de consenso que vemos sendo posto em dúvida e, gradualmente, sendo diluído nos anos que aproximam-se do marco inicial da próxima década. No entanto, estes processos de diluição permitiram que fossem completados - pela população - os rituais democráticos e, ainda,que fosse constatado o real desafio que representa,hoje , para o pensamento de oposição (crítico),a reflexão do país e o alcance de formulações suficientemente abrangentes para que sejam retomados os rumos da Nação e a capacidade de proposição de projetos politicamente legítimos para a escala do país.

De fato, a experiência autoritária e o percurso seguido pelo processo de transição parecem ter imposto intensas limitações tanto à recuperação (transformadora) do perfil político-cultural do país quanto ao amadurecimento gradual - e crescentemente organizado - da experiência democrática.Assim,o "fio da navalha" que pode ser vislumbrado para a próxima década comporta a soma das consequências destas

duas fases anteriores.

(III)- O processo modernizador instaurado durante os anos de autoritarimo rompeu , com violência extraordinária,os parâmetros territoriais e sociais da vida coletiva e, ainda, os nortes conhecidos da experiencia política. Trata-se, assim, de um extremamente complexo processo de desenraizamento social e cultural e, da mutaçao de referenciais espaciais:referenciais estes cujo grau de mudança pode ser observado à várias escala (do plano intra urbano-metropolitano ao nivel dos novos fluxos de bens e pessoas que redesenharam o territorio do país).

Este novo patamar de realidades sociais e espaciais - instaurado atraves da interrupçào da vida política e através do corte das experiências de organizaçào social e incorporaçao (crítica) de tradições culturais - conduziu ,a sociedade brasileira,ao âmago das tendencias contraditórias que caracterizaram os anos 80.Talvez esta década possar ser rapidamente descrita pela presença atordoante de uma complexa e heterogrfea mescla de referenciais(morais,políticos e culturais);tendo sido vivida -de forma marcantemente ágil -- a experiencia da esperança e do desalento/ indiferença coletivos,cujos rebatimentos,mais intensos, podem ser identificados naqueles espaços que concentraram a vida soocial (espaços metropolitanos).Julgamos, assim, que a aparente incoerência do comportamento politico da populaçào brasileira necessite ser refletida face às qualidades soçiais e etico-culturais das mudanças ocorridas durante os anos do regime autoritário.

Devemos acrescentar ,às referências já feitas, não

apenas a instalação, no país, dos equipamentos e das influências culturais correspondentes à implantação de uma moderna sociedade de massas ou de consumo extremamente aberta às influências internacionais;mas, também, o fato de que esta sociedade - emergente das restrições culturais e dos processos de repressão do período autoritário - foi intensamente submetida,na década que termina, a processos de "deslocamento" de referenciais (alvos para a formulação do pensamento crítico e para a construção alternativa de valores) e a processos de "experimentação" política.São exemplos agudos destes últimos processos, por um lado,as iniciativas - ainda desenvolvidas no governo Sarney- relativas à reorganização do planejamento,tais como a extinção do BNH e, a formulação de estratégias de descentralização noutras políticas setoriais (saúde e ensino).Estas iniciativas, ao nosso ver, guardam correspondência com múltiplas intencionalidades,da mesma forma que as suas consequências dificilmente admitem os termos de uma análise linear. Assim, a conquistas democráticas- uma possível interpretação - adicionam-se aquelas possibilidades que permitiriam o retrato do deslocamento estratégico do conflito e, também, a escolha de cenários (lugares) adequados para a sua ocorrência .Outros exemplos,desta vez de reais experimentos políticos, podem ser encontrados na passagem dos elementos de legitimidade alcançados com a campanha das diretas já para a eleição indireta de Tancredo Neves (campanha mudanças já) e na elaboração da identidade geral do "consumidor consciente" durante os primeiros momentos de vigência do Plano Cruzado.

Pensamos que estes processos de deslisamento/substituição de referenciais e, de criação de identidades/identificações transitorias devam ser claramente expostos na busca de elementos para a projeção da vida política nos anos 90.

Bibliografia de referência

CORAGGIO,J.L.-"Pesquisa Urbana e Projeto Popular" IN Espaço e Debates, Ano IX,N.26,1989.

JARDIM,A.-A Influencia na Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste,Rio de Janeiro,FIBGE,Textos para Discussão,N.36,agosto de 1990.

KRISCHKE,P.- "Necesidades y Sujetos Sociales" IN Revista Mexicana de Sociologia,Año LI/N.3,julio,1989.

KUNTZ,R.A.- Marketing Politico(Manual de Campanha Eleitoral),São Paulo,Ed.Global,1986.

MARCONDES,C.(org.)-Pol"itica e Imaginário,São Paulo,Summus Ed.,1985.

MOISES,J.A.-"A transição Política ou o Longo Percurso dentro do Túnel" IN Ciências Sociais Hoje,ANPOCS/Cortez Ed.,São Paulo, 1985.

ORTIZ,R.-A Moderna Tradição Brasileira(Cultura Brasileira e Indústria Cultural),São Paulo,Ed.Brasiliense,1988.

SANTOS,M.- O Espaço do Cidadão,São Paulo, Ed.Nobel,1987.

VIGEVANI,T.- "Movimentos Sociais na Transição Brasileira:A Dificuldade de Elaboração do Projeto" IN Lua Nova (Revista de Cultura Política,CEDEC,São Paulo,junho n.17,1989.

BRASIL, TERRITÓRIO DA DESIGUALDADE

Descaminhos da modernização

Esta coletânea de ensaios analisa o amplo cenário engendrado pela modernização brasileira em suas múltiplas faces, visando o desenvolvimento de uma reflexão sobre os descaminhos da realidade do país. Seus autores, todos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, são:

Rosélia Piquet
Ana Clara Torres Ribeiro
(organizadoras)
Adauto Cardoso
Carlos B. Vainer
Eduardo Guimarães de Carvalho
Fania Fridman
Frederico Guilherme Bandeira de Araujo
Hermes Magalhães Tavares
Lena Lavinas
Lilian Fessler Vaz
Martim O. Smolka
Rainer Randolph
Robert Moses Pechman
Luciana Corrêa do Lago
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Tamara Tania Cohen Egler

J·Z·E Jorge Zahar Editor

BRASIL: Território da Desigualdade

ISBN: 85-7110-199-X

J·Z·E

BRASIL
TERRITÓRIO DA DESIGUALDADE

Descaminhos da Modernização

Rosélia Piquet
e
Ana Clara Torres Ribeiro
organizadoras

Jorge Zahar Editor
Fundação Universitária
José Bonifácio

Copyright © 1991 IPPUR

Todos os direitos reservados.
A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright. (Lei 5.988)

1991
Direitos para esta edição contratados com
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031 Rio de Janeiro, RJ

Editoração eletrônica: TopTextos Edições Gráficas Ltda.

Capa: Gustavo Meyer

Impressão: Tavares e Tristão Ltda.

ISBN: 85-7110-199-X (JZE, RJ)

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

333 Brasil, território da desigualdade : descaminhos da modernização / Rosélia Piquet, Ana Clara Torres Ribeiro, organizadoras. — Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed. : Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

ISBN 85-7110-199-X.

1. Planejamento urbano. 2. Urbanização. I. Piquet, Rosélia. II. Ribeiro, Ana Clara Torres. III. Fundação Universitária José Bonifácio.

91-0670 CDD - 307.76
CDU - 711.2.000.3

Sumário

Nota sobre os colaboradores 7
Apresentação 9
Introdução 13

primeira parte

NOVAS EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE NO BRASIL 17

1. Em tempos de liberalismo:
Tendências e desafios do planejamento urbano no Brasil
CARLOS B. VAINER e MARTIM O. SMOLKA 19
2. Descaminhos da moderna industrialização brasileira
ROSÉLIA PIQUET 33
3. Matéria e espírito:
O poder (des)organizador dos meios de comunicação
ANA CLARA TORRES RIBEIRO 44
4. Fé cega/faca amolada:
Modernização e conflito no Brasil contemporâneo
FREDERICO GUILHERME BANDEIRA DE ARAUJO 56

segunda parte

NOVOS CAMPOS TEMÁTICOS NA LEITURA DO TERRITÓRIO 67

1. Fronteira:
Terra e capital na modernização do campo e da cidade
LENA LAVINAS e LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO 69
2. Inovações tecnológicas e suas implicações territoriais
HERMES MAGALHÃES TAVARES 85
3. Grande capital e transparência local:
Advento da era da ignorância?
RAINER RANDOLPH 96
4. A utopia em construção:
Modernidade, ecologia e urbanização
ADAUTO CARDOSO 111

terceira parte

A CIDADE COMO ESPAÇO DE EXCLUSÃO 121

1. A invenção do urbano:
A construção da ordem na cidade
ROBERT MOSES PECHMAN 123

2. Moradia em tempos modernos
LILIAN FESSLER VAZ 134

3. Rio de Janeiro:
Habitação e terra nos últimos vinte anos
FANIA FRIDMAN 143

4. Sensibilidade legal:
A resolução de conflitos e o pluralismo jurídico
EDUARDO GUIMARÃES DE CARVALHO 156

5. O direito à moradia nos limites da lei
LUCIANA CORRÊA DO LAGO 164

6. Rio de Janeiro:
Processo e proposições do Plano Diretor
TAMARA TÂNIA COHEN EGLER 172

Nota sobre os colaboradores

ADAUTO CARDOSO. Arquiteto. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ. Doutorando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP).

ANA CLARA TORRES RIBEIRO. Socióloga. Doutora em Sociologia pelo Departamento de Sociologia da USP.

CARLOS B. VAINER. Sociólogo. Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social pela Universidade de Paris I, Sorbonne.

EDUARDO GUIMARÃES DE CARVALHO. Advogado e arquiteto. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Doutorando em Sociologia no Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).

FANIA FRIDMAN. Economista. Doutora em Economia pelo Departamento de Economia Política da Universidade de Paris VIII.

FREDERICO GUILHERME BANDEIRA DE ARAUJO. Engenheiro. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Doutorando em Planejamento Energético pela COPPE/UFRJ.

HERMES MAGALHÃES TAVARES. Economista. Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

LENA LAVINAS. Economista. Doutora em Desenvolvimento Agrícola pela Universidade de Paris III.

LILIAN FESSLER VAZ. Arquiteta. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

LUCIANA CORRÊA DO LAGO. Arquiteta. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO. Sociólogo. Doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Introdução

A coletânea *Brasil, território da desigualdade* reúne ensaios sobre ângulos desafiadores da análise contemporânea da realidade do país.

A opção por ensaios corresponde ao objetivo de ampliar as oportunidades de divulgação do largo elenco de temas tratados, atualmente, pela pesquisa preocupada com as mudanças em curso na organização territorial da sociedade brasileira.

Neste sentido, a adoção da forma ensaio e a clara valorização da pesquisa nos trabalhos selecionados, verificável através da variedade de recursos técnicos e fontes de informação utilizados, fazem desta coletânea um convite aberto ao diálogo com estudiosos das questões urbanas e regionais do país. Assim, acreditamos que a coletânea contribua para reafirmar a atualidade destas questões e a necessidade de seu equacionamento e enfrentamento a partir do esforço interdisciplinar. Nos textos ora publicados, o trabalho interdisciplinar manifesta-se, sobretudo, através da contribuição específica das ciências sociais.

Face aos descaminhos da modernização do país, consideramos, de fato, que as ciências sociais detenham significativo aporte a oferecer àqueles interessados na compreensão dos determinantes econômicos, políticos e espaciais do atual padrão de exclusão que caracteriza a sociedade brasileira. Consideramos, sobretudo, que este aporte tende a ser mais imediatamente apropriável quando são considerados, pela análise, conjuntos de variáveis com incisivo poder de definição do quadro social em contextos espaciais claramente delimitados.

A valorização da análise interdisciplinar e o reconhecimento do espaço como ordenador da vida coletiva fazem com que o planejamento urbano e regional, nesta coletânea, ora surja como tema diretamente selecionado para o exercício da análise crítica, ora emerja, nos textos reunidos, através de campos de fenômenos nos quais esta face do plane-

jamento intervém ou poderá vir a exercer sua intervenção, com incisivas conseqüências para os segmentos sociais excluídos dos processos de modernização do país.

O envolvimento desta coletânea com a questão geral do planejamento do território explica, ainda, a centralidade atribuída nos ensaios ao Estado e à esfera política da realidade social. Esta direção analítica surge na identificação de interesses contraditórios que disputam os investimentos públicos na dotação do território e, também, no relato de conflitos que expressam a atual configuração espacial da sociedade brasileira, intensamente marcada por radicais afastamentos entre urgentes necessidades sociais e as possibilidades reais de acesso a recursos social e espacialmente concentrados.

Assim, alguns dos ensaios que compõem a coletânea procuram, através do esclarecimento dos elos entre espaço e sociedade, identificar e relatar processos que tipificaram as últimas décadas da história do país. Outros, no entanto, objetivam a apropriação pela área de novas tendências temáticas e conceituais emergentes nas ciências sociais realizadas no país.

Através da divulgação de trabalhos de pesquisadores em diferentes momentos da carreira universitária e do estímulo à adoção de uma linguagem que contribua para a redução das usuais barreiras à circulação dos produtos acadêmicos procuramos, com *Brasil, território da desigualdade*, compor um conjunto ordenado de textos voltados para a fase contemporânea, moderna, da sociedade brasileira. Compreendemos, no entanto, que a área do planejamento urbano e regional, ao exigir o estudo de contextos espaciais e de processos que determinam os atuais padrões de segregação social, impõe, também, o recurso à história e a busca continuada de tendências gerais e de longa duração.

A análise crítica do planejamento, contemplada na coletânea, não isola o Estado de interesses econômicos, sociais e políticos que dirigem a sua intervenção, nem considera a instância política institucionalizada o único lugar para a compreensão de ação planejada. A arena política do planejamento em *Brasil, território da desigualdade* encontra-se composta, também, por outros atores, capazes de desenhar no espaço os seus interesses — as grandes firmas, o grande capital, o complexo agroindustrial, o capital imobiliário — e pelos segmentos sociais que lutam contra a destruição de seus modos de vida, pelo acesso à terra e à propriedade e pela participação nos investimentos públicos.

A modernização brasileira — amplo e complexo painel de interesses, atos e planos — encontra-se revisitada em *Brasil, território da desigualdade* através de alguns de seus principais agentes e através da identificação de tendências que limitam o elenco de possíveis projetos para o futuro da sociedade.

Acreditamos que o papel da universidade na compreensão do país evidencia-se e encontra suas bases no esclarecimento de opções teóricas e conceituais e na organização independente da informação frente aos interesses imediatos que desenham a cena política e econômica.

Assim, a reunião dos textos em partes com títulos mais amplos corresponde ao perfil procurado para esta coletânea, onde mesclam-se características particulares do trabalho universitário à pluralidade de recortes que orientam, hoje, a análise crítica da modernização brasileira.

Na primeira parte da coletânea, sob o título geral *Novas expressões da desigualdade no Brasil*, encontram-se aqueles ensaios que apontam para tendências contemporâneas no planejamento e na gestão do território. Nestes ensaios são salientados determinantes e impactos de interesses que se afirmam na longa transição política dos anos 80. Na observação dessa década são reconhecidos os efeitos do planejamento centralizado do período autoritário e a quebra de expectativas gerada pela recessão.

Reações sociais ao percurso do país nas últimas décadas e reformulações, em curso, do planejamento são recuperadas, nestes ensaios, como desafios à análise comprometida com diagnósticos que correspondam à real dimensão dos conflitos que constroem a atual sociedade brasileira. Trata-se, sobretudo, da inserção de intervenções públicas, setoriais e especializadas, em quadros analíticos mais amplos de referência. Essa inserção, realizada para a política industrial, o planejamento urbano, a estrutura de comunicações e o setor de hidroeletricidade, permite que sejam consideradas algumas das características mais marcantes da modernização ocorrida nas últimas décadas.

Os ensaios que compõem a segunda parte deste livro dedicam-se à apresentação e ao exame de temas emergentes na análise das características contemporâneas do capitalismo. São observadas tanto mudanças na organização da base técnica da produção, quanto a afirmação de estratégias que exigem a ruptura com conceitos e contextos analíticos usuais.

Essa necessidade de ruptura encontra expressão, nos ensaios reunidos no título *Novos campos temáticos na leitura do território*, através da inclusão, na análise crítica do planejamento, de questões que procuram correspondência com a real escala de manifestação e com as principais características dos processos econômicos dominantes na esfera internacional e no país. A elaboração destas questões inclui temas hoje extremamente presentes, como as novas fronteiras, as inovações tecnológicas e a destruição do meio ambiente pela produção moderna.

A concentração da pesquisa num contexto definido de relações espaciais e sociais possibilita a valorização da análise histórica em *A cidade como espaço de exclusão*, última parte da coletânea. A intervenção pública e privada nas aglomerações urbanas, marcada por variações nas

conjunturas econômicas e políticas, encontra seus determinantes mais amplos em práticas e ideários que construíram a moderna metrópole brasileira, espaço hierarquizado e excludente.

Os processos político-jurídicos que limitam historicamente o acesso ao solo urbano gerando a segregação espacial da pobreza e os processos econômicos que determinam a direção social da produção imobiliária constituem a principal base da análise preocupada com a questão urbana no período da redemocratização do país. Constrangimentos à ação democrática plena são reconhecidos tanto em concepções presentes nas lutas sociais pelo direito à vida urbana digna, quanto em instrumentos de planejamento que não contemplam novas formas de participação política na gestão da cidade.

Brasil, território da desigualdade apresenta-se, portanto, como uma coletânea de ensaios sobre a face contemporânea do país. As suas características mais marcantes podem ser reconhecidas na amplitude de seu leque temático, oriundo do trabalho interdisciplinar, e, ainda, na adoção de uma direção de análise que privilegia a compreensão crítica da configuração espacial da sociedade brasileira, através de alguns de seus principais determinantes e atores.

A realização desta coletânea dependeu da pronta colaboração e do generoso apoio de instituições e pessoas. Não poderíamos deixar de tornar público o nosso agradecimento. No nome da professora Anna Maria de Castro agradecemos ao corpo técnico e ao Conselho de Administração da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), que compreenderam e apoiaram a nossa intenção de ampliar a divulgação da produção científica do IPPUR/UFRJ. Ao corpo técnico-administrativo do Instituto, companheiros do trabalho diário, agradecemos a paciência e o empenho com que colaboraram nos passos intermediários de montagem desta coletânea.

Brasil, território da desigualdade contou, ainda, com a valiosa contribuição científica de estudiosos das questões urbanas e regionais de várias instituições brasileiras. Agradecemos aos colegas que leram e criticaram, com rigor, as primeiras versões dos ensaios ora publicados: Aloísio Teixeira (UFRJ); Brasilmar Nunes (UnB); Elimar Nascimento (UnB); Fernando Carlos Cerqueira Lima (UFRJ); Ilse Scherer-Warren (UFSC); José Luiz Fiori (UFRJ); Leila Duarte Dias (UFRJ); Lia Osório Machado (UFRJ); Luiz Antonio Machado da Silva (Iuperj/UFRJ); Maurício Abreu (UFRJ); Moema Debiagi (UFRGS); Raul Navegantes (Universidade Federal do Pará); Wrana Panizzi (UFRGS).

Estes colegas, no entanto, não são responsáveis por eventuais falhas que ainda permaneçam na presente coletânea. Estas são de inteira responsabilidade de seus autores.

AS ORGANIZADORAS

Matéria e Espírito:
O poder (des)organizador dos meios de comunicação

ANA CLARA TORRES RIBEIRO*

Dados e efeitos: breve relato sobre um novo tipo de poder

O debate contemporâneo da modernidade brasileira tem sido travado, de forma privilegiada, através da indicação de um conjunto de mudanças na esfera cultural onde são assinaladas, entre outras tendências, a voragem de valores tradicionais; a fragmentação do tecido social; o predomínio crescente do individualismo e o esgotamento dos grandes modelos de transformação social.[1]

Desse debate, no entanto, têm estado acentuadamente ausentes estudiosos da cultura urbana e dos determinantes e impactos econômicos, sociais e territoriais do planejamento. Essa ausência pode contribuir para que determinadas atividades econômicas e privilégios políticos, inscritos nas tendências antes referidas, não sejam objeto da reflexão crítica.

Talvez possamos atribuir, ainda, a essa ausência um certo grau de fluidez ou excessiva abstração, observáveis no próprio debate atual da modernidade brasileira. A referência corrente à modernidade tende, assim, a ser realizada sem a sua completa contextualização em processos concretos, tornando o debate do momento vivido um lugar caracterizado, freqüentemente, por afirmações genéricas ou dogmáticas.

Este texto preocupa-se apenas em apresentar informações e conceitos que contribuam para a ampliação do número de analistas que, interessados na esfera cultural, valorizem as características particulares e únicas

[1] Diagnóstico incisivo dos limites da modernidade pode ser encontrado no artigo de Renato Ortiz: Advento da Modernidade?, *Lua Nova (Revista de Cultura e Política)*, São Paulo, n.20, maio 1990.

* O artigo contém alguns resultados da pesquisa "Modernidade, Comunicação e Cultura: A Nova Face do Poder Metropolitano", desenvolvida com apoio CNPq/Finep/FUJB-UFRJ.

da formação social brasileira, principalmente face à necessidade de relativização de noções gerais como: indústria cultural; sociedade de massas; sociedade de consumo.

Numa pequena cronologia da televisão brasileira fornecida pela Rede Globo podem ser encontradas referências a fatos que expressam a consolidação de um campo complexo de processos correspondentes à adequação da sociedade brasileira a uma fase marcada pela presença de um novo tipo de poder, inscrito entre o mercado, a política e a cultura.[2] Citemos alguns destes fatos: 22/2/67 — a Embratel assina contrato para instalação da estação terrena de comunicações por satélite; 6/3/69 — realizada a primeira transmissão de TV via satélite; 1/9/69 — vai ao ar o Jornal Nacional da TV Globo, primeiro programa regular a ser transmitido em rede nacional; 19/2/72 — realiza-se a primeira transmissão de TV a cores no Brasil; 20/4/76 — o Brasil atinge o quarto lugar entre os maiores usuários do sistema Intelsat; 19/8/81 — inicia a sua transmissão o SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), rede TVS, a partir de São Paulo; 30/6/82 — assinatura dos contratos de compra e lançamento dos satélites brasileiros de telecomunicações; 6/10/82 — inauguração da Rede Nacional de Televisão por satélite; 5/6/83 — inauguração da TV Manchete; 8/2/85 — lançado o primeiro satélite brasileiro, Brasilsat.

Nessa curta listagem de fatos, podem ser reconhecidas referências: à afirmação econômico-financeira de grandes firmas do setor de telecomunicações, à presença do investimento público, à crescente complexidade do setor e ao alcance, pelos efeitos da comunicação moderna, da escala do país.

Na década de 80, a história desse novo poder encontra-se mesclada com a história das lutas e, sobretudo, com os limites do longo e difícil processo de redemocratização, uma vez rompidos os mecanismos diretos de censura que acompanharam a sua consolidação e expansão durante o período de modernização autoritária da estrutura econômica do país. Assim, em 13/10/78, ocorre a revogação da censura prévia imposta, desde 69, aos comerciais de rádio e TV e, em 3/2/80, termina a censura oficial ao telejornalismo.

A recordação de alguns acontecimentos, dos surpreendentes anos 80, pode auxiliar na exemplificação da presença das práticas da comunicação moderna em fatos expressivos da revitalização da esfera política: o estatuto, atribuído a artistas, de portadores privilegiados de posições políticas; a espetacularização da morte de Tancredo Neves, cujo enterro

[2] Para um estudo detalhado dos privilégios que propiciaram a instalação e a hegemonia da Rede Globo, ver o livro de Daniel Hertz *A história secreta da Rede Globo*, Porto Alegre, Ed. Tchê, 1987.

ao som de *Coração de estudante* produziu comoção nacional através de sua intensa transmissão pelas redes de televisão; a transformação do debate político em rito regido pelos minutos disponíveis nos meios de comunicação; o enfraquecimento da imprensa alternativa e o recurso crescente às técnicas do marketing político.[3]

A instalação da base técnica e econômica dos processos modernos de comunicação inscreve-se em características da reorganização da estrutura produtiva do país, iniciada nos anos 60 sob o regime militar.

O sistema moderno de comunicação no Brasil, em sua face política, pode ser compreendido como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e, em sua face econômica, como elo articulador e agilizador de mercados. Essa dupla face dos meios de comunicação na formação social brasileira constitui fio condutor importante da interpretação, realizada por Renato Ortiz, de mudanças ocorridas nas últimas décadas na esfera cultural.[4]

A relevância atribuída, pelos governos militares, à reorganização institucional das comunicações e à conquista de suas pré-condições técnicas e financeiras expressa-se na constituição da Empresa Brasileira de Telecomunicações, em 1965, e na criação do Ministério das Comunicações, em 1967.

Os interesses representados nos processos modernos de comunicação alcançaram seu patamar atual de influência — como agentes modernizadores da economia, da política e da cultura — mediante a socialização dos custos de seus pressupostos técnicos.

No Brasil, ainda são relativamente escassas as pesquisas científicas dirigidas à análise de diferenças sociais e culturais nos processos de recepção das mensagens transmitidas pelos novos veículos de comunicação. No entanto, alguns estudos mostraram efeitos da expansão da rede de telecomunicações nos hábitos quotidianos de pequenas cidades do interior do país[5] e em práticas culturais, como o carnaval carioca.[6]

A reflexão crítica dos processos modernos de comunicação na sociedade brasileira tem se dirigido, sobretudo, aos seus potenciais efeitos

[3] Para informações relativas à estratégia de marketing que absorveu na campanha "Mudanças Já" parte das referências simbólicas da campanha pelas Diretas, ver o livro de Ronald Kuntz *Marketing político (Manual de campanha eleitoral)*, São Paulo, Ed. Global, 1986.

[4] ORTIZ, R. *A Moderna tradição brasileira (Cultura brasileira e indústria cultural)*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.

[5] MILANESI, L.A. *O paraíso via Embratel (O processo de integração de uma cidade do interior paulista na sociedade de consumo)*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978, 2ª ed.

[6] ARAUJO, A. *Expressões da cultura popular (As escolas de samba do Rio de Janeiro)*, Petrópolis, Ed. Vozes/SEEC, 1978.

imediatamente políticos ou ao conteúdo das novas linguagens. Assim, menor atenção tem sido em geral atribuída à social e espacialmente desigual acessibilidade à nova base técnica da produção e da vida coletiva, articulada ao processo de consolidação da atual estrutura de comunicações do país. A mesma observação pode ser realizada com relação a mudanças, em curso, em formas de sociabilidade, sobretudo nos grandes centros urbanos, e em mecanismos de constituição da mentalidade coletiva.

Nesse sentido, encontram-se em grande parte ainda pouco distinguidas, pela análise crítica da modernidade brasileira, informações relativas à nova frente técnica e econômica articulada à transformação das comunicações e aos seus efeitos sociais e espaciais.

Essa abrangência na apreensão crítica das mudanças culturais vinculadas à comunicação moderna parece dificultar a formulação de projetos que visem a ampliação do acesso social às novas tecnologias. Assim, é estimulada a rápida incorporação, na análise do estado da sociedade brasileira, dos traços de intangibilidade e imaterialidade reconhecidos, na última modernidade, por estudiosos dos países capitalistas centrais.[7]

Podemos reconhecer, numa pluralidade de processos sociais da atual fase da sociedade brasileira, o consenso alcançado em torno do difuso, e ainda pouco esclarecido, poder exercido pelos processos modernos de comunicação.

Na construção desse consenso exerce seu peso específico, provavelmente, o quase irresistível apelo representado pela possibilidade de vir a estar em cena assistido por milhões de espectadores. Esse apelo encontra-se hoje difundido na sociedade brasileira, bastando citar, como exemplos, os tímidos acenos dados para as câmaras e as mães que lutam para ter seus filhos presentes nos programas infantis. Um lado mais cruel deste consenso pode ser percebido nos depoimentos gentilmente prestados por indivíduos e grupos sociais em situações dramaticamente marcadas pela exclusão social.

Na cultura dos tempos modernos, a televisão surge como símbolo e, simultaneamente, como possível caricatura, obrigando a todos a uma bem-comportada, e para alguns setores, cada vez mais intelectualizada, absorção a-crítica dos seus produtos.

Esse processo de aceitação, calcado na reconhecida boa qualidade do produto brasileiro, tende a desconhecer a estrutura extremamente centralizada das comunicações no país e a existência de esforços sociais

[7] Para o registro e a análise da experiência espanhola de movimentos pela democratização dos meios de comunicação, consultar, de Maitê Martinez Prado, Nuevas Tecnologías, Territorio y Espacio Local, Reflexiones y Experiencias, *Estudios Territoriales*, Instituto del Territorio y Urbanismo, Madd, n. 31, 1989.

e políticos dirigidos à democratização das formas atuais de transmissão das mensagens (imagens e informações).

A manifestação cultural dos efeitos dos processos modernos de comunicação representada pela influência, mais imediatamente reconhecível, das redes de televisão — referida, por Sérgio Miceli, através do conceito de domesticação do lazer[8] — significa o último elo de articulações mais amplas, vinculadas a novos processos de gestão da sociedade e do território.

No estudo desses processos, a noção de gestão expressa, melhor do que a idéia de planejamento, o envolvimento das novas tecnologias de comunicação na administração das condições de realização dos interesses econômicos que regem a modernização brasileira.

Nova gestão e comunicações

Os processos atuais de comunicação inscrevem-se na constituição de novas desigualdades sociais e territoriais vinculadas à instalação, no país, de elementos materiais indicados, por Milton Santos,[9] através do conceito de meio técnico-científico: "O meio técnico-científico corresponde ao período atual. Este tem vários nomes: período do capitalismo de organização, período da inteligência, período técnico-científico, na medida em que os nexos entre a ciência e a técnica são nos dois sentidos, fazendo que uma coisa não possa ser vista sem a outra, de tal maneira que a ciência e a técnica se tornaram a base de toda a vida do homem, de todas as suas realizações, de todas as relações sociais" (p. 58).

A consolidação desse meio, formado por objetos e técnicas característicos da atual fase do capitalismo, corresponde à manifestação de processos culturais e metas sociais que o autor indica mediante o reconhecimento da adequação socialmente desigual do país, nas últimas décadas, a uma nova psicoesfera.

Essa psicoesfera produz a busca social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais. Alguns setores produtivos parecem alimentar, com especial ênfase, os processos culturais de consolidação dessa psicoesfera, conformando verdadeiros pólos emissores de valores.

[8] MICELI, S. Teoria e prática da política cultural in S. Miceli (org.) *Estado e cultura no Brasil*, São Paulo, Ed. Difel, 1985.

[9] SANTOS, M. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil, *Espaço e debates*, São Paulo, Ano VIII, n. 25, 1988.

Entre esses setores pode ser mencionado o da informática por sua freqüente associação simbólica com a capacidade de formulação do futuro, já que este setor surge como mediador técnico privilegiado para a adequação, aos princípios da última modernidade, de inúmeras práticas econômicas e culturais.

Outro pólo técnico, envolvido claramente na constituição desta nova psicoesfera, pode ser indicado através do forte mercado nacional de vídeos, que estimula a ampla veiculação da relação entre técnica e acesso à manifestação da individualidade, num contexto marcado por algumas das características de uma sociedade de massas.

A referência à psicoesfera que apóia, acompanha e, por vezes, antecede a expansão do meio técnico-científico no país colabora para que seja atribuída a correta relevância à relação entre técnica e cultura no debate da modernidade brasileira, ajudando a demonstrar a afirmação anterior de que os produtos difundidos pela televisão representam uma parte limitada de um contexto econômico e político mais abrangente.

Esse contexto significa a constituição a partir dos anos 60, através de diretrizes traçadas pelo regime autoritário, de novas complementaridades entre setores econômicos, infra-estruturas e mercados e, ainda, a emergência de formas e processos de gestão situados entre a produção e o consumo, ou melhor, entre a produção e os mecanismos culturais que organizam, historicamente, a reprodução social. Trata-se, portanto, da emergência de instrumentos técnicos e culturais de administração de interesses econômicos e políticos que pressupõem a possibilidade de intervenção no cerne do tecido social, em valores e princípios éticos.

A associação entre mudanças comportamentais e a noção de meio técnico-científico, proposta por Milton Santos para a análise de processos contemporâneos de concentração da riqueza no Brasil, exige a reflexão detalhada da nova gestão como expressão de novas formas de exercício do poder, com seus instrumentos e práticas.

Uma análise preocupada com a estrutura sócio-espacial, consolidada a partir da modernização autoritária do país, permite reconhecer a existência de desigualdades sociais e territoriais criadas e recriadas pela expansão técnica que sustenta a atual estrutura de operação e domínio da circulação de mensagens (imagens e informações).

Esse domínio — que alguns analistas da atual fase do capitalismo identificam através da afirmação de mais um setor econômico, o quaternário[10] — apóia-se numa estrutura flexível e ágil de interfaces técnicas e

[10] TOMELIN, M. *O Quaternário (Seu espaço e poder)*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1988.

no acesso privilegiado ou exclusivo a pontos nodais de processos de articulação entre: atividades econômicas; recursos naturais e culturais; expectativas sociais e reservas financeiras.

Nesse sentido, podem ser lidas, na agilidade e na capacidade de identificação antecipatória das oportunidades de lucro, características básicas da estrutura de investimentos e objetos que apóia a nova administração dos interesses hegemônicos.

De fato, a relação entre domínio de técnicas e acesso privilegiado à rede nacional e mundial de mensagens amplia a observação do leque de mudanças históricas, ocorridas nas últimas décadas, para além dos impactos sociais imediatos dos produtos culturais vinculados pela televisão, permitindo a inclusão, no conjunto de pressupostos técnicos e econômicos da nova gestão, dos vínculos entre microeletrônica e telefonia e entre telecomunicações e informática.

* Indica esse processo de constituição de vínculos a transformação da Embratel em empresa de economia mista, subsidiária da Telebrás, em 1972, sendo esta última empresa responsável: pela modernização da rede de telefonia; pelo sistema telex; pelas redes de apoio na transmissão de dados (RENPAC e Transdata) e, portanto, pela constituição do conjunto de infra-estruturas e serviços que organiza e hierarquiza a rede moderna de mensagens do país.

O reconhecimento da articulação entre intervenções públicas e privadas, ao longo dos anos 60 e 70, permite a indicação da cronologia de fatos econômicos e políticos que viabilizaram, na sociedade brasileira, novas condições de administração de interesses.

Manuel Castells,[11] ao analisar um campo similar de fenômenos, refere-se à emergência histórica de condições de produção vinculadas ao que denomina modo informacional de desenvolvimento, cujos princípios de extensão, na fase contemporânea do capitalismo, encontram-se intrinsecamente entrelaçados a necessidades atuais do modo industrial de desenvolvimento. Assim, as formas contemporâneas de administração, ou manejo, das relações históricas entre sociedade e espaço tenderiam a reproduzir, ou mesmo ampliar e aprofundar, as desigualdades decorrentes da organização industrial da produção.

Para esse autor, as características do modo informacional de desenvolvimento estabelecem a possibilidade de que se afirmem novos mecanismos de alienação que impedem o controle social e político sobre os

[11] Castells, M. La Crisis, la planificación y la calidad de la vida: el manejo de las nuevas relaciones históricas entre espacio y sociedad, *Revista Mexicana de Sociologia*, Año XLVI/n.4, out.-dez. 1984.

pressupostos da produção moderna. Nas suas palavras: "A informação tende a dissociar-se da comunicação. O poder se está separando da representação política. E a produção se dissocia de maneira crescente do consumo, enquanto ambos os processos se fragmentam numa série de operações espacialmente diferentes cuja unidade somente se recompõe através de uma lógica abstrata oculta" (p. 37).

A articulação entre ações planejadas, que permitiu a adequação do país a algumas das características e desafios decorrentes das condições contemporâneas da produção capitalista, pode ser complementada através da referência a momentos da cronologia do setor de informática:[12] estabelecimento da Política Nacional de Informática em 1976, com regras protecionistas para os produtores de computadores de pequeno e médio portes; controle das importações pela Capre (Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento de Dados); consolidação desta política pela inclusão da informática no II PND.

A política brasileira de informática foi instituída e implementada através de processos similares aos observados, antes de forma rápida com a citação de Renato Ortiz, para a atual estrutura de comunicações. Essa política, de fato, trouxe nas suas origens características da modernização autoritária do país, isto é, em uma de suas faces a ideologia da segurança nacional e, na outra, o mercado.[13]

O amadurecimento de novas desigualdades espaciais e sociais, ligadas às estratégias de desenvolvimento assumidas nos anos 60 e 70, pode ser reconhecido em processos que marcaram a década de 80. Nessa década surge, com clareza, a manifestação do poder exercido pelos interesses econômicos vinculados ao acesso à moderna estrutura de organização e transmissão de mensagens: setor bancário-financeiro; empresas dos setores de radiodifusão e teledifusão; empresas vinculadas ao grande comércio (shoppings e redes de supermercado); firmas ligadas à promoção cultural, ao marketing e ao turismo.

A necessidade de compreensão integrada de desenvolvimentos setoriais na análise dos desafios que caracterizam a atual sociedade brasileira surge, com nitidez, nas noções de "meio técnico-científico" e "psicoesfera", propostas por Milton Santos. Por outro lado, essa mesma necessidade pode ser percebida, para outras realidades, na proposta conceitual de Manuel Castells relativa às atuais articulações entre os modos industrial e informacional de desenvolvimento e, ainda, na preocupação

[12] Consultar a coleção dos *Cadernos do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, Ed. Terceiro Mundo, para análise de momentos da política de informática e comunicações na década de 80.

[13] Esta última face pode ser rapidamente exemplificada através do fato de que a Cobra, primeira empresa de informática nacional, foi criada através da constituição de um *pool* de bancos.

dos analistas das chamadas inovações tecnológicas com o conjunto das NTIC (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) e não, apenas, com a afirmação crescente de técnicas isoladas.

Articulação e estabelecimento de elos ágeis entre recursos parecem constituir a base do poder exercido pelos novos gestores, calcado no domínio de um complexo amplo de técnicas, aportes científicos, investimentos públicos e, ainda, em sistematizações — realizadas por várias disciplinas — do comportamento social.[14]

Na nova gestão da sociedade e do território encontram-se incluídos saberes e empresas e, também, técnicas administrativas, partes do aparelho de Estado e categorias profissionais. Os elos entre estes elementos criam novos contextos de relações econômicas, técnicas e sociais que seccionam, de forma mais ou menos incisiva, realidades locais, posições de classe e acervos culturais. Não é muito difícil reconhecer, nos elementos constitutivos da nova gestão, características que o senso comum identifica como "modernas", sobretudo se a estas características forem acrescidas outras, tais como rapidez e eficiência.

Nova gestão: organização e desorganização

As chamadas NTIC encontram-se incorporadas, de forma incisiva, em processos de organização e agilização de fluxos de pessoas, informações, idéias, mercadorias e recursos financeiros.[15] Nesse sentido, constituem um tipo específico de estrutura, ou rede, técnica e de poder utilizada no diagnóstico e na exploração de potencialidades locais e no estabelecimento de ligações entre realidades locais que não possuem, necessariamente, contigüidade territorial e compatibilidade em termos de origem histórica, cultura e valores.

Constituem, assim, cadeias ágeis de influência cuja materialidade e conjunto de impactos sociais e culturais necessitam ser interpretados, já que se situam além da compreensão tradicionalmente permitida por conceitos tais como: modo de vida, identidade cultural ou região.

[14] Com relação aos paradigmas da política cultural consultar de Nestor Garcia Canclini Políticas culturais na América Latina, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol. 2, n. 2, julho 1983.

[15] A produção internacional e nacional sobre os impactos sociais e territoriais das NTIC encontra-se em forte expansão. São exemplos:
FINQUELIEVICH, S. e VIDAL, A. Innovación Tecnologica y Reestructuración Desigual del Territorio (países desarrollados — America Latina), *Revista Interamericana de Planificación*, Vol. XXIII, n. 89, jan.-mar. 1990.
CARRION, O.B.K. e DEBIAGI, M.C. Novas tecnologias e organização do espaço in N. Oliveira e T. Barcellos (orgs.) *O Rio Grande do Sul urbano*, Porto Alegre, FEE, 1990.

O real grau de determinação de mudanças estruturais detido, especificamente, pelas NTIC continua sendo, em grande parte, desconhecido. No entanto, este desconhecimento não impede a percepção de que a sua presença tem efeitos transformadores em rotinas sociais e práticas culturais tradicionais e, ainda, em funções econômicas detidas por localidades e regiões.

A nova rede técnica do país e as características históricas de sua implantação corresponderam à possibilidade de integração entre elites econômicas e políticas anteriormente restritas às suas bases locais. Possibilitaram, ainda, a intervenção, mesmo que circunstancial e superficial, em elencos culturais e estruturas tradicionais de crenças. Nesse sentido, essa rede encontra-se articulada à superação parcial de barreiras físicas e culturais anteriormente consideradas pelos analistas desenvolvimentistas como exemplos de resistência histórica a processos de modernização.[16]

Trata-se, realmente, da instalação de um patamar técnico de acesso ao âmago do território e dos comportamentos sociais. O acesso a comportamentos sociais pode ser exemplificado pela extensão alcançada pelo marketing moderno, ativo num número amplíssimo de atividades de gestão econômica e política e, ainda, pela credibilidade hoje alcançada pelos institutos de pesquisa de opinião pública.[17] Por outro lado, o atual acesso ágil a formas de articulação entre lugares anteriormente remotos do país pode ser rapidamente indicado através da referência aos processos de modernização da gestão bancária.[18]

Esse patamar de acesso surge, conforme referência anterior, como uma espécie de nova estrutura, constituída por aportes técnicos e linguagens. Essa estrutura, caracterizada por sua flexibilidade, uso potencialmente intermitente e, por vezes, reduzida visibilidade, concretizou, ao longo dos anos da modernização autoritária do país, a integração e a subordinação de partes selecionadas do território e do tecido social a princípios da produção capitalista contemporânea.

A manifestação relativamente recente destes princípios na sociedade brasileira insereve-se na redefinição das suas históricas desigualdades espaciais e sociais. Essas desigualdades manifestam-se, de forma imedia-

[16] Para um estudo clássico das barreiras ao desenvolvimento na América Latina, consultar GERMANI, G. *Política y Sociedad en Una Epoca de Transición (de la sociedad tradicional a la sociedad de masas)*, Buenos Aires, Ed. Paidós, 1968.

[17] Elementos da história, sobretudo jurídica, da propaganda no país podem ser encontrados em: CAMPOS MANZO, J.M. *A tragédia da propaganda no Brasil*, Rio de Janeiro, Collector's Ed., 1983.

[18] LOBATO CORREA, R. Concentração bancária e os centros de gestão do território, *Revista Brasileira de Geografia*, 51 (2), abr.-jun. 1989.

ta, em exclusões sociais e espaciais de elementos técnicos e culturais que constroem a nova estrutura privilegiada de domínio e controle. Esse padrão de desigualdade pode ser indicado, ainda, através da orientação fornecida por Manuel Castells, pelas defasagens e irregularidades em processos locais e sócio-culturais de articulação entre os modos industrial e informacional de desenvolvimento.

A apropriação de fatores e recursos decorrente do acesso às formas modernas de gestão correspondeu, no Brasil, à manifestação simultânea de processos desestabilizadores de perspectivas culturais e expectativas sociais.

Nessa direção, pode ser dito que a sociedade brasileira encontra-se ampla e intensamente submetida, nas últimas décadas, a impulsos profundamente contraditórios. Foram instaladas bases técnicas e saberes indispensáveis à sua transformação numa sociedade de massas ou de consumo, ao mesmo tempo em que esta instalação ocorre através de processos que apenas permitem a integração parcial ou intermitente, e portanto fundamentalmente desorganizadora, de amplas parcelas do território e da população.

Evidentemente, seria excessivo e simplista atribuir às características intrínsecas das NTIC relações diretas com o atual estado da sociedade brasileira. Apenas desejamos acentuar a sua presença como base indispensável da recente modernização parcial do país e, sobretudo, como parte constitutiva das formas de gestão que, atingindo em profundidade o território e a cultura, corresponderam à emergência de novos mecanismos de exclusão social.

Nova gestão: a incoerência produzida

O conjunto de processos rapidamente referido acima sugere que, no Brasil, elementos de uma particular ideologia da modernidade — intensamente estimulada pelos meios de comunicação, pelo marketing e pelas estratégias de afirmação de novos gestores[19] — encontram-se mesclados, com freqüência, a mudanças reais ocorridas na sociedade e nos usos do território.

Assim, algumas idéias-síntese sobre a modernidade brasileira parecem corresponder, com mais rigor, a propósitos de afirmação de estilos de vida ou a processos de modernização forçada da produção cultural do que a características concretas da recente história do país.

[19] BERNARDO, J. *O inimigo oculto (Ensaio sobre a luta de classes/Manifesto anti-ecológico)*. Lisboa, Ed. Afrontamento, 1979.

A descrição analítica das mudanças políticas e culturais da sociedade brasileira impõe o reconhecimento de vínculos entre comportamentos sociais e as redes de influência e poder que sustentam, atualmente, a gestão econômica e política. Através da omissão destes vínculos — que exigem estudos aprofundados — tem sido, com insistência, reafirmada a falta de coerência e de projeto nas reações populares a processos de exclusão social ou, ainda, a inabilidade do povo brasileiro para o seu ingresso na modernidade, como se fosse possível exigir coerência e consistência imediatas frente a mecanismos de poder que se instalaram reafirmando tendências à desorganização, ao desenraizamento cultural e à integração incompleta de segmentos de classe e lugares à modernização capitalista do país.

Neste sentido, não pode surpreender ao analista que reações sociais encontrem sua forma de manifestação em rápidos processos de adesão e desadesão sociais a idéias, valores e mitos. Afinal, tais processos expressam tentativas de adaptação a estímulos e expectativas numa sociedade intensamente modificada.

A inclusão, na reflexão da modernidade, de dados e processos que demonstram a desigual modernização da sociedade e do território através das características da nova gestão, sugere a necessidade de análise que contemplem o papel exercido pela atual rede técnica de transmissão de mensagens nos processos de acumulação de recursos financeiros, poder e prestígio.

De fato, trata-se da necessidade de integrar a preocupação com a produção com a análise de processos de organização e administração do consumo, viabilizando, assim, o reconhecimento da existência de vínculos — permitidos pela nova estrutura de gestão — entre fenômenos aparentemente desconexos da realidade contemporânea do país.

A pesquisa dirigida às mudanças observadas na materialidade e na cultura aparece como especialmente relevante pela tendência atual ao afastamento entre os debates da modernização e da modernidade e pela tendência ao reconhecimento, mais intenso e direto, dos fenômenos da fragmentação social do que dos mecanismos econômicos e políticos responsáveis pela sua produção.

DETERMINANTES E IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (NTIC)

(Análise Comparativa Brasil-Argentina) (*)

Ana Clara Torres Ribeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal do Rio de Janeiro
IPPUR/UFRJ

julho 1990

(*) Refere-se à parte Brasil do estudo comparativo, em curso, com a Prof. Susana Finquelievich (CEUR - Buenos Aires)

DETERMINANTES

O conjunto de processos sociais e técnicos que hoje constitui o complexo, conformado pelas NTIC encontra seus primórdios, no Brasil, nos anos 50. Nesta década, o impulso modernizador surge simultaneamente em várias faces do nível econômico da sociedade. O país urbaniza-se e, da passos rápidos em seu projeto de industrialização, calcado no modelo de substituição de importações.

Neste contexto, instala-se a primeira fase, a "chamada "fase pioneira" (1), da televisão brasileira, ainda ao sabor do espírito inovador de alguns empresários nacionais cujo território privilegiado de atuação encontra-se restrito ao eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Neste período, seria difícil prever-se o extraordinário desenvolvimento posterior - econômico, institucional e técnico - alcançado pela televisão brasileira, a partir, sobretudo, da década de 70. São marcos desta primeira fase: o início oficial da TV Difusora (depois TV Tupi) em São Paulo, em 18 de setembro de 1950; e, o início oficial da operação da TV Tupi, no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1951 (2).

As descrições históricas desta primeira fase assimilaram tanto a herança, pela televisão, da longa experiência acumulada pelo rádio no país (programas, artistas, técnicas) como, também, o caráter experimental - quase amador - que marca a sua função comercial, estritamente econômica, situada entre a produção e o consumo. Renato Ortiz (1988) (3) fornece-nos descrições agudas, obtidas através de depoimentos, deste período de nascimento da tele-

visão, incerto e financeiramente instável.

Neste período, o papel econômico da televisão encontra-se, ainda, profundamente restringido, o que colabora na compreensão destas características presentes nas primeiras empresas atuantes no campo de atividades que, posteriormente, conformará o setor de comunicações no Brasil. A concorrência e a não-autonomia técnico-financeira limitam, intensamente, o desempenho econômico das primeiras emissoras, demonstrando a profunda diferença entre esta fase e a que se delineará nos anos 60, a partir do início do período autoritário.

Talvez seja correto afirmarmos que, durante os anos 50, a televisão brasileira não se define, ainda, como um campo econômico específico de atividades, dados a incipiência da estrutura empresarial da propaganda (4) e o nível de acesso social, ainda extremamente restrito, aos aparelhos de recepção de imagens. A atuação econômica e normativa do Estado, no estímulo ao desenvolvimento do setor de comunicação, pode ser considerada, também, apenas embrionária.

Este quadro sofre intensa alteração, conforme referência anterior, durante os anos 60. Nesta década são instalados, no país, alguns dos pressupostos essenciais à compreensão da consolidação, no auge do período autoritário, do setor de comunicação. Entre estes pressupostos devem ser assinalados tanto o cartáter estratégico, de segurança nacional, atribuído às comunicações quanto a penetração, cada vez mais profunda, do Estado brasileiro, nos processos de modernização extrovertida da economia, conforman-

do os termos gerais do projeto: "desenvolvimento com segurança" (5). Estas marcas da conjuntura política estão presentes no caráter altamente centralizado da política de comunicações no Brasil, fazendo do governo federal o epicentro do planejamento da criação efetiva e da modernização do setor. São marcos institucionais destes processos de ação centralizada: a constituição da EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações) em 16 de setembro de 1965 e, a criação do Ministério das Comunicações, em 25 de fevereiro de 1967.

A expansão da ação do Estado na socialização dos custos de criação e desenvolvimento do setor de comunicações no Brasil - ampla instalação de infra-estruturas, centros de desenvolvimento tecnológico e máquina administrativa de estímulo e controle - corresponde a emergência econômica-financeira dos conglomerados do setor. Estes conglomerados atuam no formato de redes de comunicação, que congregam tanto a ação nos mais variados veículos (televisão, rádio, jornal, revista) quanto a subordinação de emissoras, filiadas, ao nível do território do país. A primeira empresa com esta face, moderna e centralizadora, foi a Rede Globo de Televisão, inaugurada em 26 de abril de 1965. Esta empresa iniciou, em 1969, a primeira transmissão regular de programa em rede (6). Este padrão de mudança, intenso e deliberado, corresponde, também, a grande impulso atribuído à indústria eletro-eletrônica, cujas maiores empresas são representadas pelos principais conglomerados do setor no plano internacional.

O nível de envolvimento do Estado brasileiro, no alcance das condições técnicas e econômicas indispensáveis à expansão do

setor de comunicações, pode ser reconhecido através dos acordos internacionais que permitiam, ao país, o aperfeiçoamento de emissão por satélite, cuja primeira transmissão já ocorre em 1969. Em 1976, o Brasil situa-se em 4º lugar entre os maiores usuários do sistema Intelsat e, em 1982, são assinados os contatos de compra e lançamento dos satélites brasileiros de telecomunicações. Também nos anos 80 são inauguradas outras grandes redes de emissoras que compõem, hoje, o extremamente concentrado campo econômico das telecomunicações no Brasil: 1981 - Sistema Brasileiro de Televisão (TVS) e, em 1983 - Rede Manchete de Televisão.

Este padrão de modernização seria incompreensível, no entanto, sem a referência ao fato de que à modernização das comunicações correspondem amplos processos de homogeneização capialista do país (7). Durante os anos 70, no auge do chamado "milagre econômico", ocorrem, de forma articulada, processos que possibilitam e reforçam a constituição do mercado nacional de bens e serviços. Assim, a rede moderna de comunicações, cujas matrizes encontram-se situadas na área core do país, reproduz e agiliza a penetração de circuitos econômicos que correpondem à configuração espacial da desigual distribuição da riqueza.

A concentração das emissoras matrizes, ou cabeças de rede, na área core reflete, de forma imediata, a localização privilegiada do seu principal mercado de anunciantes cujas atividades, por sua vez usufruem da concentração urbano-metropolitana e do alcance permanente de novos mercados. A difusão seletiva de informação e imagens atinge o tecido social e o espaço do país, agilizando a circulação de mercadorias e idéias; colaborando na consti-

tuição da moderna sociedade de massas e transformando hábitos culturais como nos indica MILANESI (8).

Fatores determinantes da expansão e da modernização de rede de comunicações no Brasil podem ser identificados, portanto, de forma imediata, em processos de decisão política, em atos concretos de incorporação tecnológica e, em relações privilegiadas entre grupos econômicos e segmentos do aparelho de Estado. No entanto, estes fatores devem ser procurados, também, em elos mais profundos oriundos de mudanças na formação sócio-espacial brasileira (9).

A consolidação econômica e política do setor de comunicações no Brasil corresponde, neste sentido, ao desenvolvimento de novas formas de gestão econômica e, de organização planejada da produção a partir, sobretudo, da organização, em grande escala, do consumo. É nesta direção que Milton Santos (1988) (10) refere-se a processos de consolidação, no Brasil, do espaço do consumidor em detrimento do espaço do cidadão, mesmo nos anos 80 quando tornam-se mais frequentes ganhos concretos na redemocratização do país.

Na concretização deste novo patamar de relação econômicas e sociais adquire caráter estratégico, nuclear, tanto o acesso à veiculação de imagens, quanto o acesso ágil à informação selecionada. Trata-se, neste momento, da observação mais detida do sub-setor específico da informática cujos efeitos, mais amplos, podem ser observados tanto na produção, sobretudo na gestão da produção, quanto na esfera do consumo.

O Estado brasileiro desenvolveu, de forma clara, um conjunto de políticas articuladas que propiciou a expansão, extremamente acentuada, deste sub-setor no país que usufrui, de forma direta, da política do setor de comunicações face às múltiplas possibilidades de uso das informações concentradas e, face às comunalidades tecnológicas.

O caráter, também estratégico, atribuído pelo Estado brasieliro ao sub-setor de informática, pode ser comprovado através da reserva de mercado para computadores micro, mini e de porte médio. Esta reserva constitui parte da política protecionista, desenvolvida a partir de meados da década de 70, no bojo do quadro político-militar calcado na ideologia da segurança nacional (11). Esta política envolveu o acesso privilegiado, por fabricantes nacionais, ao mercado internacional de componentes e, ainda, o controle, pelo Estado brasieliro, do fluxo de informações - pacotes - ao exterior (12).

A pressão internacional pela quebra dos limites estabelecidos por esta política tem sido intensa desde a sua instituição, através da Política Nacional de Informática (PNI), em 1976. Alguns autores assinalam os efeitos econômicos-extremamente positivos desta política que permitiu, ao país, satisfazer parte do seu mercado interno, altamente receptivo às inovações tecnológicas (13).

A PNI teria permitido, ainda, tanto o aproveitamento de capacidade técnica já desenvolvida pelo meio acadêmico quanto a redução da dependência do mercado internacional já que as importa-

ções passaram a ser controladas pela Capre (Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento de Dados).

Esta política foi, consolidada através da inclusão da informática no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e pela criação da SEI (Secretária Especial de Informática).

Esta política não implicou em incentivos financeiros diretos mas na reserva de mercado para a tecnologia e, não diretamente para a indústria (14). Trata-se, assim, sobretudo, do controle estatal dos fluxos de difusão e/ou imposição tecnológica, cujas consequências incluem tanto a organização dos interesses do setor - Abicomp (Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos), SBC (Sociedade Brasileira de Computadores), APPD (Associação dos Profissionais em Processamento da Dados) - quanto o alcance da interiorização de circuitos econômicos, tais como aqueles que vinculam a indústria aos processos de informatização dos serviços. Nesta direção, assinala-se o desenvolvimento alcançado pelo país, no âmbito dos programas aplicativos, ao nível das universidades e de um já intenso conjunto de firmas especializadas.

A constatação da profunda articulação entre capitais privados e Estado no setor é essencial, também, para a explicação do dinamismo alcançado a partir da PNI. Assim, por exemplo, a Cobra Computadores, primeira empresa de informática nacional, foi criada, em 1975, por um pool de onze bancos (15). Este envolvimento do capital bancário com o início do processo de implantação do sub-setor de informática no Brasil, desdobra-se, intensamente,

com os impulsos decorrentes da própria modernização econômica do país. Neste sentido, a consolidação da esfera financeira, correlata à conformação dos grandes conglomerados do setor, encontra-se profundamente vinculada à informatização da rede bancária. A interpenetração entre estes dois setores reflete-se não apenas no envolvimento direto dos bancos como mercado consumidor privilegiado de equipamentos de informática; mas, também, o seu envolvimento como produtor de serviços e, cabe notar com especial ênfase, de equipamentos (16). Os conglomerados do setor bancário-financeiro - um dos principais responsáveis pelo que Milton Santos denominou território informatizado (1988) (17) - alcançaram patamares extremamente significativos de presença técnico-econômica que têm permitido a montagem de equipamentos de grande porte e início da venda de equipamentos e serviços ao mercado exterior. Este desempenho corresponde ao nível de concentração econômica, financeira e técnica alcançado por estes conglomerados face a um setor que, no país, ainda mantém um perfil fortemente pulverizado (18).

Assim, o complexo das NTIC e o seu grau de penetração na sociedade brasileira, nas últimas décadas, refletem tanto o alcance de incisivas comunalidades tecnológicas e financeiras, como também, os seus limites. Deste último ângulo, dos limites, estas comunalidades parecem ter encontrado barreiras na indústria micro-eletrônica, de componentes, mais diretamente voltada para mercado de "eletrônica de consumo". Em outros países a exploração deste mercado viabilizou investimentos indispensáveis ao desenvolvimento da micro-eletrônica e da informática.

Convém ressaltar ainda que, durante a década de 80, no

curso do processo de redemocratização do país, mudanças no quatro político-econômico geraram novas pressões sobre o núcleo de ações planejadas que deu origem ao processo de consolidação das indústrias de comunicação e informática no país.

Assim, desde o início desta década, podem ser claramente identificadas pressões internacionais para a ruptura da política de reserva de mercado (19). Estas pressões tornaram-se mais fortes e abertas, ao longo da década, em decorrência da dívida externa do país (20). Por outro lado, passaram a existir, de forma crescente, canais de expressão política que manifestaram anseios, de núcleos organizados da sociedade civil, pelo controle democrático das comunicações e dos processos de informatização atuantes na vida coletiva (21).

Referências bibliográficas

(1) FERRAZ SAMPAIO, M. História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo (Memórias de um Pioneiro), Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.

(2) Conforme cronologia fornecida pelo Setor de Pesquisa da Rede Globo de Televisão.

(3) ORTIZ, R. A Moderna Tradição Brasileira (Cultura Brasileira e Indústria Cultural), São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.

(4) CAMPOS MANZO, J.Mª. A Tragédia da Propaganda no Brasil, Rio de Janeiro, Collector's Editora Ltda, 1983. O autor descreve momentos esclarecedores do processo histórico tanto de definição profissional quanto de especialização empresarial da propaganda no Brasil; demonstrando os riscos da subordinação do setor aos interesses hegemônicos das grandes redes de televisão cuja presença afirma-se a partir da década de 60.

(5) BASTOS, Ana Marta Rodrigues - O Discurso da Grandeza", IN Cadernos do CEAS, Salvador, nº 37, maio-junho, 1975.

(6) O levantamento e a denúncia dos fatos econômicos e políticos que estiveram na origem da Rede Globo de Televisão podem ser encontrados no livro de Daniel Herz - A História Secreta da Rede Globo, Porto Alegre, Ed. Tchê!, 1987.

(7) "A urbanização da economia e sociedade brasileiras nada mais é senão a extensão a todos os mantos e setores da vida nacional, das relações de produção capitalistas; embora seja ainda, em muitos casos, apenas uma tendência, sua marca é peculiar: já não se pode voltar atrás". Francisco de Oliveira - "Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: A Nova Qualidade do Conflito de Classes", IN José Álvaro Moisés et al. - Contradições Urbanas e Movimentos Sociais, Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1977.

(8) MILANESI, L.A. O Paraíso via Embratel (O Processo de Integração de uma Cidade do Interior Paulista na Sociedade de Consumo), Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2ª ed.

(9) Para o desenvolvimento do conceito de formação sócio-espacial ver Milton Santos - Por Uma Geografia Nova, São Paulo, HUCITEC-EDUSP, 1978.

(10) SANTOS, M. O Espaço do Cidadão, São Paulo, Ed. Nobel, 1987.

(11) "O Conselho de Segurança Nacional assumiu o controle das atividades brasileiras no campo da Informática por causa da fabricação de armamentos e pelo uso militar da nova tecnologia", s/autor - "Terceiro Mundo: A Luta pela Sobrevivência", IN Cadernos do Terceiro Mundo, Ano XII, nº 68, julho 1984, p. 34.

(12) Idem, p. 37.

(13) "Com a PNI, o Brasil transformou-se no país do Terceiro Mundo com tecnologia mais avançada nesta área", MAMMANA, C.Z. e FREGNI, E. - "Brasil - A Reserva de Mercado", IN Cadernos do Terceiro Mundo, Ano VII, nº 68, julho, p. 38.

(14) Os autores acima citados referem-se, diretamente, à possibilidade do Brasil não reproduzir, na área da informática, a situação de uma "economia usuária" (p. 41). Estes mesmos autores assinalam que, em levantamentos realizados no início da década de 80, a indústria nacional de informática já empregava acentuadamente mais, inclusive quadros técnicos, do que a indústria transnacional.

(15) Bradesco e Itaú vão liderar serviços eletrônicos", Jornal do Brasil, 10/6/90.

(16) A Digilab, holding de informática do Bradesco, concentra atividades de outras 14 empresas - a maior parte através de participações de capital - que somaram ao grupo Bradesco US$ 1,2 bilhões de faturamento em 1989. O grupo Itaú traçou estratégia diferente, criou empresas próprias e registrou ano passado (1989) uma receita de US$ 700 milhões com a produção e comercialização de produtos do complexo eletrônico.

Mas engana-se quem pense que a atividade dos dois conglomerados se limitou à produção de equipamentos para uso próprio. Isso foi só o começo. Hoje atuam - com níveis de investimento e estratégias diferenciadas - fabricando desde componentes eletrônicos até computadores sofisticados, passando pela produção da eletrônica de consumo (áudio-vídeo), até chegar aos equipamentos de telecomunicações". Jornal do Brasil - idem.

(17) SANTOS, M. "O Meio Técnico-Científico e a Urbanização no Brasil", IN Espaço e Debates, 25, Ano VIII, 1988.

(18) Principais empresas do setor de informática segundo segmento industrial e participação em mercados específicos: computadores de grande porte (IBM, Unisys, Bull - 90.5%); Superminis (Elebra, Cobra, Itautec - 77.6%); Minicomputadores (Cobra, LaboLisco - 53.8%); Micros de 8 bits (Microdigital, Prológica - 71.1%); Micros de 16 bits (Itautec, SID, Digirede - 93.4%). Dados levantados por Paulo Bastos Tigre (UFRJ) e Clélia Piragibe (CNPq) APUD, Jornal do Brasil, idem.

(19) Consultar os artigos da Revista do Terceiro Mundo, Ano VII, nº 68, julho, 1984.

(20) Nas suas primeiras viagens internacionais, após a eleição, o Presidente Collor de Mello assumiu explicitamente crítica à manutenção da reserva de mercado para a informática: "A reserva de mercado incentiva a ineficiência, a incompetência, o contrabando e a corrupção". Jornal do Brasil - 27/1/90.

(21) Consultar o registro do debate "A Cidadania e os Meios de Comunicação", IN João Gabriel Lima Luy Teixeira (ed.) - A Construção da Cidadania, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986.

IMPACTOS (as observações remetem à RMRJ sobretudo)

Os impactos sociais e espaciais das NTIC correspondem à instalação, no país, de núcleos de interesses inseridos, economicamente, nos processos de agilização da produção, do consumo e, de forma específica, nos fluxos entre estas duas esferas de vida cotidiana (1).

As transformações ocorridas na formação sócio-espacial brasileira, sobretudo a partir da década de 60, expressam a violenta adequação do território aos novos interesses hegemônicos atuantes na modernização capitalista: extensão da rede urbana; conformação do conjunto de metrópoles, esvaziamente demográfico de extensas áreas rurais (2). O território foi ocupado e, os interesses concentrados na área core do país, também em expansão, alcançam a integração - pela intervenção do Estado brasileiro - do mercado nacional.

A extensão da rede de comunicações exerce um papel estratégico neste processo: permitindo que as mensagens da modernização - intrinsicamente calcadas em leituras seletivas dos espaços metropolitanos onde localizam-se as emissoras matrizes - sejam difundidas sem os efeitos das barreiras territoriais e culturais oriundas das fases históricas anteriores. O ágil processo de extensão territorial do número de emissoras de televisão pode ser observado na tabela a seguir. Esta tabela foi construída com as informações daqueles Estados posicionados acima da média nacional, sendo renda identificada, por este procedimento, a área concentrada de manifestação do fenômeno. Conforme pode ser observado o ci-

clo de extensão e reconcentração ocorre, incisivamente, durante a década de 70 (3).

TABELA I

Área Concentrada do Setor de RadioTelevisão no Brasil - 1968/1983

Número de Emissoras (abs. e percent.)

1968			1973			1978			1983		
	nº	%		nº	%		nº	%		nº	%
SP	7	17,5	SP	8	12,5	RS	11	11,5	SP	14	11,8
MG	6	15,0	MG	7	10,9	SP	9	9,5	RS	14	11,8
RJ	5	12,5	RS	7	10,9	MG	8	8,4	PR	11	9,2
PE	3	7,5	PR	6	9,4	AN	7	7,3	RJ	9	7,6
DF	3	7,5	AN	5	7,8	PR	7	7,3	MG	9	7,6
			PE	4	6,2	RJ	6	6,3	SC	8	6,7
			DF	4	6,2	RO	4	4,2			
			RJ	3	4,7	PA	4	4,2			
						PE	4	4,2			
						MT	4	4,2			
						DF	4	4,2			

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1970/1985.

O crescimento da indústria eletro-eletrônica, decorrentes do empenho político-financeiro realizado pelo Estado brasileiro no setor de comunicações, manifesta-se no crescimento do número de domicílios receptores distribuídos no território do país. Este número cresce de 4.250.404 domicílios em 1970 para 14.142.924 em 1980 (4). O processo de difusão de televisão dependeu, ainda, da evolução do sistema de crédito ao consumidor; do crescimento do comércio especializado; da inclusão de televisão no mercado informal de serviços e da emergência de circuitos urbanos específicos viabilizadores da comercialização de aparelhos usados.

A rede de domicílios urbanos receptores não conhece barreiras espaciais, sociais ou culturais intransponíveis. A televi-

são torna-se artigo de consumo generalizado e quase de primeira necessidade, ao lado da geladeira e do fogão; constituindo, assim, parte do equipamento doméstico de uso corrente. Salente-se, no entanto, sua função específica de equipamento de informação e de lazer e, portanto, diretamente envolvido nos processos de socialização. As mensagens vinculadas penetram no quotidiano, no âmago do espaço privado, portando as características básicas da década de 70: os efeitos ideológicos do chamado "milagre brasileiro" e os limites culturais estabelecidos pelo autoritarismo. Encontram-se atuantes nestes processos, os pressupostos da excludente e instável sociedade de consumo que caracterizará, profundamente, a década da transição política, a década de 80.

A difusão da televisão no país representa, também, um fenômeno correlato à extensão alcançada pela rede urbana e pelo mercado de bens e serviços. Trata-se de fenômeno de difusão de informações e de inovações culturais e técnicas, que encontra, no entanto, seu mercado privilegiado nas próprias populações metropolitanas. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro não podem ser identificadas, por exemplo, diferenças significativas, com relação a número de domicílios receptores, entre a chamada Zona Sul - onde se concentram, de forma acentuada, os setores de média e alta renda - e os subúrbios. As diferenças sociais ocorrem à partir deste patamar de equalização, com os processos técnicos que multiplicam as possibilidades de seleção da informação, tais como: as antenas parabólicas e os vídeos.

A incorporação da televisão à vida urbana de forma socialmente extendida, traz mudanças nos padrões de sociabilidade,

através da chamada "domesticação" do lazer; nos hábitos de consumo e, no mercado de trabalho. Surge uma gama de ocupações relacionadas às novas formas de produção e de veiculação da informação (6).

No entanto, a grande vitalidade do mercado de trabalho no setor de radiodifusão permanece concentrada no eixo Rio-São Paulo. Neste eixo, espaço privilegiado de localização das emissoras cabeças de rede, encontram-se disponíveis as complementariedades econômicas e técnicas indispensáveis ao desempenho do setor e, à realização de sua função econômica. Em pleno período de consolidação das comunicações, os estados Rio de Janeiro e São Paulo retinham, em 1968, 56,0% do pessoal ocupado no setor de radiotelevisão e, em 1978, 57.0%.

A penetração social e espacial da televisão nas maiores áreas metropolitanas brasileiras corresponde a processos, mais amplos, de modificação da linguagem urbana. Entre estes processos podem ser referidos: a extensão da síntese discursiva típica das mensagens criadas pelo marketing, o crescente recursos a imagens visuais e, a abertura do universo de referência dos diálogos quotidianos decorrente do acesso a um universo heterogêneo, desconexo e universalizado de informações (7).

Nesta direção, a extensão da televisão corresponde a processos sócio-culturais de mudança que encontram expressão noutros elos econômicos inscritos de forma crescente, desde a década de 60, na vida urbana do país. Entre estes elos pode ser referido aquele representado pela propaganda e pelo marketing. Nesta direção, levantamento realizado com base em dados coletados em 1986/87

indicou que, das 749 agências de propaganda existentes na época e que forneciam informações relativas à data de fundação, 289 foram criadas na década de 70 e 269 na década de 80 representando aproximadamente 75% do total (8). Estas agências, já atuantes em todos os Estados brasileiros, encontram seu núcleo privilegiado nas área metropolitanas e, especialmente, nos seus núcleos centrais; reproduzindo, assim, em sua localização, os circuitos privilegiados da informação no país.

A televisão e o marketing constituem manifestações materiais e culturais do novo caráter estratégico representado pela informação no país. Expressam, realmente, a penetração social alcançada por um vasto complexo de técnicas, vinculadas aos fluxos de idéias e mercadorias no território do após e no espaço das metrópoles. Interferem na organização da circulação e, contituem campos de atividade econômica estreitamente articulados ao surgimento de novos objetos urbanos de realização do consumo: supermercados e shopping-centers (9).

A informação veiculada por estes meios técnicos, no entanto, exprime sobretudo o acesso social generalizado a mensagens filtradas pelos interesses econômicos e políticos que dominam a sua utilização. Trata-se, assim, da extensão à sociedade da situação de consumidora de informação, onde não há a possibilidade de acesso à emissão.

Este quadro contrasta, profundamente, com o perfil representado pela rede de telefonia por exemplo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar do inlubtável avanço técnico ob-

servado pela telefonia no Brasil - que permite hoje ligações nacionais e internacionais instantâneas - o acesso social a este equipamento é restrito.

Dados de 1984, para o Estado do Rio de Janeiro, demonstram que o município núcleo da RMRJ concentrava 71.4% dos telefones particulares e, quase 70% dos telefones comerciais (10); tornando, assim, este equipamento um bem de distribuição espacial e social intensamente desigual. A extensão observada, nas últimas décadas, na malha urbana da metrópole contribui para a compreensão dos impactos sociais desta desigualdade (11).

A distribuição deste aparelho - quando considerado em sua face de equipamento coletivo (telefones públicos) - reproduz a desigualdade espacial e social acima indicada. Assim, na RMRJ, o município-núcleo concentrava 76% dos telefones públicos e, Nova Iguaçu, maior município da periferia, apenas 4.2% do total. Esta desigualdade (12) não em impedido que as empresas telefônicas multipliquem os seus serviços à população e, sobretudo, às atividades econômicas já atendidas. Este é o caso, por exemplo, do telefone móvel e, das modernas centrais privadas de comutação telefônica.

Sobre estes patamares econômicos e sociais de homogeneização e desigualdade nos processos de incorporação técnica, tem alcançado forte expansão novos tipos de equipamentos e tecnologias que contirbuem para a acentuação das tendências centrais dos processos descritos. Entre estes novos tipos de equipamentos - já fortemente integrados ao consumo urbano - deve ser salientado o vídeo, com ágil penetração no mercado. Esta agilidade - construí-

da sobre a extensão alcançada pela televisão no território nacional e nos espaços metropolitanos - traduz-se na seguinte movimentação financeira ao nível do país: 1988 - US$ 40 milhões; 1989 - US$ 80 milhões e, a expectativa de US$ 110 milhões em 1990 (13). A expansão deste mercado pode ser identificada, ainda, no dinamismo econômico das grandes distribuidoras - congregadas na União Brasileira de Vídeo (UBV) - e no número crescente de locadoras (14).

Pode ser dito que o mercado de vídeo - apesar do elevado custo do aparelho de videocassete face à estrutura salarial brasileira - usufrui das múltiplas brechas potenciais de mercado decorrentes da modernização das comunicações e, ainda, do caráter descartável dos seus produtos. Novas necessidades de consumo podem ser permanentemente criadas. Por outro lado, o caráter socialmente seletivo deste mercado não apoia generalizações sobre o papel do vídeo como fator relevante de reversão da massificação cultural e do monopólio das mensagens decorrentes da modernização técnica do setor de comunicações no Brasil.

Esta observação torna-se ainda mais exata para o sub-setor de informática, onde ao lado do capital intelecutal indispensável ao uso pleno das novas tecnologias reproduz-se, de forma aguda, a segregação social com relação ao acesso à infra-estruturas de apoio - por exemplo, telefonia - e, à possibilidade de aquisição de equipamentos e material de consumo. Assim, a não ser para os segmentos de média-alta e alta rendas - que já preparam os seus filhos para o consumo de novas tecnologias, através de escolas privadas e de cursos especializados - torna-se difícil pre-

ver-se a reversão das tendências atuais que assinalam o acesso à informática como um fator de profunda diferenciação social. A população metropolitana, em geral, aparece, neste cenário, como usuária privilegiada da informática apenas naqueles processos que agilizam os fluxos das firmas, como exemplificam as Caixas Automáticas instaladas nas áreas centrais da RMRJ (13) e, naqueles processos que correspondem à modernização dos serviços públicos. No entanto, com relação a estes últimos, o possível aumento de sua eficácia, decorrente da incorporação da informática, não tem representado ganhos substantivos nos processos de controle social sobre a esfera pública.

Esta afirmação pode ser realizada apesar do avanço observado, na última década, no uso das novas tecnologias por entidades da sociedade civil, - inclusive aquelas vinculadas diretamente aos movimentos populares. Algumas destas entidades tem procurado desenvolver, ainda, a sua própria produção de vídeos, como forma concreta de inserção, nos processos de reivindicação social, da cultura de imagens e mensagens sintéticas que já encontra-se fortemente difundida na população brasileira.

Notas sobre impactos

(1) "Há uma estreita associação e interdependência entre esses novos dados, onde a ciência, a técnica, a indústria, a defesa, a administração constituem um complexo integrado. Estamos diante de um novo sistema de técnicas, na medida em que estas não aparecem isoladas, mas sempre como "famílias"." Milton Santos - "O Meio Técnico-Científico e a Urbanização no BRasil", op. cit. IN Espaço e Debates, p. 59.

(2) A população urbana no Brasil de 31.956 milhões em 1960 atinge 82.013 milhões em 1980.

(3) Os dados referentes ao setor de comunicações foram levantados e organizados pelo geógrafo Vicente de Paulo Baptista, bolsista do CNPq para a pesquisa: "A Produção Social da Imagem Urbana" - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ.

(4) Segundo informações dos Censos Demográficos de 1970 e 1980.

(5) "No Brasil o milagre econômico, com sua enorme força ideológica, muito maior que os seus resultados concretos e materiais, agiu como um dissolvente eficaz. A sensação de bem-estar rapidamente obtido - e quantas vezes sem mérito! - pelas novas classes médias dava-lhes a impressão de realização pessoal. A ideologia da prosperidade contaminava a sociedade de alto e baixo, enriquecendo de sonhos injustificados a quem jamais deixaria de ser pobre" - Milton Santos - O Espaço do Cidadão, p. 30.

(6) Exemplo claro deste fato pode ser identificado na institucionalização da área de comunicação nas Universidades brasileiras.

(7) Ver de Fernando Henrique Cardoso et al. "Cultura y Participación" IN Paul Singer (coord.) - Urbanización y Recursos Humanos (El Caso de San Pablo), Buenos Aires, Ed. SIAP, 1973. Os autores referem-se ao ambíguo papel exercido pela televisão nos processos de participação passiva na Região Metropolitana de São Paulo, sobretudo nos processos de adaptação, ao quadro urbano, de populações desenraizadas pela modernização capitalista do país.

(8) Os levantamentos de dados referentes ao setor de propaganda e marketing foi realizado por Flávio Mattos de Oliveira, bolsista CNPq no projeto de pesquisa "A Produção Social da Imagem Urbana". Fonte da informação citada: Anuário Brasileiro de Propaganda 1986/1987.

(9) Consultar de Ciro Marcondes - Quem Manipula Quem? (Poder e Massas na Indústria da Cultura e da Comunicação no Brasil), Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.

(10) Fonte dos dados: TELERJ em Número, 1984.

(11) Análises apontam para a perda do dinamismo dos investimentos em telefonia (rede básica) a partir de 1985, gerando o descumprimento dos compromissos assumidos com compradores. Este nível da inadimplência foi avaliado em 1.250 milhões de pes-

soas em junho de 1990. A outra face deste fato encontra-se expressa na extraordinária ampliação do aluguel e do mercado paralelo (não oficial) de telefones. Ronaldo Lapa, em artigo publicado no Jornal do Brasil, em 10/6/90, registra que: "Para se ter uma idéia do tamanho deste mercado basta lembrar que uma linha no sofisticado bairro de Alphaville, em São Paulo, custa atualmente Cr$ 1 milhão (US$ 11 mil) enquanto no Rio de Janeiro a estação 325 C Barra da Tijuca) está cotada a Cr$ 400 mil, ou aproximadamente US$ 6 mil".

(12) Esta extremamente desigual distribuição dos telefones públicos (orelhões na linguagem popular) alimenta um tipo particular de expoliação urbana representado por preços arbitrários, por ligação, cobrados pelos comerciantes e vizinhos que possuem os poucos aparelhos acessíveis em vastas áreas da periferia.

(13) Folha de São Paulo - 6/2/90.

(14) Uma avaliação da expansão do vídeo pode ser encontrada nas 5.000 locadoras, do país, convidadas pelos organizadores da Avvicom/90, (Feira de áudio, vídeo e comunicação) realizada no início de 1990 em São Paulo.

Revista Interamericana de Planificación

SIAP

ORGANO DE LA SOCIEDAD INTERAMERICANA DE PLANIFICACION

VOLUMEN XXIV - NUMERO 95 - JULIO-SEPTIEMBRE DE 1991

CONTENIDO

SUSANA FINQUELIEVICH ELSA LAURELLI	7	PRESENTACION
HENRIQUE RATTNER	11	TENDENCIAS Y PERSPECTIVAS DE LA ECONOMIA INTERNACIONAL
JUDITH SUTZ	31	LA INNOVACION TECNOLOGICA Y EL TAMAÑO DEL PAIS
NELSON PRATO BARBOSA	49	NUEVAS TECNOLOGIAS Y REDEFINICION DEL ESPACIO URBANO REGIONAL
ELSA LAURELLI HORACIO BOZZANO	66	NUEVOS ESCENARIOS TECNOLOGICOS Y TERRITORIO. Los polos informático y petroquímico de Berisso y Ensenada, Argentina
ESTER LIMONAD	96	ASI CAMINA LO URBANO: EL DERROTERO. Ciudad y tecnología en el postmodernismo
ENRIQUE LOPEZ LARA MANUEL MARCHENA GOMEZ	116	EL TEJIDO SOCIAL DE SEVILLA ANTE EL ESCENARIO DE 1992
SUSANA FINQUELIEVICH JORGE L. KAROL	151	APLICACION DE NUEVAS TECNOLOGIAS DE INFORMACION Y COMUNICACION EN EL FUNCIONAMIENTO URBANO: de los países desarrollados a las metrópolis latinoamericanas
ANA CLARA TORRES RIBEIRO	178	COMUNICACION, TECNOLOGIA Y SOCIEDAD: nuevas tendencias en Río de Janeiro

ANA CLARA TORRES R.*

COMUNICACION, TECNOLOGIA Y SOCIEDAD: nuevas tendencias en Río de Janeiro

1. Nuevos términos de viejas cuestiones

Este trabajo trata de situar la observación analítica de la metrópolis de Río de Janeiro en su punto actual de tensión entre los procesos que expresan el envejecimiento de su estructura[1] y la rápida introducción de nuevas variables técnicas y sociales.

Reconocemos que este intento de análisis exige una consideración simultánea de dos escalas de reflexión; la primera está referida a la vida intrametropolitana; y la segunda, a la caracterización de los procesos de dominio ejercidos por la metrópoli a nivel de país.

La articulación de estas escalas constituye una necesidad de análisis, dado el hecho -ampliamente anotado por los estudiosos de las relaciones históricas entre sociedad y espacio-[2] de que las oportunidades económicas y sociales internas dependerán de la actualización de los papeles y funciones metropolitanos, ya que estos significan posibilidades de capturar excedentes.

Por otro lado, al nivel interno de la vida metropolitana, las confrontaciones actuales en torno a la "vocación" del lugar reflejan cambios en el conjunto de las expectativas sociales. Estas expectativas expresan procesos directamente articulados a la adecuación del espacio y de la sociedad a cambios en el mercado de trabajo y en los patrones de consumo.

---

* *Profesora Adjunta e Investigadora del CNPq, Río de Janeiro, mayo de 1991.*

1 *Santos, M.,* **A involucao metropolitana: a regiao cresce mais do que a metropole,** *documento presentado al Seminario "Metropolización y red urbana: perspectivas de los años 90", ANPUR, IPPUR-UFRJ, CNPq, Río de Janeiro, septiembre de 1990.*

2 *Por ejemplo, Harvey, D.,* **A justicia social e a cidade,** *Editorial Hucitec, Sao Paulo, 1980.*

En este sentido, pensamos que los procesos de segregación o marginación social pueden ser aprehendidos e interpretados como movimientos de reducción o sometimiento -para amplias capas de la población- a la única vivencia del medio interno de la metrópoli. En las palabras de Milton Santos[3]: "la sociedad urbana funciona con varias velocidades dependiendo de sus agentes. Por eso, la creación de nuevos empleos se hace posible en una situación de modernización incompleta".

En contrapartida, los procesos más rápidos de valoración, e, inclusive, de las cualidades culturales, dependen del alcance de la ciencia y de la tecnología, por el momento externas.

La propuesta de análisis presentada en este trabajo trata de contribuir a que surjan nuevos términos en el debate contemporáneo del destino económico y político de la metrópoli, donde han predominado con exclusivo énfasis en su ámbito interno -lugar privilegiado para la identificación de todas sus crisis-.

El énfasis usual en el ámbito interno encuentra apoyo en la historia política de la metrópoli[4]; sin embargo, no agota el diagnóstico de su situación social y cultural actual, así como tampoco las posibilidades de intervención planificada para la construcción del futuro.

Creemos, en este sentido, que las tecnologías de la comunicación constituyen un campo de fenómenos especialmente propicios para la observación de procesos desiguales de modernización económica y cultural de la vida metropolitana y el análisis simultáneo de sus fases externa e interna.

Trabajaremos, en la constitución de este campo, con un conjunto limitado de informaciones referidas a la televisión, a la telefonía y al mercadeo.

2. Síntesis y contenidos

Mencionaremos algunos lugares comunes para ensayar una interpretación a través de la introducción de los fenómenos de comunicación moderna en el estudio de la metrópoli[5].

---

3 **Por que as metropoles nao explodem?,** *Folha de Sao Paulo, febrero 23 de 1989.*

4 *Una caracterización usual de la crisis de la metrópoli se encuentra apoyada en el marco representado por la transferencia de capital a Brasilia. Sin embargo, también son frecuentes los análisis que comparan el dinamismo de la metrópoli con Sao Paulo y Belo Horizonte, y que acentúan la pérdida de funciones en el proceso de cambio administrativo en curso.*

5 *Desarrollamos un análisis de la información sintética moderna en la Tesis de Doctorado* **Rio-metropole: a producao social da imagen urbana,** *Universidade de Sao Paulo, 1988.*

Entre los lugares comunes reconocemos la regla, "Río, espacio vacío" en su significado económico y político[6]. Seleccionamos esta afirmación por representar, de forma ejemplar, la capacidad contemporánea de construcción de síntesis explicativas del estado de la sociedad -quién las formula, cómo son transmitidas-, y, mediante esta síntesis, constituir un desafío: nos interesa demostrar que en Río de Janeiro hay constituído un espacio de concentración de innovaciones culturales y tecnológicas.

Un segundo lugar común, "Río, ciudad violenta" -síntesis de la amplia comunicación nacional e internacional-, nos interesa no sólo por representar otro patrón de aprehensión sintética del estado de la sociedad, sino, también, para dirigir el análsis a las relaciones sociales intrametropolitanas.

Un tercer lugar común "Río, capital cultural del país", frecuentemente confirmado por los proyectos políticos para la metrópoli, nos permite realizar la introducción de elementos históricos que articulan la modernización técnica de las comunicaciones con los cambios en las prácticas culturales tradicionales.

De esta forma, el análisis se apoya en la valuación de la información y de las comunicaciones modernas como elementos de la construcción social y política de la totalidad metropolitana.

3. Interpretación de las relaciones metrópoli-comunicaciones

La lectura adoptada destaca la reproducción social y, en consecuencia, los eslabones empresariales y técnicos entre la producción y el consumo. De esta manera, en la conformación del tejido social metropolitano, totalidad inestable y segregadora, es que se encuentran situadas la influencia y las funciones desempeñadas por los modernos procesos técnicos de comunicación.

Constituye un proceso técnico, para los fines de este análisis, el conjunto conformado por la distribución social y espacialmente desigual de equipamientos -privados y públicos- que permiten vincularse a redes cuya finalidad es la emisión y la transmisión de mensajes (información e imágenes).

La utilización del concepto, medio de consumo colectivo, desarrollado por Jean Lojkine[7] para el análisis de estos procesos, no ocurre sin generar discusiones teóricas y empíricas. Este concepto orienta el análisis de las relaciones históricas entre los cambios técnicos y culturales en las condiciones generales de producción capitalista y la intervención del Estado en el medio urbano.

Así, el concepto dirige el análisis hacia el papel armonizador de los intereses privados ejercido por el poder público, a la intervención del Estado en el economía urbana, por la falta de incorporación de los capitales privados en la producción de estos medios de comunicación, y de las interrelaciones de las redes y servicios con las necesidades, inclusive, de la adecuación de la fuerza de trabajo a la producción moderna.

La opción de análisis adoptada en este trabajo utiliza este concepto para la comprensión de la tecnología en la organización del consumo y del papel activo ejercido por las redes modernas de información en la constitución social y política de las colectividades urbanas.

Sin embargo, los procesos modernos de comunicación imponen el análisis de los efectos culturales que sobrepasan al acto inmediato de consumo. La información y las imágenes generan prácticas específicas de consumo cuya dinámica depende de la diversidad de su naturaleza y de las posibilidades concretas de su apropiación social, económica y política.

Esta dinámica de la informática implica distintas cualidades de los polos de emisión y recepción, y desigualdades en la recepción subsiguiente en los patrones culturales y estrategias sociales. Estas observaciones indican que las colectividades conformadas a través de la operación de estos medios son intermitentes e inestables. Además de esto, se manifiestan en fenómenos multitudinarios en cuanto a las formas organizadas y dirigidas de consumo.

Una segunda especificidad de estos procesos puede ser identificada por sus determinantes y efectos espaciales. Sí, por un lado, la operación de estos medios implica la consolidación de nítidas desigualdades espaciales dependientes de la superposición e influencia histórica de infraestructuras, por el otro, dicha operación también viabiliza la ruptura de barreras espaciales y sociales tradicionales.

Una tercera especificidad de los procesos de comunicación e información ocurre en la particular articulación del Estado con los intereses privados en estos procesos.

Conviven tendencias a la expansión a estos procesos de las características generales reconocidas por Jean Lojkine como el desinterés de los capitales privados en su producción -ejemplificado en la intervención del Estado brasileiro en el sector de las telecomunicaciones en los 70s- y la

---

[6] *La penetración social de esta síntesis fue confirmada a través de cuestionarios aplicados a muestras de segmentos diferenciados de la población metropolitana.*

[7] *Lojkine, J.,* **O Estado capitalista e a questao urbana**, *Editorial Martins Fontes, Sao Paulo, 1981.*

aguda privatización, donde empresas capitalistas se disputan la hegemonía en la producción y en la prestación de servicios en determinados eslabones de la transmisión de información.

Una última especificidad surge en la interacción de las fases colectiva y privada de consumo social de estos medios de comunicación. En este ángulo de observación coexisten tendencias a la colectivización con tendencias a la individualización. Las diferencias sociales en el control de la recepción se originan en la disponibilidad de equipamientos domésticos y empresariales que permitan la selección y la captación de mensajes con transmisión excepcional o especializada.

La consideración de estas especificidades facilita el que sea explicitado el hecho de que los procesos técnicos analizados expresan la emergencia histórica de medios de consumo colectivo que introducen cambios cualitativos en las relaciones entre el sector público y los intereses privados, y entre la base material y la sociabilidad de los espacios metropolitanos.

Los enfoques analíticos que se presentan seguidamente tienden a la introducción de aproximaciones que están entre la descripción de actividades económicas y técnicas, y conceptos abarcativos relacionados con los procesos de modernización económica y la modernidad excluyente de la vida colectiva en Río de Janeiro.

a) Comunicación, producción y consumo

Los procesos técnicos de comunicación e información constituyen mediaciones -en creciente aceleración por la incorporación de procesos técnicos- entre la base material de la vida colectiva y las percepciones sociales que orientan la definición de estrategias empresariales y sociales. Representan la existencia de flujos de información que retienen o estimulan otros flujos: financieros, de personas o de mercaderías[8].

Las propiedades específicas de estos procesos hacen necesaria la consideración de los cambios ocurridos en los lenguajes que conforman los mismos: persona-máquina (relaciones técnicas), persona-persona (relaciones interindividuales) y persona-colectividad (relaciones sociales) y, también, en la naturaleza de la información.

Las tecnologías de la comunicación e información expresan básicamente la consolidación de mecanismos renovados de organización de mercados que dependen de la actualización de espacios y referentes culturales. La producción de esta actualización, plasmada en conocimientos y empresas, corresponde a la instalación de nuevos factores en los procesos de valuación, y la correlativa obsolescencia de las capacidades de trabajo y de los lugares.

Nos referimos, particularmente, a la televisión y al mercadeo, que, conjugando lenguajes informativos modernos, poseen un alto dinamismo en la metrópoli de Río de Janeiro.

Así, entendemos que los procesos técnicos analizados corresponden a mecanismos de privatización de las inversiones públicas y a la elaboración de homogeneidades culturales superficiales que permiten la apropiación de elementos de la creatividad colectiva y de la cultura metropolitana. Esta apropiación se dirige, de manera privilegiada, a la adecuación de las disponibilidades financieras y de las aspiraciones sociales, a la agilización de la circulación, o sea, a la renovación del mercado.

De esta forma, al enfatizar la reproducción social en el análisis de la vida metropolitana, pensamos que debe ser indispensable la consideración de la rápida penetración empresarial capitalista -con el apoyo de la planificación- en la esfera del consumo, ya que esta esfera se encuentra transformada en el lugar económico de sectores productivos específicos. Deberán ser creados, por lo tanto, nuevos mecanismos de poder que intervengan en las características de la influencia metropolitana ejercida por Río de Janeiro a nivel de país, y deberán ser transformadas las oportunidades de trabajo que esta metrópoli detenta.

b) Tecnología, consumo y acceso social

Puede ser reconocido un primer nivel de acceso a los procesos modernos de comunicación a través de los vínculos del tejido social a los impulsos organizadores y agilizadores del mercado. Este nivel de acceso -garantizado por amplias inversiones públicas- corresponde al hecho de que el consumo improductivo individual o familiar depende, hoy, de los flujos de mercaderías y servicios correspondientes a la escala de consumo masivo.

Existe, de esta forma, un primer patrón de integración social que puede ser indicado a través del concepto de participación pasiva desarrollado por Fernando Enrique Cardoso et al.,[9] al analizar los vínculos metropolitanos entre cultura y política.

[8] *Para un estudio histórico de la constitución de la industria cultural en Brasil, ver, Ortiz, R.,* **A moderna tradicao brasileira (Cultura Brasileira e Industria Cultural)**, *Editorial Brasiliense, Sao Paulo, 1988.*

[9] *Cardoso, F. H. et al.,* **Cultura y participación**, *en Paul Singer (Comp.), "Urbanización y recursos humanos: el caso de Sao Paulo", Ediciones SIAP, Buenos Aires, 1973.*

Un segundo nivel de acceso social se manifiesta en la desigual evolución de los tipos de comunicación. Se observa en este nivel la subordinación de las comunicaciones interpersonales a aquellos procesos que constituyen la base indispensable de los flujos de consumo. Ejemplos de esta subordinación son obtenidos por la comparación entre el grado de acceso social a la red telefónica y a la red de televisión (Ver Cuadro).

CUADRO Nº 1
HOGARES CONECTADOS A REDES DE RADIOTELEVISION Y TELEFONO EN LA REGION METROPOLITANA DE RIO DE JANEIRO

Municipio	(A) Hogares con televisión 1980	(B) Teléfonos particulares 1984	(B) / (A)
Río de Janeiro	1'179.649	565.671	0,47
Niterói	88.349	56.584	0,63
Nova Iguacu	173.430	20.836	0,12
Petrópolis	47.233	21.746	0,46
S.J. de Meriti	79.753	8.950	0,14
Nilópolis	32.642	4.890	0,14
D. de Caxias	105.109	8.921	0,08
Itaguí	12.916	1.350	0,10
Sao Goncalo	121.081	8.050	0,06
Itaborai	13.773	.860	0,06
Marica	4.223	.827	0,19
Mage	24.051	.804	0,03
Paracambi	4.567	.467	0,10
Mangarativa	1.887	.848	0,45

Fuente: *Censo Demográfico de Brasil, 1980. TELERJ en DADOS, 1984.*

Esta observación puede ser complementada con lo que se refiere a la comunicación persona-máquina. Este tipo de comunicaciones constituye el soporte de los otros tipos de comunicación y expresa las diferencias de acceso relacionadas directamente con la desigual distribución de la renta y el patrimonio cultural[10]

[10] *Finquelievich, S. y Vidal, A.*, Tecnologías de comunicación, territorio y segregación. El caso de Buenos Aires, *CONICET/CEUR, Buenos Aires (sin fecha).*

Finalmente, un último ángulo de observación del acceso a las tecnologías de la comunicación e información se encuentra en los procesos de la emisión de información. En este ángulo se verifica la hegemonía ejercida por las grandes empresas del sector de la comunicación, así como su articulación con los intereses políticos.

c) Comunicación, cultura y territorio

Reconocemos que las mediaciones constituídas por los procesos analizados y los intereses económicos y políticos presentes en dichas mediaciones interfieran en la afirmación de nuevas territorialidades, expresivas de formas de resistencia cultural y en la afirmación de nuevos espacios vinculados a la pérdida de la herencia cultural del lugar[11].

Un testimonio material inmediato de la acción efectiva de las mediaciones entre la producción y el consumo, viabilizadas por los procesos técnicos aquí considerados, puede ser encontrado en elementos urbanos relacionados con nuevas formas de organización de la vida cotidiana (centros comerciales, condominios exclusivos, shopping centers). Sin embargo, para este análisis, estos objetos surgen más como símbolos que como elementos especialmente privilegiados. De hecho, las nuevas tecnologías constituyen para nosotros, sobre todo, un plano significativo de refracción del tejido social: prácticas sociales, actividades económicas y valores culturales.

Los agentes especializados dentro de este plano de refracción instauran usos renovados del espacio, interfiriendo en las acciones de planificación y modificando el valor económico de la cultura. La esfera cultural tiene, por lo tanto, un significado redimensionado estableciendo vínculos transformadores entre la economía y la cultura, lo que afecta al papel ejercido por los espacios metropolitanos, lugares especialmente sensibles a los cambios de valores[12]. De esta manera, los circuitos contemporáneos de la producción no material encuentran caminos de retorno a la base material a través de los comerciantes, que juegan, algunas veces, a su introducción inmediata a nivel de territorio[13].

4. Una fase del poder metropolitano

A finales de las décadas de los 60s y de los 70s se crearon organismos gubernamentales y se realizaron inversiones industriales y en infraestruc-

[11] *Guattari, F.*, Espaco e poder: a criacao de territorios na cidade, *Espaco e Debates, NERU, Año V, Sao Paulo, 1985.*

[12] *Ghorra-Gobin, C.*, Technologies de pointe, espaces metropolitains: peut-on parther de declin?, *Coloquio Milieux Sociauz et Innovation, Paris, 1987.*

[13] *Sanatos M.*, Modernidade, meio tecnico-cientifico e urbanizacao no Brasil, *Simposio Internacional sobre "Urbanización en América Latina", Tsukuba, 1989.*

tura que consolidaron una amplia y moderna red de información en continua renovación.

Esta red crea dos procesos simultáneos; el primero expresa el alcance de un nivel mínimo de condiciones técnicas y culturales que atañe a la escala del país; el segundo introduce profundas diferenciaciones entre los lugares. Tales diferenciaciones reflejan un dinamismo económico desigual y el surgimiento de formas renovadas de subordinación cultural y comercial.

Este proceso simultáneo de expansión y concentración puede ser rápidamente aprehendido por la referencia a datos del sector de la radio y televisión. En cuanto al número de emisoras, se constata que un área concentrada (por encima de la media nacional) era conformada, en 1968, por cinco estados; en 1973, por ocho; en 1978, por once; y, nuevamente, en 1983, por seis. Los estados del área concentrada en la década de los 80s (Sao Paulo, Río de Janeiro, Río Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais y Santa Catarina) corresponden al área palpitante del país; esto es, al área más expresiva de los procesos de modernización económica.

Esta información indica la rapidez con que fueron instaladas las redes privadas nacionales y su conexión económico-financiera con los mercados a escala nacional de bienes y servicios.

Las desigualdades presentes en esta órbita de apropiación privada de las inversiones públicas ponen de manifiesto el sistema de privilegios que orienta la concesión de los canales de comunicación y que encuentran expresión en los efectos espaciales diferenciados provenientes de los flujos de excedentes que las redes de comunicación estimulan.

A lo largo de la década de los 70s puede observarse que, a pesar de la extensión territorial alcanzada por las redes privadas de radio y televisión, las oportunidades de trabajo en el sector fueron espacialmente limitadas. En 1973, seis estados estaban incorporados al área donde se concentraban las mayores manifestaciones del indicador de estas oportunidades (el personal en actividad); en 1978 sólo cuatro estados se situaban en esta posición (Río de Janeiro, con el 33% del personal; Sao Paulo, con el 23,5%; Minas Gerais, con el 6% y Río Grande do Sul, con el 5,9%).

Se trata, por lo tanto, de un conjunto articulado de procesos cuya inserción privilegiada es el espacio metropolitano, dada la concentración de estímulos económicos y políticos y la disponibilidad de actividades empresariales complementarias.

Los movimientos de concentración, expansión y reconstrucción de la red de radio y televisión corresponden a la intensa integración de

domicilios/familias a las formas modernas de comunicación y a los impulsos agilizadores y organizadores de los mercados.

La red de domicilios receptores en Brasil crece de 4'250.404 en 1970, a 14'142.924 en 1980. Su expansión y simultánea concentración puede ser rápidamente considerada por el hecho de que en los mismos años la región sudeste -versión aproximada del área más dinámica- detentaba, respectivamente, el 75,5 y el 61,3% de estos domicilios.

Realmente, si la emisión de información es un fenómeno expresivo de la concentración de la riqueza, la recepción dirige el análisis hacia la consolidación de ámbitos privilegiados de organización moderna del consumo, interviniendo en componentes más amplios de la vida colectiva y la cultura.

La organización privatizada de las comunicaciones en Brasil constituye un campo económico para que se afiancen otros núcleos de actividades. Así, la expansión de las comunicaciones modernas en el país genera, por ejemplo, el crecimiento de las agencias de publicidad. Datos no oficiales disponibles señalan que en el período 1966-1970 fueron fundadas 72 de estas agencias, número que asciende a 297 en el período 1981-1986, cuando ya se encontraba constituída la red de radio y televisión. De las agencias fundadas en este último período, Sao Paulo (con 181) y Río de Janeiro (con 41) concentraban aproximadamente el 75% del total.

La distribución espacial de estas agencias demuestra la extrema concentración de las actividades publicitarias. Sao Paulo expresa, ampliamente, un área concentradora de este indicador de modernización, seguida por Río de Janeiro; sin embargo, cabe señalar que el fenómeno se encuentra difundido en todo el territorio del país.

Las agencias fundadas en Río de Janeiro en el período 1981-1986 representaban, sobre todo, empresas de tamaño pequeño o mediano (tomando en cuenta el número de empleados) y se localizaban en el municipio-núcleo de la región metropolitana.

Un examen más detallado de esta última información permite reconocer que la localización concentrada corresponde a la búsqueda de una inserción privilegiada en el centro urbano. Este patrón localizacional corresponde a las condiciones excepcionales, culturales y económicas, de las cuales depende la creación de agencias vinculadas a la publicidad. Corresponde, por lo tanto, a su carácter de actividad muy vinculada a la mediación entre la producción y la generación de nuevas formas y patrones de consumo.

Los vínculos entre la producción, emisión y recepción de información conforman una plataforma o patrón de actividades que amplía y, al

mismo tiempo, consolida el área concentrada del país. En esta área se confirma la hegemonía ejercida por el estado de Sao Paulo -y, sobre todo, por su metrópoli- y el subuniverso específico constituído por la metrópoli de Río.

La metrópli de Río, durante las décadas en que se transformaron las comunicaciones en el país, se adecuó, por lo menos superficialmente, al ritmo y la dirección de las transformaciones ocurridas. Tal adecuación parece haber dependido de su perfil histórico como tradicional polo estimulante de innovaciones sociales y comportamientales. Las ambigüedades y limitaciones de estos procesos de adaptación pueden ser expresadas mediante la naturaleza de las actividades analizadas.

La influencia de Río de Janeiro se encuentra significativamente presente en las nuevas mediaciones y expresa la expansión contemporánea de las condiciones económicas y políticas originadas en el dominio ejercido antes por este espacio sobre el territorio del país. Sin embargo, las observaciones realizadas en relación con la concentración de la recepción de información en los propios espacios metropolitanos facilita el que sean aprehendidos los impactos en la vida colectiva de las nuevas formas de comunicación.

La vida colectiva cotidiana en Río de Janeiro alimenta la modernización de las comunicaciones en la medida en que proporciona elementos en continua renovación para la información y síntesis significativas, y constituye, por lo tanto, un campo especialmente privilegiado para el ejercicio de prácticas y actividades económicas que buscan organizar su ritmo e influir en los modos de vida históricamente constituídos.

Los impulsos modernizadores del mercado y de la vida colectiva integran, así, a la sociedad urbana en un conjunto de relaciones económicas y ritmos que modifican las formas de sociabilidad y hábitos, facilitando el que surjan formas de marginación social plasmadas en nuevos patrones de consumo y en su inmediata práctica cotidiana. De esta manera, el extendido proceso de participación pasiva conlleva movimientos de integración y exclusión de segmentos y clases sociales. Estos movimientos tienen influencia en la jerarquía de valores en el ámbito de las percepciones diarias.

5. Retorno a la síntesis: mitos y proyectos

Roland Barthes[14] nos alerta sobre la necesidad de interpretar los mitos modernos generados en ágiles cadenas significativamente importantes

[14] *Barthes, R.*, Mitologias, *Editorial Difel, Sao Paulo, 1982.*

-importancia que es constituída a través de los procesos técnicos de comunicación y de su expresión especializada-.

Nos conduce así el autor a la comprensión de la relevancia cultural e ideológica de la síntesis, que penetra con rapidez el tejido social, dirigiendo sus percepciones y relaciones cotidianas. Este es un universo privilegiado de consumo moderno, de la producción dirigida, que constituye prácticas profesionales y empresariales vinculadas a los impulsos de modernización. Estos impulsos amoldarán a la población metropolitana a formas de participación pasiva y a tendencias que denominamos de modernidad excluyente.

Según los indicadores presentados, la metrópoli de Río de Janeiro ha alcanzado una integración parcial a los procesos modernizadores. Esta integración, sin embargo, no sólo contribuyó a la preservación, transformada, de su influencia, sino que también modificó las características de la vida metropolitana.

Estos datos denotan, simultáneamente, la articulación de la metrópoli a circuitos productivos modernos y a la restricción, producida por esta articulación, a la incorporación efectiva de amplias partes de su población, sometida a los estímulos organizadores del consumo y a la apropiación de sus elementos culturales.

En esta dirección, las síntesis señaladas expresan desfaces con relación a los desafíos reales presentes dentro de la sociedad, constituyendo mitos cuya recurrencia reduce la posibilidad de surgimiento de percepciones renovadas de la vida metropolitana.

La respuesta consecuente a estos desafíos no admite el retorno a las formas tradicionales de interpretación de la metrópoli y tampoco a la reducción de los proyectos políticos a su plano interno inmediato.

Los procesos valorativos para su estudio conducen al análisis de los movimientos inestables de incorporación y expropiación social producidos por actividades económicas específicas. Se trata, así, de la necesidad de reconocer las características de las colectividades modernas y de la formulación de proyectos capaces de producir síntesis que orienten la percepción colectiva del estado de la sociedad, expresando, por lo tanto, la proyección del futuro metropolitano.

En este sentido, reconocemos que no basta la democratización del acceso a los equipamientos y a los procesos de comunicación. Se hace indispensable poner al alcance de la población información significativa sobre los dilemas planteados sobre el futuro de la metrópoli y de establecer metas que enriquezcan su cultura autóctona mediante la

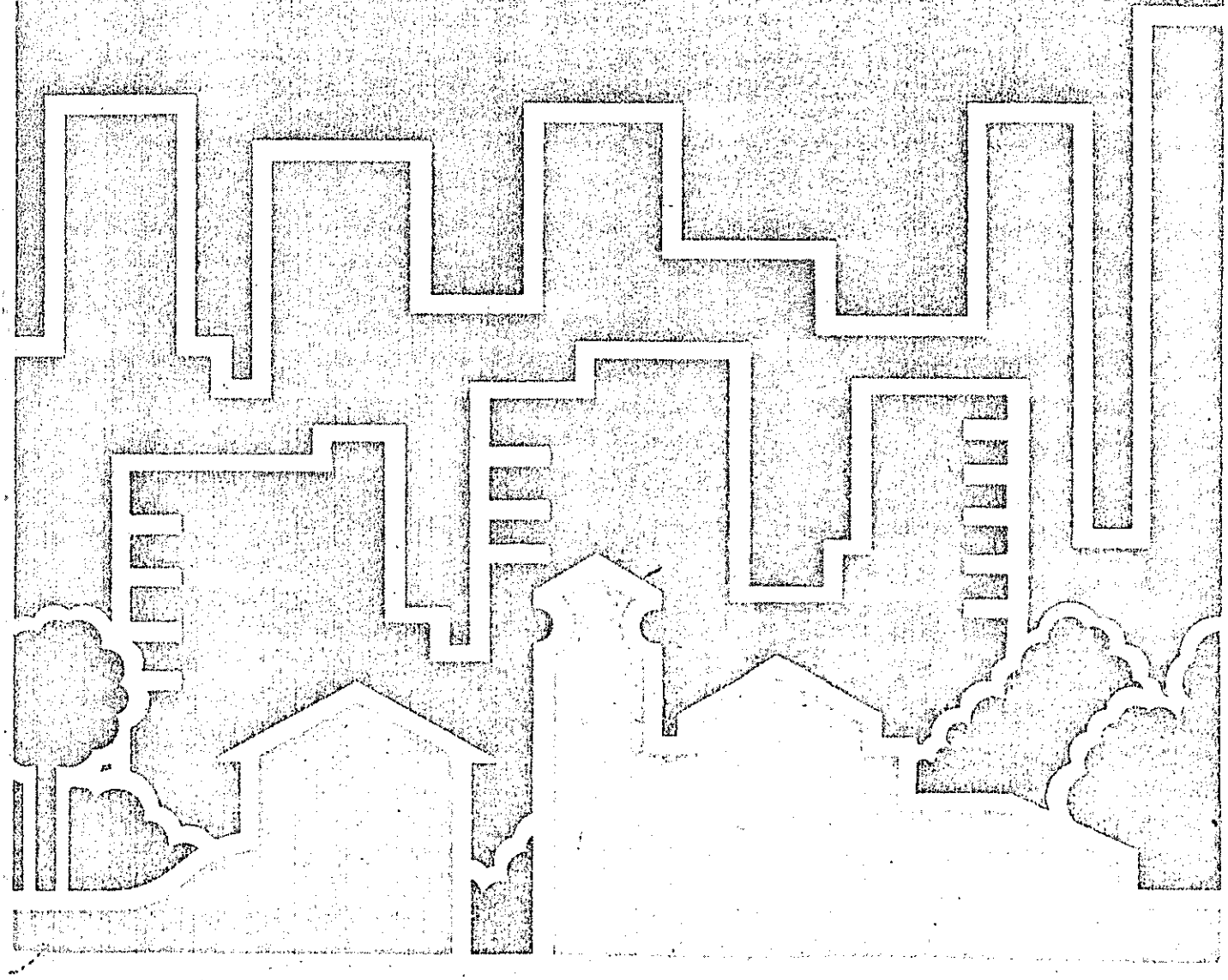
diversificación de los estereotipos y de la multiplicación de contextos y oportunidades de innovación.

Estos objetivos implican que sean considerados los actuales procesos de producción cultural en las diferentes escalas en que se desarrolla la vida metropolitana.

Traducción del artículo en portugués
Comunicacao, tecnologia e sociedade: novas tendencias no Río de Janeiro,
hecha por Luis E. Camacho

Cadernos IPPUR UFRJ

ANO IV Nº 1 DEZ 1990



SUMÁRIO

Configuração e organização territorial: Análise de espacialidade e temporalidade.
Rainer Randolph 9

Comunicação e Metrópole: A questão da participação social.
Ana Clara Torres Ribeiro 35

A expansão da demanda efetiva por imóveis novos.
Martim Oscar Smolka 55

Invasões e intervenções políticas: Uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989.
Angela Maria Gordilho Souza 63

A gestão estatal da autoconstrução.
Tamara Tania Cohen Egler 95

COMUNICAÇÃO E METRÓPOLE: A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL (*)

Ana Clara Torres Ribeiro
Professora do IPPUR/UFRJ

"E não deixam dúvida de que por trás do racionalismo de Apolo (a escrita) e do arrebatamento de Dionísio (a imagem) se encontra o olho comercial de Hermes" (Muniz Sodré - 1972).

Introdução: elementos para a reflexão da urbanização brasileira

Quando as ciências sociais - sobretudo as dos anos 70 - analisam as grandes cidades brasileiras ocorre, frequentemente, o alerta com relação às múltiplas faces do chamado caos urbano. Os problemas sociais transformam-se através desta leitura, com facilidade, em problemas urbanos, sob a influência do pouco flexível leque de necessidades sociais absorvíveis no conceito - limitadamente crítico - de qualidade de vida.

O uso recorrente deste conceito - estimulado pelo Estado brasileiro e por organismos internacionais de pesquisa (FOURQUET e MURARD, 1978) - facilita a desarticulação analítica entre níveis de satisfação das necessidades sociais e contexto econômico. Tal desarticulação é condizente com a especialização administrativa interna aos aparelhos de governo, onde os setores vinculados à política social tinham, neste período, importância secundária. Por outro lado, esta leitura é, também, condizente com a compreensão isolada - físico-territorial - das cidades (BARROS, 1986).

(*) Este artigo baseia-se em tese de Doutoramento defendida na Universidade de São Paulo, em novembro de 1988. Título da Tese: Rio-Metrópole: A Produção Social da Imagem Urbana.

(*) Comunicação ao XV International Congress of Latin American Studies Association (LASA). Miami, 4-6 dec. 1989. Mesa organizada por Bill Norris, em homenagem a Anthony Leeds.

A apreensão predominantemente espacialista da vida urbano-metropolitana contribui para a valorização unilateral do habitante na sua face de consumidor (SANTOS, 1987) e, mais acentuadamente, de consumidor de determinados bens, onde sobressai a moradia.

Apesar da real dramaticidade da questão da habitação nas grandes cidades, chama a atenção o fato de que, sob o estímulo deste enfoque, foram poucas as análises que procuraram integrar as carências urbanas à pesquisa concreta: do mercado de trabalho; dos circuitos excludentes da renda; das atividades econômicas e, ainda, da nova composição de classes do quadro urbano brasileiro.

Em decorrência deste fato, a agudização da crise urbana nos anos 80, manifesta na realidade quotidiana da violência, encontra, em grande parte, as ciências sociais brasileiras sob a influência de tendências que setorializam, de forma rígida, a vida coletiva ou que, seguindo os rumos da crítica ecológica, repudiam as metrópoles como espaços do futuro. Tende-se, assim, para a idealização do seu controle através da valorização da racionalidade técnica, justamente no período em que novas formas de apropriação dos espaços e da cultura - isentas de análise crítica - deixam suas marcas, e o planejamento dos seus interesses, na materialidade e na sociabilidade metropolitanas.

Nesta direção, Cynthia Ghorra-Cobin (1987), diretamente preocupada com a questão da inovação tecnológica, faz sobressair a modernidade dos espaços metropolitanos; instaurando a urgência de sua reconstrução conceitual:

> "(...) nosso objetivo é de valorizar a metrópole enquanto sinal de um processo de 'complexificação' que, de agora em diante, atinge o conjunto da vida societal e que toca, mais precisamente, a interface entre os diferentes sistemas que a constituem" (p.7).

Esta forma de enfrentar os desafios contemporâneos da vida metropolitana encontra-se relacionada à relativização daquelas leituras que privilegiam a dimensão espacial imediata das metrópoles, isolando, por exemplo, o estudo dos interesses envolvidos na produção do espaço construído das outras formas de acumulação presentes ou dependentes dos contextos metropolitanos. E, mais claramente, estes desafios impõem o estudo dos elos que unem os espaços metropolitanos às transformações ocorridas na organização do território e da economia do país. Nesta postura, a lógica capitalista não se re-

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

sume, como em geral ocorre nas análises urbanas, aos limites intra-metropolitanos. Nas palavras de Milton Santos (1989):

> "A partir dos anos 60, e sobretudo na década de 70, as mudanças não são, apenas, quantitativas, mas, também, qualitativas. A urbanização ganha um novo conteúdo e uma nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o país conhece e que explicam a nova situação.
> A fase atual, do ponto de vista que aqui nos interessa, é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de meio técnico-científico, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas" (p.4) (grifo no original).

A distribuição territorial desigual deste meio técnico-científico articulado à acumulação e às formas de exercício do poder cria novos conteúdos e papéis para as metrópoles, transformando o sentido histórico de suas formas de domínio no cenário do país e, modificando, agudamente, valores e processos de construção de identidades sociais e políticas.

A atuação dos processos modernos de comunicação precisa ser compreendida no cerne destas transformações que trazem, crescentemente, estímulos e diferenciações à base produtiva do país através do papel que exercem na organização do consumo. Trata-se da instalação rápida dos princípios reprodutivos de uma sociedade de massas que são impostos, com agilidade, no contexto de segregação social conformado pelas metrópoles brasileiras (RIBEIRO, 1982).

Assim, a instalação histórica e política das formas modernas de comunicação exerce influência no papel dos espaços metropolitanos na modernização capitalista do país; na percepção coletiva das necessidades e, nas formas de interação urbana. Este conjunto complexo de fatores manifesta-se nos processos de individualização; nos fenômenos de multidão na cena política; na formação de identidades sociais transitórias e, nas estereotipias que orientam a vida quotidiana (HELLER, 1972).

As metrópoles encontram novas funções inscritas, amplamente, entre a produção de bens e serviços e, o consumo. Estas funções dependem de: inovações tecnológicas; descolamento especializado da esfera financeira; processos de afirmação de hegemonias culturais e dinâmicas modernas na divisão social do trabalho interno e externo ao espaço metropolitano.

Milton Santos (1989) elabora a apreensão analítica deste momento contemporâneo da urbanização brasileira, marcado pela afirmação socialmente seletiva do consumo massificado e, tecnicamente orientado:

> "Outro dado importante a considerar é o desenvolvimento das formas de produção não-material; não apenas há um desenvolvimento das formas de produção material, há também uma grande expansão das formas de produção não-material: da saúde, da educação, do lazer, da informação e até mesmo das esperanças. São formas de consumo não-material que se disseminam sobre o território.
> Isso tudo se dá através do modelo econômico, que privilegia eo que se poderia chamar de distorção da produção, uma produção orientada para fora 'external oriented', uma distorção igualmente do consumo com maior atenção ao chamado consumo conspícuo, que serve a menos de um terço da população, em lugar do consumo das coisas essenciais, de que o grosso da população é carente" (p.6).

Instalam-se, desta maneira, elementos de inovação e de exclusão que precisam ser considerados pela análise sociológica contemporânea. Estes elementos modificam a paisagem urbana e, sobretudo, escrevem o novo texto simbólico cultural das metrópoles (LEFEBVRE, 1969), com grande influência no imaginário coletivo.

Comunicação e Consumo

As incorporações técnicas nas formas de comunicação constroem, atualmente, relações transformadoras entre mercado e cultura, trazendo, como consequência, profundas mudanças na natureza dos processos de inovação e, sobretudo, na intensidade de sua difusão social e territorial.

Se a inscrição espacial preponderante das funções culturais especializadas foi historicamente constituida, sobretudo pelos espaços urbanos - dadas as barreiras existentes à descentralização dos fenômenos da criação (CLAVAL, 1987) - os processos modernos de comunicação expressam novas exigências locacionais que ainda encontram nas grandes cidades o seu ninho privilegiado.

A comunicação moderna constitui, de fato, um universo de atividades de articulação, de vinculação entre interesses econômicos, especializações profissionais e firmas cuja inserção espacial é predominantemente urbana.

Desta maneira, a estrutura mercantil e financeira dos meios modernos de comunicação reflete e interfere na hierarquia de firmas e espaços. Esta hierarquia depende, assim, cada vez mais, da influência social destes meios e da sua interface com as formas atuais de administração. Nestas formas os estímulos organizados do consumo contribuem para o planejamento, de longo curso, da produção. Interferem, ainda, estes estímulos como campo especializado da competição capitalista.

As várias escalas que, simultaneamente, expressam o dinamismo da economia metropolitana encontram um caminho especialmente adequado à sua observação através da incorporação técnica realizada nos meios de comunicação. Esta incorporação permite, de acordo com Milton Santos (1989), a compreensão das desigualdades espaciais modernas, condizentes com o ritmo da vida econômica e as transformações sociais:

> "A simultaneidade entre os lugares não é apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas (...) Nenhuma cidade, além da metrópole, 'chega' a outra cidade com a mesma celeridade. Nenhuma dispõe da mesma quantidade e qualidade de informações que a metrópole" (p.18).

O extraordinário processo de urbanização da sociedade brasileira, nas últimas décadas (de 31.956.000 habitantes urbanos em 1960, a 82.013.000 em 1980), encontra, na instalação da rede moderna de comunicações, um estímulo adequado ao ajustamento às determinações do mercado - ainda que superficial e excludente - de populações desenraizadas e empobrecidas pelas violentas mudanças ocorridas no uso produtivo do território(1).

A extensão atual desta rede expressa a existência concomitante de fenômenos de: homogeneização capitalista do território; concentração técnica das atividades de emissão das mensagens e, desconcentração seletiva da área "core" do país.

Os espaços metropolitanos - sobretudo o eixo São Paulo e Rio de Janeiro - constituem o "locus" inicial da implantação, no país, desta face da modernização capitalista. A evolução histórica anterior - calcada na industrialização - construiu, nestes espaços, a base econômica e financeira que viabiliza a operação técnica e política dos chamados meios de comunicação de massas (sistemas de radiodifusão e radiotelevisão).

Esta operação - inicialmente reduzida ao pioneirismo de iniciativas empresariais isoladas (FERRAZ SAMPAIO, 1984) - encontra no Estado do período autoritário, e no conteúdo do seu projeto modernizador, o estímulo indispensável à sua extensão ao nível de todo o território nacional (ORTIZ, 1988). Nas décadas de 60 e 70 foram efetivamente rompidas as barreiras econômicas, técnicas e políticas - através da construção pelo Estado da Rede Nacional de Televisão (EMBRATEL) - que retinham a expansão comercial dos processos modernos de comunicação (TEIXERIA DE FREITAS, 1980).

A decisão política de instalação desta base pelo Estado brasileiro conformou a armadura técnica que viabilizou a empresas privadas a sua organização também no formato de redes e, portanto, o desenho atual de sua influência econômica e cultural. Foram altamente socializados, assim, no âmago da sociedade brasileira, durante o período autoritário, os custos desta operação de sustentação da expansão dos conglomerados do setor de comunicações. Estes conglomerados, por outro lado, estiveram intrinsecamente articulados à integração e à modernização seletiva do mercado nacional.

A espacialização resultante destes processos espelha a ocorrência de fenômenos de desconcentração e reconcentração que acompanham a abertura limitada da área "core" do país durante as últimas décadas. Da tabela abaixo constam os Estados pertencentes à área concentrada (acima da média nacional) do setor de radiotelevisão.

Tabela I

Área Concentrada do Setor de Radiotelevisão no Brasil
1968/1983
Números de Emissoras (abs. e percent.)

1968			1973			1978			1983		
	Nº	%		Nº	%		Nº	%		Nº	%
SP	7	17,5	SP	8	12,5	RS	11	11,5	SP	14	11,8
MG	6	15,0	MG	7	10,9	SP	9	9,5	RS	14	11,8
RJ	5	12,5	RS	7	10,9	MG	8	8,4	PR	11	9,2
PE	3	7,5	PR	6	9,4	AM	7	7,3	RJ	9	7,6
DF	3	7,5	AM	5	7,8	PR	7	7,3	MG	9	7,6
			PE	4	6,2	RJ	6	6,3	SC	8	6,7
			DF	4	6,2	RO	4	4,2			
			RJ	3	4,7	PA	4	4,2			
						PE	4	4,2			
						MT	4	4,2			
						DF	4	4,2			

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - 1970/1985.

No entanto, a configuração espacial dos processos de modernização que estes dados expressam não correspondem, ainda, aos níveis de concentração observados nos processos de criação das mensagens (imagens e informações). Estes processos, em decorrência da configuração em rede do sistema moderno de comunicações; da existência de empresas que monopolizam o setor e, da articulação da emissão com a base financeira representada pelas firmas anunciantes, encontram-se intensamente retidos pelos espaços metropolitanos do país e, principalmente, por aquelas metrópoles que constituem o pólo de serviços especializados (ver Tabela II). Este fenômeno da concentração da criação já podia ser observada em 1978 quando os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro retinham 60% do pessoal em atividade no setor.

A concentração da criação articulada aos meios técnicos de comunicação muda, profundamente, o teor da hegemonia cultural exercida, tradicionalmente, pelas metrópoles. Os produtos vendidos pelas redes exigem a sua incorporação a outros produtos - arte e informação - e, ainda, a sua transformação em bens imateriais, isto é, imagens e palavras estimuladoras do consumo.

Esses processos de re-produção das mercadorias e dos serviços dependem dos recursos a trabalhos e firmas alta-

mente especializados. Tais firmas exercem atividades completamente indicadoras do nivel de complexidade da cooperação capitalista que organiza e orienta as formas dominantes de apropriação dos espaços metropolitanos.

O dinamismo econômico dessas firmas demonstra o seu papel ativo na agilização do ritmo da acumulação. Este ritmo exprime, em sua essência, o crescimento da economia como um todo e, em particular, a aceleração do tempo metropolitano da vida coletiva. O grau de concentração destes processos contemporâneos de apropriação da riqueza pode ser verificado na tabela apresentada a seguir.

Tabela II

Receita e Número de Agências de Propaganda no Brasil por Estados, 1985 (percent.)

Estado	Receita (%)	Nº de Agências (%)
São Paulo	66,94	49,36
Rio de Janeiro	19,94	14,83
Rio Grande do Sul	3,38	6,91
Minas Gerais	2,21	5,88
Bahia	1,41	1,53
Goiás	1,37	2,81
Pernambuco	1,24	2,05
Paraná	0,97	4,60
Santa Catarina	0,66	4,09
Ceará	0,59	1,02
Pará	0,35	1,28
Distrito Federal	0,34	2,30
Amazonas	0,20	0,77
Alagoas	0,17	0,77
Espírito Santo	0,13	0,77
Mato Grosso do Sul	0,05	0,26
Sergipe	0,03	0,26
Rio Grande do Norte	0,03	0,51
Brasil	100,00	100,00 (391)

Fonte: Federação Nacional das Agências de Propaganda (FENAPRO)
*Ranking das Agências de Propaganda, 1985a - São Paulo, 1986.

A extensão territorial da modernização encontra assim um indicador expressivo na observação da presença de agências de propaganda em quase todos os Estados. No entanto, esta presença, em vez de contrariar, confirma a ampliação das desigualdades espaciais decorrentes do aprofundamento do desenvolvimento capitalista do país.

Convém ressaltar que os efeitos culturais desta modernização atingem elementos essenciais da vida coletiva, já que são apropriadas partes constitutivas do tecido social na própria construção especializada da linguagem utilizada nos meios técnicos de comunicação. O elevado custo da veiculação das mensagens contribui para que seja radicalizada a possibilidade da difusão, em escala ampliada, de estereótipos de lugares e práticas sociais, extremamente limitadores à sua real apreensão.

A esses processos de simplificação e seleção encontra-se somado o sempre possível controle sobre o conteúdo das mensagens, exercido pelos interesses presentes na estruurra de anunciantes e pelas estratégias político-financeiras das grandes empresas do setor de comunicações. Constituem, ainda, limites concretos à difusão de idéias e informações realizadas pelas emissoras, o sistema político de concessão de licenças - afastado do controle social durante todo o período autoritário - e a subordinação de empresas locais à obrigatoriedade de compra e veiculação dos produtos criados pela matriz da rede à qual pertencem.

As redes de comunicação conformam, desta maneira, elos econômicos e político-culturais da modernização controlada de extensas áreas do território do país; seguindo e articulando os arranjos espaciais conformadores dos mercados oriundos do intenso processo de urbanização das últimas décadas.

A integração às funções do mercado capitalista de antigas regiões e localidades produziu a ruptura de formas anteriores de vida coletiva e, portanto, a desestabilização de sistemas de valores e de lentos processos de constituição do tecido social (MILANESI, 1978).

A urbanização brasileira concentrou e agudizou os extraordinários níveis de pobreza antes retidos nas malhas esgarçadas conformadas por economias de subsistência ou por economias calcadas na exploração extensiva da propriedade agrária (JARDIM, 1989). Trata-se da possibilidade histórica de constituição de um mercado de massas no Brasil. Esta possibilidade encontra apoio no próprio volume de consumidores pobres, sem outra possibilidade, além da ida ao mercado, de satisfação das suas necessidades elementares de reprodução.

A outra face desse processo de constituição do mercado moderno é conformada pelos novos segmentos médios e altos de renda ao longo da rede urbana moderna (SANTOS, 1989). Estes segmentos têm origem nos processos de concentração de rendas e salários propiciada pela incorporação crescente da técnica na divisão social do trabalho e, ainda, pela multiplicação de empresas - públicas e privadas - vinculadas aos conglomerados industriais e financeiros que dominam a economia brasilelira.

Este conjunto de fenômenos contribui para a superficialização do tecido social e, para a penetração ágil dos impulsos modernizadores dos meios de comunicação. Estes impulsos ocorrem, portanto, numa realidade social conformada por identidades e raizes culturais violentadas e, por intensos fenômenos de exclusão e segregação sociais.

Sociabilidade Urbana e Participação Social

Os processos anteriormente descritos marcaram, profundamente, a face contemporânea do pais. No entanto, estas marcas encontram sua expressão paradigmática, mais clara, nos grandes espaços metropolitanos. Nestes espaços ocorreram, com extrema intensidade, transformações no ritmo quotidiano da vida coletiva; na agilização das relações sociais; nas estratégias de sobrevivência e nas formas políticas de organização e manifestação sociais.

Tais transformações expressam mudanças nos sistemas de constituição das identidades sociais e culturais, realizadas sob o duplo signo - contraditório - da individualização típica da sociedade moderna de consumo e, das formas coletivas de defesa e de expressão política de interesses comuns. Este duplo signo não constrói realidades sociais estanques, não contaminadas, potencialmente capazes de darem apoio a classificações formalistas de partes do tecido social e/ou a segmentos do marco construído.

As camadas populares excluídas não se encontram isentas dos traços culturais da sociedade de massas (ORTIZ, 1988) e nem, tampouco, as classes médias e altas opõem-se, de forma linear, às formas de organização coletiva típicas da prática comunitária. Aliás, estas últimas classes podem, com muito mais facilidade do que os setores empobrecidos da população metropolitana, aderir aos princípios das comunidades políticas modernas, calcadas na coesão por valores éticos comuns. Existem, portanto, elementos contemporâneos no ethos metropolitano que resistem às simplificações analíticas que

busquem opor, rigidamente, elementos da cultura moderna aos da cultura tradicional historicamente construída.

De fato, as metrópoles conformam a expressão social dos novos patamares alcançados pelas necessidades coletivas, sob o impulso do papel exercido, por estes espaços, de plataforma técnica e financeira da acumulação capitalista. A face externa deste papel - constituída pela difusão ágil dos traços ambíguos da cultura metropolitana - reproduz-se, agudamente, na sua face interna.

Os meios modernos de comunicação, calcados na distribuição espacial dos mercados, encontram nas próprias regiões metropolitanas do país as principais áreas de recepção dos seus impulsos econômicos e culturais. Neste sentido, na década 70-80 (Tabela III), sofre intensa ampliação a rede dos domicílios receptores dos veículos de comunicação de massas. Os dados demonstram o amoldamentto preponderante deste processo às áreas concentradoras da riqueza (região Sudeste) e, simultaneamente, a sua extensão a todo o território do país.

A população metropolitana encontra nos meios de comunicação de massas o seu espelho técnico-cultural e, sobretudo, os processos contraditórios de incorporação e segregação sociais a que se encontra submetida. As pressões à "particiação passiva" e à "participação ativa" desta população (CARDOSO et alii, 1973) correspondem às características da direção moderna da vida metropolitana. Cabe enfatizar o fato de que estas pressões ocorrem no marco espacial, extremamente expandido e segregador, das metrópoles brasileiras atuais.

A extensão da recepção das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação implica mudanças na sociabilidade urbana e nas práticas culturais. Implica, ainda, a emergência de uma sociedade na qual sistemas estruturados de valores, construtores de identidades sociais foram amplamente substituídos por processos rápidos de identificação social. Estes processos radicalizam e ampliam os efeitos políticos da atomização social oriundos da modernização capitalista da vida coletiva; encontrando-se vinculados possivelmente, também, a algumas das formas atuais de expressão do protesto político na cena metropolitana.

Tabela III
Setor de Radiotelevisão no Brasil, por Estados - 1960/1980
Domicílios receptores (abs. e percent.)

Regiões e Unidades da Federação	1970 Nº	1970 %	1980 Nº	1980 %
REGIÃO NORTE	50.779	1,2	353.145	2,5
Rondônia	143	0,0	22.512	0,1
Acre	19	0,0	16.304	0,1
Amazonas	12.507	0,3	103.159	0,7
Roraima	14	0,0	6.517	0,0
Pará	37.994	0,9	192.059	1,3
Amapá	102	0,0	12.554	0,0
REGIÃO NORDESTE	323.058	7,6	1.899.618	13,4
Maranhão	10.884	0,2	101.303	0,7
Piauí	6.160	0,1	68.980	0,5
Ceará	52.408	1,2	286.383	2,0
Rio Grande do Norte	8.706	0,2	99.774	0,7
Paraíba	17.776	0,4	136.017	1,0
Pernambuco	109.039	2,6	476.706	3,4
Alagoas	13.151	0,3	104.353	0,7
Fernando de Noronha	-	-	95	0,0
Sergipe	6.375	0,1	83.121	0,6
Bahia	98.559	2,3	542.886	3,8
REGIÃO SUDESTE	3.211.047	75,5	8.665.171	61,3
Minas Gerais	350.483	8,2	1.401.634	9,9
Espírito Santo	40.770	1,0	221.719	1,6
Rio de Janeiro	1.011.479	23,8	2.232.442	15,8
São Paulo	1.808.315	42,5	4.809.376	34,0
REGIÃO SUL	564.784	13,3	2.534.035	17,9
Paraná	177.717	4,2	846.284	6,0
Santa Catarina	82.744	1,9	484.785	3,4
Rio Grande do Sul	304.323	7,2	1.202.966	8,5
REGIÃO CENTRO-OESTE	100.736	2,4	690.955	4,9
Mato Grosso do Sul	-	-	117.326	0,8
Mato Grosso	16.175	0,4	61.593	0,4
Goiás	44.291	1,0	306.340	2,2
Distrito Federal	40.270	1,0	205.696	1,5
B R A S I L	4.250.404	100,0	14.142.924	100,0

Fonte: Censo Demográfico do Brasil - 1970/1980.

Entre estas formas de protesto deve ser referida a tendência à formação de coletivos circunstanciais e espontâneos que interrompem - por curtos períodos - o ritmo da vida metropolitana(2). Estes coletivos reúnem, por vezes, segmentos da população metropolitana em direção à concretização de

metas extremamente claras, possuindo, em alto grau, a capacidade de mobilização de novos elementos, inclusive de inscrição social heterogênea. São exemplos os saques e quebra-quebras nas áreas centrais das metrópoles. Estas manifestações eclodem por motivações diversas; mas, a sua base ética, calcada numa matriz cultural subterrânea, pode ser frequentemente reconhecida (reações ao desemprego; à discriminação racial; à violência policial).

Estas formas de articulação social dependem, intensamente, do acionamento da estrutura simbólica da sociedade metropolitana, permitindo a integração, na ação comum, de segmentos da população sem qualquer outro tipo de convivência: lugar de moradia, trabalho, vinculação político-partidária. Nesta estrutura, portanto, existem elementos de leitura da vida coletiva que orientam a identificação dos opositores e o reconhecimento entre os iguais.

A importância dos elementos simbólicos nas formas contemporâneas de mobilização coletiva - exemplificadas pelos fenômenos de multidão - correspondente à complexidade da vida metropolitana e, também, às reduzidas possibilidades de participação política alternativa, dada a magnitude dos processos de exclusão social(3).

Estas características da vida metropolitana contemporânea intensificam o poder dos mitos e, sobretudo, daquelas empresas, forças políticas e práticas profissionais que dominam, diretamente, a produção e os processos de veiculação de sínteses expressivas da vida coletiva e do estado da sociedade.

Trata-se da afirmação da linguagem - mercantil e política - capaz de se apropriar da espontaneidade e da superficialidade inerentes à vida metropolitana e de traduzi-la em produtos aceitos pela população (pessoas, siglas e mercadorias). A experiência acumulada, nas últimas décadas, pelas empresas de propaganda e *marketing* e pelos veículos de comunicação transforma o conjunto de interesses com acesso a estes setores num dos principais núcleos do poder moderno na sociedade brasileira (KUNTZ, 1986).

O conjunto de símbolos políticos compete com o conjunto de símbolos dos circuitos de trocas capitalistas, o que submete o processo político geral, no país, ao seguinte questionamento crítico de Ciro Marcondes Filho (1986):

> "A venda publicitária do candidato em nada difere de outros marketing da vida: as técnicas destes estão lá, afinal, para isso. Os nossos partidos incorporam, porém, estes rituais. Quais serão as

consequências políticas?" (p. 132) (grifos no original).

Entre as consequências consta, sem dúvida, a possibilidade da ocorrência de rápidos processos de adesão a personagens e partidos políticos, seguidos de processos, igualmente ágeis, de rejeição social. Na mesma direção, pode ser verificada, entre as consequências do uso crescente do *marketing* político, a presença de fortes elementos de desestabilização potencial da esfera política(4). A força destes fatos representa agudos desafios para a reconstrução democrática do país, especialmente no que se refere a conquistas sociais através do reordenamento institucional da esfera política.

A título de conclusão: tendências à fragmentação social e ao corporativismo nos espaços metropolitanos

A ocorrência de fenômenos que acentuaram, intensamente, a flexibilidade e a superficialidade do tecido social metropolitano é simultânea à instalação dos meios técnicos e político-econômicos que visam a apropriação e/ou o controle destas características através, inclusive, do obscurecimento da base ética da cultura do país. Por outro lado, a aglutinação circunstancial de forças sociais contestadoras - nos processos eleitorais e nas manifestações políticas espontâneas - não tem sido suficiente para a reversão das tendências à indiferença e à insensibilidade sociais. Neste sentido, as metrópoles brasileiras constituem exemplos - materiais e simbólicos - extremamente expressivos dos processos de modernização capitalista e modernidade excludente que marcaram a sociedade brasileira a partir de meados da década de 60 (BERMAN, 1986).

O processo de transição política do país permitiu o alcance do intenso crescimento e a visibilidade pública, sobretudo nos espaços metropolitanos, de novas formas de organização das reivindicações sociais (associações de moradores). Estas formas de organização têm, em geral, o objetivo de lutar contra: a queda da qualidade de vida; o descaso com relação aos serviços públicos; a elitização da política habitacional; a repressão às formas populares de solução da questão da moradia (favelas e ocupações de terra urbana) e, a expropriação das condições coletivas de vida realizada pelo capital imobiliário(5).

Estes formatos organizativos, no entanto, dificilmente conseguem estender a sua atuação e a sua influênfia ao

nível das questões relativas à qualidade ética e política do tecido social metropolitano. Profundamente envolvidas com os problemas imediatos de sobrevivência de amplas parcelas da população segregadas pelas novas formas de uso capitalista do espaço metropolitano e, com extraordinárias dificuldades para o alcance de formas contínuas de mobilização social - mesmo nas áreas mais ricas das metrópoles - essas associações não constituem, geralmente, canais de expressão política do protesto que expressa, simbólica e materialmente, as raízes mais profundas dos sentimentos coletivos de exclusão social. A violência individual e coletiva que caracteriza os contextos metropolitanos demonstra, de forma clara, esta impossibilidade. Cabe ressaltar, ainda, o fato de que a população reaprende agora a lidar de forma ampla - através das primeiras eleições presidenciais após o período militar - com as instituições políticas e a ordem jurídica (partidos, representações e legislação).

Além disto, amplas parcelas dos habitantes das grandes cidades brasileiras não possuem condições mínimas de vida que possibilitem a sua participação, de maneira contínua, em qualquer tipo de organização ou instituição social que não traga a expectativa de resposta imediata para as suas carências materiais e/ou psicológicas. Esta realidade pode ser demonstrada através do crescimento intenso, nas áreas metropolitanas e sobretudo nas suas periferias, das associações recreativas e das igrejas pentecostais (ZALUAR, 1985; SANTOS, 1986).

O quadro social metropolitano traz ainda como possível conseqüência a acentuação do risco do corporativismo urbano e das estratégias defensivas desenvolvidas pelos setores privilegiados da sociedade, e, a tendência à queda da sociabilidade urbana com decorrente perda de valores culturais.

Esta situação social impõe a reflexão das especificidades da crise urbana brasileira. Esta crise não é apenas econômica; mas, também, institucional, política e ética. As forças econômicas que hoje dominam e se apropriam da face tecnicamente mais moderna dos espaços metropolitanos alcançaram, através da intervenção do Estado, novas, e extraordinariamente mais amplas, escalas de realização dos seus interesses. Em contrapartida não se encontram absolutamente comprometidas com a integração aos frutos positivos da vida moderna da grande maioria da população das grandes cidades brasileiras. Estes fatos produziram uma profunda cisão no âmago da vida urbana contemporânea.

A metrópole dos interesses dominantes pode ser relativamente "dissolvida" (SANTOS, 1989) na era da técnica e do domínio imaterial representado pelas mensagens, pelas in-

formações de transmissão instantânea. O mesmmo não ocorre para as populações segregadas e desenraizadas pela modernização capitalista do território do país e excluídas do usufruto do marco urbano, onde se encontram concentradas. Estas populações têm o seu futuro desenhado e contido nos limites da metrópole. Como fazer renascer a questão social no âmago do espaço econômico e culturalmente segregador da cidade tecnicamente moderna?

O enfrentamento de parte relevante deste desafio exigirá a descoberta de novas formas de participação política que incorporem as conseqüências culturais da exclusão social e que consigam enfrentar, com eficácia, o conjunto de interesses que moldou, e que busca controlar, a face contemporânea da vida metropolitana.

NOTAS

(1) Este processo de integração superficial e excludente, calcado na extensão atual da ansiedade pelo consumo, por ser reconhecido - em toda a sua força política potencial - através do alto nível de adesão social foi alcançado pelo Plano Cruzado. Este Plano, ao ser lançado em 1986, mobilizou extensas parcelas da população urbana - transformadas em "fiscais do Sarney" - definindo a vitória do partido no poder (PMDB) nas eleições para os governos estaduais.

(2) Desde meados da década de 70, ocorrem, nas grandes cidades brasileiras, intensas mobilizações sociais que expressam repúdio às precárias condições de vida da maior parte da população e a reação popular contra abusos do poder econômico e das forças de repressão.
Essas mobilizações atingiram o auge no início do processo de abertura política e, por ocasião da primeira eleição, pelo voto direto, para os governos estaduais (quebra-quebra em São Paulo; ampla ocupação de terras no Rio de Janeiro). Correspondem, portanto, estas formas de manifestação social, a leituras generalizadas das relações sociais e da conjuntura política.

(3) A valorização do pensamento de Eric Hobsbawm e de outros autores da corrente da história social, iniciada no final dos anos 70, infelizmente não obteve a mesma ênfase nos anos 80.
Essa valorização tinha estimulado a análise crítica do conceito "movimentos sociais pré-políticos" - proposto por Eric Hobsbawm e potencialmente aplicável às manifestações sociais espontâneas - e levantados os limites da adaptação à América Latina do ideário democrático de origem européia (Ver PINHEIRO, P.S. (coord.) - O Estado Autoritário e os Movimentos Populares, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979).

(4) Os elementos simplificadores e, portanto, mitificadores da extrema complexidade do quadro econômico e social do país - elaborados, com eficácia, pelo *marketing* político - podem ser amplamente reconhecidos na campanha eleitoral, em curso, para a Presidência da República.
O teor maniqueista das análises estimuladas pelo *marketing* aparece no uso exacerbado de antigas dicotomias ainda atuantes no ideário político do país: velho x novo; tradicional x moderno; amadorismo x eficiência; idealismo x oportunismo; moralidade x corrupção.

(5) Existe, no país, uma já ampla produção das ciências sociais voltada para a recuperação histórica e análise teórica do potencial político dos movimentos sociais urbanos. Esta produção tem encontrado uma ocasião adequada para a sua aglutinação e debate nas reuniões anuais do Grupo de Trabalho "Lutas Urbanas, Estado e Cidadania" da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).
Têm sido realizados, também, balanços críticos frequentes desta produção. Entre estes balanços podem ser citados:
JACOBI, P. - "Movimentos Sociais no Brasil", in Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB), Rio de Janeiro, ANPOCS, 1980.
MACHADO DA SILVA, L.A. e RIBEIRO, A.C.T. - "Paradigma e Movimentos Sociais: por onde andam nossas idéias?", in Ciências Sociais Hoje, 1985, São Paulo, ANPOCS/Cortez Ed.

BIBLIOGRAFIA

BARRIOS, S. - 1986 - "A Produção do Espaço" in Maria Adélia A. de Souza e Milton Santos (orgs.) - A Construção do Espaço, São Paulo, Ed. Nobel.

BERMAN, M. - 1986 - Tudo que é sólido desmancha no ar (A Aventura da Modernidade), São Paulo, Companhia das Letras.

CARDOSO, F.H. et alii - 1973 - "Cultura y Participación", in Paul Singer (coord.) Urbanización y Recursos Humanos (El Caso de San Pablo), Buenos Aires, Ed. SIAP.

CLAVAL, P. - 1987 - "Les Fonctions Culturelles des Capitales", Colóquio Milieux Sociaux et Innovation, Paris.

FERRAZ SAMPAIO, M. - 1984 - História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo (Memórias de um Pioneiro), Rio de Janeiro, Achiamé.

FOURQUET, F. e MURARD, L. - 1978 - Los Equipamentos del Poder (Ciudades, Territorios y Equipamentos Coletivos), Barcelona, Ed. Gustavo Gili.

GHORRA-COBIN, C. - 1987 - "Technologies de Pointe, Espaces Metropolitains: Peut-on parler de déclin?", Colóquio Milieux Sociaux et Innovation, Paris.

HELLER, A - O Quotidiano e a História, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

JARDIM, A P. - 1989 - A Influência da Migração Recente no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste, Rio de Janeiro, mimeo.

KUNTZ, R.A. - 1986 - Marketing Político (Manual de Campanha Eleitoral), São Paulo, Ed. Global.

LEFEBVRE, H. - 1969 - O Direito à Cidade, São Paulo, Ed. Documentos.

MARCONDES FILHO, C. - 1986 - Quem manipula quem? (Poder e Massas na Indústria da Cultura e da Comunicação no Brasil), Petrópolis, Ed. Vozes.

MILANESI, L.A. - 1978 - O Paraíso via Embratel (O Processo de Integração de uma Cidade do Interior Paulista na Sociedade de Consumo), Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2 ed.

MUNIZ SODRÉ - 1972 - A Comunicação do Grotesco, Petrópolis, Ed. Vozes.

ORTIZ, R. - 1988 - A Moderna Tradição Brasileira (Cultura Brasileira e Indústria Cultural), São Paulo, Ed. Brasiliense.

RIBEIRO, A.C.T. - 1982 - "Cidades Brasileira - Macro-guetos?, in Anais do Terceiro Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), São Paulo.

SANTOS, J.R. dos - 1986 - "IPCN e Cacique de Ramos: Dois Exemplos de Movimento Negro na Cidade do Rio de Janeiro", Rio de Janeiro, pesquisa Movimentos Sociais na América Latina. U.N.U.

SANTOS, M. - 1987 O Espaço do Cidadão, São Paulo, Ed. Nobel.

---------- - 1989 - "Modernidade, Meio Técnico-científico e Urbanização no Brasil", International Symposium on Latin American Urbanization, Tsukuba.

TEIXEIRA DE FREITAS, L.C. - 1980 - "Os Números da TV", in Briefing, set.

ZALUAR, A. - 1985 - As Máquinas e a Revolta (As Organizações Populares e o Significado da Pobreza), São Paulo, Ed. Brasiliense.

Coloquio Internacional "Grandes Metropoles d'Afrique e d'Amerique Latine (Equipements Urbains et Pratiques Culturelles)"-Centre de Promotion de la Recherche Scientifique - Universite' de Toulouse-Le Mirail (Toulouse'27-29/11/91)

O ESPETACULO URBANO NO RIO DE JANEIRO: Comunicacao e Promocao Cultural

Ana Clara Torres Ribeiro

Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pesquisadora CNPq

Este texto foi publicado nos Anais do Colóquio, 1º vol., pp 198-208.

O ESPETACULO URBANO NO RIO DE JANEIRO. Comunicacao e Promocao Cultural (*)

"Entrementes,somos lancados num jato de progresso que nos empurra para o futuro,com uma violencia tanto mais selvagem quanto mais nos arranca de nossas raizes"(C.G.Jung-Memorias, Sonhos,Reflexoes)

(I)-A analise do fato metropolitano contemporaneo

O debate central das metropoles contemporaneas encontra-se posicionado entre as tendencias atuais `a fragmentacao e a integracao - de partes selecionadas - do territorio e do tecido social - a processos mundializados.As mudancas em curso no modo capitalista de produzir,onde sao apontados, como processos basicos, a subordinacao do modelo fabril classico `a flexibilidade viabilizada pelas novas tecnologias e a correspondente reducao da relevancia,para a acumulacao,das economias externas decorrentes da concentracao metropolitana,introduzem,de forma crescente,pressoes economico-financeiras sobre os governos urbanos e sobre a possibilidade de alcance de respostas positivas `as reivindicacoes sociais por emprego ,equipamentos urbanos e servicos sociais(1).

Encontram-se intensamente presentes ,na agenda atual de debates sobre o futuro das metropoles, questoes relativas tanto `a manutencao ou superacao dos vinculos historicamente constituidos entre acumulacao capitalista e concentracao urbano-metropolitana quanto os desafios decorrentes do reconhecimento de que os espacos metropolitanos ainda se constituem - por processos preteritos e atuais - o lugar possivel para a sobrevivencia dos pobres.E' neste contexto que desenham-se,para as metropoles do Terceiro Mundo,os cenarios de um futuro incerto onde a implementacao de possiveis solucoes adotadas pelo paises centrais pode significar a radicalizacao ,extremamente aguda, de processos de segregacao social e cultural e, onde as tendencias `a fragmentacao necessitam ser reconhecidas na sua real face de responsaveis pela ampliacao da exclusao social quotidiana.

Este patamar de problematizacao do futuro metropolitano

(*)- Este texto apresenta resultados da pesquisa "Modernidade,Comunicacao e Cultura:A Nova Face do Poder Metropolitano" realizada no IPPUR/UFRJ com apoio do CNPq.Incorpora,ainda,conclusoes da Tese de Doutoramento "Rio-Metropole:A Producao Social da Imagem Urbana" apresentada ao Departamento de Sociologia da USP em novembro de 1988.

instaura a necessidade de enfrentamento de questoes teoricas e,ainda, a necessidade de recortes tematicos que propiciem a pesquisa concreta dos impactos sociais e espaciais da modernizacao capitalista contemporanea.

Nesta direcao,este texto interroga a possivel emergencia de novos processos expressivos da manutencao da totalidade metropolitana. Assim, ao mesmo tempo em que reconhece tendencias `a fragmentacao- correspondentes `a perda relativa de determinadas funcoes pelos espacos metropolitanos - dirige-se ao esforco de identificacao de processos que expressem formas modernas de cooperacao urbana(2).

Entende-se por cooperacao urbana nao apenas o conjunto das relacoes sociais articuladas `a subordinacao da materialidade aos interesses hegemonicos de cada lugar; mas, tambem, os dados da cultura e da historia que permitem a referencia a identidades coletivas e `a reproducao da vida quotidiana.| Esta busca reflete preocupacoes eticas e politicas na medida em que verifica-se,hoje,a consolidacao de processos espaciais e culturais que assinalam insensibilidade social crescente e perda de referencias culturais responsaveis por formas historicas concretas de solidariedade social.

Nesta direcao, o texto assume a metropole do Rio de Janeiro como lugar privilegiado para a observacao de processos de transicao social e cultural,onde a preocupacao com a totalidade corresponde a uma visao que busca reconstruir os efeitos sociais de um conjunto de tendencias e considerar a urgencia da questao social e,nao, a um leitura teoricamente externa ao conteudo imediato da vida urbana (3).

Os recortes empiricos do texto procuram estabelecer relacoes entre dados da materialidade urbana,formas de sociabi - lidade e o estado do tecido social.Estes recortes ,realizados inicialmente atraves de uma abordagem setorializada da economia e da vida social na metropole - por exemplo, comunicacoes, marketing, politicas culturais -encontram-se relacionados `a percepcao de que a analise sociologica contemporanea dos espacos metropolitanos necessita retomar , de forma plena,o tema da cultura .Este tema foi secundarizado, durante largo tempo, frente `a pesquisa quase exclusiva dos agentes modeladores e apropriadores do espaco urbano.

Cabe assinalar,tambem, que as disputas internacionais atuais ocorrem ,de forma cada vez mais incisiva,sobre a face estrategica da captura de novas funcoes pelos espacos metropolitanos, verdadeiros epicentros de contradicoes sociais ,e da imposicao de homogeneidades tecnicas que reduzem a qualidade,tambem hoje estrategica, da cultura e do tecido historico-social de cada lugar.

(II)-Comunicacoes: Uma analise das mediacoes

Acredita-se que os processos modernos de comunicaçao constituam um campo privilegiado de investigacao na recuperacao

contemporanea da cultura urbana como objeto da analise sociologica(4).No entanto,acredita-se,tambem, que os vinculos entre comunicacoes e cultura urbana imponham o esclarecimento atento de praticas sociais e atividades economicas .Tal esclarecimento torna-se especialmente indispensavel frente aos riscos atuais da conceituacao generalizante,incapaz de reconhecer particularidades historicas e o carater social e politicamente ativo dos dados culturais e eticos de cada lugar.

Neste sentido, deve ser reconhecido,inicialmente,que a metropole do Rio de Janeiro constitui um lugar de herancas desafiadoras ,onde encontram-se mesclados processos positivos de constituicao de uma identidade social e cultural coletiva face ao pais e `a escala internacional a processos de agudizacao da exclusao social e de apagamento relativo.de seu papel historico economico e politico.

Como antiga capital o Rio mantem funcoes culturais relevantes ao mesmo tempo em que condensa as ambiguidades, incertezas e contradicoes dos modelos economicos e politicos que geriram historicamente o pais.Trata-se,de fato, da cidade espetaculo,do lugar aberto `as inovacoes - uma das caracteristicas basicas de sua historia e do seu tecido social - e do lugar social e economicamente desestabilizado por seu papel de condensador de contradicoes sociais na escala do pais,pela competicao de funcoes com as outras metropoles da area core (Sao Paulo e Belo Horizonte) e pelas imposicoes institucionais oriundas das reformas administrativas e do planejamento centralizado do periodo autoritario.

Esta particular condensacao de processos historicos e atuais desafia a analise dos elos entre modernizacao das comunicacoes e cultura no Rio de Janeiro ja que esta analise enfrenta dificuldades correspondentes `as mediacoes economicas,tecnicas e sociais entre a face interna e externa da metropole e, entre a tendencia `a perda de funcoes economicas e a adaptacao agil ,presente no tecido social do lugar,a novas praticas culturais e oportunidades sociais.

Talvez possa ser afirmado que esta metropole constitui,de maneira particularmente intensa,um campo favoravel `a experimentacao das inovacoes tecnicas, sociais e culturais condensadas na modernizacao das comunicacoes;representando, assim, uma plataforma bem posicionada e fartamente utilizada em alguns dos angulos dos processos contemporaneos de acumulacao. Esta afirmacao nao busca reduzir a gravidade do seu atual quadro economico; mas, sim, alertar para o fato de que o seu tecido social e cultural sofre, com especial intensidade,os efeitos da experimentacao e da apropriacao economico-financeira decorrentes da operacao efetiva de novos elos entre producao e consumo cuja base de praticas e atividades pode ser mais claramente discernida pela decomposicao analitica do setor de comunicacoes.

A identificacao da natureza economica, politica e cultural desses processos parece ser indispensavel `a definicao de politicas que intencionem a valorizacao da totalidade metropolitana historicamente constituida e que procurem o resgate da heranca e da memoria cultural do lugar em direcao `a incorporacao economica e social dos seus proprios habitantes.

Pela adocao deste angulo de interpretacao dos processos

de comunicacao verifica-se a necessidade de que seja acrescentada , a pauta de temas da analise sociologica da vida metropolitana no Rio de Janeiro ,a preocupacao com a desorganizacao e o desenraizamento social e cultural e com os processos de manifestacao social cujas caracteristicas culturais nao guardam estreita correspondencia com os conceitos predominantemente utilizados no estudo da participacao social,isto e',aqueles referidos aos movimentos sociais organizados e aos padroes institucionalizados de controle politico sobre a gestao urbana.

Realmente,ao ser acionado o universo moderno das praticas de comunicacao,outros processos surgem como objetos especialmente relevantes para a interpretacao da cena urbana atual.Entre estes objetos podem ser salientados os ageis fluxos de adesao e desadesao sociais a metas politicas e a formas de consumo cultural - cujo ritmo aproxima a realidade urbana aquela que pode ser descrita pelo conceito de anomia -e, ainda, os fenomenos de multidao que correspondem nao apenas a mecanismos economicos de apropriacao do tecido social regidos pela chamada industria cultural mas, tambem, a formas atualizadas de protesto politico e reivindicacao social.

Assim,a decada de 80 na metropole do Rio de Janeiro nao esteve pautada,apenas,por processos de redemocratizacao da vida politica ou por processos de afirmacao continuada de novos atores sociais e politicos; mas, tambem, de maneira intensa, por modificacoes nas formas de manifestacao social e por mudancas em qualidades do tecido social e cultural.

Na busca de elementos para a compreensao destas mudancas sociais e culturais pensa-se ser necessaria a ampliacao dos contornos da analise preocupada com a cultura urbana.O polo dominante da vida urbana hoje inclui o acesso privilegiado aos processos tecnicos de comunicacao e promocao cultural e a administracao seletiva dos recursos propiciados por controle de linguagens especializadas e informacoes sobre o comportamento coletivo.Considera-se ,assim, que as comunicacoes modernas constituam novos elos posicionados entre o mercado de bens e servicos e o estado da sociedade;interferindo em hierarquias economicas e formas de classificacao social.

Alias,e exatamente esta possibilidade de interferencia que viabiliza as firmas do setor a conquista e a manutencao de posicoes privilegiadas nos fluxos dos recursos publicos e privados. A operacao historica efetiva destes elos envolve tanto privilegios politicos quanto a apropriacao privada de investimentos publicos,alem de pressupor o dominio ,ainda que superficial e transitorio ,sobre anseios e necessidades sociais que emergem no quotidiano da vida metropolitana.

A incorporacao continua dos novos processos tecnicos de comunicacao no tecido social metropolitano tranforma estes processos em parte constitutiva essencial das politicas culturais atuais;gerando intensas e irreversiveis mudancas nas formas historicas tradicionais de tratamento politico- financeiro da esfera cultural. Assim, a definicao atualizada da esfera cultural,enquanto campo de politicas especificas, exige nao apenas a sua cuidadosa distincao com relacao a cultura espontanea quotidiana;mas, ainda, o reconhecimento de interfaces

entre esta cultura e a esfera politica construidas,hoje,pelas mediacoes operadas pelos processos tecnicos modernos de comunicacao e, portanto, pelos interesses que encontram,nestes processos, a forma economica de sua realizacao.

(III)-A Nocao de Espetaculo: Instrumento para a Compreensao das Politicas Culturais

Jose Joaquin Brunner em seu livro **Un Espejo Trizado(Ensayos sobre Cultura y Politicas Culturales)**(5) alerta para os os estreitos limites das chamadas politicas culturais, incapazes de gerar efetivas mudancas nos processos de socializacao, isto é, na cultura quotidiana : "Ao falarmos,portanto, de **politicas culturais** temos que faze-lo com particular modestia,sabendo de inicio que escapa ao ambito possivel de aplicacao destas politicas uma zona essencial e determinante da cultura.A qual,no entanto, encontra-se afetada por outras politicas- melhor,por outros processos- que produzem a conformacao geral da **polis** e a organizacao das relacoes de producao"(pp 261,262).

De fato,as politicas culturais encontram-se, em geral,historicamente construidas no campo mais ou menos estreito ,a depender das conjunturas e das formas de governo, das estrategias de legitimacao politica;sendo , portanto, profundamente marcadas pela estrutura de crencas e valores mais condizentes com a implementacao destas estrategias..

E'de forma similar `a esta compreensao das politicas culturais que Nestor Garcia Canclini (6) reconstroi os modelos historicos latino-americanos de politica cultural - a concepcao "biologico-telurica"vinculada aos interesses das elites na naturalizacao das relàcoes sociais;a "concepcao estatista" decorrente da relevancia do Estado nos processos de modernizacao das formacoes sociais latino-americanas e .a " concepcao do nacionalismo aquartelado" articulada `as estrategias de legitimacao dos golpes de Estado na America Latina.

Este autor, preocupado com a identificacao de possibilidades concretas de efetivacao de politicas culturais voltadas para os interesses populares,reconhece,ainda, a existencia de uma quarta concepcao que denomina de "unificacao mercantil (do etnico ao tipico)" atraves da qual analisa os impactos culturais da transnacionalizacao contemporanea do capitalismo e os efeitos sociais dos processos de comercializacao da cultura tradicional:"O desenvolvimento internacional do capital necessita de um processo equivalente na cultura,porque a diversidade de padroes de vida,de objetos e habitos de consumo obsta sua expansao"(p.44)

Assim, acredita-se que o alerta,antes referido,de Jose Joaquin Brunner necessite ser integrado a uma redefinicao do campo das politicas culturais que possibilite a consideracao concreta dos agentes que hoje interferem na sua

constituicao. Nesta direcao,torna-se indispensavel,conforme assinala Nestor Garcia Canclini,a observacao das mudancas economico-financeiras que posicionam a interferencia na cultura como parte constitutiva intrinsica dos processos modernos de acumulacao e de controle social e politico. Sao estas mudancas que ajudam a explicar o papel especifico,exercido pelos meios de comunicacao, na apropriacao e na atualizacao do tecido social na metropole do Rio de Janeiro.

Nesses processos de apropriacao e atualizacao convivem tendencias `a fragmentacao e `a totalizacao. Por outro lado,estes mesmos processos necessitam ser melhor qualificados em seus elementos de positividade e negatividade sociais.Assim,nos processos de fragmentacao encontram-se presentes tanto processos legitimos de resistencia social e cultural - contrutores de novas territorialidades e de processos renovados de sociabilidade urbana(como exemplificam alguns jornais locais e experiencias com radios e TVs comunitarias) - quanto mecanismos de guetificacao e gentrificacao que assinalam o agravamento da segregacao social. Por outro lado, na face da totalizacao podem ser reconhecidos tanto processos de constituicao de uma socialmente excludente sociedade de massas ou de consumo quanto aqueles processos que poderiam ser politicamente utilizados na ampliacao da solidariedade, no enriquecimento cultural da vida urbana e na melhoria financeira da vida coletiva (como exemplifica a possibilidade de troca cultural intra-metropolitana).

A vida social nas metropoles contemporaneas constitui,em suas manifestacoes quotidianas, um desafio permanente `a capacidade de sintese. Encontram-se articuladas,no tempo quotidiano,multiplas esferas vitais cuja territorialidade e',muitas vezes, indefinida e socialmente difusa (7) .A nocao de espetaculo - tao bem apreendida pela producao cultural expressiva da apreensao critica da modernidade (8)- corresponde `a existencia deste movimento diario de esferas vitais superpostas ,parcialmente integradas ou totalmente paralelas.

A intervencao economica e tecnicamente eficiente neste movimento parece guardar correspondencia com o dominio das linguagens modernas ;exigindo ,portanto, tanto o acesso `a sua base de equipamentos de veiculacao quanto o uso de conhecimentos referidos ,especificamente, `a circulacao urbana e aos mecanismos de construcao e de dissoluicao circunstancial de barreiras sociais e culturais;conhecimentos estes indispensaveis `a orientacao dos fluxos de consumo e `a promocao cultural de bens,servicos,lugares e personas.

Julga-se que esta possibilidade de intervencao no tecido social metropolitano - para alem das diferencas sociais profundas que o caracterizam - encontre-se amplamente exemplificada pela padronizacao da circulacao urbana,reprodutora de mecanismos de segregacao social; pelos seguidos fenomenos de multidao decorrentes da organizacao de eventos que marcam a cena urbana e pelo predominio atual conquistado pela linguagem visual.

Realmente,a metropole do Rio de Janeiro mantem hoje, na escala do pais, um papel difusor de costumes,comportamentos e habitos sociais.No entanto, a sua propria populacao tambem se constitui em objeto privilegiado de intervencao dos interesses economicos e politicos com acesso aos processos modernos de

comunicacao.Assim,em 1980,o Estado do Rio de Janeiro ainda concentrava - apesar da ampla dispersao da televisao no territorio do pais-aproximadamente 18% dos domicilios receptores.

A nocao de espetaculo urbano procura apontar, ainda, para a superficializacao do tecido social que expressa a possibilidade de intervencao aguda,mediada pelos processos de comunicacao, na cultura quotidiana;em consonancia com a referencia anterior `a ampliacao do "elenco" dos interesses economicos com influencia direta no campo especializado das politicas culturais.Tal superficializacao corresponde ao aumento do ritmo da vida social quotidiana,`a multiplicacao de esferas vitais e `a influencia crescente das linguagens sinteticas,isto e',daquelas linguagens que conseguem exprimir, de forma convincente,aspectos selecionados da vida coletiva e disputar as condicoes para a sua penetracao no tecido social(9).

(IV)-A Nocao de Promocao Cultural: Instrumento para a Compreensao de Novas Desigualdades Sociais

As observacoes anteriores indicam a ocorrencia de profundas mudancas na posicao ocupada pela esfera cultural nos processos de acumulacao de riqueza e poder e,portanto,na organizacao da sociedade e nas formas de apropriacao do espaco. Estas mudancas manifestaram-se no Brasil, atraves de um intenso processo de reorganizacao da estrutura administrativa da area cultural durante os anos 70,atraves do qual estiveram juntos,nas mesmas instancias de decisao,tanto empresarios do setor cultural quanto das empresas do setor de comunicacoes de massas.

O Estado brasileiro surge,assim,como responsavel pelos impulsos iniciais a conexoes entre interesses que passariam a caracterizar,amplamente,em momentos posteriores,a vida cultural do pais. De fato,conforme registra Gabriel Cohn (10), ja nos primeiros documentos dos anos 70 constavam tanto a intencao de criacao do Ministerio da Cultura,desmembrado da area de educacao, quanto `a vinculacao do ideal da democratizacao da cultura `a "apresentacao ao povo pelos meios modernos de comunicacao de massas das suas manifestacoes em todos os setores"(p 91).

Foi simultaneo a estes primeiros passos consolidadores de novos vinculos empresariais na area cultural,o extraordinario impulso dado, pelos orgaos de planejamento, `a modernizacao das comunicacoes no pais.Trata-se,de fato, de um setor que recebe intensos investimentos e estimulos `a sua renovacao tecnica durante os anos 70,atraves de um processo em que encontraram-se mesclados interesses privados,com ampla penetracao nas esferas de poder,e estrategias de controle da sociedade e do territorio(11).

Desta maneira, atraves dos modelos de politica cultural sistematizados por Nestor Garcia Canclini,poderia ser dito que foram criadas as condicoes economicas e politicas para que a pequena penentracao,entre os produtores de cultura, da "concepcao do nacionalismo aquartelado"fosse amplamente compensada pelas

intensas - e ate hoje mantidas - relacoes empresariais estabelecidas atraves da "concepcao da unificacao mercantil".

Os vinculos empresariais estimulados pelo planejamento centralizado modificaram a composicao interna da esfera cultural;a natureza dos bens culturais consumidos no pais e, ainda,o campo das politicas culturais Realmente,conforme analisa Renato Ortiz(11) ',e' impossivel desconhecer a intensidade do processo de consolidacao da industria .cultural ocorrido nas ultimas decadas.

Neste processo de consolidacao da industria cultural,a metropole do Rio de Janeiro - historico lugar de concentracao dos investimentos culturais e"caixa de ressonancia", para o pais, de inovacoes comportamentais internacionais - preservou funcoes e absorveu investimentos estrategicos; emergindo como locus privilegiado de experiencias empresariais diretamente posicionadas nas novas formas de producao de bens culturais. De fato, existem qualidades e acessos privilegiados das elites locais que explicam esta posicao detida pela metropole naquele periodo;mas a estas qualidades devem ser acrescentadas caracteristicas do seu tecido social - agil absorvedor de propostas culturais - e,a face publica, mitica, da metropole.

A intensidade da vida publica no Rio de Janeiro e os elementos,amplamente sintetizados e veiculados, de sua imagem coletiva propiciam que esta metropole,nas palavras de Kevin Lynch (12), surja como uma cidade altamente imaginavel,onde a plasticidade do tecido social e a multiplicidade de fontes sintetizadoras da vida coletiva (13) tambem estabelecem coondicoes propiciadoras ao alcance da agilidade e da generalidade de crencas e leituras sociais indispensaveis ao que se denomina,neste texto, promocao cultural.

O conceito de promocao cultural encontra-se dirigido `a descricao e `a analise daqueles processos que viabilizam a agregacao de valores culturais a bens e servicos.Neste sentido,a promocao cultural corresponde a uma operacao mercantil -realizada ou potencial - com investimentos publicos ou privados.O referido processo de agregacao de valor pressupoe o dominio sobre processos culturais, sobretudo da cultura quotidiana, e o conhecimento das novas linguagens tecnicas.

Como organizador do processo de promocao cultural deve ser citado o marketing moderno, pelo seu carater especifico de operador de sinteses significativas e articulador de mercados. Este setor - expressivo do processo de modernizacao cultural - passa por intensa ampliacao,no pais,ao longo da decada de 70;permanecendo este processo ativo durante a decada seguinte.Na metropole do Rio de Janeiro foram criadas 41 agencias novas apenas no periodo 1981/86. Trata-se, de fato, da afirmacao economica de praticas de mediacao entre producao e consumo que encontram-se indispensavelmente conectadas `a modernizacao economica e tecnica das comunicacoes e `a multiplicacao e empresariamento dos produtores de bens culturais.

Os processos de promocao cultural ampliaram-se,intensamente,ao longo dos anos 80; permitindo o reconhecimento,mais nitido, do seu carater estrategico nas conjunturas de recessao economica. Os seus procedimentos podem ser reconhecidos,de fato, em atividades tao divergentes quanto a

construcao civil , o trabalho universitario e a pratica politica. Simboliza esta presenca da promocao cultural no periodo da transicao politica a sua oficializacao e estimulo atraves da chamada Lei Sarney com a qual foram facilitados, mediante isencoes fiscais,os investimentos privados na area cultural.

Nas grandes metropoles brasileiras comecam a surgir os simbolos condensadores deste padrao de mudanca da esfera cultural.Ao lado do fechamento ou sudivisao sucessiva de cinemas e teatros pioneiros,surgem os novos centros culturais, comerciais e shopping centers(14),onde as salas de espetaculo encontram-se articuladas `as estrategias globais de vendas. Por outro lado,grandes agentes economicos encontram-se envolvidos,de forma crescente, em eventos organizados por empresarios da area cultural e pelo poder publico. Neste sentido,sucedem-se ,ao longo da ultima decada,processos que assinalam a emergencia de formas renovadas de apropriacao privatizante do espaco publico(15) e de elementos da cultura quotidiana.

Estes fenomenos indicam, com clareza, a profundidade das mudancas operadas no papel exercido pela cultura na organizacao e nas formas de apropriacao do espaco metropolitano.Do bojo destas mudancas nao surge transformado apenas o campo especializado das politicas culturais;mas,tambem,a face da cultura nas contradicoes urbanas.

A promocao cultural,alem de se constituir numa area especifica de atividades economicas, reafirma tendencias ja presentes na materialidade e na sociabilidade urbanas. No Rio-cidade espetaculo,as operacoes de promocao cultural tem estado articuladas a mudancas em leituras sociais do espaco urbano e em operacoes que renovam suas funcoes mais tipicas como cidade-contemplacao,cidade-turistica,cidade-evento. Trata-se de processos constitutivos do que Milton Santos denomina psicoesfera (16).Nas palavras do autor:"Tecnoesfera e psicoesfera sao dados constitutivos da ambiencia das grandes cidades e sua estrutura condiciona a vida urbana.O sistema urbano nao pode ser entendido sem a analise desses componentes.O primeiro ajuda a definir os tempos da producao e o segundo se vale da psicologizacao da vida social.O mundo do trabalho e o mundo das crencas sao mediados pela propria metropole,reduzindo os impetos renovadores que fariam do individuo menos um escravo dos habitos e dos comportamentos programados e mais um portador da acao redentora.E' por isso, talvez , que a metropole modernizada, involuida e segmentada, nao explode"(pp 190,191).

(V) A Questao das Oportunidades Sociais

A analise critica das metropoles capitalistas contemporaneas tem demonstrado, de maneira consistente,a existencia de formas de privatizacao do trabalho coletivo,isto e',de apropriacao privada do acumulo historico de trabalho morto e investimentos sociais que constitui o espaco das grandes cidades; formas estas decorrentes de vinculos privilegiados entre

Estado e firmas,da propriedade privada da terra urbana e,portanto; da materializacao de seguidas desigualdades sociais(17)

No entanto,dado o carater relativamente recente das mudancas,acima rapidamente registradas,na esfera cultural ,ainda nao pode ser efetivamente referido um empenho equivalente da analise critica com relacao aquelas formas contemporaneas de empresariamento - posicionadas nas mediacoes entre a producao e o consumo,ou melhor, entre a tecnoesfera e a psicoesfera - que realizam a apropriacao privada e a exploracao de bens culturais e naturais e da criatividade espontanea intrinsica ao tecido social das macro-cidades.

Acredita-se,neste sentido,que a logica de aglomeracao subjacente `a face capitalista contemporanea tambem comporte hoje,de forma significativa, o uso estrategico dos dados culturais particulares - historicos e unicos - de cada lugar; sendo a apropriacao destas potencialidades o objetivo,especialmente relevante,de grandes implantes urbanos e. de politicas especificas que procuram gerir e condicionar a valorizacao ou desvalorizacao de segmentos e camadas sociais.A dependencia,destes investimentos,da cultura quotidiana espotanea fica clara quando se faz referencia,como Paul Claval (18),ao fato de que a originalidade,de cada lugar, muitas vezes dependeu (e depende) de comportamentos de contestacao e,inclusive, de formas ativas de resistencia social e cultural.

Nesta direcao, algumas analises voltadas para a identificacao dos assim chamados "contextos de inovacao" tem demonstrado nao apenas a impossibilidade do seu completo planejamento - o que explicaria a manutencao de determinados servicos vinculados ao uso das linguagens modernas no centro de grandes cidades - como,tambem, a relevancia das concentracoes urbanas como espacos de difusao de necessidades e comportamentos diretamente vinculados ao ritmo e `a escala da acumulacao contemporanea (19).

Considera-se,assim, que as grandes cidades- na riqueza da cultura quotidiana urbana - constituem nao apenas lugares privilegiados para a apropriacao privada de recursos materiais historicamente acumulados;mas, tambem, celeiros de propostas culturais e, portanto, de movimentos de inovacao. A relevancia deste celeiro para as formas contemporaneas de acumulacao ajuda a explicar o fato de que nas politicas culturais contemporaneas encontram-se em operacao tanto processos que atualizam, parcialmente, acervos historicos e naturais;mas, tambem, que conectam esses acervos a orientacoes de consumo e a dados,selecionados, da cultura popular e espontanea .

Assim, a cultura - erudita e popular - expressa,hoje, a afirmacao de novas formas de mecenato com a suas correspondentes estruturas fisicas e organizacionais;estruturas essas , conforme referencia anterior, conectadas ,de maneira sistematica ou transitoria, atraves dos procedimentos da antes denominada promocao cultural.

O conhecimento destas estruturas e dos seus vinculos com as formas contemporaneas de acumulacao torna-se de essencial importancia nos processos de intervencao social nas politicas culturais; no alcance de politicas autonomas de valorizacao da

populacao e do lugar e, ainda, no desenvolvimento de propostas institucionais que reduzam tanto a operacao de mecanismos de expropriacao cultural quanto as barreiras ao acesso social as formas contemporaneas de consumo de bens culturais;bens estes,em grande parte, decorrentes da sistematizacao e, consequente transformacao em mercadorias, da propria riqueza presente na vida coletiva.

Convem saliéntar,por fim, que as operacoes de promocao cultural ja possuem, hoje, uma ampla e elaborada tecnica de realizacao;constituindo, assim, parte significativa dos servicos modernos de ambito internacional. Este fato transforma tais servicos em lugares estrategicos para a observacao de praticas renovadas de gestao transnacional de bens e dados culturais, em geral apenas percebidos e apreendidos pelo pensamento critico na sua forma local e imediata de manifestacao.

Esta reducao da observacao critica pode contribuir para que nao seja compreendida a qualidade especifica de novas disputas que desafiam ,hoje, a identificacao e o desenvolvimento de politicas para a defesa das metropoles do Terceiro Mundo. De fato, a transnacionalizacao desses servicos (e,mesmo a sua "transregionalizacao" na escala do pais) - se nao acompanhada de processos que defendam a cultura do lugar e o seu carater permanentemente propositor e desafiador,decorrente da vitalidade dos mecanismos quotidianos de troca e confronto - podera significar a perda gradativa da originalidade do lugar e, assim , das proprias condicoes de manutencao do seu interesse como celeiro de ideias apropriaveis nos circuitos modernos da riqueza.

Referencias:

(1)- SANTOS,M.- Metropole Corporativa Fragmentada (O Caso de Sao Paulo),Sao Paulo,Nobel:Secretaria de Estado da Cultura,1990

(2)- LOJKINE,J.- O Estado Capitalista e a Questao Urbana,Sao Paulo,Livr Martins Fontes Ed.,1981

(3)- KOSIK,K.- Dialetica do Concreto,Rio de Janeiro,Paz e Terra,1976,2 ed.

(4)- CASTELLS,M.- "La Crisis,la Planificacion y la Calidad de la Vida:El Manejo de la Nuevas Relaciones Historicas entre Espacio y Sociedad" in Revista Mexicana de Sociologia,UNAM,Ano XLVI,N 4,out-dec 1984

(5)- BRUNNER,J.J.- Un Espejo Trijado (Ensayos sobre Cultura y Politicas Culturales),Santiago,FLACSO,1988

(6)- CANCLINI,N.G.- "Politicas Culturais na America Latina" in

Novos Estudos CEBRAP,Sao Paulo,Ed Brasileira de Ciencias,Vol 2,N.2,julho 1983

(7)- HELLER,A.-O Quotidiano e a Historia,Rio de Janeiro,Paz e Terra,1972

(8)- LEFEBVRE,H.- Introducao `a Modernidade,Rio de Janeiro,Paz e Terra,1969

(9)- WIENER,N.-Cibernetica e Sociedade (O Uso Humano de Seres Humanos),Sao Paulo,CULTRIX,1954

(10)-COHN,G.-"A Concepcao Oficial da Politica Cultural nos Anos 70".S.Miceli (org)-Estado e Cultura no Brasil,Sao Paulo,DIFEL,1984

(11)-ORTIZ,R.- A Moderna Tradicao Brasileira (Cultura Brasileira e Industria Cultural,Sao Paulo,Ed.Brasiliense,1988

(12)-LYNCH,K.- A Imagem da Cidade,Sao Paulo,Livr Martins Fontes,1982

(13)-FERREIRA DE MELLO,J.B.- "O Rio de Janeiro dos Compositores da Musica Popular Brasileira-1928/1991 (Uma Introducao `a Geografia Humanistica).Tese de Mestrado.Programa de Pos-Graduacao em Geografia da UFRJ,1991

(14)-MARCONDES FILHO,C.-"Shopping center,o LSD da classe media" in C.Marcondes Filho- Quem Manipula Quem? (Poder e Massas na Industria da Cultura e da Comunicacao no Brasil),Petropolis,Vozes,1986

(15)-ELIAS,R.- "A Praca e Nossa",Escola de Servico Social da UFRJ,projeto de pesquisa apresentado ao CNPq,1991

(16)-SANTOS,M.-"A Metropole: Modernizacao,Involucao e Segmentacao" in L.Valladares e E.Preteceille (orgs)-Reestruturacao Urbana (Tendencias e Desafios),Sao Paulo,Nobel/IUPERJ,1990

(17)-QUEIROZ RIBEIRO,L.S.- "Notas sobre a Renda da Terra Urbana" in Cadernos PUR/UFRJ,Rio de Janeiro,Ano 1,N.1,jan/abr 1986

SMOLKA,M.O.- "Estruturacao Intra-Urbana e Desenvolvimento Industrial Capitalista" in Cadernos PUR/UFRJ,Ano 1,N.1,jan/abr 1986

(18)-CLAVAL,P -"Les Fonctions Culturelles des Capitales", Paris, Coloquio Milieux Sociaux et Innovations,9-10/6/87

(19)-GHORRA-COBIN,C.- "Technologies de Pointe , Espaces Metropolitains: Peut-on parler de declin?",Paris, Coloquio Milieux Sociaux et Innovation,9-10/6/87